

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

Novos olhares: de trabalhadores assalariados
a trabalhadores cooperados.
Um estudo sobre a caminhada de luta dos trabalhadores
das empresas recuperadas do Brasil.

Tese de Doutorado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política do Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Maria Soledad Etcheverry Orchard

Maria Alejandra Paulucci

Florianópolis

2014

RESUMO

A década de 1990 se caracterizou por importantes mudanças na vida social, política e econômica na maioria dos países de América Latina. A adoção de medidas de inspiração neoliberal, dentre as quais podemos destacar a abertura dos mercados internos ao capital internacional, resultou em transformações na indústria, levando a um retrocesso das conquistas trabalhistas e ao aumento dos índices de desemprego. Essas mudanças impulsionaram o surgimento de diversos movimentos sociais, com diferentes reivindicações. É dentro deste contexto que se situa o surgimento das Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores (ERTs), que se encontram inseridas também no ressurgimento do cooperativismo no âmbito global.

A seguinte pesquisa busca analisar a luta dos operários com base em diferentes experiências de ERTs do Brasil. A ênfase será colocada nas estratégias sociais implementadas pelos trabalhadores no cotidiano dos processos de recuperação a fim de sustentar as conquistas e direitos adquiridos. Este processo implica a realização de alianças e de parcerias com diferentes sujeitos sociais, tais como os dirigentes sindicais e políticos; organizações sociais; comunidade; e pesquisadores, com o objetivo de que as empresas recuperadas sobrevivam e alcancem sustentabilidade e legitimidade, levando em conta que estão inseridas num contexto adverso. Nesse sentido, destacamos a importância das alianças estabelecidas com outras experiências de ERTs na Argentina e no Uruguai, de forma a mostrar, assim, que se trata de um movimento social internacional.

Palavras chave: empresas recuperadas pelos trabalhadores; cooperativismo; internacionalismo; movimentos sociais.

New looks: from employees to cooperative workers.

**A study about the struggle of the workers from the recovered
companies in Brazil**

SUMMARY

The 1990s were characterized by important changes in the social, political and economic life in most of the countries of Latin America. The adoption of measures with a neoliberal inspiration, among which we may highlight the opening of the domestic markets to international capital, resulted in big transformations in the field of industry, leading to regression in the labor achievements and to the increase of unemployment rates. These changes promoted the emergence of many different social movements, with diverse claims. It is in this context that we may situate the development of the companies recovered by workers (CRWs), that are also inserted in the resurgence of cooperativeness at a global scale.

This research intends to recover the struggle of these workers, based in different experiences of CRWs in Brazil. We shall emphasize the social strategies implemented by the workers, aiming to sustain their achievement and rights, in the daily life of these recovering processes. These processes imply the establishment of alliances and partnerships with different social actors, such as political and syndical directors; social organizations; communities; and researchers. Their main goal is enhancing the survival, sustainability and legitimacy of the recovered companies, considering that these are inserted in an adverse context. In this sense, we foreground the importance of the alliances established with other experiences of CRWs from Argentina and Uruguay, pointing out that this consists in an international social movement.

Key words: companies recovered by workers; cooperativeness; internationalism; social movements.



La Recuperada – Arbolito -

La mañana tiene otro olor,
porque suena el despertador,
y salgo para la fábrica
bien pintadito de sol

Recuerdo esos días de ayer,
solo quedábamos diez,
seis meses sin cobrar
y al patrón ni se lo ve.

Y un día no dio pa' más,
el negro dijo “Ya fue,
a esta planta la tomamos
que sea nuestro lo que nos dé”

Y vuelvo a la fábrica,
vuelvo a creer.
Obrero soy sin patrón,
Que esta fiebre se haga ley.

Las deudas que nos dejó
no las quiso pagar Dios,
y entre peñas y changas
la moneda se juntó.

Y nos mandaron patrullas
queriendo desalojar,
y toditos nos quedamos
varias noches a aguantar.

Porque el barrio se movió
la esperanza creció,
como una florcita agreste
nuestro corazón se abrió.

Y vuelvo a la fábrica
vuelvo a creer.
Obrero soy sin patrón
que esta fiebre se haga ley.

Arbolito é uma banda de música criada em 1997 por estudantes de música formados na Escola de Musica Popular de *Avellaneda*, Buenos Aires. A banda se caracteriza por misturar diferentes estilos de músicas folclóricas da Argentina (*chacarera, huayno, saya, zamba, candombe*, entre outros) com rock e reggae. Os integrantes desta banda se destacam por suas habilidades multi-instrumentistas, sendo outra característica importante deste grupo suas letras com forte conteúdo social.

O nome da banda está inspirado na história de um indígena ranquel chamado Arbolito. De acordo com o que narra Osvaldo Bayer em seu livro *Rebeldía y esperanza*, este indígena teria decapitado o Coronel Rauch em vingança pelo genocídio contra os membros de sua comunidade. O oficial prussiano Rauch foi contratado em 1826 pelo governo de Bernardino Rivadavia, com a finalidade de matar os indígenas ranquels.

LISTA DE SIGLAS

ADS: Agência de Desenvolvimento Solidário.
ANERT: Asociación Nacional de Empresas Recuperadas por sus Trabajadores.
ANTA: Asociación Nacional de los Trabajadores Autogestionados.
ANTEAG: Associação de Trabalhadores em Autogestão.
BADESC: Banco do Estado de Santa Catarina.
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul.
BROU: Banco da República Oriental del Uruguay.
CAF: Comissão Administrativa Financeira.
CAU: Conselho Administrativo Unificado.
CND: Corporación Nacional para el Desarrollo.
CGT: Confederación General del Trabajo
CTA: Central de los Trabajadores Argentinos.
CUT: Central Única de Trabalhadores.
CUDECOOP: Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas.
FACTA: Federación Argentina de Cooperativas de Trabajadores Autogestionados
FCPU: Federación de Cooperativas de Producción de Uruguay.
FEENCOTER: Federación Nacional de Cooperativas de Trabajo y Empresas Reconvertidas.
FERCOOTRA: Federación de Empresas Recuperadas y Cooperativas de Trabajo.
FRETECO: Frente Revolucionário de Empresas Recuperadas em Cogestão e Ocupadas da Venezuela
FGTS: Fundo de Garantia por tempo de Serviço.
FONDES: Fondo para el Desarrollo.
GBA: Gran Buenos Aires.
INAES: Instituto Nacional de Economía Social.
INDEC: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos.
INTI: Instituto Nacional de Tecnología Industrial.
ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.
INACOOOP: Instituto Nacional del Cooperativismo.
LATU: Laboratório Tecnológico de Uruguai
MEPACC: Mesa pela Autogestão e Construção Coletiva
MERCOSUR: Mercado Común del Sur
MIEM: Ministério de Indústria, Energia e Mineração.
MNER: Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas.
MNS: Movimento Negro Socialista.

MNFRT: Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores.
MPF: Ministério Público Federal.
MST: Movimento Sem Terra.
MTD: Movimento de Trabajadores Desocupados.
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
MTST: Movimento dos Trabalhadores sem Teto.
OIT: Organização Internacional do Trabalho.
PLR: Participação nos Lucros e Resultados.
PIT-CNT: Plenario Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores.
PTIC: Parque Tecnológico Industrial del Cerro.
SDTS: Secretaria de desemprego, trabalho e solidariedade.
SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego.
SEDAI: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais.
UNISOL: União e solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo.
UDELAR: Universidade da Republica.
UEC: Unidade de Estudos Cooperativos.
UNASUR: Unión de Naciones Suramericanas.
UOM: Unión Obrera Metalúrgica.
UPEA: Unión Productiva de Empresas Autogestionadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O COOPERATIVISMO: RESSURGIMENTO DE UMA PROPOSTA ALTERNATIVA AO SISTEMA CAPITALISTA	24
1.1 Antecedentes históricos do cooperativismo.....	24
1.1.1 Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825).....	27
1.1.2 Robert Owen (1771-1858).....	28
1.1.3 François Marie Charles Fourier (1772-1837).....	31
1.1.3.1 Antecedentes históricos do Falanstério do Saí.....	32
1.1.4 Pierre Joseph Proudhon (1809-1865).....	34
1.2 Uma visão antropológica - histórica sobre a Economia Solidária.....	41
1.3 A Economia Solidária (ES).....	48
1.4 O trabalho no interior dos empreendimentos autogestionários.....	52
1.5 A economia Solidária no âmbito institucional no Brasil.....	56
1.6 Conclusões do capítulo.....	61
2. O DIREITO DO TRABALHADOR AO TRABALHO, NOVOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: AS ERTs NO BRASIL	65
2.1 O contexto sociopolítico econômico na década de 1990.....	65
2.2 Os sujeitos sociais e as principais características das ERTs.....	71
2.2.1 As primeiras experiências de ERTs no Brasil.....	73
2.2.2 As alianças com os movimentos sociais.....	76
2.2.3 A relação com os sindicatos.....	81
2.2.4 Marco legal e econômico.....	83
2.2.5 Organização do trabalho.....	85
2.2.6 Relação com a sociedade e a universidade.....	86
2.3 Conclusões do Capítulo.....	88
3. AS EXPERIÊNCIAS DE ERTs QUE REIVINDICAM A ESTATIZAÇÃO: CIPLA/INTERFIBRA, FLASKÔ, PROFIPLAST	91
3.1 Breve resenha história do processo de industrialização catarinense.....	91
3.2 Formação do grupo econômico Hansen.....	95
3.2.1 A Cipla.....	97
3.2.2 Interfibra.....	101
3.2.3 Profiplast/Unipol.....	103
3.2.4 Flaskô.....	106
3.3 Os diferentes caminhos andados.....	108
3.3.1 O Movimento de Fábricas Ocupadas e suas alianças.....	113
3.4 Conclusões do capítulo.....	120
4. AS EXPERIÊNCIAS DE LUTA DAS ERTs NO ESTADO DE SANTA CATARINA: AUTOGESTÃO E COOPERAÇÃO	
4.1 Os mineiros da Cooperminas.....	123
4.2 Os metalúrgicos da Coopermetal.....	129

4.3	Os trabalhadores da Coopermaq.....	138
4.4	Os trabalhadores da CDM.	143
4.5	Conclusões do capítulo.....	151
5.	SEMENTES DE ESPERANÇA: O MOVIMENTO DAS ERTs NA AMÉRICA DO SUL.....	154
5.1	As estratégias sócio-políticas da Região Sul da América Latina.....	154
5.2	As ERTs na Argentina.....	159
5.2.1	O surgimento.....	159
5.2.2	A formação legal dos empreendimentos.....	163
5.2.3	Perfil dos trabalhadores.....	166
5.2.4.	A produção.....	167
5.2.5	Relação com o governo, os movimentos sociais e os sindicatos.....	168
5.2.6	Relações com a comunidade e a universidade.	172
5.3	As ERTs no Uruguai	174
5.4	O contexto favorável para as ERTs na Venezuela.....	184
5.5	Conclusões do capítulo.....	188
	CONCLUSÕES.....	191
	REFERENCIAS.....	198

INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho causadas principalmente, a partir da década de 1990, pela intensidade das medidas de corte neoliberal implementadas pelos governos de vários países de América Latina, trazem como consequência o fato de que uma enorme proporção da classe trabalhadora seja deslocada das relações salariais tradicionais, e forçada, dessa forma, a criar novas formas alternativas de fonte de trabalho.

Neste contexto, surgem na década de 1980, as primeiras experiências de empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs), convertendo-se em uma forma de resistência da classe trabalhadora diante o desemprego e um processo de luta pelo reconhecimento aos direitos não reconhecidos pelos capitalistas. Inseridas no contexto econômico capitalista e submetidas ao jogo político do estado burguês, os trabalhadores destas experiências são levados, de alguma forma, a lutar contra as normas e as leis estabelecidas, para levar adiante o processo de recuperação e poder dar continuidade à produção.

O fenômeno das ERTs insere-se, assim, em um processo global de luta, no qual os trabalhadores devem se associar para agir coletivamente em busca de alternativas ao desemprego, através de uma proposta exploratória de modalidade autogestionária, em contraposição aos valores hegemônicos individualistas do capitalismo.

Por isso, perante o desafio de administrar as unidades produtivas, os trabalhadores buscam apoio e estabelecem alianças e parcerias com outros sujeitos sociais, tais como: pesquisadores, dirigentes políticos e sindicais. Dessa forma, se organizam por meio de práticas coletivas, a fim de fundar novas organizações e movimentos para constituir novas forças sociais e políticas em busca de legitimidade.

Em virtude disso, nos últimos anos foram aumentando gradualmente o número de instituições e os programas de apoio e fomento constituídos pelos próprios governos dos diferentes países. No entanto, apesar de vivenciarem processos econômicos similares (implementação de políticas neoliberais nos anos 1990, precarização das condições laborais, aumento do desemprego, fechamento de pequenas e médias empresas) em cada um dos países, as ERTs se apresentam de uma maneira particular, condicionada por seu próprio contexto cultural, político, econômico e social. Diante dos diversos contextos, os trabalhadores, os dirigentes políticos e os movimentos sociais adotam diferentes ferramentas com a finalidade de dar continuidade aos empreendimentos.

No decorrer dos últimos anos, e com o intuito de enfrentar as adversidades, se organizam vários encontros e congressos sobre a temática das ERTs, autogestão e cooperativismo. Nesses encontros, participam trabalhadores, dirigentes sindicais, políticos, jornalistas e pesquisadores, de diversos países de distintas regiões do mundo, com o objetivo de relatar e intercambiar suas experiências e conhecimentos.

Dessa forma, os encontros abrem espaço para o debate e a articulação entre os distintos sujeitos sociais envolvidos, e para relatar os avanços e retrocessos na luta dos trabalhadores pela autogestão a fim de construir alternativas frente às crises provocadas pelo capitalismo global.

Os encontros cumprem um papel fundamental, pois os trabalhadores percebem que não estão sozinhos, descobrem que existem outras experiências de recuperadas no âmbito regional, nacional e internacional, as quais vivenciam circunstâncias similares e obstáculos semelhantes. Portanto, com esses encontros se promove a possibilidade de criar laços de solidariedade e redes de apoio.

Dessa forma, em volta do movimento das ERTs, se abre um conjunto de processos sociais, dinâmicas políticas, estratégias jurídicas e desenvolvimentos econômicos que proporcionam a esta problemática uma grande complexidade e riqueza. Nesse sentido, com as ERTs, surgem novos laços sociais, não isentos de conflitos, em um ambiente social formado pelos distintos atores (mercado, estado, sociedade civil) e fatores (econômico, social, político, social e jurídico), onde os atores, que se encontram em diferentes escalas de poder, tentam ter acesso a diversos recursos para alcançar a continuidade dos empreendimentos.

Percebemos que apesar do fenômeno das ERTs ter surgido na década de 1990, com uma diminuição no número de experiências nos últimos anos, ainda não se apresenta como um processo acabado ou fechado. Muito pelo contrário, está em permanente definição e redefinição, pois estas são experiências dinâmicas que estão em disputas constantemente.

Em virtude disto, existe hoje em dia, um aumento na quantidade de pesquisas realizadas sobre as ERTs.¹O interesse neste fenômeno pelos

¹ Holzmann, 1992; Fantin, 1992; Tiriba, 1994; Wabner Pupe, 1996; Sardá de Faria, 1997; Souto, 1997; Martins, 1998; Candido Giraldez Vieitez e Neusa Maria Dal Ri, 2001; Machado da Silva, 2001; De Fátima Maciel, 2001; Holzmann, 2001; Tadashi Oda, 2001; Hecksher, 2002; Parra, 2002; Hillesheim, 2002; Lima, 2003; Esteves, 2004; Nunes Galvão, 2004; Nascimento, 2004; Rufino, 2005; Nascimento, 2005; Gracieli Rambo, 2006; Amaral Marques, 2006; Novaes, 2007; Henriques, 2007; Bandeira Antunes de Azevedo, 2007;

pesquisadores foi ampliando-se e aumentando notavelmente, devido principalmente, à relevância que foi adquirindo o fenômeno nos últimos anos, tanto nas áreas da economia, como da engenharia, e da sociologia, desvendando assim, a importância das ERTs nos diversos âmbitos.

Diante do exposto, a pesquisa centra-se em abordar as características do movimento de empresas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil, Argentina e Uruguai. Para atingir as características das recuperadas, tomamos como referência de análise, as experiências de cinco ERTs situadas no Estado de Santa Catarina, Brasil.

Com o intuito de realizar a construção conceitual das ERTs, consideramos fundamental analisar a discussão histórica sobre estas experiências, pois a ocupação de espaços fabris tem sido uma estratégia do movimento obreiro em diferentes épocas e lugares. Nesse sentido, busca-se estabelecer nexos entre as diversas lutas da classe operária com a finalidade de encontrar fatos permanentes no desenvolvimento da história de luta que é presente. Em outras palavras, poder estabelecer nexos históricos permite que cada experiência de luta não apareça como um acontecimento isolado, e sim, como estratégias dos trabalhadores e expressões de um conjunto de relações históricas frente às crises estruturais do capitalismo.

Para analisar a emergência atual do movimento de ERTs, é necessário, em primeiro lugar, reconstruir as condições históricas que fizeram possíveis estas práticas, ou seja, situar o horizonte onde adquirem significação. Assim, apresentaremos as principais características, contradições e pontos de inflexão do regime social de acumulação no Brasil, que conseqüentemente, levaram aos processos de recuperações, junto com o ressurgimento da Economia Solidária e cooperativismo.

Em segundo lugar, a seguinte pesquisa centra-se na descrição da forma em que se estruturam as ERTs, sobre as diferentes estratégias e ações de enfrentamento adotadas pelos trabalhadores para conseguirem se apropriar dos meios de produção e da retomada dos postos de trabalho, assim como também, mostra a percepção dos trabalhadores frente às novas circunstâncias. Os trabalhadores, além de preservar os postos de trabalho, começam a estabelecer elementos de autonomia e ação coletiva no interior das unidades produtivas, o que implica em

Paulucci, 2007; Kleinman, 2008; Chaves, 2008; Pereira Caramelo, 2009; Esteves, 2010; Schumacher Bail, 2010; Camargo da Fontoura, 2010; Lombardi Verago, 2011; Pinheiro Leal, 2011; Da Cunha Toledo, 2011; Henriques, 2013.

novas relações de trabalho e mudanças na gestão dos empreendimentos. De fato, os trabalhadores deixam de ser assalariados para converterem-se em cooperados e associados.

Buscamos ao longo da pesquisa, explicitar as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas na luta pela sobrevivência, abordando os desafios relativos à gestão dos empreendimentos, à cultura de trabalho, ao mercado em que se inserem e os aspectos legais.

Perguntamo-nos sobre as relações de forças, que se desenvolvem conjuntamente com movimento, analisando as políticas públicas implementadas pelos governos, e as relações com as organizações e movimentos sociais, com os sindicatos e as universidades. Assim como também as alianças e parcerias estabelecidas entre as ERTs no âmbito regional, nacional e internacional.

Pretendeu-se com a pesquisa, conhecer o movimento das ERTs e estabelecer as condições possíveis para sua viabilidade a longo prazo. Não há aqui, uma busca do que deveria ser o ideal, nem julgamentos, nem críticas às condições dadas.

Metodología de pesquisa

Em minha dissertação de mestrado “O internacionalismo e as Fábricas Recuperadas” realizada no Programa de Pós graduação na Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, e defendida em 2007, realizei um estudo de caso sobre a empresa recuperada Cipla, situada na cidade de Joinville. Esta empresa chamou minha atenção por ser uma experiência singular. Junto com outras empresas recuperadas do Brasil, ela fazia parte do “Movimento de Fábricas Ocupadas”, que reclamava ao governo a estatização sob controle operário. Deste modo, as ERTs que participavam do movimento, como nesse caso, a Cipla, se diferenciavam da maioria das outras empresas recuperadas, que optaram pela constituição de uma cooperativa.

Naquele momento, a proposta da minha pesquisa foi analisar as rupturas e continuidades no processo produtivo da empresa, assim como o significado da luta pela estatização. A pesquisa também enfocou em como aquele movimento social ganhou adeptos, possibilitando a formação de redes de apoio financeiro e técnico em nível nacional e internacional.

Não obstante, embora a Cipla tivesse, naquela época, um lugar no mercado interno e internacional, um dos grandes problemas que se apresentou foi a recusa por parte do governo em estatizá-la. Depois de

cinco anos de gestão sob o controle obreiro e a luta pela estatização, em maio de 2007, a empresa sofreu um processo de intervenção que desarticulou a luta que os trabalhadores vinham gestando. A decisão de intervenção veio do governo federal, do INSS e do Ministério da Previdência Social, com a justificativa de cobrar as dívidas acumuladas pelos antigos donos desde 1998.

Após finalizar a pesquisa e concluir o mestrado retornei à Argentina, meu país de origem. Lá começaram novamente minhas inquietudes e questionamentos em relação ao que estava acontecendo com as ERTs. Que representam hoje as empresas recuperadas? Quais são seus maiores obstáculos? Quais são suas alianças com os governos, os sindicatos e a sociedade? Como continua a questão legal e jurídica da propriedade dos meios de produção? Vem se implementando políticas públicas tendentes que considerem as novas necessidades dos trabalhadores das empresas recuperadas? Os trabalhadores possuem conhecimento sobre o cooperativismo e sobre as práticas autogestionárias? Que tipo de alianças se constrói para sustentar o processo de recuperação e produtivo?

Diante do exposto acima, decidi pesquisar novamente as experiências de ERTs, sobretudo do Brasil, e comecei a me interessar pelas diferentes práticas e formas de participação que foram se gestando durante a última década e, das quais, emergiam novos atores sociais e novos vínculos sociais e políticos.

Ao longo de minha pesquisa, tive a oportunidade de participar de vários encontros e congressos, a saber:

- O Encontro Pan-Americano em defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, organizado nas instalações da Cipla, em Joinville, Santa Catarina, Brasil, em 2006. Convêm salientar, que a partir deste momento conforma-se uma aliança entre as empresas recuperadas de Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

- Em 2009, se realizou o segundo encontro na Venezuela com a finalidade de dar continuidade ao I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas realizado em Caracas, Venezuela em 2005. O Encontro foi organizado pelo Movimento de Fábricas Ocupadas do Brasil, por militantes trotskistas do Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiado por movimentos como: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) e a Central Sindical PIT-CNT (Plenário Intersindical de Trabalhadores - Convenção Nacional de Trabalhadores do Uruguai). Nessa ocasião, participaram representantes dos países de Argentina, Uruguai, Brasil, Turquia, México, Canadá, Austrália e Espanha.

- A primeira edição do Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores”, realizado na cidade de Buenos Aires em Julho de 2007, convocado pelo Programa Faculdade Aberta da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, e co-organizado por instituições acadêmicas, organizações sociais e trabalhadores da Argentina e de outros países. Participaram desse evento, aproximadamente trezentas pessoas, entre trabalhadores, dirigentes e militantes de organizações sociais e políticas, pesquisadores, provenientes de diversos países, tais como: Argentina, Cuba, México, Peru, Colômbia, Chile, Brasil, África do Sul, Alemanha, Croácia, Estados Unidos e Canadá. O objetivo do encontro foi debater o papel dos trabalhadores na gestão da economia a partir de suas experiências na autogestão, construindo um espaço de intercâmbio entre acadêmicos, militantes e trabalhadores acerca dos problemas e das possibilidades da autogestão e da regeneração de um projeto político-econômico.

- Em 2009 se realizou a segunda edição do Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores” novamente na cidade de Buenos Aires, organizado pelo Programa de Faculdade Aberta.

- Em 2011, se organizou o III Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores” na cidade de México, através de uma parceria entre o Programa de Faculdade Aberta com o departamento de Relações Sociais da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Xochimilco.

- Em 2013, o IV Encontro Internacional aconteceu nas instalações da Universidade Federal da Paraíba. Nessa oportunidade foi organizado pelo núcleo de pesquisa INCUBES/UFPB, o Programa Faculdade Aberta, o SOLTEC/UFRJ e o Departamento de Relações Sociais da UAM-Xochimilco (México). Participaram aproximadamente 300 pessoas, entre trabalhadores, pesquisadores, militantes de movimentos sociais de Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Porto Rico, México, Cuba, Espanha, Inglaterra, Austrália e África do Sul. O encontro analisou questões relacionadas com a luta dos trabalhadores, nas diferentes perspectivas e contextos nacionais, articulando o mundo acadêmico comprometido com essas lutas. Este encontro se estruturou em torno de diversas mesas temáticas e grupos de trabalho. As mesas temáticas foram: a crise global e as respostas dos trabalhadores; autogestão e sindicalismo; empresas recuperadas na América do Sul; o trabalho informal e precário; os avanços e dificuldades em experiências de autogestão; a autogestão e as novas formas de organização do trabalho; os movimentos sociais em América latina e o ressurgimento do projeto socialista.

- Recentemente, entre os dias 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2014, se realizou o I encontro regional Europeu, “A economia dos trabalhadores”, nas instalações da empresa recuperada Fralib², na cidade de Marselha, no sul da França, como uma continuidade dos outros encontros internacionais. O encontro foi organizado pelo Programa Faculdade Aberta da Universidade de Buenos Aires, a Associação Autogestão - França, a rede workerscontrol.net, o projeto Officine Zero (Itália), o ICEA (Instituto de Ciências Econômicas e Autogestão -Espanha) e a Aspas (Associação de Solidariedade com a América do Sul - França). Participaram do encontro representante dos seguintes países: Argentina, Uruguai, Brasil, Alemanha, Espanha, Grécia, Itália, França.

Assim mesmo, desde que comecei minha pesquisa de doutorado, tive a oportunidade de participar de vários dos encontros mencionados acima, os quais me permitiram conhecer os trabalhadores de diferentes experiências de ERTs do Brasil, da Argentina e do Uruguai, assim como também, dirigentes dos movimentos sociais e pesquisadores de outras Universidades.

Dessa forma, abriu-se a oportunidade de participar como pesquisadora no levantamento das empresas recuperadas no Brasil, coordenado pelo professor titular Renato Dagnino, da Universidade Estadual de Campinas. O projeto financiado pelo CNPq envolveu diversos pesquisadores de distintas áreas (engenharia, sociologia, economia)³ e núcleos universitários: Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI/UNICAMP), Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ), Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP), UFOP/Ouro Preto e João Monlevade, CEFET-RJ/Nova Iguaçu, Organizações & Democracia (Org & Demo) UNESP-Marília, Núcleo de Estudos em Tecnologias Sociais

² A fábrica produz chá, da marca centenária Elephante criada em 1892. A empresa foi comprada pela multinacional Unilever em 1972. Teve as atividades interrompidas pela transferência da produção para a Polônia, visando menores custos trabalhistas. A fábrica está hoje sob o controle dos trabalhadores.

³ Flávio Chedid Henriques, Vanessa Moreira Sígolo, Sandra Rufino, Fernanda Santos Araújo, Vicente Nepomuceno, Mariana Baptista Giroto, Maria Alejandra Paulucci, Thiago Nogueira Rodrigues, Maíra Rocha Cavalcanti, Maurício Sardá de Faria, Renato Peixoto Dagnino.

(NETS/UFVJM) e Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES/UFPB).⁴

A pesquisa realizada se inspirou e tomou como base os sucessivos levantamentos realizados na Argentina (Ruggeri et al., 2005, Ruggeri et al., 2010; Fajn 2004). Com o levantamento no Brasil, se registrou um total de 67 ERTs atualmente funcionando, das quais, a equipe de pesquisa conseguiu visitar 52, com o intuito de conhecer as unidades produtivas e aplicar um questionário aos trabalhadores, baseado no modelo original utilizado no mapeamento das ERTs na Argentina, com algumas adaptações. No questionário, se abordavam diferentes questões, tais como: o início dos processos de recuperação, organização do trabalho, aspectos legais, sobre a produção, relação com o sindicato, movimentos sociais, estado, comunidade e universidade.⁵

A partir do contexto exposto anteriormente, nosso objeto de pesquisa, em termos teóricos e metodológicos, está definido como processo, ou seja, ao ritmo das circunstâncias que podem ser registradas e analisadas na medida em que vão ocorrendo. Porém, o fato de pesquisar processos em curso traz alguns problemas de captação e registro, e também de conceitualização, devido principalmente, no que tange à análise das condições sociais e suas potencialidades. Ou seja, estamos pretendendo simultaneamente, conhecer o que realmente existe e ao mesmo tempo, estabelecer as condições possíveis.

Por sua vez, a definição do processo impõe uma perspectiva compreensiva, que considera que seus insumos não são dados objetivos, acessíveis pela simples observação, senão que, segundo Habermas, o processo requer uma participação em um processo de entendimento e desentranhamento de significados. (Habermas, 1988).

Ao longo dos anos de pesquisa, pude conhecer o funcionamento de várias ERTs, participar de algumas reuniões e assembleias, realizando a observação direta e a observação participante, que me permitiram ter uma visão ampla das situações as quais os trabalhadores atravessam.

Também realizei entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores a fim de oportunizar uma conversa mais aberta com os trabalhadores e ter a oportunidade de incluir avaliações pessoais e questões não levantadas pelos pesquisadores. Respeitando a confidencialidade e preservando a

⁴ Para mais informação sobre os núcleos ver: www.ige.unicamp.br/gapi/, www.soltec.ufrj.br.cirandas.net/nesol-sp; www.prac.ufpb.br/copac/incubes, www.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo.

⁵ Sobre todo o procedimento metodológico da pesquisa e a totalidade dos dados ver: Henriques et al. 2013.

identidades dos trabalhadores entrevistados, optamos por mudar os nomes, pois ao longo da pesquisa, se transcrevem testemunhos provenientes das entrevistas. O uso textual das entrevistas (limitado porque apenas faremos uso de alguns trechos) tem a finalidade de ilustrar ou aclarar os temas abordados, para colocar a força das palavras de quem faz parte do processo. Do mesmo modo realizei entrevistas com alguns atores-chave do Brasil e da Argentina, como dirigentes de movimentos sociais e das entidades governamentais, dirigentes sindicais envolvidos dentro do processo de recuperação de empresas.

A metodologia utilizada foi de corte qualitativo, dando ênfase ao aspecto relacional, e a coleção dos dados se logrou mediante a aplicação de técnicas qualitativas, também pela observação direta dos empreendimentos recuperados e pelas entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores e informantes-chaves, o que permitiu uma maior aproximação.

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Na análise de conteúdo, segundo Rocha e Deusdara (2005, p. 307) busca-se “alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto”. Para ambos os autores, a análise de conteúdo, mediante interpretação dos relatos, se propõe a ir além das “superfícies” do texto, buscando revelar os elementos ideológicos e subjetivos que se encontram escondidos nas narrativas (Rocha e Deusdara, 2005).

A pesquisa tem uma finalidade descritiva - compreensiva. Descritiva, enquanto se propõe a dar conta da história da recuperação das empresas e do desenvolvimento das parcerias; e compreensiva, pois não só aspira dar a conhecer, também busca entender as continuidades e rupturas nas relações dos atores sociais envolvidos no processo de recuperação das empresas. É possível classificá-la como exploratória, visto que iniciou com um estudo exploratório do contexto sociopolítico econômico, o qual permitiu explorar a temática, fornecendo elementos para a formulação de hipóteses. As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento.

Este tipo de pesquisas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Assim conduzir-se-ão as observações a partir de uma descrição da experiência tal como ela é. Os saberes, os sentimentos, as crenças, as

perspectivas, ou seja, o modo de pensar dos trabalhadores sobre a experiência que está sendo vivida. Para realizar a coleta e dados necessários para o desenvolvimento de pesquisa, utilizaremos as seguintes fontes de evidências: documentação, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante. A documentação consta de relatórios, recortes de jornais e artigos sobre a temática a pesquisar, estudo ou avaliações formais do mesmo local sob estudo, tanto por pesquisadores quanto por dirigentes políticos.

Também a pesquisa pode ser definida como do tipo teórico-empírica visando complementar os estudos teóricos já realizados por outros pesquisadores, junto com a pesquisa de campo.

As orientações metodológicas subsidiarão os momentos da pesquisa: a caracterização do universo das ERTs tem suporte no detalhamento de dados a serem levantados, assim como no que tange aos atores sociais envolvidos; quanto ao terceiro momento, o de análise qualitativa das experiências ele baseia-se num método operacional que nos permite identificar as rupturas e continuidades que os trabalhadores vivenciam logo após a recuperação.

A tese está estruturada em 5 capítulos, todos eles buscam ter uma abordagem, principalmente, tendo em consideração três perspectivas: o contexto socioeconômico e político onde se desenvolvem as experiências de ERTs, as estratégias adotadas pelos atores sociais, e as relações e laços sociais traçados entre os atores sociais (trabalhadores, dirigentes políticos e sindicais, comunidade, universidade).

O primeiro capítulo aborda o contexto sociopolítico e econômico do Brasil, as transformações estruturais e conseqüentemente as mudanças nas respostas ante as crises, tanto dos sindicatos quanto dos trabalhadores. Conforme Mészáros (2002), as crises que o capitalismo apresenta são decorrentes de sua própria transformação histórica. Nesse sentido, com efeito, a partir das crises dos anos 90 reaparecem diversos conceitos, tais como autogestão, autonomia, cooperativismo, solidariedade, completamente opostos aos valores do capitalismo.

Diante deste cenário, se produz uma mudança nas regras do jogo, com mudanças na agenda pública e na constituição de políticas de incentivo e fomentos para o cooperativismo, do governo brasileiro.

No segundo capítulo, a ênfase será colocada na definição conceitual e no significado das empresas recuperadas, assim como também, será apresentada a descrição das características da ERTs no Brasil, baseadas principalmente nos dados obtidos a partir da pesquisa realizada coletivamente com outros pesquisados, mencionada anteriormente.

No terceiro capítulo, se busca analisar a experiência dos Falasterio de Sai, no estado de Santa Catarina, inspirada nas ideias do socialista utópico, Fourier, a fim de desvendar a proposta histórica de formar comunidades alternativas, ainda que a experiência não tenha alcançado muito êxito. A seguir, será exposta a história do “Movimento das Fábricas Ocupadas”, e a análise das experiências de ERTs que fizeram parte dele.

No quarto capítulo, analisamos as experiências de ERTs no Estado de Santa Catarina, suas histórias, suas características, suas dificuldades, analisar as práticas sociais adotadas pelos trabalhadores com a recuperação das ERTs e o que houve depois de terem sido recuperadas, retomando a palavras dos trabalhadores.

Por fim, no quinto capítulo, abordamos o movimento de ERTs do Uruguai e da Argentina, da mesma forma que realizamos, ao longo dos outros capítulos, tentamos resgatar as histórias, as características, identificar as estratégias de luta dos trabalhadores, a relação destes com os sindicatos e com a comunidade. Também daremos ênfase às políticas públicas adotadas pelos diferentes governos e as alianças e parcerias que mostram a importância e a necessidade de construir um movimento internacional.

CAPITULO 1

O cooperativismo: ressurgimento de uma proposta alternativa ao sistema capitalista

La historia del capitalismo
es la historia de la piratería
organizada de unos pocos
apropiándose del trabajo de unos muchos

Ernesto Che Guevara

Neste primeiro capítulo busca-se analisar o contexto no qual estão inseridas as empresas recuperadas no Brasil: o desenvolvimento da denominada Economia Solidária (ES). Consideramos necessário analisar o surgimento do cooperativismo como um processo histórico em desenvolvimento. Nesse sentido, é importante apontar que o debate em torno dos sistemas alternativos de produção, tais como as ERTs, as quais, por meio da Economia Solidária, vêm ganhando destaque em vários países da América Latina e da Europa, já está colocado há mais de duzentos anos na história. Retomar um pouco da trajetória histórica desses sistemas pode auxiliar-nos para o entendimento das discussões atuais sobre o cooperativismo e autogestão.

1.1 Antecedentes históricos do cooperativismo

No Brasil as primeiras ERTs surgem uns anos antes do ressurgimento da denominada Economia Solidária (ES), pois segundo Paul Singer (2003),⁶ se começa a falar de ES no Brasil na década de 1980 e toma impulso crescente durante a segunda metade de 1990, como resultado de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa e à precarização das condições laborais.

⁶ Uma das principais figuras representativas relacionadas ao ressurgimento da Economia Solidária no Brasil, professor sociólogo e economista. Foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de junho de 2003, Singer foi denominado titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre muitas de suas contribuições no campo acadêmico podemos mencionar como exemplo sua ajuda na criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP em 1998.

Conforme Singer (2003) a unidade produtiva da ES materializa-se, principalmente pela cooperativa de produção, que pode coexistir no modo de produção capitalista, porque a ES é definida da seguinte forma:

Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente. (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação, repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado. (Singer, 2003, p.13).

No passado a proposta de formação de cooperativas foi criada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX.

Cabe mencionar que, na Inglaterra, com a introdução da máquina a vapor na indústria, se modificaram intensamente as relações de produção e a organização do trabalho, provocando, ao mesmo tempo, grandes transformações dentro da sociedade. De fato, a mecanização da indústria, na medida em que formava uma nova classe assalariada, promovia a exploração do trabalho e as condições subumanas de vida: extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas; condições insalubres de trabalho; arregimentação de crianças e mulheres como força de trabalho mais barata etc.

Ao longo desse período, emergiram na Europa, diversas propostas e experiências como formas alternativas de produção, sob a influência das

teorias do associativismo. Assim, as primeiras cooperativas que surgiram na Inglaterra e na França baseavam-se especialmente nas idéias dos chamados socialistas utópicos: Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Proudhon (1809-1865).

A denominação de “utópicos” foi dada por Engels, segundo Teixeira (2002), com o intuito de mostrar a ambigüidade destas teorias, as quais apresentavam projetos de superação da sociedade sem dar atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos da mesma.⁷

Nesse sentido, estes pensadores além de fazerem uma crítica ao sistema vigente, idealizavam um novo modelo de sociedade fundamentada em valores contrários aos da sua época. Eles aspiravam uma reforma política e social da sociedade em direção à implementação do socialismo. Deste modo, os socialistas utópicos viam no desenvolvimento da cooperativa uma via alternativa ao capitalismo ascendente. Segundo Teixeira (2002),

Os socialistas utópicos foram reformadores sociais que conceberam fantásticos sistemas de organização da sociedade; sua pretensão era defender os interesses da humanidade como um todo, impondo o império da razão e da justiça eterna. (p.28)

Assim sendo, as primeiras idéias cooperativistas tinham como objetivo incorporar outros valores no processo produtivo, partindo de uma nova e diferente concepção do trabalho, onde se desenvolveriam os benefícios da cooperação como: a participação, a democracia, a solidariedade, a equidade e a justiça.

⁷ Marx e Engels em “Do socialismo utópico ao socialismo científico” designaram estes autores dessa maneira para mostrar a ambigüidade de suas idéias e propostas. A palavra socialismo surgiu quase simultaneamente na França e na Inglaterra, na década de 1830, com um significado pouco preciso, mas em geral usada em oposição ao individualismo. Posteriormente passou a ser associada ao movimento de formação de cooperativas, só mais tarde adquiriu seu conteúdo atual, para designar um sistema social contraposto ao capitalismo. Já a palavra “utopia” faz referência ao livro “Utopia” Thomas Morus (1478-1535), publicado em 1516. Nesse sentido, “Os utópicos tinham não só uma consciência crítica dos males do presente, como apresentavam um projeto de futuro que implicava a superação da sociedade de seu tempo”. Ver: Teixeira, 2002, p.29.

Segundo Buber (1971), os socialistas utópicos

São considerados frutos de uma época em que a indústria e, portanto também o proletariado, ainda não se havia desenvolvido. Foi a impossibilidade de compreender e dominar o “problema” proletariado que deu ação ao aparecimento desses sistemas, que só poderiam ser imaginários, fantásticos e utópicos e que, no fundo, propunham a abolição de uma diferença de classes que estava apenas começando a processar-se e que, um dia, iria provocar a “transformação geral da sociedade.” (p. 10).

A seguir, apresentaremos brevemente alguns aspectos das teorias dos socialistas utópicos mencionados anteriormente.

1.1.1 Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825)

Saint-Simon nasceu o dia 17 de outubro em Paris, dentro de uma família aristocrata. Aos dezessete anos entrou no exército, onde combateu como capitão da artilharia em Yorktown na Guerra da Independência dos Estados Unidos, entre os anos 1779 e 1783. Quando retornou à França, abandonou o seu título nobiliário e aderiu aos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa. (Garteiz-Aurrecoa, 2012).

Após sua participação na Revolução Francesa, fundou o jornal “L’industrie”. Tornou-se crítico do iluminismo, pois acreditava que este movimento não refletia suficientemente sobre as condições históricas e sociais da sociedade de sua época.⁸

A partir de 1802, Saint-Simon começou a escrever sobre política, filosofia e economia, e, no mesmo ano, enquanto estava em Genebra, na Suíça, publicou seu primeiro livro: “Lettres d’un habitant de Genève à l’humanité”, que, em 1803 ganhou uma nova versão, intitulada “Lettres d’un habitant de Genève à ses contemporains”.

⁸ O período que antecede ao movimento de Saint-Simon na vida política refere-se ao momento em que a Revolução Francesa guinou rumo à reação, fato que tornou possível a ascensão de Luis Bonaparte (1778-1846) e a concentração da riqueza nas mãos de um número pequeno de burgueses.

Para Saint-Simon, a ciência e o progresso humano eram de grande importância para a sociedade. Acreditava que a classe industrial era fundamental, pois “alimenta a sociedade” (Teixeira, 2002: 47). Essa classe engloba todos os homens envolvidos na produção de bens materiais, como camponeses, artesãos, e banqueiros.

De acordo com Teixeira (2002), Saint-Simon acreditava na virtude das elites e considerava a desigualdade natural e benéfica. Entretanto, foi crítico da ordem social vigente no que se referia à melhoria da “existência moral e física da classe mais pobre” (Teixeira, 2002, p. 48). Saint-Simon contestava a ordem da sociedade vigente, porquanto proclamava claramente a “transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos da produção”. Ou seja, Saint-Simon sugeria a proposta de um socialismo de Estado dirigido por macro-estruturas produtivas públicas, coletivizando a propriedade dos meios de produção.

Na análise dos reformistas sociais saint-simonianos, a abolição da propriedade teria que ser alcançada gradualmente por meio da aplicação de uma série de medidas adequadas, que, aliás, a Grande Revolução já tinha iniciado. Essas medidas consistiam na aplicação de altos impostos sobre a herança, o que permitiria ao Estado se apropriar de uma parte das propriedades outrora transmitidas por via hereditária de uma geração à outra. A herança individual, por efeito dessas medidas, ir-se-ia sensivelmente reduzindo.

O abandono voluntário da propriedade por parte de seus possuidores e a supressão legal da herança viriam assim a constituir o Estado saint-simoniano regulador supremo do trabalho, chefe e diretor absoluto das três grandes funções da vida social: arte, ciência e indústria (Kropotkin, 1916, p. 155).

No texto “A Parábola”, de 1810, Saint-Simon manifestou seu desprezo e sua crítica aos militares, aos políticos e aos representantes da Coroa, que segundo ele, não deixavam a França progredir nas ciências, nas artes e nos ofícios. As doutrinas sociais de Saint-Simon influenciaram, segundo Kropotkin (1916), todos os reformadores sociais de sua época, que acreditavam que, com o fim do trabalho assalariado, desapareceria também, a propriedade individual dos meios de produção.

1.1.2 Robert Owen (1771-1858)

Owen descendente de uma família pobre, filho de pai ferreiro e encarregado de correio, nasceu o dia 14 de maio em Newton, País de Gales. Owen trabalhou durante vários anos como gerente de uma fábrica

de algodão na cidade de Manchester, até convencer os sócios a adquirirem outra fábrica de algodão em New Lannark, na Escócia. Nessa nova fábrica, a proposta de Owen foi criar um modelo contraposto à sociedade capitalista emergente: ao invés de explorar aos operários, Owen buscou tratá-los de tal modo que eles não se sentissem apenas como uma parte da produção, e sim como parte de um ambiente agradável, sem conflitos e desigualdades. (Garteiz-Aurrecoa, 2012).

Dessa forma, Owen alcançou grandes transformações para a época, no que diz respeito às condições de trabalho, tais como: reduzir a jornada de trabalho a 10 horas diárias (quando o habitual era de 15-16 horas), não admitir o trabalho de menores de 10 anos (prática muito comum na Inglaterra naquela época), e inibir o consumo de bebida alcoólica. Ele também fundou escolas para os filhos dos trabalhadores, e conseguiu decretar a primeira lei que limitou o trabalho da mulher e das crianças nas fábricas. Além disso, organizou algumas cooperativas de consumo e de produção com o intuito de vender bens e produtos alimentícios a preços justos, calculados conforme o número de horas trabalhadas na produção; além disso, fundou caixas de previdência para assistência médica e amparo à velhice.

Owen conseguiu colocar em prática suas idéias reformistas, sempre no sentido de melhorar a vida dos trabalhadores e seus familiares. Entretanto, não se encontrava satisfeito com essa experiência, pois ela ainda não propiciava o desenvolvimento da classe trabalhadora: apenas enriquecia aos proprietários da fábrica. Pois todas as melhorias resultaram em uma maior produtividade do trabalho, proporcionando assim, grandes lucros. (Teixeira, 2002).

Por isso, Owen começou a interessar-se pela criação de uma sociedade comunista e pelo fim da propriedade privada. Dessas e de outras questões, nasceu a ideia da criação de comunidades igualitárias. Conceito que ele tentou pôr em prática com a fundação, na América do Norte, da comunidade New Harmony: “a primeira aldeia cooperativa experimental de que se tem notícia” (Motta, 1987, p. 12).

O objetivo dele foi fundar as chamadas Aldeias Cooperativas, nas quais as pessoas poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras aldeias cooperativas, sendo que algumas deveriam ser agrícolas e outras industriais. As aldeias estariam situadas do lado das fábricas e os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente. Se praticaria a remuneração igualitária e os vínculos seriam de solidariedade na produção, no consumo e em todas as áreas da vida social.

A base de seu ideal comunista consistia em que todos os membros da comunidade seriam considerados como parte de uma imensa e mesma família, na qual todos teriam direito à alimentação, ao vestuário, à educação e à moradia. Owen sugeria o trabalho coletivo, destacando a importância do cooperativismo e criticando a propriedade individual, porque considerava que esta última era a causa da pobreza e do egoísmo.⁹

Em 1829, de volta à Inglaterra, Owen aproximou-se das associações de artesãos e aderiu ao movimento sindical, onde atuou durante trinta anos, representando todos os movimentos sociais de interesse da classe trabalhadora.

Ao contrário de seus contemporâneos, Owen buscava testar suas proposições baseadas na valorização, organização e na distribuição do trabalho na prática social e econômica. Graças à sua posição social, ele conseguiu financiar seus próprios projetos e, dessa forma, suas propostas tiveram maior destaque e prestígio entre os socialistas utópicos.

Entretanto, ao formular sua teoria comunista, ele apresentou três obstáculos no caminho para a reforma social: a propriedade privada, a religião e o matrimônio. Estes fatores o levaram a perder a posição social que ele detinha até então, passando a ser ignorado pela imprensa e arruinado devido às suas fracassadas experiências comunistas, as quais, inclusive, o levaram a sacrificar toda sua fortuna.

Seus discípulos colocaram em prática suas idéias, e suas propostas contribuíram para a fundação de uma cooperativa de consumo que reuniu 28 tecelões e se chamou: "A Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale" (1844). Os Pioneiros fundaram diversas cooperativas de produção, de crédito e de consumo, tais como: fábrica de sapatos e tamancos, fiação e tecelagem, uma cooperativa de habitação e uma

⁹ Também autores como Bakunin (1979) acreditam que “a única forma da emancipação do homem em face de opressão tirânica exercida pela natureza exterior sobre cada um é o trabalho coletivo” (p.4). Convoca em “O Socialismo Libertário”, os trabalhadores a se associarem, a formarem organizações coletivas a fim de ensaiarem relações solidárias diferentes das praticadas na sociedade capitalista. O autor não acredita no potencial das cooperativas e demais organizações coletivas para a emancipação do trabalhador, mas reconhece que tais formas de organização podem ajudar a preparar as organizações do futuro. (Bakunin, 1979)

sociedade de beneficência que prestava assistência médica, entre outras atividades.

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale cresceu imensamente, alcançando um considerável número de sócios. Em 1848 eram 140 membros, e em 1849, passou a ter 390 membros, o que representava um significativo mercado consumidor. A sociedade mostrou durante um tempo uma enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos de mercado e fez tudo isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. Foi a harmonização entre os aderentes da ideia de Rochdale que possibilitou o crescimento do cooperativismo, tornando-o assim um modelo, e ao mesmo tempo, um espelho para as gerações cooperativistas futuras. Dessa forma, o exemplo de Rochdale irradiou pela Inglaterra. Seus seguidores sugeriam que houvesse uma defesa econômica dos trabalhadores contra um capitalismo concorrencial e excludente.

1.1.3 François Marie Charles Fourier (1772-1837)

Nasceu o dia 7 de abril 1772, em Besançon, França. No plano das ideias, ele foi o primeiro a formular o conceito de associação como forma ideal de organização econômica. Segundo este pensador, o trabalho associado era a forma essencial do trabalho humano. Ele concebeu uma comunidade ideal denominada “falanstério”, em que os trabalhadores realizariam rodízio nas suas funções e o trabalho seria voluntário. Ou seja, assim, o trabalho não seria considerado um sofrimento e sim uma atividade atraente, prazerosa e plena. Conforme Fourier, a finalidade da ordem societária consistia em associar o passional com o material, conciliando, dessa forma: as paixões, os gostos, o caráter, os instintos e as desigualdades. (S.Thiago, 1995).

A sociedade imaginada por Fourier estaria formada por falanges nas quais grupos de homens e mulheres trabalhariam para um fundo comum e a divisão das riquezas seria em função da contribuição de cada indivíduo. As falanges deveriam ser constituídas por, no máximo, umas 1800 pessoas, porque Fourier acreditava que um grupo de mais de 2000 pessoas geraria confusão e complicação, enquanto que um de menos de 1600 pessoas, deixaria a falange frágil em suas ligações e sujeita a falhas no mecanismo com lacunas de atração industrial. (S.Thiago, 1995).

As falanges conformar-se-iam por uma associação de várias famílias e as funções seriam divididas por diferentes atividades, como por exemplo: domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, ensino,

estudo e emprego das ciências e das artes. Também as falanges possuiriam, em cada uma delas, seu próprio falanstério: espaço criado especialmente para abrigar, além de todos os membros, a biblioteca o berçário, a escola, o teatro e o armazém para uso de toda a comunidade.

De acordo com Kropotkin (1916), as falanges resolveriam o problema da troca e da distribuição dos produtos de primeira qualidade. Porém, a comuna não seria proprietária dos produtos armazenados, mas sim sua depositária, atuando como intermediária de recepção e distribuição, sem fins lucrativos; uma espécie de cooperativa de consumo e comercialização.

1.1.3.1 Antecedentes históricos do Falanstério do Saí.

Em 1842, no estado de Santa Catarina, numa região vizinha à cidade de Joinville, próximo à atual cidade histórica de São Francisco do Sul, surgiu no Brasil uma das primeiras tentativas de fundar uma comunidade socialista. A experiência tratou-se especificamente de um projeto de colonização da região coordenado pelo francês Benoit Jules Mure, médico homeopata da cidade de Lyon que aderiu ao fourierismo quando vivia na Sicília em 1839. A proposta de Mure consistia em organizar uma colônia inspirada sob os ideais do socialista utópico François Marie Charles Fourier. (S.Thiago, 1995).

Com esse objetivo, em novembro de 1840, Mure desembarcou no Rio de Janeiro como representante da Union Industrielle.¹⁰ Aos poucos, começou a fazer amizade nos meios intelectuais e políticos com o fim de propagar no Brasil as ideias do sistema associativo¹¹ e difundir seu projeto, utilizando-se das experiências e do ótimo andamento com que vinham tendo os falanstérios na Argélia, na França e na Alemanha. A proposta consistia em formar uma sociedade baseada na prática associativista, montando um projeto de modernização industrial a partir

¹⁰ A Union Industrielle foi criada na França com a finalidade de divulgar e apoiar a implantação de uma comunidade societária no “Novo Mundo”. Era composta por pessoas dispostas a viverem uma vida falanstérica nas terras brasileiras, segundo os preceitos de Fourier.

¹¹ As idéias socialistas começaram a ser difundidas no Brasil pelo engenheiro Louis Léger Vauthier. Ele saiu da França em 24 de Julho de 1840 com destino ao Recife. Relacionou-se com muitos intelectuais pernambucanos e contribuiu com o estudo da sociedade brasileira. Mas foi com o Dr. Mure que as idéias e o projeto de uma vida falanstérica foram propagados.

da vinda de especialistas franceses no Brasil, até então predominantemente agrícola. (S.Thiago, 1995).

De fato, era uma proposta alternativa como portadora de um método colonizador que adaptaria as inovações tecnológicas européias às necessidades imigratórias brasileiras. Por esse motivo, o projeto despertou o interesse e apoio das autoridades brasileiras, assim como também dos grandes proprietários interessados em beneficiar-se do empreendimento porque viam nesta proposta a possibilidade de iniciar o processo de industrialização no país.

Vale ressaltar que Brasil atravessava um período de reformas sociais, tanto o governo imperial quanto alguns setores das elites aspiravam transformar lentamente o Brasil monárquico rural e escravista em uma república oligárquica moderna industrializada e urbanizada. (S.Thiago, 1995).

Com o propósito de alcançar seus objetivos, Mure adaptou os ideais defendidos por Fourier para a construção do falanstério, outorgando destaque ao desenvolvimento industrial, pois certamente conhecia o interesse brasileiro na imigração de técnicos industriais. O projeto de organização da produção da colônia estava bem mais afinado com o industrialismo de Saint Simon do que com as idéias de Fourier. Ao contrário de Owen e Sant Simon, Fourier via na agricultura o caminho necessário para desenvolver uma nova sociedade e recomendava a indústria unicamente como um complemento da agricultura.¹²

Por fim, os apoios do coronel local, Oliveira Camacho, e do presidente da Província de Santa Catarina, Antero Ferreira de Brito, foram fundamentais para obter ajuda financeira do Governo Imperial do Brasil para dar início ao projeto. O governo ofereceria um adiantamento monetário com o fim de custear o transporte das primeiras famílias de imigrantes franceses que se estabeleceriam na região da Península do Saí.¹³ Mure receberia um adiantamento de 10 mil contos de reis para proceder a construção de ranchos para as famílias e iniciar o plantio de

¹² Para Fourier o objetivo do falanstério consistia em garantir aos seus sócios um mínimo vital de subsistência, a ser obtida não através de um salário, mas pela participação de todos na produção da unidade. Produção organizada basicamente sobre a exploração da terra e não da indústria. No ideal da cidade perfeita, 7/8 dos habitantes seriam agricultores e apenas 1/8 cientistas, artesão e capitalistas responsáveis pelo financiamento das atividades econômicas da comunidade.

¹³ Em Julho de 1841, a Câmara de Deputados aprovou um empréstimo de 64 contos de réis, para apoiar o início do projeto.

produtos que contribuíssem para sua subsistência, ou seja, uma espécie de fundo para sustentação durante os primeiros períodos, até que a colônia conseguisse sua auto-sustentação. Inclusive, Mure conseguiu apoio da imprensa da época, tendo o Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, divulgado amplamente, debatido e incentivado seu projeto associativo.

No dia 11 de dezembro de 1841 foi aprovado o contrato que instituiu a emigração da França para o Brasil de aproximadamente 500 pessoas, que estabelecer-se-iam nas terras concedidas para iniciar a construção da colônia Industrial. (S. Thiago, 1995).

Entretanto, na França o clima era de euforia, ansiedade e otimismo entre os adeptos dispostos a embarcarem numa viagem ao “Novo Mundo” em busca de novas oportunidades.¹⁴ Os interessados tinham a ilusão de construir um novo tipo de relação social, produtiva e ética. A possibilidade de viver harmonicamente numa comunidade utópica no Brasil era uma decisão de natureza idealista, principalmente pela base sólida que a proposta do governo brasileiro oferecia, concedendo terras e financiando o projeto. Eles acreditavam que o sistema associativo baseado na proposta falansteriana de Fourier duplicaria a produção, e como consequência, a vida tornar-se-ia mais digna, próspera e feliz.

Os imigrantes interessados em partir eram em sua maioria parisienses de origem urbana com diferentes ofícios, tais como: artesãos, alfaiates, boticários, bombeiros, chapeleiros, carreteiros, cirurgiões. A maioria deles possuía uma situação econômica estável e vivia em condições muito melhores que a maioria da população miserável da França.¹⁵

Em 14 de dezembro de 1841, o porto de Rio de Janeiro foi o cenário da chegada dos primeiros 100 franceses adeptos às ideias de Fourier que logo continuariam caminho para o estado de Santa Catarina, para iniciar o projeto do futuro falanstério.

Os franceses, quando se dispuseram a aventurar-se para o Brasil, certamente imaginavam desenvolver seus ofícios e artes, num lugar onde as condições mínimas de sobrevivência estariam resolvidas. No entanto, ao chegar ao sítio, encontraram exclusivamente mata a ser explorada e sem as mínimas condições de transporte nem infraestrutura, portanto tiveram que iniciar suas atividades do zero.

¹⁴ Mais de 2.000 pessoas se candidataram e apenas 1.000 foram selecionadas para empreender a viagem. (S.Thiago, 1995).

¹⁵ Naquela época, a história na Europa delineava os caminhos sendo traçados pelo capitalismo em plena consolidação. (Hobsbawm, 1981).

Assim sendo, a Colônia do Saí iniciou sua produção com apenas 20 franceses: uma parte dos colonos dedicou-se à pesca numa ilha próxima, outros se ocuparam dos trabalhos de ferraria, da olaria e da serraria. Nos pastos próximos iniciaram a criação de gado, cultivo de plantas européias, fabricação de carvão para a forja. Em pouco tempo, conseguiram construir uma olaria de tijolos e novos estabelecimentos agrícolas. (S.Thiago, 1995)

No entanto, os primeiros conflitos ocorreram entre os colonos chegados da França por diversos motivos: as adversidades do lugar inóspito, as divergências pessoais e políticas entre os membros, a falta de estrutura, as dificuldades da chegada das pessoas (pela dissidência de vários integrantes e a dispersão de vários imigrantes destinados à Colônia), a localização inadequada. Também o emprego de mão de obra local trouxe novos problemas de relacionamento e a quebra de confiança em todos os níveis, entre os colonos, entre as lideranças e com as figuras representativas do governo (tanto do Rio de Janeiro quanto com os dirigentes políticos da província).

Com esse cenário, o apoio prometido pelo governo foi limitado, não existia a mesma disposição em investir no empreendimento que não demonstrava o menor traço de progresso. Tudo isso fez com que a experiência resultasse muito frágil e vulnerável, induzindo ao fracasso. (Güttler, 1994).

Em 1843, Benoit Mure abandonou o falanstéiro e decidiu partir rumo à cidade de Rio de Janeiro, onde fundou a primeira clínica homeopática, que logo em seguida se expandiria para outras cidades e estados, convertendo-se, dessa forma, em um dos primeiros divulgadores dessa medicina no Brasil. Finalmente, em meados de 1844 a colônia foi desativada com o descrédito do Governo brasileiro. (S.Thiago, 1995).

Note-se, no entanto, que as dificuldades materiais encaradas pela colônia eram as mesmas enfrentadas por qualquer outra empresa colonizadora da época, não obstante, tinham o diferencial do impulso idealista de seus integrantes. Por isso, Güttler (1994) desconsidera que a dissolução do falanstério tenha sido por conta das dificuldades de sobrevivência ou do processo de produção (visto que haviam passado por dificuldades para comercialização do material produzido nas colônias, por falta de mercado). O autor relaciona o fim das colônias principalmente com as primeiras intrigas e a conseqüente separação dos imigrantes, fato que trouxe perdas materiais significativas e a impossibilidade de unir moradias, cozinhas, depósitos, adegas e a força de trabalho que garantiria uma maior economia com a produção associada. (Güttler, 1994).

Embora a experiência tenha sido de curta duração, isto é pouco mais de dois anos e apenas com aproximadamente 220 franceses instalados, entre 1842 e 1843, adquiriu relevância histórica, pois deu início a amplos debates sobre temas fundamentais no Brasil tais como: a necessidade de implementar diversas reformas sociais, a importância de iniciar o processo de industrialização, sobre a abolição da escravatura e a modernização do Brasil. (Güttler, 1994).

1.1.4 Pierre Joseph Proudhon (1809-1865)

Nasceu em 1809 na cidade de Besançon. Seu pai era cervejeiro e sua mãe cozinheira. Começou seus estudos no colégio real de Besançon graças ao apoio financeiro de uma bolsa de estudos, mas logo foi obrigado a interromper os seus estudos em 1827 para trabalhar como tipógrafo em uma imprensa situada na cidade de Bellevaux. (Teixeira, 2002).

Proudhon é considerado o principal autor anarquista que contribuiu para a construção de propostas “autogestionárias”. Segundo Proudhon, a autogestão é a negação da burocracia e de sua heterogestão, que separa artificialmente uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos. Conforme Teixeira (2002, p.39), foi um “reformador social e um anarquista que sonhava com uma França povoada por artesãos e pequenos proprietários”.

Durante o período em que Proudhon viveu e realizou suas críticas ao modelo de sua época, a França atravessou duas fases muito diferentes: durante a primeira metade prevaleceu uma sociedade pouco desenvolvida e ainda camponesa; na segunda metade, o desenvolvimento industrial tornou-se mais acelerado. O país vivia um período marcado pela herança dos “25 anos revolucionários”. (Teixeira, 2002, p.38).

Em 1838, Proudhon reforçou a tese de que os próprios trabalhadores deveriam atingir uma transformação social, mas isso não se empreenderia através da revolução política, e sim, pela vivência e organização direta de instituições sociais alternativas.

Segundo Proudhon, o responsável pela apropriação da riqueza por poucas pessoas, e, por conseguinte, o principal problema da sociedade, era o sistema de crédito e juros. Por isso, ele imaginava um sistema de empréstimo sem juros. Segundo Teixeira (2002), Proudhon pode ser caracterizado como pré-capitalista e não anticapitalista, porque, segundo suas análises, a propriedade privada torna possível a apropriação do trabalho dos outros, através dos juros. Por isso, um dos principais

objetivos de sua teoria era abolir os juros no sistema capitalista e não a propriedade capitalista. Em 1840, Proudhon publicou seu livro “Qu’est-ce que la Propriété?” no qual define a propriedade como um roubo.

Entre as idéias de Proudhon que influenciaram o movimento anarquista, podemos mencionar: o horror à democracia e ao Estado e a aversão à autoridade. Conforme Proudhon, a formação de uma sociedade contratual, em que as forças econômicas realizariam suas próprias trocas em relações recíprocas livremente debatidas, a ordem entre elas viria espontaneamente da ação dos produtores e de sua autogestão. As instituições do mutualismo, segundo Proudhon seriam: os seguros mútuos, os créditos mútuos, o ensino mútuo, as garantias recíprocas de escoamento, a troca, o trabalho, o produto de boa qualidade e de justo preço. (Teixeira, 2002).

Essa sociedade contratual poderia ser formada no próprio sistema capitalista, já que Proudhon considerava que, mesmo nas sociedades autoritárias, a sociedade econômica pode criar o seu próprio organismo, sua própria constituição social. Ou seja, a proposta seria a de que a sociedade se autogestionasse e dessa forma abolisse o Estado. Os poderes políticos seriam substituídos pelas forças econômicas, os contratos entre cidadãos, comunidades e as empresas substituiriam as leis, as profissões e funções especiais supririam as antigas classes hierarquizadas. A força pública seria substituída pela força coletiva, os exércitos pelas companhias industriais e a repressão policial seria substituída pela identidade de interesses. (Motta, 1981).

Na sociedade concebida por Proudhon, cada indivíduo, grupo social, município, companhia operária teria sua própria soberania, se autogovernaria e se relacionaria livremente com outros indivíduos ou agrupamentos. Nesse sistema, o valor de todos os produtos poderia ser expresso de acordo com a quantidade de trabalho social necessário para a produção, e todas as trocas entre produtores poderiam ser efetuadas por intermédio de um Banco Nacional ou Banco do Povo, que aceitaria como pagamento “bônus de trabalho”. O Banco do Povo estaria também habilitado para facilitar empréstimos às associações de trabalhadores para incrementar a produção, empréstimos tais que seriam dados em “bônus de trabalho”, sem objetivo de lucro. Consistiria apenas em uma taxa anual como cobertura de despesas administrativas.

Nessas condições, o capital emprestado sem juros perderia inteiramente o seu caráter pernicioso e não poderia, portanto, ser

empregado como instrumento de exploração.¹⁶ Proudhon acreditava que seria possível criar, por esses meios, uma rede de artesãos independentes, camponeses e associações de operários que, desse modo, sairiam do sistema capitalista e chegariam, eventualmente, a uma transformação pacífica da sociedade. (Kropotkin, 1916; Motta, 1981)

Em 1848, Proudhon foi representante na Assembléia Nacional e em 1849, foi acusado por ter desferido ataques violentos ao então presidente eleito Luis Napoleão. De acordo com Woodcock (2002), Proudhon fugiu após ter apelado à sentença de sua prisão e então, antes de ser preso definitivamente por três anos, liquidou o Banco do Povo com receio de que caísse em mãos erradas.

Na prisão, Proudhon escreveu o livro “Ideia Geral da Revolução no Século XIX”, considerado por Teixeira (2002), uma obra-prima do pensamento anarquista no qual ele apresenta a revolução como um fenômeno necessário, uma consequência que não pode ser evitada. Nesta obra, Proudhon argumenta que a revolução seria necessária no século XIX, já que a Revolução Francesa de 1789 teria conseguido realizar metade das tarefas propostas, pois ela apenas se preocupou com as transformações políticas e não deu atenção às mudanças econômicas exigidas pelo fim do feudalismo.

O principal problema, para Proudhon, encontrava-se dentro do Governo, por isso seria necessário construir um novo “edifício das instituições industriais” para substituir o domínio governamental. Para Proudhon, tal edifício seria construído por meio da associação, porém, “quando considerada um fim em si mesma, a Associação representa um perigo para a liberdade, mas, quando encarada apenas como um meio para atingir um fim maior, a libertação do indivíduo, ela pode ser benéfica” (Proudhon apud. Woodcock, 2002, p. 148).

A Revolução é uma força que nenhum poder consegue vencer, seja ele divino ou humano; sua tendência é crescer em função da própria resistência que encontra. Quanto mais a reprimires, mais aumentarás sua reação e mais irresistível tornarás sua ação, de tal modo que, para que uma ideia triunfe, não faz a menos diferença que tenha sido perseguida, atormentada e combatida desde o início ou que tenha surgido e

¹⁶ Proudhon fundou o Banco do Povo em 1849, reunindo 27 mil membros. Porém, o Banco nunca chegou a funcionar, por imprevistos na carreira jornalística e política do autor, segundo Woodcock (2002).

se desenvolvido sem encontrar obstáculos. (Proudhon apud Woodcock, 2002, p. 147).

Essa ideia de Revolução serve à concepção anarquista que vê a sociedade como parte do mundo da natureza, governada por forças determinantes que representam o domínio do destino, dentro de fronteiras nas quais o homem deve trabalhar para alcançar sua liberdade.

Sua obra “A Revolução Social”, publicada em 1852, foi apontada por socialistas da época como uma adesão a Napoleão III. Após este episódio, Proudhon voltou à oposição e foi novamente condenado e perseguido, tendo que se refugiar na Bélgica (Teixeira, 2002). Em 1862 foi anistiado e conseguiu retornar à França.

Teixeira (2002), considera que todos os socialistas utópicos tinham consciência dos males da sociedade de sua época e um projeto de sociedade futura que superava a sociedade de seu tempo. Os pensadores acreditavam que bastava a educação e a universalização do conhecimento científico para transformar a sociedade e o homem. Nesse sentido também, segundo Buber (1971)

Vimos que a finalidade do chamado socialismo utópico é substituir, tanto quanto possível, o estado pela sociedade e efetivamente por uma sociedade autêntica que não seja um estado dissimulado. Para o advento de uma sociedade autêntica são necessárias as seguintes condições: ela não pode constituir-se de um agregado de indivíduos que não estejam estreitamente vinculados entre si, pois sua coesão, nesse caso, só poderia ser mantida a custa de um princípio político de domínio e coação; deve compor-se de pequenas sociedades comunitárias e das federações dessas mesmas sociedades e tanto as relações entre os membros dessas sociedades como as das sociedades e federações entre si, devem ser determinado, na medida do possível pelo princípio societário e pelo de vinculação íntima, colaboração e auxílio mútuo. Dito com outras palavras: somente uma sociedade profundamente estruturada poderá substituir ao Estado. Esse objetivo, por sua própria natureza, não pode ser alcançado, exclusivamente através de uma mudança na ordem do governo, isto é, daqueles que detêm o poder em suas mãos e,

tampouco, unicamente através de uma modificação no sistema de propriedade, a saber, dos detentores dos meios de produção, nem por qualquer instituição ou lei que regule, exteriormente, as formas sociais de vida e, tampouco, pela ação conjunta de todos esses meios. (p.103).

Percebemos então que desde o início do processo de industrialização e do capitalismo incipiente, surgiram questionamentos e críticas ao sistema, colocando propostas alternativas para alcançar a emancipação social através da organização do trabalho, o fim da propriedade privada e o fomento do trabalho autogestionário e associativo. A cooperativa constituía-se, naquela época, como uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por uma dupla natureza: ela era, simultaneamente, uma entidade social e uma unidade econômica; e também uma sociedade de pessoas com o objetivo de desenvolver-se livremente.¹⁷

Segundo Teixeira (2002, p.10), as ideias cooperativas são recorrentes, mas as novas ideias se afirmam negando as anteriores, as quais acabam, por sua vez, condenadas ao esquecimento. Tempos depois, quando as ideias se tornam velhas, as anteriores são reinventadas, sobretudo, nas épocas de crise, quando se retomam velhas práticas de luta da classe trabalhadora, como a busca de soluções para os problemas de desemprego e para a ausência de alternativas governamentais de geração de renda. Assim, podemos dizer que tanto o surgimento das ideias cooperativistas quanto suas críticas, não são novidade de nossa época atual.

¹⁷ O cooperativismo enquanto prática econômica tem se baseado em um conjunto de sete princípios que são: o vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; o controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proventos; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa. (Birchall apud Souza Santos, Rodriguez, 2002, p. 34).

1.2 Uma visão antropológica - histórica sobre a Economia Solidária

Karl Polanyi nasceu em Viena, Áustria, em 25 de outubro de 1886 e morreu o dia 23 de abril de 1964. Filósofo, antropólogo e historiador da economia, escreveu no livro “A Grande Transformação” de 1944. Uma tese histórica, cuja principal contribuição foi resgatar a dinâmica dos sistemas econômicos nas sociedades pré-capitalistas para explicar as motivações do homem enquanto ser social, dentro de uma visão antropológica e histórica da economia.

Segundo Polanyi (2000), durante o desenvolvimento das sociedades primitivas, os incentivos da economia não eram direcionados pela busca da obtenção de lucro e de ganho. Percebe-se assim, que os sistemas econômicos nem sempre foram regidos e impulsionados pelas condições dos mercados. Eles eram considerados como uma mera função da organização social. A própria troca estava ancorada na reciprocidade e na redistribuição, imersa em relações sociais que configuravam um sistema econômico que outorgava garantia para a coesão e a estabilidade social.

Conforme Polanyi (2000) “no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana” (p.62); “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social.” (p.65)

Para uma melhor compreensão e exemplificação de ditos princípios, Polanyi recupera o conceito de dom e dádiva de Mauss (2003).¹⁸ A dádiva se caracteriza pela presença de atitudes de lealdade e cooperação baseadas nos vínculos de confiança entre os atores. Sua natureza é estabelecer relações através do circuito determinado por três momentos: “dar, receber e retribuir”. Ou seja, a dádiva consiste em qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar o recriar os vínculos sociais entre as pessoas formando assim, um sistema social.

¹⁸ Marcel Mauss (1872-1950) sociólogo e antropólogo francês. Ver: Henriques Martins, 2005.

Percebemos que o valor da dádiva consiste precisamente em demonstrar que os agrupamentos humanos acionam outros tipos de racionalidades, não instrumentais, para prover sua própria existência. E é justamente pelo fato de outras racionalidades e relações estabelecidas estarem intimamente associadas ao princípio da reciprocidade, que na verdade, pode se afirmar: são elementos coligados.

Segundo Polanyi (2000), a economia é um reflexo das relações sociais de uma determinada época, ou seja, as relações econômicas estão inseridas nas relações sociais. O autor considera que “independentemente da forma de organização da sociedade, o sistema econômico será sempre dirigido por motivações não econômicas” (p.67). De fato, nas sociedades primitivas a função econômica era assegurada por instituições sociais, por exemplo: o parentesco, a política e a religião.

Segundo Polanyi (2000) em todas as sociedades está presente (no mínimo) quatro princípios econômicos: *reciprocidade*, *redistribuição*, *administração doméstica* e *intercâmbio*. Cada um desses princípios se desenvolve em combinação com certos modelos institucionais: *simetria*, *centralidade*, *autarquia* e *mercado*.

A forma em que os princípios se aplicam é diversa e própria de cada sociedade histórica, que os institucionaliza em função de sua organização social vigente. Também são diversas as formas como eles se combinam em cada sociedade, podendo ser alguns predominantes e outros subordinados, ou marginais, em uma determinada organização social. (Polanyi, 2000).

Por um lado, “a reciprocidade atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, isto é família e parentesco” (Polanyi, 2000, p.67). O conceito de reciprocidade é definido como “uma forma de integração superior em virtude da sua capacidade de empregar a redistribuição e o intercâmbio como métodos subordinados”. (Da Vinha, 2001, p. 214).

Para alcançar uma relação desse tipo, é fundamental a existência de confiança. Para o autor, a reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre grupos ou pessoas que têm apenas a vontade de manifestar uma relação social.

Quando fala de *reciprocidade* como principio econômico, faz referência aos intercâmbios entre pessoas ou grupos que se relacionam entre si com uma posição similar no que diz respeito ao lugar que ocupam na sociedade. Podem ser recíprocos os intercâmbios entre: integrantes de um grupo familiar, de uma comunidade étnica ou territorial, de uma associação ou cooperativa, etc.

É necessário assinalar que o intercâmbio recíproco não implica em intercâmbio de equivalentes. Ele não é nem simultâneo, nem diferido no tempo. No ato de *dar* algo ao outro, o fato importante é o ato em si e não o conteúdo do que se dá. Por isso, o princípio de reciprocidade está estreitamente relacionado com o conceito e a prática do “dom”. A “tripla obrigação de dar, receber e devolver”, que constitui a regra social básica de numerosas sociedades, segundo estabeleceu Marcel Mauss em seu célebre “Ensaio sobre o dom” (1923-24).

El don puede ser definido como el ofrecimiento a otros de un bien o servicio, sin garantía o demanda de retribución, pero con esperanza de que habrá correspondencia, lo que puede establecer relaciones de alianza y amistad.” [Desde la perspectiva antiutilitarista, el don es considerado] “creador de alianzas, lazos afectivos y acciones solidarias, asemejándose a los motivos que empujan las relaciones sociales hacia la cooperación, por encima de cualquier interés. (Caillé, 2009^a, p. 115-116).

O “dom” -que se dá, em princípio, livre e gratuitamente- pode criar um vínculo social entre quem dá e quem recebe; quem recebe se sente na obrigação de devolver. Nessas relações existem tensões entre os pares: liberdade/obrigação e desinteresse/interesse, mas se considera que os primeiros elementos subordinam aos segundos. (Caillé, 2009^a).

O “dom” norteia a ação humana através de quatro motivos que ora se contrapõem, ora se aproximam: a obrigação e a liberdade, o interesse próprio, o egoísta e a simpatia pelo outro. A relação social através do dom é por meio da associação, o que, segundo Caillé, não explicaria apenas as sociedades arcaicas, mas também as atuais, através daquelas funções não submetidas à lógica do mercado, mas referentes às relações familiares, afetivas e nas associações voluntárias.

Por outro lado, o segundo conceito que coloca Polanyi (2000) é a redistribuição que: “pressupõe hierarquia e a obediência a parâmetros ou estratégias definidas pela instituição centralizadora” (Da Vinha, 2001, p.214). A redistribuição é o princípio segundo o qual a produção se faz entregue a uma autoridade central, e essa tem a responsabilidade de reparti-la.

A redistribuição como princípio econômico faz referência a um duplo fluxo de bens ou serviços que, em um primeiro momento, são entregues pelos integrantes de um coletivo ou comunidade para o centro

(que pode estar representado por uma pessoa ou instituição e que, também, pode exercer certa autoridade ou governo dentro do coletivo); e em um segundo momento (não necessariamente imediato) volta a ser distribuído entre os distintos membros da comunidade, mas com um critério diferente do movimento anterior. Uma redistribuição progressiva seria aquela que coleta certa quantidade de produtos os quais são logo distribuídos, outorgando maiores quantidades para aqueles que menos têm e/ou menos entregaram anteriormente.

Acertadamente, Polanyi (2000) observa que não se pode aplicar o princípio de redistribuição sem a presença de uma centralidade reconhecida por todos os integrantes de um determinado coletivo social. Essa centralidade pode estar representada por certos integrantes em acordos ou tradições próprias de cada sociedade, por exemplo: líderes políticos, religiosos, autoridades elegidas democraticamente ou não, etc.

Neste princípio, existe uma dimensão de obrigatoriedade diferente em relação ao anterior: a pertinência ao grupo ou à sociedade obriga a cada um de seus membros (indivíduos ou organizações) a fazer entrega dos recursos (bens, serviços, dinheiro) que se estabelecem por meio das normas (escritas ou tácitas) que regulam o coletivo, e que, também, podem estabelecer os critérios de redistribuição e dos direitos de cada parte em relação ao todo.

Em relação às instituições que conduzem os princípios, Polanyi descreve: por um lado a simetria, “se manifesta na dualidade, na existência de um parceiro. Por exemplo, entre duas aldeias, através do acordo de realizar as trocas de reciprocidade” (Da Vinha, 2001, p.212). Ou seja, a simetria se funda na afirmativa de que cada povo possui uma necessidade diferente de outro e essa realidade gera um equilíbrio e desencadeia a necessidade de dar e receber. Por outro lado, a centralidade “significa a entrega dos produtos a uma autoridade institucionalmente investida, responsável pela redistribuição em bases justas” (Da Vinha, 2001, p.212).

Neste ponto de vista, toda sociedade leva adiante certos processos econômicos institucionalizados, cuja função é produzir e reproduzir as condições materiais que garantam a perduração da vida, tanto humanas quanto da natureza. Ditos processos econômicos não são naturais, e sim, construções sociais e políticas que foram historicamente construídas, porém podem ser modificadas. Portanto, o sentido da economia (de toda economia, desde a perspectiva substantiva) é institucionalizar socialmente formas de produzir, distribuir e consumir que garantam a reprodução da vida social. (Coraggio, 2007).

Da análise histórica e da crítica à “sociedade de mercado” pelas suas consequências sociais e naturais, surgem então questões da necessidade de reinventar a economia na sociedade, de recuperar “as práticas sociais assim como os mecanismos institucionais que têm entrado e entram em contradição com o processo institucionalizado dominante de redução da economia à sua visão formal.” (Laville, 2009^a, p.60)

De forma mais ampla, essa proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com ajuda de uma organização social a qual, (...) fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar predominante. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico. (Polanyi, 2000, p.75)

Princípios de comportamento como esse, contudo, não podem ser efetivos a menos que os padrões institucionais existentes levem a sua aplicação. A reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem ajuda de registros escritos e de uma complexa administração apenas porque a organização das sociedades em questão cumprem as exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade. (...) Os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente. (Polanyi, 2000, p.68-69).

Concordando plenamente com esta observação, poderíamos agregar: particularmente nas empresas recuperadas, são também predominantes as práticas orientadas pelo princípio de reciprocidade, por se tratar de trabalhadores que livremente se associam, e o fazem mediante uma

estrutura que pressupõe a simetria. Neste marco, tomam decisões em conjunto, dividem as tarefas, devem confiar uns nos outros e respeitar os colegas como pessoas que estão agindo não só em função de seus próprios interesses individuais, senão também em função dos interesses do coletivo, resignando, (em parte), de benefícios pessoais para impedir que outros se prejudiquem (por exemplo: são comuns os empreendimentos que ante uma situação de crise, buscam conservar a totalidade dos postos de trabalho, renunciando a uma parte de suas retiradas).

Portanto, a perspectiva da dádiva apresenta a reciprocidade como um circuito helicoidal em que o “dar” é tão importante para o ser humano quanto o “receber”. Essa concepção teórica permite compreender a existência de outras formas de relação social que não somente estão baseadas na afetividade nem no parentesco da sociabilidade primária, ou constituídas a partir do mercado e do Estado, uma vez que, no âmbito da economia solidária e da autogestão, os vínculos entre estranhos não se valem de recursos coercitivos ou materiais. Pelo contrário, as relações se estabelecem por meio de uma reciprocidade voluntária que, baseada na solidariedade, na confiança e na alteridade, permite a autonomia individual sem romper o vínculo com o coletivo.

Tendo em vista estas considerações, pode-se afirmar que a ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão está orientada, fundamentalmente, pela reciprocidade entre os vínculos sociais, sobretudo os de confiança, estabelecidos no processo de trabalho.

Jean-Louis Laville, sociólogo e economista francês pesquisou e sistematizou os principais argumentos dos autores Karl Polanyi e, em menor medida, de Marcel Mauss. A partir dos conceitos de ambos os autores ele construiu um marco teórico denominado Economia Plural, colocando um enfoque que permite realizar uma crítica à economia atual e orientar as propostas alternativas, tanto teóricas como práticas.

Laville baseia-se em Karl Polanyi para distinguir três princípios de organização da atividade econômica: 1) o do mercado, baseado na livre concorrência entre indivíduos auto-interessados; 2) o da redistribuição, segundo o qual a esfera da produção deve remeter-se a uma autoridade central que se encarrega da distribuição dos bens; 3) o da reciprocidade, no qual as relações estabelecidas entre grupos ou pessoas são levadas a cabo visando à manutenção do laço social (Laville, 2004, p. 21-22).

Segundo este autor, ainda, através destes três princípios, a Economia pode ser dividida em três tipos: 1) Economia Mercantil, - a produção e distribuição são realizadas prioritariamente no mercado; 2) Economia não – mercantil, - a distribuição de bens e serviços se confia

prioritariamente pela redistribuição organizada pelo Estado; 3) Economia não – Monetária, - corresponde à forma na qual a produção e distribuição são realizadas através da reciprocidade que, em alguns casos, pode assumir uma forma monetarizada. (Laville, 2004, p. 22).

Nesta perspectiva a Economia Solidária não seria uma formação econômica baseada nas solidariedades recíprocas e distributivas, em oposição a uma baseada no princípio de mercado. A Economia Solidária seria, então, uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado, e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato. (França Filho; Laville, 2004, p.107).

Laville propõe aprofundar sobre a democratização da economia: entre outras coisas, ela implicaria submeter os mercados a uma regulação sob as regras da política democrática, e construir ou fortalecer instituições econômicas que se apoiam nos princípios de reciprocidade e redistribuição. Segundo Laville, a orientação de práticas sociais sob esses princípios constrói a chamada *solidariedade democrática*. Em termos gerais, se trata de rechaçar a mercantilização crescente da vida social e impulsionar todas aquelas políticas e propostas que apontam a *pluralizar* o econômico e *socializar* a economia. (Laville, 2004-2009b).

No marco da proposta geral de democratizar a economia, Laville outorga muita importância à proposta da ES, principalmente por duas razões fundamentais: i) porque se apoia em práticas sociais concretas e existentes (e não em formulações abstratas), e ii) porque não se apresenta apenas como uma proposta econômica (de *outra* economia), e sim, reivindica um projeto político que vem mostrando ao longo das últimas décadas que é capaz de construir e agrupar atores e movimentos sociais os quais podem influenciar na evolução da relação de forças no âmbito regional, nacional e internacional.

Así, emerge una concepción de cambio social en el cual ‘no prevalecen absolutamente esas alternativas revolucionarias y radicales, esas elecciones brutales entre dos formas contradictorias de sociedades’, sino ‘que es y será llevado a cabo mediante procesos de construcción de grupos e instituciones nuevas, al lado o por encima de las antiguas. (Mauss, apud. Laville, 2009b, p.162).

Complementando o que já foi mencionado anteriormente sobre a vinculação entre o conceito de solidariedade e os princípios de reciprocidade e redistribuição, cabe aclarar que o mesmo conceito de “solidariedade” está em discussão, e que segundo Laville pode remeter a projetos opostos: i) por um lado, uma *solidariedade filantrópica* concentrada na atenção do “urgente” sem enfocar nas causas, buscando assim preservar a “paz social” por meio de dádivas altruístas, voluntárias e paliativas, sem dar lugar à reciprocidade, e mantendo a desigualdade; ii) por outro lado, uma *solidariedade democratizante*, baseada na ajuda mútua e na ação coletiva reivindicativa que constrói auto-organização e movimento social, a qual supõe um reconhecimento de igualdade de direito e busca se “aprofundar” na democracia política mediante uma democracia econômica e social. (Laville, 2009c, p.350).

1.3 A Economia Solidária (ES)

Retomando as análises das propostas atuais sobre Economia Solidária na América Latina, segundo vários autores, sua expansão e seu desenvolvimento estão intimamente ligados à história do capitalismo. (Singer, 2003; Gaiger, 1996; Laville, 2004, Tauile, 2009).

Segundo Gutiérrez Gustavo Luis (1997),

As formas autogestionárias de organização da produção são uma constante no interior da produção capitalista, caracterizadas especificamente pela oposição aos seus valores e às suas práticas. As experiências de autogestão, em toda sua diversidade, se apresentam como um elemento constitutivo fundamental das lutas dos trabalhadores na história. (p.15)

A ES está conformada por iniciativas econômicas dos mais diferentes tipos: empresas recuperadas autogestionadas; bancos comunitários ou sistemas de micro finanças que atuam fomentando e organizando o comércio local de comunidades de baixa renda; associações de pequenos produtores agrícolas; cooperativas de trabalho e produção etc.

Segundo Paul Singer (2002),

O principal instrumento da chamada "economia solidária" tem sido a empresa cooperativa, que

consiste em um agrupamento de indivíduos para exercer uma atividade econômica de forma autogestionária. Em outras palavras, pessoas unidas para trabalhar e gerar renda sem ter patrões. Uma cooperativa não visa ao lucro: todos os participantes são sócios e têm direito a voto nas decisões e nas eleições de sua diretoria. Além disso, não existe o vínculo empregatício – os ganhos são repartidos de forma igualitária e não existe a figura dos donos dos meios de produção. (p.26).

Nesse sentido a Economia Solidária,

Se refere a organizações de produtores, consumidores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. Autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária. (Singer, 2003, p.116)

Por sua vez, a ES está marcada por uma tripla determinação: 1) um conjunto de iniciativas de distintos atores sociais que tratam de elaborar alternativas econômicas que garantam a reprodução ampliada de sua vida (Coraggio, 2007; Gaiger, 2004); 2) um projeto de transformação social que procura construir uma economia alternativa à dominante (Gaiger, 2004; Razeto, 2007); 3) uma disciplina teórica que considera a solidariedade e a cooperação como forças econômicas relevantes (Razeto, 2007).

Neste sentido, os processos autogestionados são aqueles em que as pessoas, aliadas por uma mesma perspectiva ou necessidade, encontram-se e desenvolvem atividades conjuntas em busca de uma saída para a crise do emprego e também para melhorar suas condições de vida e de trabalho. Conforme Singer (1998), a solidariedade na economia só pode existir pela organização igualitária dos que se associam para produzir, poupar, trocar, consumir. Com isso, o modo de produção cooperativo e solidário teria como princípios básicos: a propriedade coletiva do capital e a liberdade individual. A concepção de ES propõe uma lógica distinta

que não é similar nem ao funcionamento do mercado nem ao do Estado, mas sim a uma lógica híbrida, na qual se fundem diversas sociabilidades, tanto a pública quanto a privada.

Cabe destacar que vários países da Europa durante todo o século XIX, foram cenários de diversas formas de organização associativas operárias e também tiveram experiências de ocupações das instalações das unidades produtivas diante da fuga dos patrões ou abandono do controle produtivo. Portanto, convém destacar algumas das lutas históricas dos trabalhadores: o episódio da Comuna de Paris (1871); a Revolução Russa (1917); na Guerra Civil Espanhola, de 1936 até 1939; a Revolução Húngara, de 1956, quando surgiram os conselhos na revolução; o movimento de Maio de 1968, na Europa; a Revolução dos Cravos, em 1974, em Portugal quando eclodiram as comissões de trabalhadores e as experiências coletivistas; e a criação do sindicato Solidariedade, na Polônia, em 1978. (Sardá de Faria, 2005; Gracia, 2012).

Percebemos pelos fatos históricos e pelos teóricos da época, que já desde o fim dos anos 1960, a idéia de autogestão tornou-se, de forma crescente, assunto das discussões políticas em vários países. Por exemplo, na França, para designar a experiência político-econômica-social da Iugoslávia de Tito, quando esta rompeu com o stalinismo. Vale dizer que o conceito de autogestão teve seu apogeu em maio de 1968, com o movimento estudantil e, depois, com as empresas recuperadas pelos seus trabalhadores, cujo exemplo mais famoso foi o da fábrica de relógios Lip.¹⁹

A fim de analisar o significado da autogestão no contexto atual, Novaes e Sardá de Faria (2011), o definem como uma utopia militante, termo utilizado por Paul Singer (1998), para designar um projeto de organização societária que está em processo de produção da vida material, a chave para a superação do modo de produção capitalista e a transformação do mundo social. Ou em outras palavras o que deveria ser. Pois, a autogestão busca ampliar as formas da democracia direta no interior dos empreendimentos produtivos, combinando-a, com instâncias de representação. Mais, a economia solidária hoje na América Latina não está inserida, como em outros momentos históricos, nos processos revolucionários socialistas, como foi o caso das diversas revoluções ocorridas no leste europeu.

¹⁹ Para maior informação sobre as experiências dos trabalhadores da empresa Lip e sobre a Revolução dos Cravos ver: Sardá de Faria, 2011.

Segundo Sardá de Faria (2005), a autogestão exige a superação da condição parcializada, fragmentada e inferiorizada dos trabalhadores no interior do processo de produção das condições materiais de existência. Em outras palavras, de alguma forma os processos autogestionários significariam a transcendência, parcial e limitada do atual contexto de alienação, ou seja, a superação da exploração econômica e a opressão política.

A parcialização das atividades é substituída pelo trabalho coletivo e pelo rodízio dos trabalhadores nos diferentes postos de trabalho, além da revogabilidade dos cargos, para que todos os trabalhadores conheçam todas as etapas do processo produtivo e haja a sociabilização com os colegas de trabalho. Além disso, o autor destaca que os trabalhadores em empreendimentos autogestionários adquirem a possibilidade de circular livremente por toda a empresa. (Sardá de Faria, 2005).

Dessa forma, as práticas solidárias englobam a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, o desenvolvimento autossustentado, e responsabilidade social. Incorpora-se a isso, a formação das redes de movimentos sociais e de organizações que possibilitem o fortalecimento desse ideário, seja como redes de comércio justo²⁰, seja pelo fortalecimento dessas organizações através da troca permanente de informações e produtos que resultam na formação das redes globais de economia solidária a partir da realização dos Fóruns Mundiais Sociais.

Entendemos que o movimento da Economia Solidária na América Latina vem se fortalecendo e ganhando força com a mobilização internacional, como modelo de enfrentamento e oposição às propostas neoliberais características da década dos anos 1990. A organização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM)²¹, nos dias 28 e 29 de janeiro de

²⁰ É a articulação das relações econômicas baseadas na solidariedade e não apenas uma relação comercial. Onde a troca entre os envolvidos produtor, distribuidor e consumidor é norteada para o desenvolvimento solidário e sustentável na qual o pequeno produtor e/ou a agricultura familiar tenha projeção em sua condição econômica resultando em preço justo aos produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos. Ver: www.justatrama.com.br/ www.sebrae.com.br/ COTERA, A. 2009, pg. 60-67.

²¹ O Fórum Social Mundial (FSM) consiste em um evento organizado por movimentos sociais de distintos países, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. O número de participantes tem crescido nas sucessivas edições do Fórum: durante o primeiro fórum participaram aproximadamente 15.000 pessoas e em 2009, umas 120 000 pessoas, com. O Fórum se realizou em várias oportunidades 2001, 2002, 2003 e

2001 em Porto Alegre, sob o lema: “Outro Mundo é Possível” permitiu articular os diversos atores que emergem nos distintos continentes e atravessam uma transição da resistência na busca de alternativas.

Nota-se que, dentro do fórum, foi organizada a oficina “Economia solidária e autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda”. De lá para cá, o crescimento e a difusão da ES em vários países é notório, convertendo-se em um fenômeno internacional.

Assim como também cresceu notoriamente o número de investigadores e pensadores nos últimos anos e a quantidade de estudos sobre a economia solidária, empreendimentos autogestionários, cooperativas e ERTs nos diferentes países da Região Sul de América latina. Os pesquisadores, apesar de suas diferenças teórico-epistemológicas, analisam as distintas e heterogêneas realidades de seus respectivos países com elementos prescritivos. Entre eles, podemos mencionar como exemplo: Luiz Razzeto (2007) no Chile, Anibal Quijano (1998) no Peru, Coraggio (2007) na Argentina e, como foi mencionado anteriormente, Paul Singer no Brasil.

1.3 O trabalho no interior dos empreendimentos autogestionários

Conforme Vietez Giraldez - Dal Ri (2001, p.36) as organizações autogestionadas “estão baseadas sobre uma relação de trabalho distinta da relação capital-assalariamento. O trabalhador típico da autogestão é o associado e não o assalariado”. Os autores afirmam,

No sistema autogestionário, o controle do trabalho, que é uma categoria de exercício despótico da burguesia na fábrica, é modificado. As empresas autogestionadas começam a construir uma nova categoria, que se denominara, regulação do trabalho. As principais modificações

2005, 2012 em Brasil na cidade de Porto alegre capital do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2004 se realizou na Índia, na cidade de Mumbai: em 2006 foi policêntrico, ou seja, ocorreu de forma descentralizada, em três cidades: Bamako (Mali); Caracas (Venezuela), e Karachi (Paquistão). A sétima edição foi realizada em Nairóbi, no Quênia. Em 2009 se realizou novamente no Brasil, em Belém, capital do Estado do Pará. No seu décimo ano, o Forum descentraliza-se em pelo menos 27 eventos espalhados pelo mundo. Em fevereiro de 2011 aconteceu em Dakar, Senegal; o ultimo foi em Túnis. Ver: www.forumsocialmundial.org.br.

que serão abordadas referem-se a quatro temas sobre os quais a regulação incide, a saber: a divisão do trabalho fabril em funções intelectuais e manuais, o parcelamento minucioso das funções, o ritmo e a análise do processo de trabalho. (Giraldez-Dal-Ri, 2001, p.50).

Singer (2003) considera que a transição do antigo vínculo estabelecido entre operário-patrão para uma igualdade entre cooperados é um processo muito difícil. Porque a alteração requer um verdadeiro processo de aprendizagem do novo papel e das oportunidades e responsabilidades.

Em vários trabalhos, Lia Tiriba (1994, 2001) destaca o potencial pedagógico do trabalho associado e autogestionado. A autora enfatiza nos condicionamentos culturais para a sustentabilidade dos empreendimentos e nas necessidades vinculadas na formação dos sujeitos para sua construção. A autora adverte que o desenvolvimento da nova cultura do trabalho requer tempos e recursos amplos, e por isso, esse processo está diretamente vinculado à possibilidade da ação estatal neste campo.

Em relação ao processo específico da transformação cultural, Tiriba (2001), analisa a importância e a necessidade dos processos pedagógicos e a aprendizagem a partir da prática produtiva e participativa, para gradual apropriação por parte dos trabalhadores dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento e o fortalecimento dos empreendimentos: “resgatar o ‘trabalho como ‘principio educativo’, não só como principio também como fim educativo, no sentido de contribuir para tornar viáveis os empreendimentos” (Tiriba, 2001, p.6).

Este espaço de produção de saberes no trabalho deve entender-se em um sentido amplo:

En este nuevo tiempo, además de las actividades prácticas para ‘hacer que funcione’ el emprendimiento, aún están presentes los momentos de reflexión, de socialización del saber, de la creación de nuevos conocimientos y valores, de articulación con la comunidad y con los demás movimientos asociativos. (Tiriba, 2007, p.209).

A autora entende que uma nova cultura do trabalho “não se produz somente a partir do espaço da produção, senão também nos diversos espaços/redes que constituem o sujeito” (Tiriba, 2007, p.201).

Continuando com essa linha, coloca a necessidade de integrar, redirecionar, transformar o sistema educativo formal em função desta proposta, assim como, também, fortalecer e articular os processos de educação popular e formação contínua existente. (Tiriba, 2000).

Atualmente dentro das 67 ERTs pesquisadas no Brasil, 43 delas (88%) afirmam terem realizado alguma alteração na organização do trabalho. As principais mudanças citadas foram: descentralização de poder e nível hierárquico; colaboração, comprometimento e motivação; rodízio e polivalência; flexibilidade (horário, função, posto de trabalho); melhoria do diálogo e relacionamento; autonomia e liberdade e acesso à informação. Estes dados indicam uma ênfase dada pelos trabalhadores nas entrevistas para as mudanças relacionadas à superação das relações de patrão-empregado e da subordinação existente na empresa anterior. (Henrique, et al 2013)

As alterações referidas com maior frequência estão interligadas, sugerindo que os trabalhadores associados, ao assumirem a gestão da empresa, se destacam ampliando sua responsabilidade, compromisso e motivação para o bem-estar da empresa. Também, verificamos que 60% (24 ERTs) já realizaram algum tipo de rodízio de atividades laborais. Essa característica é uma importante inovação de processo dentro das experiências, uma vez que permite aos trabalhadores conhecer todo o sistema produtivo. (Henriques et al. 2013).

Contudo, as ERTs se caracterizam, antes de tudo, como um processo em construção onde as relações de trabalho entre as pessoas devem ponderar o seu dimensionamento humano enquanto trabalhadores que produzem e tomam decisões. Quando falamos em gestão democrática dentro dos empreendimentos, significa que os trabalhadores devem poder decidir sobre todas as questões que acontecem no interior da cooperativa, tanto administrativas quanto econômicas, como, por exemplo: metas de produção, política de investimentos, modernização, retiradas e política de pessoal, fornecedores.

Segundo Tiriba (2008), o trabalho autogestionado pode entender-se como “uma atividade econômica caracterizada pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens e serviços e pela participação ativa dos trabalhadores nas decisões da organização” (p.83). Também Singer (2007) enfatiza que a prática da autogestão em uma organização econômica implica em propriedade do capital repartida entre todos os sócios por igual e os mesmos direitos de participar nas decisões e na eleição de representantes e autoridades.

A experiência do trabalho associado e autogestionado se propõe a motivar os processos de formação, construção de novos saberes, assim

como o avaliar e a revalorizar saberes prévios dos trabalhadores envolvidos. Isto significa um recurso muito valioso, fundamental para o desenvolvimento das iniciativas deste tipo. Além disso, segundo Tiriba (2007), as experiências abrem a possibilidade para uma formação de uma “nova cultura do trabalho”, alternativa à assalariada e capitalista predominante e hegemônica, sobre a qual podem apoiar-se os diversos projetos e instituições que apontam para a construção de outras formas de fazer economia, mais democráticas.

Na perspectiva de uma nova cultura do trabalho, os saberes do trabalho associado e autogestionado necessitam ser identificados, reconhecidos e legitimados.

Concebimos a la cultura del trabajo como un conjunto de prácticas, valores y conocimientos que se materializan en el proceso de trabajo propiamente dicho, que se refleja no sólo en las relaciones de mercado, sino también en las de convivencia internas y externas al emprendimiento. Desde el punto de vista político e ideológico, los supuestos que nos señalan los marcos fundamentales de una cultura del trabajo de nuevo tipo serían las relaciones de producción caracterizadas por la perspectiva del valor de uso y no del valor de cambio, por las cuales el trabajador recupera el sentimiento de productor y sujeto-creador de sí mismo y de la historia y en las cuales tienden a diluirse la propiedad individual de los medios de producción y la jerarquía asegurada por los que ‘saben’.” (Tiriba, 2007, p.200).

Tiriba (2007) considera necessária a participação em todo o processo “um novo tipo de intelectuais” comprometidos com esta construção coletiva, e convoca nesse sentido:

La producción asociada es instancia educativa y espacio de producción de nuevas concepciones de trabajo, de vida y de mundo. Como parte integrante de los movimientos populares, los procesos productivos cuya lógica es la hegemonía del trabajo sobre el capital pueden contener, aunque de forma contradictoria, los gérmenes de una nueva cultura del trabajo y de relaciones

económico sociales de nuevo tipo. En ese proceso, le cabe también al intelectual vincularse visceralmente con la praxis cotidiana y redescubrir que, como inmensa mayoría, podemos transformar nuestra vida y nuestra sociedad. (p.222).

Na proposta de autogestão, existe a possibilidade de viabilizar a dignidade da existência do trabalhador, e na produção, atuam não apenas sob a lógica de reprodução do capital, mas, principalmente, sob a lógica do desenvolvimento humano através do trabalho. Participação e comprometimento com os objetivos do grupo são as palavras-chave no empreendimento autogestionário típico. (Tauile, 2005).

Então, entendemos que na formação ERTs, percebe-se a intenção de incorporar outros valores em contraposição aos valores individualistas e de concorrência, característicos do modo de produção capitalista. Nas experiências, se desvendam uma forma alternativa na construção de relações sociais e laços comerciais, mediante à adoção sistemática de condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade.

De fato, os princípios cooperativistas procuram estabelecer uma relação horizontal entre o capital e o trabalho, com o objetivo de garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica.

1.5 A Economia Solidária no âmbito institucional no Brasil

Nessa conjuntura, do surgimento das ERTs no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) viveu um momento de ascensão, e em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), ex-operário metalúrgico e líder sindical do PT foi eleito presidente da República por dois mandatos consecutivos. Durante o seu primeiro mandato de governo, o presidente instituiu como política pública, o incentivo à formação de cooperativas de produção e de consumo, aderindo à proposta alternativa da ES. Portanto, diante do quadro de falências e do aumento da taxa de desemprego, o trabalho associado ressurgiu²² como alternativa de geração de renda para milhares de trabalhadores. Conforme o relatório final do projeto “Uma tipologia da Economia Solidária e Autogestão”, realizado em 2005:

²² Sobre as experiências históricas de associação de trabalhadores ver: Singer, 2002.

A adoção de políticas de liberalização da vida econômica no Brasil, a partir do início dos anos noventa, trouxe muitas baixas nos agentes econômicos privados, em particular nas empresas familiares, de propriedade de capital de origem nacional. Como consequência, contingentes de trabalhadores perderam seus postos de trabalho, seu emprego, sua renda. Em reação a este fato, diversos movimentos ordenados se configuraram para lutar pela manutenção dos postos de trabalho através da recuperação de empresas e incubação de empreendimentos autogeridos - a maioria na forma de cooperativas - pelos próprios trabalhadores, fossem eles empregados da antiga empresa em estado falimentar ou pré-falimentar, ou fizessem parte de massas de desempregados em determinadas regiões. (p.25).

Em virtude disso, a formação das ERTs se coloca na realidade brasileira como uma alternativa de geração de emprego e renda para os trabalhadores.

Podemos afirmar que as primeiras iniciativas de empreendimentos autogestionários provenientes de empresas em situação (pré) falimentar, com esses contornos, algumas organizadas, hoje, inclusive em redes, apareceram em solo brasileiro a partir de 1986. (...) O que notamos é que, a partir dessa época, o surgimento dessas experiências começou a pulular pelo Brasil, em diferentes estados da Federação, setores de economia e categorias de trabalhadores, suscitando a questão da recuperação de empresas falidas ou em estado pré-falimentar, por empreendimentos de trabalhadores que nessas empresas trabalhavam. Atos continuam, revela-se a necessidade de reconhecimento institucional e tratamento especial a partir da criação de instrumentos para que os atores inovadores possam operar de acordo com suas condições sociais e econômicas.²³

²³ Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas. Uma tipologia da Economia Solidária e Autogestão (Relatório Final). Convenio: MTE \IPEA\ANPEC 2003. Brasília, 2005 p.132

Segundo Singer (2003) a organização de cooperativas combinadas com apoio externo de sindicatos, organizações e movimentos sociais possibilitam a expansão da economia solidária no Brasil. De fato, esta opção ganhou muitos adeptos, suscitando a necessidade de constituir organizações sociais e entidades governamentais para apoiar e fortalecer o desenvolvimento dessas iniciativas.

As instituições e organizações criadas com a finalidade de aplicar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil são: 1- SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego do Governo-, 2- ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares),

1- Em junho de 2003 foi criada a SENAES²⁴ como resultado da proposta apresentada ao presidente pelo movimento da sociedade civil, organizado em torno do Grupo de Trabalho (GT) da Economia Solidária. O objetivo da SENAES é difundir e fomentar a economia solidária em todo Brasil, dando apoio material e político às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, à rede de gestores municipais e estaduais de ES, assim como a outras associações de empreendimentos solidários do país.

Desde seu início, ela vem desenvolvendo ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil, com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais, através de políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão.

A SENAES empreende cursos de formação para servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal, que desempenham atividades na função pública relacionadas à economia solidária, e fornece apoio material para a comercialização de produtos produzidos nos empreendimentos solidários organizados em feiras locais, regionais e estaduais.

Em 2004, a SENAES, compreendendo a importância econômica e social dos empreendimentos autogestionários, criou o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” coordenado pelo (MTE). Este programa tinha como objetivo principal promover o fortalecimento e a divulgação da ES, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a inclusão da organização

²⁴ Criada pela lei Nº 10.883 o dia 28 de maio de 2003 e instituída por decreto Nº 4764 . Ver: www.portal.mte.gov.br/ecosolidaria/

produtiva autogestionária dos trabalhadores de empresas recuperadas ou em crise. A proposta do programa foi realizar capacitações, oficinas temáticas, seminários, estágios cooperativos e outras atividades com vistas a fortalecer a organização coletiva dos empreendimentos bem como seu processo de gestão.

Na execução dessas ações a SENAES estabeleceu parcerias com duas entidades nacionais que têm reconhecido trabalho com empreendimentos em processo de recuperação: a ANTEAG e UNISOL.

Além disso, em 2005 o governo federal, por meio da SENAES, criou dois programas específicos de apoio as ERTs: o primeiro foi o “Programa de Ação de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão”, que objetivava fortalecer os empreendimentos autogestionários com assessoria, capacitação, intercâmbio entre os empreendimentos; o segundo foi o “Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários”, que tinha como fim o apoio financeiro dos empreendimentos com a ajuda e parceria do Banco Nacional de Desenvolvimentos Econômico e Social (BNDES). (Henriques, 2013; Ruffino, 2011).

A SENAES também contempla uma linha de “projetos especiais”, não incluídos nos anteriores, de demanda particular pela sociedade civil, e desenvolvidos em parceria com outros organismos públicos incluindo: (i) *Formação*: incorporação da economia solidária na formação, especialmente de jovens e adultos, formação para gestores públicos municipais, estaduais e de ministérios e órgãos do governo federal; sistematização dos processos de formação; criação de uma Oficina Nacional sobre formação em economia solidária (junto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária); apoio a projetos de formação relacionados com os programas Fome Zero, educadores em saúde popular e agentes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. (ii) *Mobilização e articulação* (apoio aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e ao Fórum Brasileiro de ES em suas atividades. (iii) *Divulgação* (apoio a Campanha Nacional de Economia Solidaria junto com o Fórum Brasileiro de ES e criação de um Centro de Documentação – CEDOC – em Economia Solidaria. (iv) Estudos e investigações (apoio via subsídios à implementação de políticas públicas de economia solidária. (v) Programa Nacional de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares (em associação com os Ministérios de Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Social, a Fundação Banco do Brasil). (Hintze, 2010).

No Brasil o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” executado desde o ano 2004 pela SENAES orienta a organização da

comercialização de produtos e serviços; o fomento das incubadoras, a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; a promoção das finanças solidárias sob a forma dos bancos comunitários e fundos rotatórios; o desenvolvimento do marco jurídico específico para a economia social; o apoio à recuperação de empresas por parte de trabalhadores organizados em autogestão; o avanço no conhecimento de tecnologias apropriadas para a economia solidária. Também se ocupa do estímulo à institucionalização das políticas públicas de economia solidária em três áreas: a formação de formadores e funcionários públicos; a construção de uma estratégia de desenvolvimento local apoiada em uma rede de agentes de desenvolvimento local em todo Brasil, e o mapeamento da economia solidária, para ampliar e melhorar a base do Sistema de Informação sobre a Economia Solidária.²⁵

A proposta consiste em realizar capacitações, oficinas temáticas, seminários, estágios cooperativos e outras atividades com vistas a fortalecer a organização coletiva dos empreendimentos, bem como seu processo de gestão. Estão previstos também a elaboração de estudos de cadeias produtivas, a elaboração de projetos de viabilidade econômica e de projetos de financiamento, peças fundamentais para a construção da sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

Encontramos uma proposta interessante no documento base da II Conferência Nacional de Economia Solidária, organizada no Brasil em 2010, que inclui um quesito sobre os “Direitos sociais do trabalho associado”. Nesta conferência, participaram integrantes da sociedade civil e funcionários públicos, com o objetivo de mostrar que o acesso à seguridade social (saúde, bem-estar e previdência social) é uma condição fundamental para o avanço e o êxito da ES no país, e um direito universal que também deve cobrir os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários. Coloca a necessidade de regulamentações que reconheçam uma nova categoria de cobertura para o trabalho associado, ou seja, a combinação da situação individual com a organização associativa coletiva, adequando as formas de contribuição e de acesso aos benefícios como um direito de cidadania.

2- Fora do âmbito governamental são criadas pelas universidades as ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares). A primeira Incubadora Universitária foi fundada em 1998 no centro de pós-

²⁵ Ver: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento>. Acesso em: 15/11/2013.

graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coope). As ITCPs têm como principal objetivo vincular de forma interativa e dinâmica, as Incubadoras com os empreendimentos solidários, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos.

A partir da primeira experiência de ITCPs, a Fundação Banco do Brasil abriu um programa de financiamento para as cooperativas, e foi criado pelo governo federal, o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). Por meio deste recurso, novas incubadoras foram sendo criadas e foram formando redes abrangendo, na atualidade, várias universidades distribuídas em diferentes regiões do país. Como exemplo, podemos mencionar as seguintes: em 1997, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), constituiu um Grupo de Trabalho (GT) de Economia Solidária, e os professores convidados para sua coordenação foram: Candido Vieitez (Universidade Estadual Paulista - Unesp), Newton Briand (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e Paul Singer (Universidade de São Paulo - USP). Tal grupo impulsionaria pesquisas sobre essa temática e também a criação, em 1998, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), com as primeiras unidades formadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na USP (Guimarães, 2003; Singer; Souza, 2003). Tal rede conta com o fundamental apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

2. Conclusões do capítulo

Poderíamos nos perguntar, então, que significa hoje em pleno século XXI, o ressurgimento do cooperativismo, o amplo debate sobre a Economia Solidária (tanto no âmbito acadêmico quanto político) e o ressurgimento de experiências de ERTs?

Desde o início do desenvolvimento da industrialização, a classe trabalhadora lutou pela reivindicação de seus direitos contra a exploração da classe capitalista, e a prática cooperativista se desenvolveu como alternativa sócio-política e econômica ao sistema.

Nesse sentido, as primeiras iniciativas de práticas cooperativistas e as experiências revolucionárias mencionadas anteriormente, tinham um perfil político, econômico e social, com propostas revolucionárias e reformadoras, inspiradas em valores tais como a democracia participativa, a igualdade, a equidade e a solidariedade. Ao mesmo

tempo, as experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores se apropriem dos meios de produção. Essas práticas indicam a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir uma contribuição de uma nova cultura de trabalho e sociedade de novo tipo.

Temos que ter em conta que as experiências ensinam lições fundamentais para a história dos trabalhadores. Rosa Luxemburgo foi a primeira socialista a dizer que os trabalhadores devem aprender com os erros e as derrotas. Assim, nestas experiências não buscamos receitas ou modelos acabados, mas exemplos de organizações dos trabalhadores. Cada momento histórico tem suas particularidades e soluções que são específicas. Todavia, é fundamental o conhecimento do movimento operário internacional, suas diferentes formas de luta e de organização, suas ideias e suas experiências.

A partir do exposto anteriormente, ao longo do capítulo, entendemos que estas experiências surgem e estão inseridas numa conjuntura social, política e econômica muito diferente se comparada àquelas do período inicial do capitalismo.

Para analisar a emergência desse fenômeno atual é necessário, em primeiro lugar, reconstruir as condições históricas que tornaram possíveis estas práticas. Retomar parte da história do fenômeno é fundamental para desnaturalizá-lo e temporalizá-lo, o que não significa conceber as ações como o efeito mecânico de causas externas que vem dadas de uma vez e para sempre, senão considerar que as práticas dos trabalhadores são expressões de um conjunto de relações históricas.

A reinvenção da Economia Solidária, traz à tona valores que fazem parte da cultura de movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, cooperação. No caso das ERTs, elas se apresentam como um espaço de luta, de construção de possibilidades a partir da prática da autogestão e a emergência de um novo trabalhador coletivo autogestionário que apresenta características diferentes das do trabalhador assalariado.

Consideramos, assim, que empreendimentos solidários demonstram a importância da aprendizagem para os trabalhadores, pelo fato de que eles percebem suas próprias capacidades de agir e inovar (como produtores de riqueza), como também aprendem com as relações sociais que desenvolvem. E, como em toda aprendizagem, isso leva tempo, paciência, perseverança e esforço para atravessar os obstáculos.

Assim, esta estratégia, diferente das formas de luta sindical tradicionais, coloca os trabalhadores frente à uma nova realidade: devem tomar decisões, dividir, reinventar, se organizar, debater sobre o controle operário e compartilhar experiências. A autogestão apresenta-se como um desafio permanente e um aprendizado cotidiano, que abre para os trabalhadores um novo mundo de ação (nas assembleias, nas discussões, no trabalho coletivo, nas mobilizações).

Dessa forma, a autogestão afirma-se como um modo de agir coletivo, onde os princípios da ação social se formam a partir da experiência concreta e das intenções e ideias do grupo. A essência dessa prática social está fundada na repartição do poder, na união de esforços e no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo, que encontra na cooperação qualificada, a implementação de outro tipo de ação social. É um modelo de organização que combina propriedade e controle efetivo dos meios de produção aliados à gestão democrática e está relacionada, desde sua origem, com as lutas dos trabalhadores e do movimento operário.

A autogestão existe e se manifesta de várias formas, podendo ser analisada como uma experiência plural e uma estratégia de luta. Tanto a proposta da ES, como também as das ERTS, possuem ampla diversidade de experiências e propostas ideológicas, ao mesmo tempo em que criam e recriam continuamente várias contradições. Devemos ter em conta as várias inovações, discussões, experimentos, agentes sociais envolvidos no desafio de levar adiante as experiências, colocando assim, querendo ou não, a autogestão como uma renovada e efetiva forma de trabalho associado.

Pelo fato de não existir uma receita, ou um padrão a ser seguido, analisaremos, nos próximos capítulos, como cada uma dessas experiências vivencia suas próprias particularidades: econômicas, culturais, sociais e políticas. Fator este que nos coloca frente a um cenário heterogêneo e diversificado.

Consideramos que os processos autogestionários nas unidades produtivas podem ser instrumentos para transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Seu potencial democrático, igualitário, coletivo, emancipatório e solidário constitui-se como uma excelente forma de produção para a construção de uma sociedade que questões a lógica produtivista acumulativa.

Nesse sentido, nos seguintes capítulos, analisaremos alguns casos específicos de ERTs no Brasil, tendo em conta seus processos históricos e suas atuais características e vínculos, com o intuito de resgatar suas características autogestionárias, tanto no que diz respeito às suas

potencialidades quanto às suas limitações, sempre observando o quanto há de real.

CAPITULO 2

O direito do trabalhador ao trabalho, novos espaços de resistência: as ERTs no Brasil

Al principio...en la tierra no hay caminos
Pero cuando muchos hombres marchan
En la misma dirección,
Se hace el camino
Lu Sin

O objetivo deste capítulo é analisar o contexto econômico político no qual surgem as ERTs no Brasil e suas características, desenvolvimento e sustentabilidade ao longo de sua trajetória. Com este fim, destacamos as modalidades e as estratégias adotadas pelos diferentes atores envolvidos no processo, tais como os operários, dirigentes sindicais, dirigentes políticos, movimentos sociais e a sociedade civil.

2.1 O contexto sociopolítico e econômico na década de 1990

No Brasil, o surgimento das empresas recuperadas está intimamente ligado às medidas econômicas de abertura financeira e comercial iniciadas durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e aprofundadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O governo de Collor de Mello lançou um plano de estabilização monetária e reforma econômica, compreendido como condição para a retomada do crescimento. Contudo, o que se verificou foi um quadro de recessão da economia brasileira, e, como parte de uma nova política industrial, se promoveu a abertura da economia e a subsequente reestruturação das empresas. A abertura da economia levou as empresas à redefinição de suas estruturas administrativas e produtivas para enfrentar o aumento da concorrência derivada da abertura comercial com o prejuízo da diminuição de postos de trabalho. (Hintze, 2010).

Segundo os estudos de Pochmann (2001), o Brasil viveu, durante a década de 1990, a crise mais grave do emprego de toda sua história. O efeito disso foi o crescimento da pobreza junto como uma rápida retração de todos os segmentos da indústria. Como observa Tauile (2002),

Ao mesmo tempo em que a atual revolução tecnológica traz um aumento da eficiência e da capacidade produtivas, observa-se o crescimento dos índices de desemprego, subemprego e informalidade. Resulta daí que setores da sociedade para os quais não se tinham políticas públicas que fossem além da assistência social, começam a encontrar na economia popular solidária e na autogestão uma possibilidade para melhorar sua qualidade de vida. (p.1)

Com as mudanças socioeconômicas produzidas, as organizações sindicais, como instituições representativas da classe trabalhadora, que na época anterior à década de 1990, cumpriam o papel de organizações predominantes no conflito laboral e eram os atores centrais na definição da orientação das políticas econômicas e sociais junto com os empresários e o Estado, encontraram muitas dificuldades em adequar suas práticas e estruturas à nova realidade socioeconômica.

Começaram a perder recursos materiais e organizativos para realizar estratégias de negociação e confrontação tanto com os governos quanto com os empresários. Assim como também se perdeu, em termos de ação coletiva, o que era antigamente o repertório clássico da classe trabalhadora: o protesto por meio da greve e a mobilização. (Basualdo, 2001).

Conforme Ramalho (2004)

As formas de ação coletiva e de associativismo sindical construída ao longo do século XX, no período de padrão fordista, se mostraram defasadas diante das novas estratégias gerenciais e diante do modo de como se reconstituiu o mercado de trabalho, e as novas práticas coletivas passaram a enfrentar as dificuldades relativas a uma desfiguração gradativa do trabalho como fator fundamental para a formação de uma identidade e de um sentimento de pertencimento social.

No interior da fábrica, a introdução de mecanismo de controle com exigência de qualidade e trabalho de time, a intensificação das tarefas no cotidiano fabril e a flexibilização das relações de trabalho, aliados a ameaças reais de desemprego, dificultaram a atuação dos sindicatos e colocaram

em xeque praticas anteriores de ação política. As instituições de representação operária – sindicato e comissões de fábrica- tiveram que se dividir entre negociações pela manutenção de empregos e das atividades econômicas na região, com as atividades habituais de negociar salários e exigir melhores condições de trabalho. (p.104-105).

Além disso, com a falta de empregos, os trabalhadores passaram muito tempo fora do mercado de trabalho, fazendo bicos enquanto esperavam por uma nova oportunidade para ingressar novamente no mercado. Em virtude disso, se apresentou uma diminuição nas taxas de filiação o que tende a enfraquecer a identificação sindical, com impacto negativo sobre a capacidade dos sindicatos de empreender ações voltadas para conter o processo de remercantilização da força de trabalho. (Antunes, 2000; Pochmann, 2003).

Segundo Leite (2009),

Nos últimos anos tem-se assistido a uma sensível diminuição do trabalho industrial e do setor público, dois dos principais baluartes do movimento sindical atuante e combativo que marcou o século passado até anos recentes: a um significativo crescimento das taxas de desemprego esvaziando as principais formas de luta sindical, com as greves e paralisações do trabalho, a um expressivo crescimento de formas de trabalho menos suscetíveis de sindicalização, como o trabalho temporário, por tempo determinado, em tempo parcial, sem registro, etc. Este conjunto de transformações, aliado ao constante esforço empresarial no sentido de fragmentar e evitar a organização dos trabalhadores tem colocado os sindicatos na defensiva, perdendo nos últimos anos uma quantidade não pouco significativa de seus quadros, bem como de sua capacidade de luta. (p.19)

Diante deste contexto, o sindicato teve que adaptar sua organização, sua estrutura e sua ação à heterogeneidade do mundo do trabalho. Conforme Ramalho (2004),

A análise sociológica sobre o sindicalismo brasileiro nos últimos vinte anos tem mostrado um movimento de crescimento institucional e político, iniciado com as greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e confirmado no início dos anos 1980 com a criação das centrais, principalmente a CUT. 1. A conjuntura em que esses processos se deram permitiu o desdobramento da ação sindical para além do muro das fábricas, associando reivindicações econômicas a questões políticas, participando do processo de redemocratização do país e produzindo um tipo de sindicalismos que procurou romper com o atrelamento ao Estado e enfatizou uma prática construída sobre a organização nos locais de trabalho. (p.31).

Nessas circunstâncias o movimento sindical ressurgiu nos anos 1970 quando os trabalhadores das grandes montadoras do ABC Paulista ²⁶ iniciaram uma greve que marcou um giro na história do sindicalismo. Dessa forma, o período inaugura-se como uma fase chamada de “novo sindicalismo” causando uma ruptura do antigo corporativismo sindical.

O papel social e político do “novo sindicalismo” se consolida com a fundação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como principal figura sindicalista: Luiz Ignácio da Silva. Segundo Guimarães (2004),

Ao final dos anos 1980 (a chamada década perdida) uma profunda recessão inaugura o ingresso do Brasil nos anos 90, momento de

²⁶ O ABC paulista abrange a região sudeste do estado de São Paulo e inclui os distritos de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. Durante a década de 1990 era uma das regiões industriais mais importantes de todo o Brasil, destacando-se pelo o intenso desenvolvimento do setor automobilístico. A região sofreu, a partir dos anos 90, um intenso processo de mudanças, entre as quais podemos mencionar: “(...) o fechamento de plantas industriais, o deslocamento da produção para outras regiões do país, reestruturação da forma na qual se organiza a produção e o trabalho, enxugamento das grandes estruturas verticalizadas, redução da mão-de-obra, etc. Como consequência, mais de 243 mil pessoas encontravam-se desempregadas em maio de 2000, significando um patamar de 20,4% da sua População Economicamente Ativa (PEA).” (Oda, 2001, p.13-14).

inflexão política decisivo: um candidato de origem operária, Lula, dirigente emblemático do “novo sindicalismo”, disputa com chances reais de ganho a presidência da república. Sua derrota abre caminho para um novo arranjo político entre as elites sob um novo projeto de direção política, que integra abertura comercial, redefinição do papel do Estado. (p.58).

Dessa forma, a década dos anos 1980 se caracteriza pelo processo de redemocratização do país e pelo crescimento de diversos movimentos sociais rurais e urbanos e pelo fortalecimento do sindicalismo no Brasil. Em 1983, surge a CUT (Central Única dos Trabalhadores) uma nova organização sindical de unificação nacional dos trabalhadores fundado pelos sindicatos: de São Bernardo dos metalúrgicos, bancários de Porto Alegre e de São Paulo, petroleiros de Paulínia e pelos setores mais avançados dos movimentos sindicais rurais.

Diferenciando-se das épocas anteriores, a CUT deixa de estar subordinada ao Estado, colocando-se como um dos pilares básicos da autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos. (Antunes, 2006).

Após 1996/1997 a CUT passou a debater de forma mais explícita as experiências de autogestão dos trabalhadores e o cooperativismo. Segundo Marques (2006),

A partir das experiências de empresas recuperadas e transformadas em cooperativas autogestionárias no ABC Paulista, o tema é introduzido com mais força na CUT, maior central sindical do país. Ao identificar as potencialidades dos processos autogestionários para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores, surgem nos debates da CUT, questões importantes, principalmente de ordem teórico-ideológicas. (p.57).

Nesse sentido, em 1999 a CUT cria, em âmbito nacional, a Agência de Desenvolvimento Solidário ADS/CUT que está em permanente diálogo com outras entidades da própria CUT, “tendo como objetivo a elaboração de propostas de políticas para a CUT, relativas aos temas de desenvolvimento local e economia solidária” (Silva e Oda, 2005, p.17).

Também, em março de 2000 inaugura-se a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL Cooperativas). A constituição da UNISOL Cooperativas foi uma iniciativa do Sindicato

dos Metalúrgicos do ABC ²⁷, a partir da experiência da empresa recuperada Conforja e do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Segundo Marques (2006), a formação da UNISOL foi um passo decisivo do sindicalismo em direção ao cooperativismo.

Em 2004 com o apoio da CUT e da ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário), foi criada a UNISOL Brasil, ampliando sua atuação tanto em termos geográficos como na quantidade de atividades organizadas por seus assessores. Note-se que o número de empreendimentos filiados passou de 24 em 2004 a 80 distribuídos pelos diversos estados do país (AM, PA, CE, PB, BA, MG, SP, PR, SC, e RS). Segundo os estatutos, a UNISOL Brasil consiste em uma:

Associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos reais interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira, com base nos valores da democracia e da justiça social. (Artigo 2º, Estatuto da UNISOL, 2004).

Seu principal objetivo é descrito no artigo N°3:

A UNISOL/Brasil, com base em laços de solidariedade e cooperação, tem por objetivo principal reunir as entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores e qualquer outra modalidade de pessoas jurídicas, que atendam às finalidades do presente Estatuto, a fim de promover efetivamente a melhoria

²⁷ Durante a década de 90 era uma das regiões industriais mais importantes do Brasil no estado de São Paulo, destacando a importância do setor automobilístico. Essa região sofreu a partir dessa década um processo intenso de mudanças, entre as quais: “(...) fechamento de plantas industriais, deslocamento da produção para outras regiões do país, reestruturação da forma na qual se organiza a produção e o trabalho, enxugamento das grandes estruturas verticalizadas, redução da mão-de-obra, etc. Como consequência, mais de 243 mil pessoas encontravam-se desempregadas em maio de 2000, significando um patamar de 20,4% da sua População Economicamente Ativa (PEA).” (Oda, 2001, p.13-14).

socioeconômica de seus integrantes, lhes garantido trabalho e renda com dignidade.

2.2 Os sujeitos sociais e as principais características das ERTs

Entendemos que o surgimento das ERTs não é resultado de um suposto "fim do trabalho" (Castel, 1995), nem a consequência de uma insuficiente acumulação capitalista e, sim, uma resposta a outras causas complexas que requerem uma análise exaustiva das dimensões econômicas, sociais e políticas de cada país em que surgem.

Convém salientar que, no fenômeno das recuperadas, os trabalhadores frente à falência ou ao processo pré-falimentar das empresas, decidem permanecer no lugar de trabalho. Dessa forma, o ato de dar início ao processo de recuperação tem o intuito de preservar os empregos e a fonte de renda, como uma saída alternativa para evitar o desemprego, a exclusão e a marginalidade.²⁸

Sobre a base da revisão bibliográfica das experiências de ERTs, optamos por denominá-las empresas e não fábricas, visto que estas experiências não se limitam exclusivamente a espaços fabris, pois existem: clínicas, escolas, hotéis, supermercados, artes gráficas, entre outros.

Além disso, nos referimos ao conceito de recuperada e não ocupada, porque o conceito de recuperada inclui todo o processo de ocupação e a posterior recuperação para dar continuidade à produção, sendo assim um processo e não um mero acontecimento espontâneo. Coincidimos com Ruggeri (2005) quando ele define as empresas recuperadas,

Como un proceso social y económico que presupone la existencia de una empresa anterior, que funcionaba bajo el modelo de una empresa capitalista tradicional, cuyo proceso de quiebra, vaciamiento o inviabilidad llevó a sus trabajadores a una lucha por su funcionamiento bajo formas autogestionarias. (p.23).

²⁸ Quando as empresas fecham ou quebram torna-se extremamente difícil para os trabalhadores inserir-se novamente no mercado de trabalho. Entre os fatores que contribuem para que isto aconteça destaca-se que a maioria desses trabalhadores são pessoas de idade avançada e a falta de empregos disponíveis. Ver: Di Loreto e Slutzky (2006); Rebón (2004).

Segundo Ruggeri (2005) no desenvolvimento e no exercício das ERTs, surgem práticas de inovação social que, sem pensar em mudanças tecnológicas ou de organização da produção, conseguem esboçar estruturas empresariais com padrões diferentes ao modelo empresarial capitalista. A essas rupturas do conceito de empresa o autor chama “inovações sociais”.

Estas inovações sociais vão além do fato da gestão coletiva e do igualitarismo das relações entre os trabalhadores que as protagonizam; trata-se principalmente da abertura social da empresa, da socialização do segredo empresarial, da constituição de redes solidárias. Ou seja, o conceito de inovação compreende as estratégias e métodos adotados pelos trabalhadores para originar empresas de um novo tipo, num complexo processo destinado a promover unidades produtivas fora dos caminhos pautados pela organização econômica capitalista. Em outras palavras, o conceito de inovação social significa que, no contexto da iniciativa dos empreendimentos autogestionados, os trabalhadores:

Deben romper para ello la lógica empresarial del capitalismo. A esas rupturas del concepto de empresa las llamamos innovaciones sociales. No son, no suelen ser, innovaciones tecnológicas, sino mecanismos sociales diferentes en el funcionamiento de una empresa que sigue operando en el contexto del mercado. (Ruggeri, 2005, p.6).

A análise das ERTs pode ser dividida principalmente em dois momentos: 1- primeiro momento, quando os trabalhadores adotam uma atitude defensiva com o principal objetivo de preservar seus empregos. É necessário lembrar que o fato de recuperar as empresas não nasce com o componente utópico de atravessar os marcos econômicos, legais e sociais atuais com o intuito de transformar a realidade social, senão, como foi mencionado acima, da simples defesa por parte dos trabalhadores de sua fonte laboral como meio de sobrevivência. 2- o segundo momento inicia quando o processo de recuperação converte-se em um ato que envolve uma nova proposta de ação coletiva e movimento social com inovações sociais em um contexto adverso.

2.2.1 As primeiras experiências de ERTs no Brasil

As empresas pioneiras de ERTs no Brasil se apresentam na década de 1980 como casos isolados, pois não havia naquela época muitos apoios para suas viabilizações, havendo mais resistência do que ajuda dos movimentos sociais, dos sindicatos e do governo. Podemos mencionar entre as primeiras experiências: a COMTERN (Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte, 1982), no Rio Grande do Norte; a COOPERMINAS (Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma, 1988), em Santa Catarina; CALÇADOS MAKERLY (1991) localizada na cidade de Franca, em São Paulo.²⁹

Posteriormente, durante os anos 1990 e início dos anos 2000, houve um aumento e concentração na quantidade de ERTS em diferentes regiões do Brasil. Em 47% dos casos iniciou-se o processo de recuperação na década dos 90 e em 43% depois de 2000. A seguir, no quadro se representa o período/década em que se concentra a maior parte dos processos de recuperações de empresas.

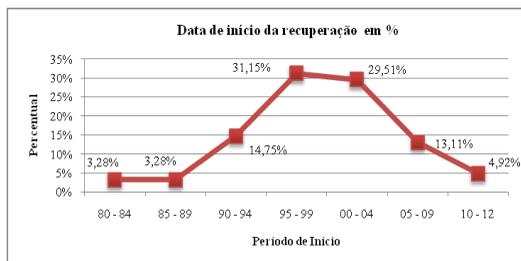


Figura 1- Data de início da recuperação. Amostra: 61. Fonte: Henriques et al. 2013.

Tendo em vista o aumento de número de experiências, em novembro de 1991 se organizou em Rio de Janeiro o primeiro encontro de ERTs no qual participaram quatro representantes da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), de Criciúma (SC), junto com os trabalhadores da Remington a fim de trocar suas experiências e traçar perspectivas de crescimento. Em setembro de 1993, para dar continuidade aos vínculos pré-estabelecidos, realizou-se na cidade de Criciúma o 1º Seminário de Autogestão. Nesta ocasião, verificou-se uma ampliação do número de empresas: além da Remington e da CBCA, estavam presentes representantes da Caraíba Mineração (BA),

²⁹ Para mais informação sobre as experiências ver: Sardá de Faria, 1997.

da Companhia Brasileira de Cobre (RS), da COOMECA - ex-Wallig Fogões (RS) (Sardá de Faria, 1997).

Entre os anos 2011-2013, realizamos junto com pesquisadores de outras universidades o levantamento de todas as ERTs no Brasil. Identificamos a existência de 67 ERTs, no entanto só foi possível visitar e entrevistar os trabalhadores de 52 delas.³⁰ Também encontramos outros 78 casos de empresas que foram recuperadas pelos trabalhadores, mas já não operam mais sob o regime de autogestão.³¹ Os empreendimentos tem um total de 11.704 trabalhadores (6054 trabalhadores sócios e 5650 contratados).³² O perfil produtivo das ERTs é maioritariamente fabril: 30 casos (44,7%), ou seja, quase a metade, forma parte do ramo metalúrgico. A atividade têxtil é o segundo ramo mais frequente, compreendendo 11 empresas (16,4%). Em seguida, destacam-se 9 empresas (13,4%) no ramo alimentício e 7 empresas (10,4%) que atuam na indústria química e de plástico. Por fim, as empresas restantes estão distribuídas em uma diversidade maior de ramos de atividades, incluindo: 2 casos em hotelaria (2,9%), 2 casos no ramo sucroalcooleiro (3%) e 6 casos singulares (somando 10%), nos ramos de educação, cerâmica, papel, calçados, mineração e moveleiro. (Henrique et al. 2013)

³⁰ Das 15 empresas não visitadas conseguimos algumas respostas por comunicação telefônica.

³¹ Algumas delas foram vendidas para outros donos e voltaram a funcionar da maneira tradicional, outras simplesmente voltaram a falir e fecharam suas portas. (Henriques et al, 2013)

³² Cabe destacar que entre os casos pesquisados encontramos uma ERTs que possui mais de 3000 trabalhadores contratados, sendo a maioria mulheres. Com o intuito de analisar o perfil dos trabalhadores os dados desse caso foram retirados, pelo fato de que daria um panorama equivocado da realidade. Assim, entre os casos estudados, em 27% dos casos todos os trabalhadores são cooperados, em 29% os contratados não passam de 20% do total de trabalhadores e apenas 26% de ERTs têm mais contratados do que cooperados. Esse é um elemento importante, pois indica que em boa parte das empresas a propriedade é partilhada o que tende a contribuir com a gestão coletiva do empreendimento. Além disso, verificamos que em 74% das empresas houve incorporações de novos sócios desde o processo de recuperação, ou seja, outros trabalhadores, além dos que participaram do processo de luta pela retomada da produção, foram integrados como sócios do novo empreendimento. (Henriques et al. 2013).

Observando por região do país, verificamos que a maioria das ERTs está concentrada nas regiões: Sudeste (55%) e Sul (32%), sendo as mais industrializadas. Também foram localizadas ERTs nas demais regiões (com exceção da região Centro-Oeste onde não foram encontrados casos), Nordeste (10%) e Norte (3%).

O principal motivo que leva os trabalhadores a recuperar a empresa refere-se à falta de pagamento de salários e dos direitos trabalhistas dos funcionários (43%), a demissão do pessoal (23%), a falência da empresa (15%), o processo de esvaziamento (15%) e outras causas (4%). Frente a essas circunstâncias, os trabalhadores, com o objetivo de preservar seus empregos, optam por uma estratégia diferente das formas de luta sindical tradicional. São homens e mulheres sem nenhum tipo de preparação prévia, sem conhecimento sobre como dirigir uma empresa ou sobre as práticas autogestionárias e cooperativistas.

Na maioria dos casos, os únicos que empreendem o caminho da recuperação das empresas são os operários, aqueles que possuem vários anos de experiência dentro da empresa e conhecem detalhadamente o processo produtivo e a organização do trabalho (os demais níveis hierárquicos geralmente não se envolvem no processo de recuperação). (Henriques, 2013; Sardá de Faria, 2011)

A maioria das iniciativas de ERTs, logo após a recuperação das empresas, foi no sentido de formar cooperativas, e há uma razão para isso. Elas decidiram formação de cooperativa, porque atualmente esta é a saída judicial com maior facilidade para dar continuidade à empresa anterior (85%). Apresentaram-se casos nos quais houve outras opções: empresas (10%), associações (3%) e 1 caso de comissão de fábrica (2%).³³

Outro aspecto interessante a destacar sobre as características das recuperadas, é que o maior percentual refere-se a empresas que tiveram a falência decretada (46%), incluindo vários casos em que o processo foi concluído muito tempo depois de os trabalhadores assumirem a gestão. Por sua vez, 24% das experiências enfrentam processo judicial em tramitação, o que causa uma situação de incerteza para a empresa, seus fornecedores e clientes. Em 26% dos casos, não houve pedido de falência, seja porque apenas parte do parque fabril foi desativado, seja porque os antigos proprietários decidiram encerrar as atividades. Em

³³ Entretanto, algumas empresas encontram-se num longo e contínuo processo de recuperação devido à espera de um decreto de quebra ou de reconhecimento da cooperativa. (Henriques et al. 2013).

apenas dois casos (4%) as empresas chegaram a entrar em concordata, mas os trabalhadores impediram que elas fossem à falência. (Henriques, et al. 2013).

No entanto, a passagem da administração realizada pelos proprietários capitalistas para “as mãos” dos trabalhadores não ocorre de um dia para outro. Em geral, se desenvolve um longo processo de intensas negociações entre os proprietários das empresas, os trabalhadores, representantes do governo e os dirigentes sindicais.

Segundo Fajn e Rebón (2005),

El proceso de recuperación de empresas se conforma como fuerza social. Se constituye una fuerza material que tiene un origen y un efecto social, y que como tal produce el desplazamiento de un conjunto de relaciones sociales por otras, posibilitando el avance y afianzamiento sobre los espacios semi-abandonados por la dirección capitalista de la producción, comenzando su reemplazo parcial. La defensa del trabajo nutre su fuerza moral, su capacidad de convertirse en argamasa de relaciones sociales en una confrontación. Su desarrollo es producto de la articulación de una embrionaria alianza que trasciende a las identidades presentes en las empresas. (p.6).

Em outros casos, já com a empresa recuperada, os antigos donos continuam reclamando o direito de posse da empresa, o que resulta em mais um problema a ser enfrentado pelos trabalhadores. Devido à indefinição legal, não é raro no cotidiano da empresa recuperada a convivência com a presença de forças policiais na porta: ora é um antigo dono que se apóia na polícia para entrar na fábrica; ora é um credor que também se apóia nas forças policiais e jurídicas para retirar as máquinas. Em todas estas situações, o confronto é inevitável e nem sempre a negociação é suficiente (Novaes e Sardá de Faria, 2011; Ruggeri, 2011).

2.2.2 As alianças com os movimentos sociais

Tendo em vista o processo de luta e conquista dos trabalhadores e a necessidade de estruturação e fortalecimento do movimento das ERTs, durante a década de 1990, surgiram as primeiras organizações de representação e iniciativas de fomento. Por exemplo, em maio de 1994,

foi realizado na cidade de São Paulo, o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias.

Nesse encontro participaram os trabalhadores de diversas ERTs³⁴, assim como também se contou, nessa oportunidade, com alguns sindicalistas e com intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza. Na ocasião, constituiu-se oficialmente a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. A ANTEAG logo se converterá em uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)³⁵ e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária. (Hintze, 2010; Sardá de Faria, 2011).

A ANTEG nasceu com o fim de construir uma associação civil, sem fins lucrativos, que agrupasse associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e cogestão, tendo como principal objetivo coordenar, reunir e assessorar os diversos empreendimentos. Assim sendo, constitui-se como um órgão de consultoria para viabilizar a reabertura de empresas em processos falimentares por meio da transferência do controle acionário para os trabalhadores.

Entre os principais objetivos da associação, podemos mencionar: discutir os princípios da autogestão, ajudar as empresas recuperadas a

³⁴ Estavam presentes no encontro representantes de 11 empresas: Makerli Calçados (Franca/SP); Remington (Rio de Janeiro/RJ); Cobertores Parahyba (São José dos Campos/SP); Cerâmica Matarazzo (São Caetano/SP); CBCA (Criciúma/SC); Skillcoplast (Diadema/SP); Hidrophoenix (Sorocaba/SP), entre outras. (Sardá de Faria, 2005).

³⁵ O Fórum é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país. O FBES tem duas finalidades principais: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases. O Fórum está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Para mais informação ver: www.fb.es.org.br

alcançarem a viabilidade econômico-financeira, apoiar os trabalhadores das empresas nos aspectos jurídicos e nas negociações necessárias com antigos fornecedores e clientes; executar um projeto educativo pautado na autogestão das empresas; discutir o processo de negociação entre os diferentes grupos de trabalhadores existentes no interior da fábrica; apurar a tecnologia nas novas empresas, educar aos trabalhadores nas práticas autogestionárias; capacitação dos trabalhadores na organização, planejamento e execução de metas voltadas à empresa enquanto unidade produtiva; acompanhamento das empresas, prestando assessorias pontuais; estímulo à participação das empresas numa estratégia de desenvolvimento coletivo não só enquanto unidade produtiva, mas através de inter-relação com outras atividades econômicas e sociais como a participação em rede (de troca e/ ou de saber) e atividades inscritas nos fóruns de Economia Solidária.

Dessa forma, a ANTEAG oferece ajuda na luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e assessora jurídica e técnica aos novos empreendimentos solidários. (ANTEAG, 2000).

No que diz respeito ao surgimento das ERTs, os assessores da ANTEAG consideram o movimento como o resultado da “crise conjuntural/estrutural do sistema capitalista aliada à incapacidade administrativa empresarial”.³⁶ Para os representantes da ANTEAG, conforme consta nos documentos da entidade, os conceitos de autogestão, empresas autogestionárias ou cogestão definem-se através do modelo de gestão sob controle dos trabalhadores. Este envolve democratização da gestão, viabilidade e rentabilidade do projeto, modernização tecnológica, integração empresarial em rede de negócios e parceria com os sindicatos, quando estes apóiam o projeto. Além disso, a autogestão refere-se, especificamente, embora não exclusivamente, à recuperação de empresas em situação falimentar que são reorganizadas pelos trabalhadores em regime de autogestão.

Segundo os assessores da ANTEAG, é necessário combinar a propriedade coletiva, reorganização do modo de produção e democracia de gestão, no campo das relações intrafábrica, constituindo modelos de empresas que mesmo inseridas num mercado competitivo, trazem no seu interior relações de transparência e solidariedade (ANTEAG, 2008).

A partir de 2000, a ANTEAG é contratada também pelos governos que decidiram dar prioridade à economia solidária. Por exemplo, o

³⁶ ANTEAG. Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

governo de Rio Grande do Sul de Olívio Dutra fez um convênio com a ANTEAG que levou ao surgimento de uma centena de novas cooperativas, possibilitando a preservação de dezenas de milhares de postos de trabalho.

Atualmente a ANTEAG encontra-se em uma situação de profunda crise. Não dispõe de recursos financeiros, disponibilidade de pessoal e nem sede própria. A instituição não conta com recursos públicos, visto que o Governo Federal tem disponibilizado investimentos para o fomento do cooperativismo popular e não para projetos cujo foco seja a gestão das ERTs. (Henriques, et al 2013).

Podemos afirmar, a partir da pesquisa realizada, que 29 ERTs mantêm algum tipo de contato com organizações que atuam na Economia Solidária, e 15 casos não mantêm nenhum tipo de contato. Entre as empresas que responderam positivamente à questão (48 do universo total de 67 casos), a maioria (47%) das ERTs é associada e estabelece um vínculo com a UNISOL, 29% com a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), 22% com a ANTEAG, e 2% com o Movimento de Fábricas Ocupadas.

Dentre estas 48 empresas que relatam ter uma relação com alguma organização de representação, obteve-se 39 respostas acerca do tipo de relação que existe entre a ERT e a organização. Dentro dessa amostra, observamos que a maioria, 56% dos casos, mantém uma relação esporádica, 25% uma relação intensa e 13% afirmam ter outro tipo de relação. Dentro da categoria “outro”, distinguimos as seguintes informações: 3 casos informaram que tiveram apoio só no começo do processo de recuperação; uma ERT afirma que possui uma relação intensa com uma organização e esporádica com outra; e outra empresa informa que não tem uma relação boa com a organização de representação.

Com o intuito de detalhar a análise dos dados, foram destacadas as respostas apresentadas sobre as relações entre as ERTs e a ANTEAG e depois, destas com a UNISOL.

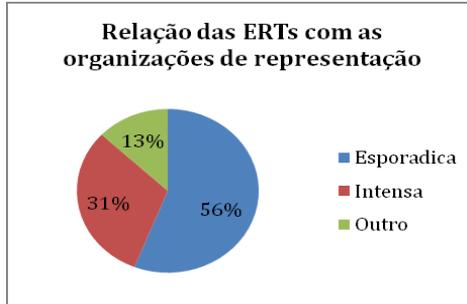


Figura 2 - Como caracteriza a relação com as organizações? Amostra: 39.
 Fonte: Henriques et al. 2013.

Na análise dos dados do relacionamento com a ANTEAG, podemos afirmar que dos 10 casos, 70% mantêm uma relação esporádica e 30% uma relação intensa, o que pode explicar a crise pela qual a entidade passa atualmente como já foi mencionado antes.

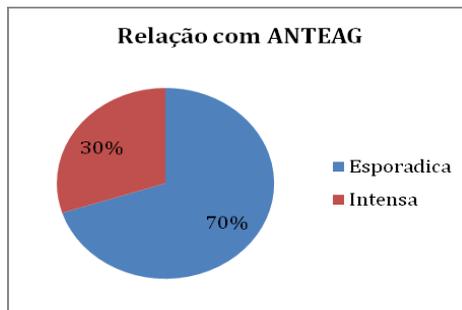


Figura 3- Entre aquelas que possuem vínculo com a ANTEAG, como caracterizam a relação? Amostra: 10. Fonte: Henriques et al. 2013.

Observa-se que com a UNISOL, 23 ERTs, 44% afirmam ter uma relação intensa, 39% uma relação esporádica, 17% possuem outro tipo de relação.

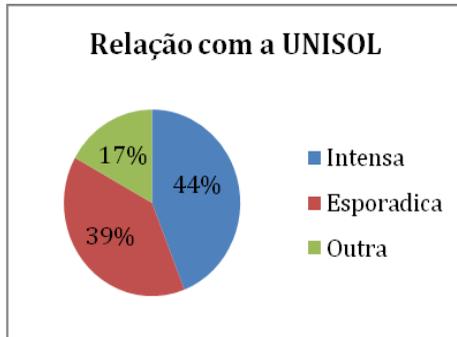


Figura 3- Entre aquelas que têm vínculo com a Unisol: Como caracterizam a relação? Amostra: 23. Fonte: Henrique et al. 2013.

Do total das ERTs que estão vinculadas com alguma organização, 32 empresas responderam sobre os benefícios ou ganhos dessa participação. Entre elas, 34% mencionaram como uma vantagem a possibilidade de realizar cursos de formação, 22% de receber assessoria e se beneficiar com a articulação política, 12% de obter benefícios para comercializar os seus produtos. Há 13% dos casos que identificam benefícios na captação de recursos e também identificam outras vantagens, como: uma empresa relatou que a organização prepara viagens, intercâmbios, palestras, mas, segundo foi informado na entrevista, “nada de efetivo para a cooperativa”; e dois casos afirmam que o fato de participarem da organização não traz benefícios para suas cooperativas e que só no início receberam ajuda com cursos de formação. Uma ERT segundo um entrevistado a relação com a organização nunca foi boa e nunca trouxe benefícios.

2.2.3 A relação com os sindicatos

Frente às recuperações das empresas, os sindicatos não tiveram uma única forma de agir. Alguns tentaram mediar os conflitos, outros refutaram a ocupação ou atuaram favoravelmente outorgando apoio. Sem dúvida, os processos de recuperações das empresas provocaram inovações dentro do movimento sindical, incentivando aos dirigentes sindicais a repensarem tanto seus papéis como representantes da classe trabalhadora quanto à necessidade de dar respostas adequadas frente ao novo fenômeno.

Em muitas das experiências, depois de formada a cooperativa, o sindicato continuou ocupando um lugar essencial: ofereceu assessoria, apoio e acompanhou os trabalhadores durante todo o processo de recuperação, participou em todas as assembleias, ajudando e tomando decisões junto aos trabalhadores e acompanhando todos os processos de negociações. Alguns dirigentes sindicais até adquiriram funções específicas dentro das cooperativas, e, em alguns casos, se converteram em associados da cooperativa.

Houve casos nos quais o sindicato só ofereceu apoio no início do processo de recuperação e logo mudou sua resposta inicial frente a esses processos, assim como também houve experiências nas quais o sindicato, desde o início da recuperação, se manteve totalmente afastado de todo o processo, sem prestar qualquer tipo de apoio aos trabalhadores. Aliás, inclusive, até se colocando a favor dos empresários. (Henriques et al. 2013).

Conforme os dados da pesquisa realizada do universo de 67 empresas no Brasil, 49 responderam sobre o apoio do sindicato prévio à recuperação. Dentro dessa amostra, 61% das experiências receberam apoio do sindicato, com 30 ocorrências, e 39 % não receberam, com 19 ocorrências.

Desses 61% dos casos que receberam apoio, observa-se que, por um lado, 49% informaram ter recebido muito apoio por parte do sindicato e 13% pouco apoio. Nas experiências em que o sindicato ofereceu muito apoio, podemos mencionar os seguintes aspectos: ele disponibilizou as suas instalações aos trabalhadores, tanto para reorganizarem as atividades da empresa, quanto para realizar reuniões; doou cestas básicas de alimentos para os trabalhadores e seus familiares; prestou auxílio com assessoria jurídica e administrativa e, além disso, emprestou o seu serviço de transporte.

Ademais desses tipos de apoio, em alguns casos, 6 ocorrências, foi o sindicato quem introduziu a proposta aos trabalhadores de formar uma cooperativa. Foram relatados também, alguns casos de empresas nas quais o sindicato mantém uma presença muito forte até a atualidade na gestão da nova empresa recuperada, ou seja, está inserido, dessa forma, em todos os processos de decisões e presente em todas as assembleias da empresa. Há ainda dois casos em que foi apontado que os trabalhadores receberam apoio de outro sindicato, diferente daquele no seu ramo de atividade.

Dentro desta análise vale destacar que existem ERTs que cultivaram contato com o sindicato durante o início do processo de recuperação e logo depois, por diferentes razões, o vínculo foi se deteriorando ao longo

do tempo, até se romper completamente. Por exemplo, existem casos em que os sindicatos estiveram presentes no momento de negociar as dívidas com os antigos donos, mas logo acabam se afastando por divergências internas e até políticas. Também existem experiências em que os trabalhadores estão afiliados, mas o sindicato não interfere nas decisões dentro da empresa. Ou seja, não foi necessariamente pelo fato de os trabalhadores estarem sindicalizados que os sindicatos ofereceram apoio aos mesmos no início da recuperação, ou depois, quando a ERT já havia retomado a produção.

Há estudos que discutem a relação das ERTs com o Sindicato, entre eles, podemos mencionar, por exemplo: Marques (2006) e Pereira (2011). Ambos os estudos analisam o histórico que levou os sindicatos a apoiarem os processos de recuperação de empresas no Brasil. Essa mudança de atuação dos sindicatos frente ao novo fenômeno está envolvida também com o aprofundamento do debate sobre cooperativismo e autogestão no movimento sindical, reforçado pelo agravamento da crise do emprego e pelo reconhecimento dessas experiências como forma de resistência dos trabalhadores para manterem seus postos de trabalho.

Percebemos, nesse sentido que não existe uma única tendência nem homogeneidade na forma de agir dos sindicatos frente às recuperações de empresas no Brasil. Não obstante, podemos ressaltar que existe certa tendência da CUT, na região do ABC paulista e no setor metalúrgico, de oferecer apoio e incentivo para a formação de cooperativas, uma vez que os problemas enfrentados por estes empreendimentos se manifestam sobre todo o processo de implantação.

2.2.4 Marco legal e econômico

No momento de iniciar a produção, cada unidade produtiva apresenta diferentes circunstâncias que podem ocasionar um processo de negociação de vários meses até que as atividades sejam retomadas. Em algumas ocasiões, a demora ocorre devido a uma situação jurídica indefinida com respeito à titularidade do local da empresa e à propriedade dos maquinários. Em outras ocasiões, já com a fábrica recuperada, os antigos donos continuam reclamando o direito de posse da empresa e isso resulta em mais um problema a ser enfrentado.

Entre as 67 ERTs pesquisadas, 50 responderam sobre a situação jurídica do espaço físico, 44% das empresas dessa amostra relatam que alugam o imóvel para a produção, 36% conseguiram comprá-lo (do antigo dono ou de terceiros) e 14% ocupam o espaço (com autorização

judicial ou como uma medida de força). Existem também casos em que há a concessão de terceiros para manutenção da atividade da ERT. Com relação à propriedade do maquinário, 66,6% das ERTs adquiriram o maquinário, enquanto 19,6% devem alugar para sustentar a produção. Uma parcela utiliza o maquinário por meio de uma autorização judicial (11,7%) e, também têm casos nos quais existe uma concessão de terceiros (13,7%) para fazer uso do maquinário.

A maioria das empresas inicia suas atividades sem capital para comprar matéria-prima a fim de iniciar o processo produtivo. A maioria das experiências estava em condições financeiras muito difíceis e abandonadas pelos antigos donos. Outra dificuldade que se apresenta é a quase nula possibilidade de se obter crédito para poder adquirir maquinários ou arrumar as máquinas antigas. A maioria dos empreendimentos opera com os equipamentos da empresa falida, que são antigos e deteriorados, e em alguns casos estão penhorados pelas dívidas acumuladas da antiga gestão. Além disso, somam-se dificuldades para o pagamento de impostos ao governo e às empresas prestadoras de água e luz. A essa falta de crédito geral, soma-se o descrédito de fornecedores e clientes e, sobretudo, a desconfiança em relação à nova administração. Isto produz graves dificuldades para conseguir comercializar os produtos da empresa recuperada.

Portanto, além de enfrentar os problemas legais com os antigos donos, os trabalhadores precisam, para gerar dinheiro, começar a produzir, só que neste caminho encontram diversas dificuldades, condicionadas pela situação econômica da empresa (dívidas, maquinários, capital inicial, matéria-prima).

A partir dos dados coletados na pesquisa, percebemos que, atualmente, a grande maioria das ERTs está trabalhando com um percentual de capacidade acima de 50%. Entretanto, ainda há empresas que relatam trabalhar com o percentual de capacidade de até 40%. As principais questões relatadas pelos trabalhadores para a baixa produtividade são: dificuldade de inserção do produto no mercado (21%), ausência de capital de giro/crédito (16%), não demanda do produto (13%), falta de matéria-prima (9%), carência de máquinas adequadas (8%), ausência de trabalhadores especializados (6%) e outros (26%): sazonalidade, problemas de qualidade do produto, crise do setor, ausência de planejamento. (Henriques et al. 2013).

A preocupação dos trabalhadores com a melhoria das instalações e maquinários se apresenta como algo constante e presente nas experiências das ERTs. Fato que comprova isso é que 84% das ERTs promoveram algum tipo de mudança, seja com inovação no processo,

adquirindo maquinário novo, ou melhorando as instalações após a recuperação da empresa.

2.2.5 Organização do trabalho

Registram-se em vários autores (Novaes, 2010; Ruggeri, 2010; Sardá de Faria, 2005) dedicados a análise do fenômeno das ERTs que um dos grandes desafios dos trabalhadores é reorganizar a produção com o fim de reverter às estratégias empresariais antigas. E por isso, é iniciado um processo de ensino-aprendizagem no interior dos empreendimentos, com o intuito de alcançar metas coletivas, construir espaços de representação e participação democráticos.

Em virtude disso, desde o início do processo de recuperação, aliás, mesmo antes de iniciar os processos, se organizam assembléias gerais a fim de garantir um espaço para a participação ativa de todos os trabalhadores, no qual se discute e toma decisões coletivamente para definir os passos seguintes, objetivando dar continuidade à produção e ao processo.

Em geral, durante as assembléias, se discute todos os temas que interessem aos trabalhadores. Os assuntos mais tratados são as compras, temas vinculados com a produção, situação legal da cooperativa, comercialização e retiradas, e também se escolhem, mediante votação dos trabalhadores, as pessoas que serão responsáveis pela administração do empreendimento, dessa forma, a direção passa dos representantes do capital aos trabalhadores escolhidos. (Henriques et al, 2013)

Com poucas variações entre os casos estudados, o conselho administrativo (CA) das ERTs é composto geralmente por um presidente, um vice, um secretário e um tesoureiro. Também, visando garantir a representação de todos, se desenvolvem mecanismos de participação por meio de comissões por setores de produção e turnos compostos por representantes eleitos pelos trabalhadores. Além de escolher as pessoas para formar o conselho administrativo, se decide o tempo determinado para desempenhar o mandato.

Em geral, quanto ao período de mandato, observamos que, em 92% das empresas pesquisadas. O mesmo ocorre entre 2 e 4 anos, com maior incidência de 3 anos (43%). Há ainda um caso em que não há período de mandato definido. Na maioria das empresas pesquisadas (41 ERTs), os membros do CA mantêm seus cargos por mais de um mandato.

A frequência de realização das AGs varia bastante, sem apresentar qualquer tendência predominante: em 30% das ERTs, elas são realizadas mensalmente ou até mais, conforme as necessidades; em 28% menos de

uma vez por mês, e mais de uma por ano; 28% anualmente; e apenas 6% não responderam. (Henriques et al. 2013).

Conforme relatado pelos trabalhadores, o principal problema durante as assembleias é que nem todos os trabalhadores conseguem se expressar de forma livre e aberta. Muitos ainda sentem um pouco de medo e vergonha, somados à falta de hábito. Por isso, na maioria dos casos, se busca realizar pequenas reuniões com grupo menores, com a finalidade de criar um ambiente de maior intimidade e confiança.

2.2.6 Relação com a sociedade e a universidade

Sobre a relação com a sociedade, do total de 67 empresas obtivemos 49 respostas. Dessa amostra, 41% das ERTs acreditam que seu papel para a comunidade do entorno é de geração de trabalho e renda. Além disso, 26% definem seus desempenhos como geradoras de vínculos de solidariedade. Dentro desta categoria, relacionadas à solidariedade, colocamos as ERTs que mencionam realizar algum tipo de atividade para comunidade, como organizar eventos e festas. Também incluímos nessa categoria casos em que, além da geração de trabalho e renda, a ERT apóia a melhoria das condições das residências do entorno, as quais estão no terreno da massa falida e, que, por isso, não têm abastecimento público; a empresa que oferece serviços aos artesãos do seu entorno; a experiência que relata apoiar uma escola da região e organizar a produção do que é extraído pelos produtores rurais de sua zona, e outro caso em que foi feita uma ocupação de moradia no terreno da fábrica, que é uma vila operária onde hoje vivem mais de 500 famílias, na qual há também uma Fábrica de Esportes e Cultura, com atividades de judô, capoeira, cinema, história em quadrinhos, batucada e eventos para a comunidade do entorno.

Muitos casos, além de gerar trabalho, colocam a importância dos benefícios que as ERTs concedem para os associados. Também, 6% realizam diferentes tipos de doações para a comunidade, como por exemplo, cestas básicas. Diferentemente de outros 27% dos casos que não têm relação alguma com a comunidade.

Sobre a realização de atividades solidárias ou culturais, das 47 empresas que responderam esta questão, a maioria, 62% (29 ERTs), afirma que não realiza nenhum tipo de atividade solidária ou cultural, sendo que apenas 38% (18 ERTs) afirma que realizam. Dessas 18 ERTs que realizam atividades culturais, 33% efetuam doações; 28% organizam festas e eventos, tanto para os trabalhadores da empresa quanto para a comunidade; 11% executam cursos de formação; 28%

realizam “outros” tipos de atividades. Dentro da categoria “outros” podemos destacar: as visitas na fábrica, a implementação do programa federal Primeiro Emprego, a organização de palestras e atividades esportivas, a apresentação de peças de teatro e a organização de missas. Além disso, existe uma ERTs que possui uma biblioteca aberta à comunidade e também doou um terreno para a construção de uma escola. (Henriques et al. 2013).

Finalmente, analisamos a relação com as universidades. Do total de 47 respostas, a maioria das ERTs, 64%, respondeu que possui relação com as universidades. Na análise das respostas afirmativas de 30 ERTs, percebemos que 44% estabelecem um vínculo com a universidade mediante a realização de pesquisas, 22% está dentro da categoria “outros”: na prestação de serviço de alimentação e na relação de convivência como os estudantes das universidades, 19% dos casos informam que instituem parcerias de formação; e o restante, 15%, informam que recebem assessorias das universidades. (Henriques et al. 2013).

Do universo de 67 ERTs, apenas 27 empresas responderam com quais universidades estabelecem vínculos, foram mencionadas as seguintes: UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), USP (Universidade de São Paulo), UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense), SATC (Faculdade, Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina) e UFRJ (Universidade Federal de Rio de Janeiro), entre outras.

A fim de sistematizar os dados foram criadas as seguintes categorias: Universidade Privada, Universidade Federal, Universidade Estadual e Universidade Regional.

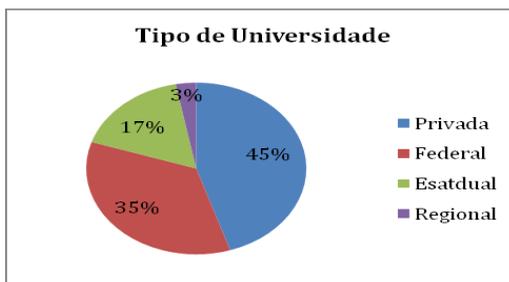


Figura 4 - Tipo de universidade citada pelas ERTs. Amostra: 30. Fonte: Henriques et al. 2013.

Podemos observar que das 29 respostas dadas pelos trabalhadores, 45% correspondem a universidades privadas, 35% a universidades federais, 17%, estaduais e 3%, regionais.

Observa-se que a maioria das ERTs informou que recebe pesquisadores. Os trabalhadores relatam que os pesquisadores buscam, principalmente e conhecer a história da empresa, especialmente, como se deu o processo de recuperação e após a recuperação a forma de gestão sob o cooperativismo. Os trabalhadores consideram as pesquisas positivas, pois ajudam a divulgar suas próprias experiências, dão legitimidade e agregam um valor positivo. No entanto, em algumas entrevistas os trabalhadores mencionaram que não consideram a visita dos pesquisadores positivas, porque não receberam retorno das pesquisas realizadas nem nenhum tipo de benefício concreto.

2.3 Conclusões do Capítulo

Desde os anos 1990 com a implementação das medidas neoliberais de abertura dos mercados nacionais ao grande capital internacional, o fim das políticas de emprego, o ataque às políticas de proteção ao mercado de trabalho, a sociedade brasileira tem atravessado intensas modificações nos diferentes âmbitos, político e socioeconômico. Tais modificações constituem a expressão de uma crise estrutural do capital (Mészáros, 2011) que se expressa principalmente na reestruturação produtiva, que repercute diretamente na crise do trabalho assalariado e na perda dos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Em virtude disso, o fechamento de empresas produtivas esvaziadas ou declaradas em quebra por seus proprietários iniciado durante a década de 1990 se multiplicou, provocando assim um aumento considerável do número de trabalhadores desempregados. Porém começou a surgir uma nova expressão de resistência social: os trabalhadores partiram de uma necessidade e de um impulso defensivo inicial de proteger a fonte de trabalho, e assim, decidiram ocupar os espaços de uma forma diferente, não mais como objeto de produção, e sim, como sujeitos de direitos. Nesse sentido, transformaram suas práticas sociais dentro da empresa e fora dela.

Para conseguir tal feito, os trabalhadores precisam aprender a mudar sua concepção dentro do trabalho, e a posição que eles ocupam, deixando de ser trabalhadores assalariados para se tornarem trabalhadores cooperados-associados. Como resultado, as regras do jogo

são outras, eles participam ativamente, tomam decisões sobre como produzir e incorporam novas estratégias de ação coletiva. E assim, se convertem nos protagonistas de suas próprias histórias de luta. Mas também, precisam de apoio e afiançar os vínculos com outros atores sociais, tais como: os sindicatos, a sociedade civil e outros movimentos sociais em luta.

As relações de apoio, de solidariedade e de cooperação, facilitam a troca de informação e a possibilidade de vincular-se coletivamente para enfrentar os obstáculos e dificuldades que se apresentam. Os sujeitos sociais lutam para sobreviver em meio às suas próprias contradições internas, assim como também no contexto adverso em que habitam, com o propósito de construir novas lógicas de produção com relações sociais mais democráticas e participativas. O caráter social das condutas e procedimentos nas ERTs se evidencia no fato de que requer o trabalho conjunto (cooperativo), o qual se realiza de acordo com um plano para alcançar um fim comum, um trabalho onde se observam valores, relações solidárias, simbologias, linguagens, e formas de aprendizagem.

O processo de recuperação não acontece de um dia para outro e sem dificuldades. Cada processo possui suas próprias particularidades. Nem todos partem da mesma situação e cada uma exige diferentes soluções para enfrentar as dificuldades que surgem no decorrer da luta.

As recuperações não constituem práticas homogêneas, elas diferem em variáveis como tipo de atividade produtiva, tamanho do estabelecimento, nas relações com os sindicatos, formação de redes e laços com movimentos sociais. Não obstante, constatam-se aspectos que são compartilhados pela maioria das experiências, por exemplo: a falência ou processo pré-falimentar da empresa; a falta de pagamento salarial aos trabalhadores por longos períodos, e o não recolhimento por parte dos empresários dos direitos trabalhistas e sociais durante meses, e muitas vezes, até por anos; escasso capital para comprar matéria prima e sustentar o desenvolvimento da atividade produtiva; além da falta de crédito para adquirir equipamentos e maquinários.

A maior parte dos empreendimentos opera com a maquinaria e tecnologia obsoletas e deterioradas devido à falta de investimento de capital por parte dos antigos donos. Em muitos casos, os equipamentos da empresa chegam a ser penhorados devido às dívidas acumuladas pela antiga gestão. Isto produz graves obstáculos para levar adiante a comercialização dos produtos. Também se acrescentam as dificuldades para realizar os pagamentos de impostos ao governo e para as empresas prestadoras de água e luz, com as quais, muitas vezes também, as empresas possuem dívidas acumuladas pela antiga gestão.

Em virtude do exposto, outras das principais inovações que as empresas recuperadas apresentam, se relacionam à transformação da propriedade privada em propriedade coletiva, ou seja, todos os cooperados se convertem em donos dos meios de produção, colando, em tela de juízo, os pilares básicos do sistema capitalista: a propriedade privada. Mas não necessariamente isso significa que os trabalhadores busquem nem tenham a clareza necessária para colocar em questão ou manifestem a vontade política de alcançar o socialismo nem acabar com a propriedade privada.

As ERTs não partem de um ideal político e social teórico, senão o da própria experiência e vivência de que as coisas vão se transformando. Atualmente, os trabalhadores não têm como objetivo inicial dar fim às relações capitalistas. Elas surgem, por sua vez, como uma alternativa para preservar e defender a fonte de trabalho. De fato, elas se apresentam como uma opção de organização econômica que convive com a empresa capitalista, não sendo uma relação excludente.

Nesse sentido, percebemos nas últimas décadas como as pessoas vão se movimentando em direção a modos alternativos de produção, criando novas formas de subsistência e novas institucionalidades. Abrem-se espaços para novas demandas políticas, que resultam na constituição de alternativas sociais. Em virtude disso, as ERTs configuram-se como práticas coletivas e experiências virtuosas que implicam novas concepções, expressando respostas frente às crises.

O caminho que vem sendo seguido é fruto da atuação política dos diferentes grupos sociais envolvidos no processo de mudança, e as perspectivas de futuro poderão tomar rumos distintos, dependendo das decisões a serem tomadas em cada caso, tendo em consideração o contexto no qual está inserido. Esse conjunto de reflexões nos traz um alento no sentido de que poderíamos entender o momento atual como sendo não só de crise, mas também de surgimento de novas experiências que poderiam estar apontando para novos caminhos de convivência social.

CAPITULO 3

As experiências de ERTs que reivindicam a estatização: Cipla/Interfibra, Flaskô, Profiplast

Há homens que lutam um dia e são bons,
há outros que lutam um ano e são melhores,
há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Mas há os que lutam toda a vida
e estes são imprescindíveis

Bertold Brecht

O objetivo do seguinte capítulo é desvendar a história de cada uma das empresas que participavam do “Movimento de Fábricas Ocupadas” (MFO): Cipla (Joinville-SC), Interfibra (Joinville-SC), Profiplast (Joinville-SC), Flaskô (Sumaré-São Paulo), analisando os diferentes períodos pelos quais atravessaram os trabalhadores com o fim de defender seus empregos: 1- antes da recuperação, 2- durante as negociações e o processo de recuperação e 3- finalmente quando os trabalhadores conseguem colocar novamente a empresa em funcionamento. Este movimento se apresenta como uma experiência particular diferente de outras empresas recuperadas no Brasil.

Nesse sentido, este grupo se insere numa outra vertente de empresas recuperadas, uma vez que reivindica ao governo a estatização, ao mesmo tempo em que estabelece parcerias com outros movimentos sociais, nacionais e internacionais.

3.1 Breve resenha história do processo de industrialização catarinense

Um pouco antes de 1829 no estado de Santa Catarina, inicia a chegada do primeiro núcleo de colonização de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos. Em 1850, são fundadas as futuras principais cidades industriais do estado, Joinville e Blumenau, onde os imigrantes europeus darão início à adaptação econômica do lugar, construindo a infraestrutura necessária para o estabelecimento, em princípio, de colônias agrícolas. Os imigrantes eram principalmente operários da indústria, comerciantes e agricultores, que chegavam ao Brasil em busca de terras e emprego. (Bossle, 1988)

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se após 1875 com a política imigratória financiada pelo Governo Imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, e em menor proporção polonesa, austríaca, árabe, eslava e espanhola.³⁷

De acordo com Bossle (1988) o desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina possui uma relativa independência em relação ao resto do país e divide a história da industrialização nos seguintes períodos: o primeiro período entre os anos 1880 e 1945 se caracteriza pela ascendência e crescimento do capital industrial; o segundo, de 1945 a 1962 é marcado pela diversificação e ampliação da base produtiva; o terceiro período começa depois de 1962, com a integração e consolidação da indústria catarinense; e finalmente, por último, a partir de 1990 com a abertura comercial e financeira e a desregulação da economia e das relações laborais que afetou todo o país, como já foi ressaltado no capítulo anterior.

Durante o primeiro período, o padrão de crescimento estava focado no capital mercantil e na pequena propriedade, com uma produção artesanal baseada, principalmente, no comércio de produtos coloniais e a exportação de erva-mate no planalto norte. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sócias demográficas em Santa Catarina: a primeira, com a entrada de imigrantes europeus, de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, que se estendeu em ritmo acelerado até o início dos anos 1920; e a segunda, com o movimento migratório de descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 1950. (Bossle, 1988)

Os imigrantes, primeiro os italianos, seguidos dos poloneses e dos alemães desembarcaram em Desterro³⁸ e desceram em direção sul até Laguna e Tubarão, estabelecendo-se nos sítios próximos aos rios, no qual fundaram os primeiros núcleos coloniais no sul da província. Mesmo com a presença de alguns municípios e vilas, ao longo do litoral

³⁷ As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental em fixar os imigrantes nas colônias catarinenses, organizavam a viagem e a instalação dos imigrantes e faziam contratos com o Governo Imperial. (Gonçalves, 2004).

³⁸ “Nossa senhora de Desterro” era o nome utilizado antigamente para denominar a atual cidade de Florianópolis. Com a Proclamação da República passou apenas a se chamar “Desterro”, nome que desagradava aos moradores, pois este termo lembrava “desterrado”, ou seja, a pessoa que está no exílio ou quem era preso e mandado para um lugar desabitado. Em 1894, a cidade passou a se chamar de Florianópolis.

sul e de núcleos coloniais mais no interior, a região passou a ganhar destaque econômico unicamente com o início das atividades carboníferas e da construção da ferrovia após 1880. (Carvalho, 2007).

A chegada de novos imigrantes depois de 1870 contribuiu para diversificar a economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). Por um lado, essas mudanças foram fundamentais para criar uma base produtiva diversificada e, em razão da lentidão da acumulação, foram um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. Por outro lado, as construções de estradas carroçáveis e de ferrovias cumpriram um papel essencial para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional.

Entre as diversas atividades comerciais e manufatureiras dessa época, podemos destacar: mercearia, atafona, marcenaria, moinho, fábricas de queijo e embutidos, produção de caixas e de sapatos. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, trouxe como consequência o início de uma diferenciação social causada porque alguns colonos mais enriquecidos começaram a subordinar o trabalho de outros e a investir em pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos. (Carvalho, 2007).

No início do século XX, começam a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 1960: têxtil, madeireiro e alimentício, mas o principal continuava sendo o mercantil, da mesma forma que o resto do país.

Entre os anos 1920-1940, percebe-se um crescimento da indústria metalúrgica, estimulada pela expansão da indústria têxtil, mas que logo em seguida colapsou, devido ao aumento das importações durante a década de 1930. (Bessler, 1988)

A economia catarinense deu um salto nos anos 1930 e 1940 devido, principalmente, ao forte engajamento que o Estado teve na economia nacional, especialmente na região paulista, que atravessava um processo acelerado de formação do parque industrial integrado.³⁹ Ao iniciar a década de 1930, o estado de Santa Catarina contava com 2848 empresas industriais, o que representava 5,6 % do número total de empresas registradas no Brasil. (Bessler, 1988)

O período entre 1945 a 1962 é considerado como o primeiro salto da indústria catarinense, caracterizado pela diversidade industrial e a

³⁹ A partir de 1933 a economia nacional alterou o padrão de acumulação do mercantil-agrário-exportador para o industrial. (Silver, 2005)

substituição de importações. A economia catarinense atingiu uma expansão dos setores tradicionais, originados no período anterior e uma diversificação com o surgimento de novos setores dinâmicos.

No entanto, esse movimento de ampliação e diversificação da base produtiva padecia constantes limitações, tais como: a falta de energia, recursos financeiros e infraestrutura viária e portuária. Esses limites reforçavam, ainda mais a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões. A infraestrutura social básica e os arranjos institucionais não estavam preparados para tal processo de diversificação, obrigando o Estado a interferir na economia para facilitar o processo de acumulação.

Esse período é considerado como uma fase transitória porque ainda perduravam os traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil, e, ao mesmo tempo, começava a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e no grande capital industrial. Sendo assim, o surgimento dessas novas indústrias foi o resultado da metamorfose do capital mercantil para o industrial. A lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no "projeto nacional de industrialização" e no planejamento estadual, propiciando o surgimento das grandes indústrias catarinenses. (Bessler, 1988).

No final dos anos 1950, as cidades de Joinville e Blumenau já eram notoriamente as cidades industriais mais dinâmicas e a economia catarinense já se encontrava em rápida expansão, superior à média brasileira. Também nessa época, a cidade de Criciúma, converte-se no quarto centro industrial catarinense.

A integração e a consolidação do capital industrial se efetiva entre 1962 a 1990. Nessa fase, o padrão de crescimento da economia catarinense passou a ser comandado pelo grande capital industrial e agroindustrial e pelos investimentos estatais em infraestrutura. A economia catarinense integrou-se no mercado internacional e o planejamento estadual tornou-se uma marca dos sucessivos governos. Os diversos complexos industriais e agroindustriais foram formados e consolidados. O avanço industrial do estado de Santa Catarina significou uma mudança quantitativa e qualitativa, pois a região deixou de ser periferia do centro dinâmico paulista, para tornar-se parte integrante do centro dinâmico brasileiro. (Carvalho, 2007).

Segundo Beverly J. Silver (1970) "o milagre econômico" brasileiro de 1968 a 1974 correspondeu precisamente ao período em que capitalistas dos países centrais procuravam fugir cada vez mais das lutas

dos trabalhadores militantes. O Brasil parecia ser o lugar perfeito para receber investimentos, uma vez que o golpe militar de 1964 havia instaurado um regime extremamente repressivo e bem sucedido na destruição do velho movimento sindical corporativista e na eliminação de qualquer oposição da classe operária, tanto nas fábricas quanto no plano político nacional.

A partir de 1962, o padrão de crescimento alterou-se, com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Ainda os setores tradicionais se consolidaram, incorporaram outras marcas até tornarem-se líderes no mercado nacional.

Segundo Piazza (1983), a mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional.

A década de 1970 foi importante para diversas empresas do setor eletro metal-mecânico na região, pois foi quando o setor atingiu o mercado internacional, especialmente a América Latina e EUA. No entanto, com a reestruturação econômica iniciada em 1980-90 houve uma influência negativa na indústria de bens de capital, sobretudo no segmento de máquinas e ferramentas, devido à retração do mercado nacional, à retirada do Estado, dando lugar e prioridade à lógica exclusiva do mercado, despolitizando as relações, prejudicando com a abertura econômica e com o processo de desnacionalização de vários segmentos industriais. (Bossler, 1998)

3.2 Formação do grupo econômico Hansen

A história do grupo econômico formado pelo núcleo familiar Hansen inicia em 1941, na cidade de Joinville, quando João Hansen Júnior compra uma pequena fábrica de pentes de osso de chifre de boi da marca Tigre. Essa pequena empresa, logo chamada João Hansen Júnior & Cia. Ltda. - Fábrica de Pentes, Cachimbos e Artefatos de Massa Plástica Tigre, seria o embrião da Companhia Hansen Industrial, umas das maiores empresas do mundo dedicadas ao segmento de materiais de PVC destinados à construção civil.

No primeiro ano de funcionamento, a empresa tinha apenas vinte e três funcionários. Pouco tempo depois, em 1942, com a aquisição de

uma máquina extrusora⁴⁰, a empresa conseguiu diversificar sua linha de produtos, passando a incluir, além dos pentes, boquilhas de cachimbos, piteiras para cigarros e charutos, leques, pratos e brinquedos, copinhos para aperitivos, rodas de carrinhos, palhetas de plásticos para leques. Desse modo, a empresa cresceu rapidamente e já nesse mesmo ano contava com 208 funcionários. (Carvalho, 2007)

Em 1958, João Hansen viajou pela primeira vez à Europa para visitar a Feira do Plástico de Hannover com o objetivo de conhecer as novidades na aplicação do plástico. Nessa oportunidade, João Hansen ficou interessado em um produto de concepção simples, mas de grande utilidade prática: os tubos e conexões de PVC rígidos, produto que permitiria converter sua empresa em uma das indústrias mais modernas do país. A partir desse momento, outros investimentos foram realizados nesta empresa. Podemos mencionar os seguintes: uma máquina extrusora, uma injetora e um torno de ar para a fabricação de mangueiras com o objetivo de se adequar às possibilidades ofertadas pelos produtos petroquímicos. Estes investimentos possibilitaram a introdução pioneira dos produtos de PVC no Brasil.

Em 1988, João Hansen Júnior decidiu realizar, ainda em vida, uma partilha dos seus bens a seus herdeiros legítimos. Ele colocou como sucessor da companhia um de seus três filhos, Carlos Roberto Hansen, que ficou responsável por administrar o grupo empresarial. No processo de partilha, Eliseth Hansen Batschauer, a outra filha de João Hansen, e seu esposo, Luis Batschauer, passaram a controlar as seguintes empresas que constituíam o Grupo: Cipla - Material de Construção; Produtos do Lar; Tubos, Mangueiras e Flexíveis; Brakofix, Interfibra, Profiplast, Poliex, Glycerin e Flaskô. Com essas empresas, o casal fundou a Corporação HB (CHB). (Carvalho, 2007).

Com a implementação desta cisão, a Tigre e a Cipla/Interfibra passaram a seguir uma trajetória independente. A primeira continuou sendo comandada pela família Hansen, sendo que depois da morte de Carlos Roberto Hansen num acidente aéreo na Colômbia, em 1994, seu irmão João Neto assumiu a presidência. Já a Cipla/Interfibra/Profiplast passou a ser comandada pela família Batschauer.

⁴⁰ Uma máquina extrusora é um equipamento utilizado para a fabricação de peças de plásticos ou outros materiais através de um processo de extrusão.

3.2.1 A Cipla

A Cipla, Indústria de Materiais de Construção Companhia Industrial de Plástico, fundada em setembro de 1963, como primeira subsidiária da companhia Hansen é uma das fábricas mais antigas da cidade de Joinville.⁴¹ A empresa pouco a pouco foi ampliando sua produção, ganhando espaço no mercado interno e internacional, até se converter numa das maiores indústrias de plástico do país, e uma marca reconhecida em todo o território nacional e também em toda América Latina.⁴²

Na década de 1980, a fábrica transformava todos os tipos de resinas plásticas, polietileno de alta, média e baixa densidade, polipropileno, poliestireno, PVC, fibras de vidro e vários outros materiais, dos quais a concorrência não possuía domínio. A Cipla era uma das poucas fábricas na região Sul que tinha cinco fases de produção: injeção, sopro, extrusão, cromagem e rotomoldagem, podendo formar qualquer profissional no ramo plástico. (Carvalho, 2007).

Com o crescimento da indústria automobilística nos anos 1970, a empresa começou a fornecer peças e desenhar moldes na ferramentaria para as empresas automobilísticas: Ford, Volkswagen, Scania, Fiat e Mercedes Benz. Até o ano 2005, além da produção de peças para automóveis, a Cipla possuía três linhas de produção, abrangendo uma variedade de quase duas mil peças comercializadas no mercado interno e internacional.⁴³

1) Linha de consumo: cestos para lixo, banheiras para bebês, regadores, suportes para mangueira, baldes de diversos tamanhos, entre outros itens de utilidade doméstica. Peças para banheiros: armários, caixas de descarga, assentos sanitários, bases para válvula de descarga, conexões sanitárias, tapetes flexíveis, bóias para caixa de água.

2) Linha de material de construção: baldes para cimento, válvulas para poço, válvulas para pia e tanque e de retenção de linha.

⁴¹ A empresa inicia suas atividades em um galpão de 800 m² apenas com uma máquina extrusora, uma injetora e um torno.

⁴² Em outubro de 1963 produzia com 17 funcionários e depois no mês de dezembro de 1969 contava com 212 trabalhadores, e logo em seguida, de 224 funcionários em Janeiro de 1970 passou para 1719 no final do ano 1979. (Carvalho, 2007)

⁴³ Já para essa época a empresa estava instalada em um parque fabril com 45 mil metros quadrados, uma frota de caminhões próprios e um campus recreativo para os operários e suas famílias.

3) Linha industrial: peças plásticas para caminhões e carros de passeio, como tanques para radiador de água, filtros, acessórios diversos, peças para sistemas de ar condicionado e dutos de ar e os emblemas como a estrela da marca automotriz Mercedes Benz. (Do Nascimento, 2004)

Em 1988 a situação da empresa Cipla começou a mudar, quando João Hansen iniciou a partilha de seus bens, desmembrando o Grupo Hansen e doando a fábrica Cipla e Interfibra para a sua filha Elisabeth, já então casada com Luis Batschauer. Desse modo, o empresário Luis Batschauer e seu irmão, Anselmo Batschauer, passam a controlar ambas as empresas.

Em 1990, foram registrados os primeiros conflitos na empresa. Esses conflitos foram deflagrados, por um lado, pela falta de inserção de capital, o que levou a empresa a produzir com máquinas muito antigas, as quais quebravam frequentemente, provocando inúmeros acidentes de trabalho. De fato, conforme os relatos dos trabalhadores entrevistados, com a administração de Luis Batschauer, a empresa foi gradualmente intensificando a sua defasagem tecnológica. Por outro lado, os donos deixaram de pagar ao governo as contribuições previdenciárias correspondentes à folha de pagamento de seus empregados e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Diante disso, os empresários Batschauer foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), sendo condenados à pena de prisão em três ocasiões.

No entanto, em todas as ocasiões, eles conseguiram negociar para poder sair e continuar administrando a empresa sem realizar os depósitos correspondentes dos direitos dos trabalhadores⁴⁴ e, ainda, sem pagar as dívidas acumuladas, as quais em 1998 alcançaram a soma de R\$ 21 milhões. Em virtude disso, os problemas com a justiça continuaram, ocorrendo novos pedidos de prisão e pagamento de multas.⁴⁵ Rômulo, trabalhador da fábrica durante 10 anos no setor de manutenção das maquinarias, relata,

Quando eu entrei, no ano 1978, era o grupo ouro. Era uma empresa ótima para trabalhar. No ano 1988 a Cipla passou para a filha do velho Hansen, mas não investiram e não compraram máquinas novas. Realmente com o genro na administração, ela foi regredindo do início até o final, só faltou

⁴⁴ Jornal: A Notícia, Joinville, 14/07/1998.

⁴⁵ Atualmente existem pelos menos 183 processos criminais, todos com andamento travado devido à ausência dos empresários nas audiências.

fechar. A empresa foi perdendo mercado, gradativamente, chegaram a perder praticamente tudo. O faturamento baixou, chegou a \$ 700.000.⁴⁶

A partir das entrevistas com os trabalhadores registra-se que no transcorrer da década de 1990, a Cipla passou a sofrer crescentes dificuldades econômico-financeiras. Os atrasos no pagamento dos funcionários passaram a ser frequentes. Os atrasos permaneciam por meses e, em alguns casos, o pagamento do 13º salário nunca foi recebido.

Nesse contexto de conflitos internos nas fábricas, segundo os trabalhadores, era provável que os empresários não estivessem interessados em continuar com o funcionamento da empresa. Mas apesar disso, eles continuaram com a extração de lucro, pois mantinham os trabalhadores sob condições de exploração, não pagavam taxas e impostos ao governo, nem tampouco, saldavam as dívidas com os seus fornecedores.

Rafael, trabalhador da fábrica Cipla desde 1975 no setor de preparação da matéria prima, relata:

A situação era difícil e havia briga direto sobre o pagamento. Se você ganhava, por exemplo, R\$500,00 reais você recebia R\$150,00 ou R\$200,00 e o resto ia ficando atrasado. Algumas pessoas acharam outros empregos e foram embora. Meu caso, como o de tantos outros funcionários, como estava aposentando decidi ficar, porque se saia não recebia meus direitos.⁴⁷

Devido aos atrasos constantes e ao clima de tensão geral, os trabalhadores estavam totalmente desmotivados para trabalhar, inclusive descuidando do uso dos maquinários. Rafael relata,

Antes da greve o pagamento era bem pouco, ganhava R\$30,00 reais por semana ou o pessoal não recebia. O pessoal estava todo revoltado, ninguém queria trabalhar. (...) O setor estava com

⁴⁶ Rômulo. Joinville, 28/10/2006. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

⁴⁷ Rafael. Joinville, 23/08/2006. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

um clima pesado e tudo sujo, com muito problema com o material.⁴⁸

Segundo os testemunhos dos entrevistados, todas estas descrições compõem o clima prévio à tomada da fábrica pelos trabalhadores. O clima, portanto era de desespero, os trabalhadores viviam o dia-a-dia com ausência quase total de dinheiro para sustentar as suas famílias. Para enfrentar os momentos difíceis os trabalhadores se organizaram e se ajudaram uns aos outros, arrecadando dinheiro para os mais necessitados, comprando cestas básicas e pagando as contas atrasadas de luz e água de suas casas.

No entanto, a situação não era igual para todos os trabalhadores. O setor administrativo da empresa e os gerentes estavam recebendo os salários em dia. Os proprietários da fábrica buscavam, desta maneira, garantir a continuidade da produção. Vitor, trabalhador da Cipla desde 1998, relata,

Eu trabalhava no setor de expedição, então sabia como estava faturando a empresa. Nós tínhamos a possibilidades de fazer pressão, porque a gente da produção não conhecia a situação. Os trabalhadores devido ao não pagamento faziam esse tipo de sabotagem, na preparação de matéria prima e na produção para prejudicar ainda mais.⁴⁹

Finalmente, em 16 de janeiro de 2002, 500 trabalhadores da fábrica Cipla organizaram a primeira paralisação interna, reivindicando o pagamento dos salários, o repasse da segunda parcela do 13º salário, as férias e o depósito das quantias referentes ao FGTS e INSS. Neste momento, a diretoria da fábrica justificou a situação dizendo que seu faturamento era inferior ao planejado. A paralisação cessou e passou a predominar um clima de ameaças de demissões aos trabalhadores, o que culminou com a demissão de 140 trabalhadores.

Neste ínterim, os trabalhadores demitidos reuniram-se com a diretoria da fábrica e com advogados do Sindicato de Plástico para obter seus direitos, porém, acabaram deixando seus empregos com as “mãos vazias”, conforme relataram em seus depoimentos.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Vitor. Joinville, 22/08/2006. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

No mês de setembro de 2002, um dos trabalhadores demitidos decidiu ir até a Câmara de Vereadores da cidade de Joinville para procurar ajuda. Foi recebido pelo vereador Adilson Mariano⁵⁰ do Partido dos Trabalhadores, e relatou para ele sua indignação frente à ausência de apoio do Sindicato, e pediu apoio para organizar os trabalhadores. Na busca de soluções, Adilson Mariano convocou Serge Goulart⁵¹ e Carlos Castro⁵² assim como aos dirigentes da Central Única de Trabalhadores (CUT), para apoiarem os trabalhadores da fábrica.

No dia 24 de outubro de 2002, às 5 horas da manhã, ao invés de iniciarem um novo turno, os trabalhadores da Cipla, organizados e com o apoio do vereador Adilson Mariano e de outros dirigentes políticos, deram início à greve. Após uma semana de negociações com os donos, estes cederam a administração da empresa aos trabalhadores.

3.2.2 Interfibra

Nesse contexto, a Interfibra, fábrica que também atravessava uma situação de crise, aderiu ao movimento de greve da Cipla, paralisando as atividades e dando início a uma greve por tempo indeterminado, sendo a primeira na história da fábrica.

A Interfibra surgiu em 1970, também como parte da Corporação HB, sendo uma das poucas no mundo que produz tubos, tanques, conexões e laminados de plástico reforçado que suportam alto calor e pressão especiais para a extração de petróleo. A empresa chegou a produzir com 600 funcionários e, a partir da década de 1990, teve uma trajetória de

⁵⁰ Adilson Mariano é natural de Ituporanga (SC), filiado ao PT desde 1989. Mariano foi eleito para seu quarto mandato consecutivo para a Câmara de Vereadores de Joinville em 2012.

⁵¹ Serge Goulart é fundador do PT e da CUT, foi dirigente do partido em Santa Catarina e atualmente é membro do Diretório Nacional do PT pertence ao “O trabalho”. “O Trabalho” é um dos mais antigos jornais da imprensa operária ainda em circulação no Brasil. Ele também participa da Seção Brasileira da Quarta Internacional (1993) formada por militantes trotskistas. Recentemente apresentou sua candidatura à Presidência Nacional do PT.

⁵² Carlos Castro é formado em jornalismo, em Joinville, dedica-se há mais de uma década à atividade de radialista. Na época, participava da direção do PT local e coordenava o conselho político do vereador Adilson Mariano, de Joinville, que denunciou o caso da CHB aos demais parlamentares locais, buscando a adesão da Câmara dos Vereadores à luta dos trabalhadores. Atualmente é assessor de Adilson Mariano.

crise semelhante à da Cipla, e passou a funcionar apenas com 200 funcionários.

Registram os relatos dos entrevistados que, nesse momento, os trabalhadores de ambas as fábricas acamparam na porta destas, impedindo a entrada dos administradores e gerentes, além de alguns operários que, frente às ameaças dos chefes, optaram por não aderir à paralisação por medo de perder o emprego.

Durante oito dias, os trabalhadores das empresas, apoiados externamente por representantes do PT e da Juventude Revolucionária, sofreram diversas represálias da polícia militar, munida de gás lacrimogêneo, cavalos e cassetetes. Foram também reprimidos por seguranças contratados pelos patrões. Diante da violência dessa situação, a solidariedade popular aumentou, e parte da população passou a acompanhar os trabalhadores na frente da empresa, apoiando os grevistas e fazendo doações crescentes para o fundo da greve.

Desde o início do desenvolvimento do processo de recuperação em 2002, os coordenadores da comissão da fábrica Cipla/Interfibra não aceitaram formar uma cooperativa. Assim, sua proposta tem como base a reivindicação ao governo de estatização da empresa. Segundo os coordenadores das empresas, a luta pela estatização tem duas qualidades principais: por um lado, a manutenção dos empregos correspondentes às fábricas recuperadas Cipla (670) e Interfibra (80); por outro, a estatização representa a única possibilidade para que o governo receba as dívidas acumuladas com os Ministérios de Fazenda e Previdência Social acumuladas pelos antigos donos.

O coordenador do movimento, Serge Goulart, defendendo a estatização afirma,

Este caminho se apóia na organização, passa pela unidade e pela ocupação e controle das fábricas pelos próprios trabalhadores. Passa pela luta pela estatização das fábricas ocupadas porque são os capitalistas e seus governos os responsáveis pelas demissões, pela quebra e pelas crises. Somos, portanto contrários à ideia de uma cooperativa. Na realidade isso significaria converter os trabalhadores em capitalistas, debilitar a classe operária. E, ao competir num mercado capitalista, só poderão triunfar prejudicando outras empresas. Estamos a favor da estatização, mas estatização

sob controle dos trabalhadores para impedir o surgimento de uma nova burocracia.⁵³

Deste modo, a insígnia e a bandeira de luta das empresas eram: “Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada deve ser estatizada”, revelando o conteúdo da proposta de estatização, formando outra vertente dentro das ERTs desde 2002. Além disso, os coordenadores teciam uma crítica ao modo de produção capitalista a partir da proposta de um programa político baseado no internacionalismo, dando início ao “Movimento de Fábricas Ocupadas”.

3.2.3 Profiplast/Unipol

A terceira fábrica que participou da vertente a favor da estatização no início de sua recuperação foi à empresa Profiplast, do mesmo grupo Hansen e também localizada na cidade de Joinville. A empresa foi inaugurada em 20 de abril de 1979 por João Hansen Júnior. A fábrica produz acessórios plásticos para indústria de refrigeração e esquadrias plásticas para construção civil, perfis plásticos para janelas, ônibus e expositores de supermercados.⁵⁴

No final de 1988 o empresário Luis Batschauer assumiu como diretor-administrativo, junto com seu irmão Anselmo Batschauer. No ano de 2004, os empresários venderam a empresa para a fundação Kairós, pertencente ao bispo João Paulo de Oliveira.

A partir desse momento começaram os primeiros conflitos na empresa, pois durante a nova administração nenhum investimento foi realizado e, além disso, foi gerada uma dívida de R\$50 milhões de reais entre impostos e tributos, direitos trabalhistas e previdenciários que se juntou com a dívida acumulada pela gestão anterior.

Diante dessa situação, no dia 6 de abril de 2004, os operários da empresa, apoiados pelas comissões da Cipla/Interfibra, tomaram o controle da fábrica. De modo semelhante a essas outras empresas, eles decidiram recuperar a fábrica na ocasião de uma assembléia geral, onde participaram os 150 trabalhadores. Em seguida, se formou uma

⁵³ Declaração do 1º Encontro Latino Americano de Empresas recuperadas pelos trabalhadores, Caracas, 29/10/2005.

⁵⁴ Seus maiores clientes eram: Multibrás S.A., Husmman do Brasil Ltda., Pincéis atlas S.A., Busscar Ônibus S.A., Arneg Brasil Ltda., Cipla S.A., Mercofricon S.A., entre outras empresas atuantes no mercado nacional e internacional.

comissão para administrar a empresa, integrada por dez trabalhadores e pelo advogado Francisco João Lessa.

Em outubro desse mesmo ano foi formada uma Comissão Especial, composta por vários vereadores,⁵⁵ com o objetivo de analisar e avaliar a nova conjuntura, além de sugerir alternativas para resolver a situação dos trabalhadores da empresa. Os vereadores tiveram a possibilidade de conhecer o parque fabril, analisar o funcionamento da produção, além de conhecer a posição e a intenção dos funcionários sobre a situação da empresa.

No entanto, no dia 4 de Novembro de 2005, os trabalhadores paralisaram a produção a fim de defender a fábrica da tentativa de reintegração de posse levada adiante pela Companhia Brasileira de Plásticos e Metais (CBPM). Nesta ocasião, os trabalhadores precisaram defender-se e impedir a entrada da polícia na fábrica. Após várias negociações com a justiça, no dia 6 de dezembro de 2005, o interventor Rainold Uessler foi nomeado pela justiça para trabalhar conjuntamente com os trabalhadores com o objetivo de analisar a situação econômica da empresa.⁵⁶ Com a intervenção judicial decidida, os funcionários abandonaram a proposta de estatizar a fábrica, afastando-se do Movimento de Fábricas Ocupadas.

Em 12 de setembro de 2007, depois de decretada a falência, com apoio da UNISOL, os trabalhadores decidem fundar uma cooperativa: Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria de Polímeros de Joinville (UNIPOL), independente da fábrica falida e sem nenhum tipo de ligação com os antigos proprietários.⁵⁷

Segundo Danilo, assessor da UNISOL que trabalha atualmente assessorando aos trabalhadores da UNIPOL,

A estatização não é uma saída lógica do contexto do estado brasileiro hoje, nós não temos um governo que vai apostar nisso, não vai investir nisso, não temos um governo que queira de fato um estado socialista. (...) A grande questão deles lá, é que os trabalhadores sejam donos da empresa, eles defendem estatização. Nós defendemos os trabalhadores. Agora eles

⁵⁵ Os vereadores: Lauro Kalfels (sem partido), Carmelina Alves Barjona (PP), Zulmar Valverde (PFL), Jucélio Girardi (PMDB) e como presidente da comissão Adilson Mariano (PT).

⁵⁶ Jornal: A Notícia, Joinville, 6/12/2005.

⁵⁷ Para mais informação sobre a história da Unipol ver: Schumacher Bail, 2010.

(UNIPOL) estão no mercado. O mercado é mercado, a gente não pode mentir para as pessoas.

58

A partir da entrevista, se percebe como Danilo expressa com clareza os limites que as recuperadas possuem, expostas ao “jogo político” do governo brasileiro atual e por isso considera como única saída para defender os trabalhadores, levar adiante a formação de cooperativas. Afinal, os trabalhadores da Profiplast tomaram a opção de formar uma cooperativa. Atualmente, ela funciona apenas com 44 sócios cooperados e 5 contratados. No início da recuperação, eram 99 trabalhadores.

Esta experiência, ao longo dos últimos anos, alcançou importantes avanços econômicos. Por exemplo, os trabalhadores conseguiram comprar duas máquinas novas com recursos obtidos através da UNISOL. Com uma dessas máquinas, os trabalhadores obtiveram a possibilidade de criar a marca e a linha de produtos Ecouni, constituída por produtos ambientalmente sustentáveis. Os itens fabricados são pensados e produzidos para gerar o menor impacto possível ao meio ambiente.

Hoje em dia, o principal produto da linha Ecouni é a grelha de plástico produzida com material 100% reciclado. O que distingue este produto e se diferencia das grelhas de concreto é: a facilidade na implantação, o baixo peso e alta resistência, suportando por volta de 25 toneladas, e o fato de ser um produto ambientalmente sustentável.

Segundo o relatado por Danilo, a partir de um acordo firmado entre a Prefeitura de Joinville e a UNIPOL, cinco amostras foram implantadas na cidade de Joinville. A durabilidade e resistência do produto chamaram a atenção da Prefeitura, que se interessou pela utilização como excelente opção para substituir as tradicionais grelhas de concreto, que quebram com frequência, e também as grelhas de ferro, que sempre são furtadas. O sucesso da grelha abriu a possibilidade de novos canais de vendas, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Outro aspecto interessante da experiência da UNIPOL: a proximidade com os catadores da cidade promovida pela UNISOL.⁵⁹ Essa parceria permite que os catadores participem fornecendo materiais

⁵⁸ Danilo. Joinville. 03/03/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

⁵⁹ Os assessores da UNISOL da Região Sul trabalham em Santa Catarina com o programa Cataforte (Programa de Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis).

para a Unipol para a confecção da grelha e outros produtos da linha Ecouni. Além disso, a UNIPOL cedeu para os catadores um espaço dentro dos galpões para que possam trabalhar com os materiais plásticos recolhidos pela coleta seletiva, transformando-os em matérias primas que serão comercializadas diretamente nas indústrias de plásticos, aumentando, desta forma, a renda e participação dos catadores neste seguimento. Segundo Danilo,

A Unipol optou por outro caminho, mas ele reconhece a importância de grupos do movimento de ocupadas na caminhada da Unipol. No começo eles foram extremamente importantes, então, não dá para negar essa importância. A crítica que se faz, é nos objetivos finais do processo. Eles queriam a estatização e a Unipol foi pelo caminho do cooperativismo. A gente considera que eles tiveram uma visão um pouco equivocada nesse processo: o modelo e a solução que eles encontraram não foram positivos para eles, porque no fundo eles perderam. E não foi positivo para os trabalhadores. O pessoal da Cipla foi muito mais radical e isso prejudicou, e fechou qualquer porta ou outras alternativas. Unipol também poderia estar na mão do interventor até hoje. Mais aí a gente teve um processo que convenceu ao interventor pra pedir a falência, teve uma manobra.⁶⁰

3.2.4 Flaskô

Além da Cipla, Interfibra e Profiplast, outra fábrica que era antigamente controlada pela Corporação Hansen também fez parte do Movimento de Fábricas Ocupadas a favor da estatização: a Flaskô Industrial de Embalagens Ltda., situada na cidade de Sumaré no interior do estado de São Paulo (SP). A empresa foi fundada em 1977 e dedica-se à produção de embalagens industriais plásticas de grandes volumes

⁶⁰ Danilo, Joinville. 03/03/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

destinadas à indústria alimentícia, petroquímica, farmacêutica e frigoríficos.⁶¹

A Flaskô, da mesma forma que aconteceu com a empresa Cipla, Interfibra e Profiplast, a partir da década de 1990, atravessou uma importante crise financeira e seus donos passaram a descumprir suas obrigações com os tributos, os direitos e os salários dos funcionários. Durante este período, ocorreram várias ondas de demissões e a empresa chegou a funcionar apenas com 65 funcionários em 2003, sendo que em sua melhor época, durante a década de 1980, ela empregava 600 pessoas. (Oliveira Raslan, 2007).

Em junho de 2003, os administradores deixaram de pagar os salários e as férias aos trabalhadores, além disso, tinham dívidas acumuladas com o FGTS e com os fornecedores. Durante o período entre janeiro e maio de 2003, a empresa manteve-se quase abandonada, sem energia e com um faturamento inferior a trezentos reais, chegando à beira da falência.

Diante desta situação, no dia 12 de Junho de 2003, os trabalhadores receberam a visita de 350 trabalhadores da Cipla e da Interfibra que partiam para uma caravana até Brasília.⁶² Nessa oportunidade, e aproveitando a coragem e entusiasmo dos colegas das outras fábricas, os setenta trabalhadores da Flaskô decidiram coletivamente em assembleia conjunta com o Sindicato de Químicos Unificados, assumir o controle administrativo e operacional da fábrica, reativando-a.

Dias depois, no dia 25 de junho, os trabalhadores da empresa receberam a visita de aproximadamente cem pessoas, que vieram manifestar seu apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores pela manutenção das fontes de trabalho. Entre estas pessoas encontravam-se representantes dos poderes políticos municipais de Sumaré e Campinas (SP), integrantes de movimentos sociais, populares e sindicais de toda a região, e representantes de associações de bairros próximos à empresa. (Rodrigues da Silva, 2012).

Após obter o controle da fábrica, os trabalhadores elegeram uma Comissão Diretiva Provisória para administrar o parque fabril. Na comissão participaram sete trabalhadores e um dirigente do Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas. Durante os primeiros meses

⁶¹ As embalagens são um tipo de tambores grandes geralmente de cor azul com a capacidade de cerca de duzentos litros, utilizados para armazenamento de alimentos, cosméticos, defensivos agrícolas, produtos químicos, adubos, etc.

⁶² Nessa ocasião, os coordenadores do Movimento de Fábricas Ocupadas foram recebidos pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

após a reativação da fábrica, os integrantes desta comissão se dedicaram à reorganização da administração e da produção, além de re-estabelecer contato com os fornecedores, clientes, devedores e credores.

Das empresas mencionadas anteriormente, Cipla, Interfibra e Profiplast/UNIPOL, atualmente a Flaskô é a única em funcionamento que ainda forma parte do MFO, completando em 2013 dez anos sob controle operário. Na Flaskô, como na Cipla e Interfibra, os bens estão penhorados, desde o terreno, passando pelo maquinário. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na Profiplast/UNIPOL, essas empresas não decretaram a falência.⁶³

3.3 Os diferentes caminhos andados

Analisando o contexto mais amplo das fábricas mencionadas, podemos dizer que cada uma delas tem suas particularidades, seus processos singulares na condução da recuperação, seus conflitos internos e suas respectivas parcerias. Entretanto, todas tiveram uma característica em comum: a luta pela estatização⁶⁴, como já ressaltado, fez parte do “Movimento das Fábricas Ocupadas.”

Os coordenadores do MFO, com o intuito da defesa dos postos de trabalho e da manutenção da atividade industrial reivindicavam que as empresas passassem a ser administradas pelos trabalhadores sob a insígnia da estatização e sob controle operário. Nesse movimento defensivo, um argumento importante do qual os coordenadores se valeram para justificar a estatização das empresas, foi a responsabilidade do governo para com as dívidas das empresas, atestada pela ausência de fiscalização efetiva, o que permitiu que as mesmas chegassem a

⁶³ Para mais informação sobre a experiência da Flaskô ver: Henriques, 2013, Rodrigues da Silva, 2012, Oliveira Raslan, 2007.

⁶⁴ A estatização sob controle obreiro tem uma clara inspiração de esquerda que vem sendo debatida desde a construção da I Internacional (1864-1876). No século XX se percebem distintas experiências de controle obreiro da produção entre as quais, podemos mencionar: os “soviets” de 1917 na Rússia, que foram analisadas por Leon Trotsky (1879-1940) e os conselhos obreiros surgidos em numerosos países europeus logo depois da Segunda Guerra Mundial, entre os quais, os conselhos italianos, analisados por Gramsci (1891-1936) que reivindica e percebe a capacidade de iniciativa e de criação revolucionária da classe operária. O controle operário seria uma instância de aprendizagem para a classe trabalhadora em função da construção de um futuro Estado obreiro. (Gracia, 2011).

números exorbitantes, ao mesmo tempo em que realizam uma crítica ao cooperativismo.⁶⁵

Nesse sentido, cabe mencionar que na história do movimento operário, alguns autores tais como Karl Marx (1818-1883) e Rosa Luxemburgo (1871-1919) teorizaram tanto sobre as possibilidades do cooperativismo quanto sobre às suas limitações. Para ambos os autores, as organizações cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores representam uma brecha no modo de produção capitalista, sem representar uma forma de ruptura total como o sistema, pois os trabalhadores, ao invés de estarem submetidos ao domínio do capitalista, assumem o lugar dos próprios capitalistas. Mas para terem durabilidade e êxito na transformação do sistema capitalista, devem estar inseridas na luta pelo poder estatal da classe trabalhadora, ou seja, na revolução proletária. (Giraldez Vieitez, 2001).

Por um lado, Karl Marx (1818-1883) ao considerar as experiências cooperativistas surgidas entre 1848-1864, assegurou que as mesmas “constituyem una de las fuerzas transformadoras de la sociedad” e portanto, demonstravam praticamente que o sistema capitalista baseado na subordinação do trabalho ao capital podia ser substituído por um sistema superior baseado na livre associação de produtores e consumidores. Não obstante, também o autor afirmou que “al mismo tiempo, la experiencia ha probado hasta la evidencia que, por útil que se muestre en la practica, el trabajo cooperativo limitado estrechamente a los esfuerzos accidentales y particulares de los obreros, no podrá jamás detener el crecimiento en progresión geométrica del monopolio, ni emancipar a las masas ni aliviar las miserias.” (Marx, 1864).⁶⁶

A palavra cooperação significa o ato de cooperar ou obrar juntamente com outro ou outros para um mesmo fim, desvendando um sentido de ação e movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individual ou individualista. A ação de cooperação faz referência à disposição e compromisso de apoiar, de empreender, de produzir, porém pode ser analisada como um valor, como resultado de uma representação, de uma visão de mundo e do homem. Desta perspectiva, a cooperação significa tomar parte de uma empresa coletiva cujo resultado depende da ação de cada um dos participantes ou sujeitos ativos. De acordo com Marx, a cooperação é “la forma de trabajo en la

⁶⁵ De acordo com Nascimento (2004, p. 55), na Cipla cerca de 80% da dívida de R\$500 milhões é com o governo federal, 12% com o governo estadual e 1% com o municipal e 5% do total são com os trabalhadores.

⁶⁶ Manifesto Inagural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

que muchos trabajan juntos, de acuerdo a un plan, en el mismo proceso de producción o en proceso de producción diferentes pero conectados”. (Marx, 1968).

Quando o autor analisa a cooperação no trabalho, assinala que “el simple contacto social, en la mayoría de los procesos productivos, provoca la enmulacion entre os participantes, motivandolos, y estimulandolos, lo que aumenta la capacidad de realización de cada uno”. (Marx, 1968). Ou seja, em outras palavras, o produto da cooperação é força social comum que estimula, motiva os trabalhadores a aumentar a capacidade, gerando um produto global maior que a soma das forças individuais.

Segundo Marx (1968), as fábricas recuperadas pelos trabalhadores convertidas em cooperativa,

São, dentro da forma tradicional, as primeiras brechas abertas nela, apesar de que, onde quer que existam, suas organizações efetivas apresentam, naturalmente, todas as deficiências do sistema dominante. Mas dentro dessas fábricas aparece abolido o antagonismo entre o capital e o trabalho, embora a princípio somente sob uma forma na qual os trabalhadores associados são seus próprios capitalistas, isto é, empregam os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Essas fábricas mostram como chegar a uma determinada fase do desenvolvimento das forças materiais produzidas e das formas sociais de produção adequadas a elas, do seio de um regime de produção nasce e se desenvolve naturalmente outro novo. Sem o sistema fabril derivado do modo de produção capitalista não haveria fábricas cooperativas, e muito menos sem o sistema de crédito que surgiu do mesmo modo de produção. O sistema de crédito é base fundamental para a transformação gradual das empresas cooperativas em uma escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas como formas de transição entre o regime capitalista de produção e o modo de produção dos produtores associados; a única diferença é que em um caso o antagonismo é resolvido negativamente, enquanto que no outro caso é

resolvido em sentido positivo. (Vol.III, cap. XXVII, p.10)

Em seus escritos sobre as cooperativas, Karl Marx assinala seus aspectos ambíguos. Por um lado, sustenta que as cooperativas deixam os trabalhadores longe da luta de classe ao fazer-lhes considerar que a emancipação é possível da perspectiva de uma empresa ou de um conjunto delas, sem compreender que no capitalismo, a lógica do capital subsume o conjunto das formas empresariais existentes. Por outro lado, o autor toma o exemplo prático das cooperativas para evidenciar que o capitalista é um agente desnecessário à organização da produção e processo de trabalho.

Os trabalhadores cooperados mostram que os patrões não são imprescindíveis para a organização da produção. Assim, o principal mérito alcançado nas cooperativas é a ruptura cultural, pois destitui o capitalista de seu papel de organizador da produção e distribuição de bens e serviços. Por tanto, ele afirma “Es imposible exagerar la importancia de estos grandes movimientos sociales que han mostrado en los hechos que la producción a gran escala y al nivel de las exigencias de la ciencia moderna, puede prescindir de la clase de los patrones”. (Marx, 1968, p.11).

Não obstante, também Marx (1968), ressalta o fato inegável de que o cooperativismo jamais poderia derrotar os monopólios de mercado, a menos que ele se desenvolva em dimensões nacionais. Só a tomada do poder político pela classe trabalhadora poderia fazer com que o cooperativismo escape dos esforços casuais de grupos de trabalhadores isolados. Segundo este autor, as cooperativas acabam, no médio ou longo prazo, funcionando dentro da lógica mercantil, com todos os excessos que isso traz aos trabalhadores, e por isto, produzindo a concentração da economia sob o capitalismo.

Nesse sentido, segundo Marx, as cooperativas como forma social são efetivas para o desenvolvimento pleno do socialismo, mas não são efetivas para a transformação do capitalismo. Dessa forma, mesmo que Marx elogiasse os princípios em que se baseavam as cooperativas e reconhecesse a importância desta organização frente à lógica vertical e autoritária desenvolvida no processo de trabalho sob o comando do capital, não considerava que fosse um instrumento de mudança social nas sociedades capitalistas. (Marx, 1974).

Por outro lado, Rosa Luxemburgo (1999), em seu livro “Reforma ou Revolução”, considera o cooperativismo como uma forma híbrida, com seus próprios limites no capitalismo, incapaz de atacar as bases do

capital. Ela afirma que “as cooperativas, sobretudo as de produção, são uma forma híbrida no seio do capitalismo. Podem ser descritas como pequenas unidades de produção socializada dentro do intercâmbio capitalista” (p. 83). Por isso, considera que no desenvolvimento dos empreendimentos econômicos, a formação de cooperativas não chega a se configurar uma via para o socialismo. Segundo Rosa Luxemburgo (1999),

Na economia capitalista o intercâmbio domina a produção (ou seja, a produção depende em grande parte das possibilidades do mercado). Como fruto da concorrência, a dominação total do processo de produção pelos interesses do capitalismo – ou seja, a exploração impiedosa - se converte em fator de sobrevivência para cada empresa. A dominação do processo de produção pelo capital se expressa de várias maneiras. O trabalho se intensifica. A jornada de trabalho se reduz ou amplia dependendo da situação do mercado. E, segundo as imposições do mercado, a mão de obra é empregada ou lançada de novo à rua. Em outras palavras, são utilizados todos os métodos que permitem à empresa fazer frente a seus concorrentes no mercado. Os operários que formam uma cooperativa de produção se vêem, assim, na necessidade de governar-se com máximo absolutismo. Se vêem obrigados a assumir, eles mesmos, o papel do empresário capitalista, contradição responsável pelo fracasso das cooperativas de produção que se convertem em empresas puramente capitalistas, e se continuam predominando os interesses operários, acabam por dissolver-se. (p.83).

Conforme esta autora, as cooperativas num contexto capitalista se encontram em permanente contradição com o sistema dominante. Assim sendo, as possibilidades de sobrevivência do cooperativismo são muito limitadas, e portanto, não se traduzem em uma forma de transformação do sistema capitalista.

As cooperativas de produção podem sobreviver no marco da economia capitalista só se conseguem suprimir, mediante algum ardil, a contradição

capitalista entre o modo de produção e o modo de intercâmbio. E o podem fazer somente se evitam artificialmente a influência das leis da livre concorrência. E só podem chegar a isso quando asseguram, de antemão, um círculo fixo de consumidores, ou seja, um mercado constante. (p.85).

Para Rosa Luxemburgo, as cooperativas de produção no seio do capitalismo têm duas alternativas: a falência ou, para sobreviver, a associação com as cooperativas de consumidores para garantir compradores de sua produção, e assim, não concorrer com as empresas capitalistas. Além da necessidade de sobrevivência das empresas, existe o risco das cooperativas serem subsumidas pela lógica do mercado e da concorrência e, conseqüentemente, gerarem condições de autoexploração, oprimindo o trabalhador com baixos salários e com condições insalubres.

Deste modo, as cooperativas segundo ambos os autores apresentados, se mostram como alternativas limitadas de luta da classe trabalhadora, com épocas de auge e de declínio, e tendo que lidar com todos os desafios e contradições que resultam da situação de sobreviver no seio do sistema capitalista de produção.

3.3.1 O Movimento de Fábricas Ocupadas e suas alianças

Com a perspectiva de criar um movimento de união entre os trabalhadores do campo e da cidade, os coordenadores do movimento ao longo de todos os anos de luta, buscaram se articular em busca de apoio e parcerias com outras entidades sociais, sindicais e políticas, regionais, nacionais e internacionais, como por exemplo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Regional de Campinas do Sindicato Químicos Unificados, a Central Sindical de Uruguai (PIT-CNT), o Movimento de Empresas Recuperadas da Argentina (MNER) e o Frente Revolucionário de Empresas Recuperadas em Cogestão e Ocupadas da Venezuela (FRETECO), entre outras entidades.

Segundo Trotsky (1979), é de suma importância a união do campo e da cidade para alcançar os objetivos da transformação da sociedade:

O operário agrícola é, no campo, o irmão de armas e o equivalente do operário da indústria. São duas partes de uma só e mesma classe. Seus

interesses são inseparáveis. O programa das reivindicações transitórias dos operários industriais é também, com tais ou quais mudanças, o programa do proletariado agrícola. (p.19).

Para os coordenadores do MFO, esta aliança visa transformar as relações sociais de produção capitalista com a perspectiva de destituir a classe que detém o poder político e econômico. Deste modo, os dirigentes, que também participam da IV internacional, possuem um programa político que transcende a estatização, na base da discussão se percebe a crítica ao capitalismo como modo de produção de exploração da classe trabalhadora.

Com o objetivo de difundir e aprofundar a proposta de estatização das empresas os coordenadores do movimento organizaram em três ocasiões a Conferência Nacional em Defesa do Emprego, Terra e Parque Fabril: a primeira se realizou entre os dias 3 a 5 de outubro de 2003, em Joinville (SC), a segunda em 2004, entre os dias 24 e 25 de Junho, na sede da CUT Nacional (SP)⁶⁷, finalmente, a terceira organizou-se entre os dias 16 e 18 de dezembro de 2005 na fábrica Cipla em Joinville. Nessa ocasião, participaram cerca de 350 pessoas entre delegações de 5 países⁶⁸ e representantes de treze Estados do Brasil.

No cenário internacional, a Comissão de Fábrica participou de dois encontros fundamentais para o processo de expansão de sua luta: o primeiro em março de 2005, em Madrid, na Conferência Mundial Aberta, organizada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores. Aproveitando a presença de trabalhadores, sindicalistas e militantes de todo o mundo, a comissão apresentou a proposta de realizar uma campanha internacional pela estatização das fábricas recuperadas; o segundo em outubro de 2005, na cidade de Caracas, Venezuela.

⁶⁷ O tema central da conferência foi a organização, mobilização e a luta pela garantia de todos os empregos das fábricas recuperadas. Participaram do evento 120 trabalhadores do campo e da cidade, estudantes e sindicalistas, para debater as reivindicações dos trabalhadores frente à conjuntura nacional de desemprego, de quebras do parque fabril, de flexibilização de direitos e da ausência da reforma agrária

⁶⁸ Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e Venezuela. Durante os três dias organizaram-se plenárias e grupos de trabalho com o objetivo de debater sobre diferentes quesitos: a luta do movimento operário e a juventude do campo, a defesa das fábricas recuperadas, a re-estatização das ferrovias, a reforma agrária e a necessidade de articular as ERTs.

O I Encontro Latino Americano de fábricas sob o controle dos trabalhadores⁶⁹ teve como principal objetivo reunir operários com experiência na ocupação de indústrias, formas de controle e gestão dos trabalhadores, com o fim de intercambiar experiências e conhecimentos entre representantes operários e ativistas sindicais dos diferentes países participantes.

Os encontros facilitaram a possibilidade de realizar acordos políticos e econômicos. Por exemplo, os representantes da Cipla e do governo venezuelano fecharam um acordo econômico estratégico. Por um lado, a petroquímica estatal Pequiven forneceria matéria-prima à empresa Cipla, necessária para a produção dos produtos da linha de materiais de construção: polietileno e polipropileno.⁷⁰ Por outro lado, em troca das matérias-primas, a fábrica Cipla transferiria tecnologia e assessoria técnica para a instalação de uma empresa estatal de construção de casas em PVC, na Venezuela. Portanto, os técnicos da fábrica Cipla foram os responsáveis pela escolha e indicação das máquinas e equipamentos para a empresa estatal.⁷¹ Castro relata o sucedido da seguinte forma:

Nesse evento Chávez firmou um acordo. Na abertura do evento, Chávez botou o bonezinho das fábricas Cipla e falou de nossa história. Foi um evento enorme, em Caracas. Nesse evento, foi fechado um acordo para ajudar as fábricas recuperadas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que o governo Chávez faria parceria. No caso do Brasil, foi com a Cipla: o governo de Chávez viabilizaria matéria-prima, em troca de tecnologia das fábricas para montar as casas populares na

⁶⁹ Participou o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, da Argentina, o Movimento de Empresas Autogestionárias, do PIT-CNT, do Uruguai, as empresas estatizadas da Venezuela, a Venepal, Kadafe, a CNV. Além da UNT, a central sindical venezuelana.

⁷⁰ Ambas conformam 70% da matéria-prima usada na empresa, reciclando-se quase 99% da matéria prima. No mercado brasileiro só é vendida por uma empresa multinacional e a preços extremamente caros. A matéria-prima recebida entre os meses de janeiro e março de 2006 permitiu um aumento de 40% para 50% na capacidade da produção da Cipla.

⁷¹ O projeto do governo Venezuelano consiste em um investimento de R\$50 milhões para produzir 15 mil unidades de habitações por ano, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional que sofre a população venezuelana. A empresa começou a produzir em setembro de 2006, e outros quatro serão construídos em um prazo de dois anos.

Venezuela. Então, a gente mandou uma equipe pra Venezuela para montar a indústria. E eles mandavam 2 bilhões por ano de matéria-prima. Em 2005, vieram 2 bilhões e em 2006 e 2007 também. Essa matéria-prima nos deu fôlego para tocar a fábrica, era um injeção de capital através de matéria-prima. E assim a gente conseguiu tocar, talvez a fábrica não tivesse ido tão longe como ela foi.⁷²

A partir da entrevista, percebemos a importância das ajudas externas e das políticas públicas dentro do marco latino-americano. Frente à ausência do apoio nacional, buscam-se as parcerias internacionais, por exemplo, nesse caso, com um governo de corte socialista como é o da Venezuela.

Também, em dezembro de 2006, o MOF junto com a Central Sindical Uruguia (PIT-CNT), o Movimento de Empresas Recuperadas da Argentina (MNER) e o Frente Revolucionário de Empresas Recuperadas em Cogestão e Ocupadas da Venezuela (FRETECO) organizaram o Iº Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril nas instalações da Cipla.

Dessa forma, percebemos que o processo das negociações, acordos, parcerias das ERTs não sucede exclusivamente dentro dos limites da empresa, pelo contrário, a luta se amplia para fora das instalações das unidades produtivas incorporando outros atores sociais, tais como dirigentes políticos e sindicais, a comunidade e pesquisadores das universidades, que possibilitam a divulgação das experiências e a formação de novas parcerias.

Concordamos com Tarrow (2009) quando afirma:

É a mudança nas oportunidades e restrições políticas que proporciona aberturas que conduzem atores com poucos recursos a se engajar no confronto político. Se o confronto resulta ou não em movimentos sociais depende de como as pessoas agem coletivamente, de como o consenso é mobilizado em torno de reivindicações comuns e da força e posição das estruturas de mobilização. (p. 39).

⁷² Carlos. Joinville, 26/11/12. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

As experiências das empresas Cipla, Interfibra e Flaskô que formaram parte do MFO transformaram-se em um espaço político e social, que abrangia diferentes forças sociais. A experiência histórica da gestão dos trabalhadores na Cipla e na Interfibra durou do dia 31 de outubro de 2002 até 31 de maio de 2007, finalizada pelas ações do governo.

Em maio de 2007 a Cipla sofreu um processo de intervenção que desarticulou o processo que os trabalhadores vinham gestando. A decisão de intervenção veio do governo federal, do INSS e do Ministério da Previdência Social, com a justificativa de cobrar as dívidas acumuladas pelos antigos donos desde 1998.⁷³ Deste modo, 150 policiais federais, em carros de combate, com fuzis, bombas e metralhadoras, invadiram a Cipla dando posse e direção a um interventor nomeado por um juiz federal. Uma das primeiras medidas tomadas pelo interventor, Rainoldo Uessler, foi demitir os coordenadores da empresa e muitos trabalhadores que estavam intimamente ligados à luta política. Além disso, ele aumentou as horas de trabalho, que passaram de 30⁷⁴ para 44 horas semanais.

A intervenção foi marcada por um ato com forte caráter simbólico: cobriu-se a placa pendurada na porta da empresa, que dizia “A Cipla sob o controle dos trabalhadores”, e que representava a autogestão dos trabalhadores.⁷⁵ Atualmente, tanto a Cipla quanto a Interfibra continuam produzindo com apenas 200 trabalhadores sob a administração do interventor.

Segundo Carlos Castro,

Luis Marinho⁷⁶ ordenou a intervenção no dia 22 de maio. Deu a canetada. O mandato judicial dizia

⁷³ Em 1998 o montante da dívida era de R\$ 21 milhões, anos depois, foi aumentando gradualmente até alcançar quase R\$ 50 milhões.

⁷⁴ No Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, realizado em Joinville (SC) entre os dias 8 a 10 de dezembro de 2006, a gestão operária havia reduzido a jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução do salário.

⁷⁵ Para mais informação sobre a história da Cipla ver: Paulucci, 2007; Quiterio de Nascimento, 2004.

⁷⁶ Luiz Marinho, político e sindicalista brasileiro. Em 7 de junho de 2003, foi eleito presidente da Central Única dos Trabalhadores. (CUT). Foi ministro do Trabalho e Emprego e ministro da Previdência Social no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente é prefeito de São Bernardo do Campo.

que a comissão da fábrica ficaria afastada da administração da empresa, durante um período de 6 meses e que teria uma auditoria e se comprovasse que estava tudo correto 6 meses depois, essa comissão retornaria à fábrica. Retornaria o controle da fábrica, isso foi o mandato judicial. Sofremos muito ataque político, mas a sentença foi essa. O que aconteceu, teve a intervenção. 150 homens da polícia federal. Absurdo, ataque violento para acabar com o movimento.

(...) Porque essa última matéria-prima da Venezuela, ficamos desde janeiro, nós com uma corda no pescoço, afogados, e toda a produção da empresa dependia dessa matéria-prima e não chegava, estava travada no porto de Itajaí, ficou 4 meses parada. Dentro da empresa já estávamos com problemas para realizar os pagamentos dos salários. Foi desgastante. A intervenção chegou no exato momento em que estávamos mais desgastados, então pra mim, isso foi um ataque, tudo pensado e planejado. No dia 31, a intervenção foi no período da manhã e à tarde a matéria-prima entrou. Ou seja, foi tudo pensado para a hora de botar a gente para fora. Se tivesse entrado a matéria prima um dia antes, a situação ia ser outra. Era o fôlego que a gente precisava para manter a fábrica em funcionamento. Estávamos espalhando esse projeto para Cuba, para Bolívia e para Equador. O objetivo era montar uma fábrica de plástico de casa de PVC.

(...) O interventor colocou na rua as 20 pessoas que faziam parte da comissão e os trabalhadores que estavam participando na comunicação e na parte política, e ficaram uns 8 lá que eram os caras administrativos que já eram contra nós. Foram no total 45 demissões por justa causa. Hoje a Cipla continua funcionando com 280 funcionários. Daquela época só tem 100. A Cipla ficou na história.⁷⁷

⁷⁷ Carlos. Joinville, 13/03/13. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

A única empresa que conseguiu resistir à intervenção foi Flaskô, com a pressão dos trabalhadores e graças a solidariedade de diversos movimentos sociais, entidades sindicais e organizações políticas, o interventor foi barrado.

Carlos Castro descreve o acontecido da seguinte forma,

O interventor tentou fazer o mesmo na Flaskô em São Paulo, só que nós fomos pra Flaskô o dia que ele ia entrar lá. A gente já sabia o que tinha acontecido aqui (na Cipla). A gente organizou os trabalhadores, todas as lideranças da sociedade de Campinas, lideranças sindicais, movimentos sociais, e o interventor não conseguir entrar com a polícia federal na fábrica. Porque no dia, nós enlouquecemos o governo, o Ministro da Justiça, o presidente da CUT ligou e detonou com o cara, e essa tarde a polícia federal foi embora.⁷⁸

Posteriormente, foi comprovado que a decisão judicial que prejudicou as outras duas empresas não poderia afetar a Flaskô, pois esta se tratava de uma decisão da Justiça Federal do estado de Santa Catarina, enquanto a Flaskô fica em São Paulo. A única ação que o interventor conseguiu realizar nesta empresa foi efetivar, mediante a companhia fornecedora de luz, o corte da energia elétrica devido às dívidas acumuladas.

Atualmente, a Flaskô apresenta uma dívida de impostos equivalente a 110 milhões com o Governo do Estado de São Paulo. Porém, os trabalhadores continuam na luta por seus postos de trabalho, enfrentando problemas de ordem tanto financeira quanto política.

Desde o início do processo de recuperação, a Flaskô se constituiu como um espaço político, social, cultural e acadêmico que manteve fortes vínculos com vários movimentos sociais como: o MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Estes movimentos deram em todo momento apoio aos trabalhadores da fábrica, fator que possibilitou a continuidade do seu processo de luta frente a todas as adversidades.

Também os coordenadores da Flaskô organizaram e participaram de eventos no âmbito nacional e internacional⁷⁹ o que permitiu estabelecer

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Participaram do I e II Encontro Latino Americano de empresas recuperadas sob o controle dos trabalhadores, em outubro de 2005 e em junho de 2009.

vínculos com empresas recuperadas do Brasil, assim como também, de outros países de América Latina. Além disso, eles organizam vários eventos culturais (Festival Flaskô - Fábrica de Cultura)⁸⁰ nas instalações da empresa; recentemente inauguraram uma pista de skate, possuem um setor de comunicação que elabora o jornal “Atenção” e um boletim interno chamado “Chão de Fábrica”; possuem uma rádio funcionando (Rádio Luta 102,1 FM).⁸¹

Uma parte do terreno da fábrica foi ocupada para a construção de aproximadamente 500 moradias onde moram atualmente mais de 350 famílias. A Vila Operária e Popular⁸² é fruto de um movimento de ocupação organizado por moradores da região do Parque Bandeirantes, bairro de Sumaré-SP, onde a Flaskô está localizada.

3.4 Conclusões do capítulo

Com base nos processos vivenciados pelas quatro experiências de ERTs percebemos que essas empresas, embora tivessem a mesma origem, foram pouco a pouco tomando diferentes rumos. Nesse sentido, uma das riquezas das ERTs, consiste na forma em que se converte em um movimento social, no qual os trabalhadores e os outros atores envolvidos vão construindo o caminho pouco a pouco, estabelecendo alianças e vínculos com outras empresas recuperadas, com as instituições sociais, com a comunidade, com os sindicatos, e com

Ambos foram realizados na cidade de Caracas, Venezuela. Em 2011, os coordenadores da Flaskô organizaram o I Simpósio “Trabalhadores e a Produção Social”, organizado pelo Centro de Memória Operária e Popular (CEMOP) nas instalações da fábrica. O CEMOP foi criado em agosto de 2007 em parceria com a Flaskô, com o objetivo de organizar o arquivo do Movimento das Fábricas Ocupadas.

⁸⁰ O Festival Flaskô tem como objetivo principal levar à comunidade do Parque Bandeirante o acesso gratuito e diversificado de ampla programação cultural, envolvendo peças teatrais, shows com diversas bandas da região de Campinas etc. O primeiro foi organizado em 2010 e em 2013 foi sua terceira edição.

⁸¹ Esta emissora de rádio está no ar desde dia 28 de fevereiro de 2010, sendo produzida inteiramente pelos trabalhadores. Sua programação vai ao ar ao vivo quinzenalmente, aos sábados, das 8 às 24 horas, com destaque para notícias da luta de classes no Brasil e no mundo e muita música de qualidade.

⁸² A Vila Operária foi construída numa área desocupada de 100 mil metros quadrados, que faz parte do mesmo terreno da Flaskô.

dirigentes políticos. Como movimento de aprendizados e construção, esses distintos processos se transformam constantemente.

Isto faz certo tendo em vista, que nas ERTs, se busca uma reforma, uma transformação, no momento de tomar o controle de propriedade, se apresenta como uma luta contra o capital e isso leva a várias mudanças significativas. A recuperação do trabalho, abre a possibilidade de novas estratégias no interior da empresa e logo se expande para fora.

Em um primeiro momento, surge a necessidade de se ativar a empresa, de colocá-la novamente para produzir, ao mesmo tempo em que precisa-se resolver as questões legais com os antigos donos. Mas logo em seguida, com a retomada da produção, se abre espaço de experimentação de práticas produtivas autogestionárias, incorporando o sistema sócio-produtivo baseado na cooperação social, na autonomia e na democratização da tomada de decisões no interior dos empreendimentos.

É nesse quadro que surge imediatamente um segundo momento. Quando frente aos obstáculos e dificuldades enfrentadas, se faz necessário construir alianças e parcerias. Os trabalhadores, então, formulam uma série de práticas de invenção e mecanismos de reciprocidade para resguardar seus trabalhos. São práticas e mecanismos necessários para estudo, não só considerando-se a heterogeneidade presente no universo das ERTs, mas também os distintos momentos vividos por quem experimentou coletivamente esses processos.

Tendo em vista o analisado ao longo do capítulo, percebemos, nas experiências mencionadas, duas racionalidades: uma política e outra econômica. Por um lado, a política se apresenta quando as empresas estão sobre direção de uma elite político-administrativa que reivindica ao governo a estatização das empresas, uma proposta política que aos poucos vai alcançando novos significados, sobretudo através de sua articulação com um projeto político mais amplo. Os coordenadores do movimento se mostram interessados em obter reivindicações políticas e ampliar espaços políticos a fim de se engajarem na programação política internacional.

A luta política do MFO foi além da estatização das fábricas e conteve interesses políticos e perspectivas ideológicas que prejudicou o desenvolvimento produtivo das empresas porque, de alguma forma representou uma alavanca e um risco para o futuro das empresas e de todo o processo de luta. Tendo em conta de que o governo brasileiro descartou essa possibilidade em várias ocasiões, mostrando-se contrário aos interesses políticos do movimento e dando por finalizado o processo autogestionário que os trabalhadores vinham gestando.

O risco, de fato, se apresenta na recriação de uma elite político-administrativa no poder. Uma vez que a elite detém a gestão e o controle do conjunto das tomadas de decisões estratégicas da organização, ela mantém a hierarquização operada pela relação capital-trabalho. Assim, aparece com força a distância entre dirigente e dirigidos, na qual os primeiros acabam se apropriando do saber e tomando todas as decisões. Dessa forma, se constroem novamente práticas pouco democráticas e as decisões começam a ser tomadas em círculos fechados, dando início aos privilégios.

Em outras palavras, a nosso ver é importante tomar cuidado, com repetir formas herdadas da antiga gestão, que podem constituir elementos de entrave ao desenvolvimento de uma luta da classe trabalhadora. Nesse sentido, é necessário que os trabalhadores não percam os direitos ganhos no processo de recuperação.

Por outro lado, nos deparamos com a racionalidade econômica, manifestando-se por meio da continuação do funcionamento da empresa como cooperativa. Os trabalhadores das empresas estão interessados em manter seu emprego e poder receber seus direitos. A passagem da situação de empregados assalariados de empresa capitalista para a administração de um novo empreendimento próprio, por meio da recuperação da empresa em estado pré-falimentar é a “opção” que lhes resta diante da falta de pagamento de seus salários e da possibilidade de perder seus empregos. Assim, se constrói um novo discurso e um novo espaço potencialmente contra-hegemônico, pois as condições em que se fundam são outras, produto da reflexão e responsabilidades assumidas como próprias no trabalho associado.

Nesse sentido, concordamos com Tiriba (2008, p.86) quando diz que o conceito e a prática do trabalho associado “no está necessariamente relacionado con la perspectiva de transformación de las relaciones capitalistas de producción”. Pois bem, seja como estratégia de sobrevivência ou desconstrução de novas relações de produção, o trabalho pressupõe a propriedade ou a posse dos meios de produção e dos mecanismos de decisão coletiva. Em outras palavras, o trabalho associado é definido como atividade produtiva autogestionada pelos trabalhadores, embora não exista a busca explícita pela transformação das relações de produção.

CAPÍTULO 4

As experiências de luta das ERTs no estado de Santa Catarina: Autogestão e Cooperação

La autogestión, en la práctica, aprendiendo y rectificando,
no es algo definitivamente logrado,
ni un paraíso prometido,
sino el comienzo de un proceso para la liberación

Abraham Guillén

Neste capítulo, tal como discutido no capítulo anterior, continuaremos ainda com o objetivo de relatar os processos históricos que levaram à formação das experiências ERTs no estado de Santa Catarina, trata-se da: Cooperminas, Coopermetal, Coopermaq e CDM.

A proposta é analisar três períodos vivenciados pelos trabalhadores: o primeiro período anterior à recuperação, durante as negociações, e logo em seguida, com a recuperação da fonte de trabalho e o controle da produção. Com este fim, tomaremos como ponto de partida as próprias unidades produtivas em processo de recuperação, suas naturezas e constituições, suas histórias e a dos trabalhadores que decidiram ocupar e manter em funcionamento o espaço fabril, assumindo por sua própria conta os processos de gestão sem a presença dos antigos proprietários dos meios de produção.

Ao longo do capítulo, realizaremos um recorrido histórico das três empresas, trazendo a palavra dos protagonistas, para desvendar como aconteceu tanto o processo de apropriação de sua força de trabalho quanto a relação com seus pares.

4.1 Os mineiros da Cooperminas

No dia 29 de agosto de 1988, na cidade de Criciúma (SC) surgiu uma das primeiras experiências de ERTs no Brasil: a Cooperminas, Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores, com o objetivo de dar continuidade às atividades da massa falida da antiga Companhia Carbonífera de Araranguá (CBCA).

A CBCA era uma das empresas pioneiras no país dedicada à exploração de minas de carvão, fundada por Cândido Gaffrée e Dr. André Gustavo Paulo Frontin, em 12 de janeiro de 1917, na cidade do Rio de Janeiro. Naquela época, os empresários tinham como principal

objetivo desenvolver a indústria extrativa mineral na região de Santa Catarina, em especial a extração e beneficiamento de carvão mineral, assim como também, dedicar-se à construção do ramal ferroviário que ligaria os municípios de Tubarão, Jaguaruna, Criciúma e Araranguá. (Mamigoniam, 2011).

Anos depois da inauguração da empresa, Sebastião Neto Campos Campos, que durante a década de 1950 trabalhava na Companhia Nacional de Mineração Barro Branco, empresa do mesmo grupo, comprou parte das ações da CBCA e passou a dirigir a companhia CBCA como diretor-presidente.

Em 1986, iniciaram-se os primeiros conflitos dentro da empresa, tais como: falta de pagamento dos salários aos funcionários durante três meses, e a retirada de parte dos equipamentos. Além disso, logo depois, os trabalhadores descobriram que durante 12 anos, o empresário Sebastião não repassou o Imposto Único Sobre Minerais, o FGTS, nem o INSS⁸³, portanto as dívidas acumuladas com o governo eram muito altas.⁸⁴ (Fantin, 1992).

Nesse contexto de indiferença e abandono dos empresários junto à incerteza dos trabalhadores sobre o que poderia acontecer com seus empregos, em meados de 1987, 600 mineiros resolveram parar as atividades para dar início a uma greve geral, reivindicando os pagamentos atrasados. Dessa forma, deu início o processo de negociações entre os proprietários da empresa e os trabalhadores a fim de resolver a situação. (Fantin, 1992).

Como forma de solucionar o conflito, os trabalhadores foram, em várias ocasiões, até Brasília na tentativa de conseguir ajuda do governo Federal, mas nenhuma das promessas recebidas foram cumpridas.

(...) Lá, ganham a esperança de que os problemas da empresa seriam resolvidos e que a empresa seria reaberta. Voltam para Criciúma. Passam-se

⁸³ Naquela época as dívidas foram contraídas com o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) que foi extinto em 1990.

⁸⁴ Uma das hipóteses assumidas pelos trabalhadores era a de que o empresário tinha a intenção de passar a empresa para outro empresário, por isso o desinteresse e o esvaziamento da empresa. “No final de 1986, com a vitória da oposição no Sindicato dos Mineiros, os trabalhadores conseguiram descobrir a tramóia que se desenrolava na CBCA. Estavam preparando uma falência onde toda a empresa seria liquidada e todo o patrimônio transferido para a Carbonífera Barro Branco de Lauro Müller” (ANTEAG, 2000, p.32).

dois meses e a empresa não reabre. Sentem-se enganados, já que as promessas foram feitas apenas para que saíssem de Brasília (...). (ANTEAG, 2000, p. 33).

Diante da falta de soluções frente ao não recebimento dos salários atrasados e a real possibilidade de perder seus empregos, os trabalhadores da mina resolveram, em assembleia geral, ocupar a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, principal canal de escoamento de carvão de toda a produção carbonífera da Região Sul. Com essa medida, paralisaram o transporte de carvão, fato que foi sucedido de uma violenta repressão das forças policiais. (Fantin, 1992).

Nessa ocasião, os mineiros receberam ajuda do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, da comunidade, de dirigentes políticos e o apoio dos trabalhadores da CSN⁸⁵, que naquele período estavam lutando contra o processo de privatização da empresa. Até alguns supermercados da região solidarizaram-se e ofereceram alimentos aos trabalhadores a fim de garantir a alimentação das famílias. Ademais, alguns fornecedores facilitaram créditos para comprar matéria-prima e até os

⁸⁵ A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é a maior indústria siderúrgica do Brasil, da América Latina, e uma das maiores do mundo. Sua usina situa-se na cidade de Volta Redonda, no sul do estado do Rio de Janeiro, tendo suas minas de minério de ferro e outros minerais na região de Congonhas e Arcos, ambas as cidades do estado de Minas Gerais e também de carvão na região de Siderópolis no estado de Santa Catarina. A CSN foi criada durante o Estado Novo (Brasil) por decreto do presidente Getúlio Vargas, após um acordo diplomático, denominado “Acordos de Washington”, feito entre os governos brasileiro e estadunidense, que previa a construção de uma usina siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento econômico do Brasil. Começou efetivamente a operar em 1946, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Em novembro de 1988, uma greve dos trabalhadores que ultrapassou 15 dias, teve como saldo a morte de 3 operários em um conflito com o Exército, havendo também muitos feridos. Até 1993, a CSN foi uma empresa estatal e logo foi privatizada pelo governo de presidente Itamar Franco (1992-1994). Ver: <http://www.acobrasil.org.br/>, <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos375/EstadoEconomia/C SN>.

postos de combustível outorgaram apoio. Além disso, a Rádio e a TV da região acompanhavam, gravavam, transmitiam os acontecimentos.⁸⁶

Todos esses tipos de ajuda e solidariedade foram essenciais, tanto para dar confiança os mineiros, quanto para ajudá-los a atravessar as dificuldades econômicas que eles vivenciavam.

Nessa ocupação da estrada de ferro se dá um sério confronto, pois: arrancam os trilhos e paralisam o transporte de carvão. (...) As autoridades locais insistem em tirar todos dali e recolocar os trilhos, para a passagem do carvão. São cerca de 50 mineiros com mulheres e crianças acampados sobre os trilhos. (...) Cento e oitenta homens da polícia militar cercam o acampamento, enquanto o comandante da operação ordena a retirada dos mineiros. A resposta foi imediata: pedras e paus contra cassetetes, bombas de gás de efeito moral e escudos. Em poucos minutos, mais de 1 mil mineiros se aglomeram no bairro Pinheirinho. A polícia recua e negocia. (...). O acordo foi traído. Por volta das 4 horas dessa mesma madrugada, os mineiros que haviam permanecido no acampamento são alertados por moradores de que havia policiais por todo o bairro. Instantes depois, 600 homens da Polícia Militar desalojam violentamente as famílias (...). Por volta das 8 horas da manhã, havia cerca de 2 mil mineiros, de várias empresas, em Pinheirinho. O pacato bairro vira palco da maior batalha campal já ocorrida em Criciúma. (...). Uma nova delegação de mineiros se dirige para Brasília, onde, novamente, foram realizados inúmeros contatos mal sucedidos. Isso foi determinante para a decisão de acampar em frente ao Ministério da Indústria e Comércio (...). (ANTEAG, 2000, p.34)

Na experiência da Cooperminas, podemos verificar a hipótese de Ruggeri (2010), que, ao analisar os casos de ERTs Argentinas, percebe que quanto maior for o grau de conflito em todo o processo de

⁸⁶ A mineração era responsável pela economia da região, portanto a falência tinha um impacto muito grande, o que levou ao grande apoio da comunidade em todo o processo de recuperação.

recuperação, maior é a solidariedade presente, tanto da sociedade civil quanto dos movimentos sociais. Esses laços se mantêm, por exemplo, no caso dos mineiros que outorgaram apoio ao processo de recuperação de colegas de outras ERTs no Brasil, os quais atravessaram situações similares, assim como também, eles mantêm o vínculo com a comunidade.

Finalmente, em agosto de 1988, depois de quase três meses de luta intensa, foi decretada a falência da empresa, e a responsabilidade da administração passou para o Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Segundo Sardá de Faria (2012),

No começo buscam estatizar a mina. No processo, os trabalhadores aceitam a reabertura da massa falida tendo como síndico o próprio sindicato dos mineiros de Criciúma. A empresa funcionou dez anos dessa maneira. Até 1997, realizam acordo com antigo proprietário e encaminham a criação da Cooperminas. (p.459) ⁸⁷

Daí para frente, os trabalhadores, sob o controle da empresa, colocaram a mina novamente em funcionamento, o que não foi uma tarefa muito fácil. A primeira medida adotada pelos trabalhadores foi a redemocratização da gestão, eliminando todas as hierarquias, e dessa forma, todas as decisões administrativas da mina passariam a ser tomadas, votadas e decididas durante as assembleias gerais.⁸⁸ A assembleia realiza-se uma vez por ano e participam todos os trabalhadores da cooperativa, tanto os sócios quanto os contratados, e se debate sobre: demissão, investimentos, contratação de novos funcionários e futuros negócios.

Durante a assembleia, também se escolhe os coordenadores (conselho administrativo), em geral, indicados pelos supervisores e pelo corpo técnico, e existe a condição de que o coordenador escolhido seja sócio-cooperado, com um mandato de 4 anos; e também se elege o conselho deliberativo com mandato de 2 anos. As principais funções do conselho são: cuidar da parte financeira, controlar e acompanhar a produção.

⁸⁷ Hoje em dia, sua forma jurídica de organização está definida como uma sociedade com Quotas de Responsabilidade Limitada, sucessora da C.B.C.A., com autorização judicial a partir do ano 1998. (Chaves, 2008).

Nos anos seguintes após a recuperação, registrou-se, segundo as pesquisas realizadas por Tauile (2005) e Chaves (2008), sobre a experiência da Cooperminas, um avanço nas condições de trabalho, por exemplo: os autores fazem menção das melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança dentro das minas e melhorias no cuidado de meio ambiente. Também ao longo dos anos, os trabalhadores conseguiram comprar em leilão todo o maquinário da antiga empresa, que, embora velhos e desgastados ainda funcionam. Inclusive, os próprios técnicos da cooperativa realizaram algumas reformas nas máquinas. Também os trabalhadores conseguiram adquirir novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina e estão construindo uma nova mina com todo o equipamento de alta tecnologia.⁸⁹

Atualmente, a Cooperminas funciona com 440 sócio-cooperados e 280 contratados. Convém salientar que, durante a pesquisa realizada por Chaves (2008) sobre a Cooperminas, a mina produzia com 400 trabalhadores, ou seja, percebe-se nos últimos anos um aumento considerável na quantidade de funcionários, sendo que, em geral se contrata familiares.

Cabe destacar que no momento em que os conflitos iniciaram, a empresa funcionava com 1.400 trabalhadores, logo depois, quando o sindicato retomou a administração da mina como cooperativa, permaneceram apenas 900 operários. E no momento em que efetivaram o controle da empresa, o número caiu abruptamente para somente 200 trabalhadores. Sobraram apenas os mineiros, pois todos os diretores e gerentes foram embora. Atualmente, daqueles 200 que iniciaram o processo de recuperação, só restam 25 (muitos saíram porque acharam melhores oportunidades de emprego, outros morreram ou se aposentaram).

Em função disso, segundo os relatos dos trabalhadores entrevistados, atualmente há uma preocupação constante entre os trabalhadores sobre o futuro da mina, pois são poucos os mineiros que vivenciaram todo o processo de luta e de recuperação e que continuam até hoje trabalhando.

Hoje em dia, a Cooperminas produz quase 90% da capacidade instalada e vende 100% de sua produção para a empresa siderúrgica Tractebel, localizada na cidade de Tubarão. Segundo Fantin (1992) e Sardá de Faria (1992), a experiência da mina teve certa facilidade para

⁸⁹ O investimento realizado tem um valor aproximado de 6 milhões. Segundo o relatado durante a visita, essa aquisição de dinheiro foi facilitada pelas parcerias com clientes, que adiantaram o pagamento das compras.

reinsere-se dentro do mercado⁹⁰, porque a cooperativa possui como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoeletricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção a longo prazo.⁹¹

4.2 Os metalúrgicos da Coopermetal

A Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma, COOPERMETAL, surgiu pela ação coletiva dos trabalhadores da empresa SIDESA, Siderúrgica Criciumense S. A. A SIDESA foi constituída em 1960 pela iniciativa privada na cidade de Criciúma. A empresa dedica-se exclusivamente ao processo de produção metalúrgico, metal-mecânico, mineração, cimenteiro e ferroviário.⁹²

Entre os anos de 1960 e 1978, a empresa apresentou seus melhores momentos de expansão, mas após 1978, surgiram os primeiros sinais de crise. Portanto os donos decidiram vendê-la. Em seguida, em 1991, a SIDESA foi novamente vendida, desta vez, para empresários do transporte urbano e da mineração. Ao longo de quatro anos, incorporaram-se 120 trabalhadores, dobrando, dessa forma, a força de trabalho, chegando a operar com 240 funcionários. Depois, em 1995 produz-se outra venda e a nova administração decide demitir 70 trabalhadores. (Chaves, 2008).

Em 1998, a empresa atravessava uma situação financeira muito difícil, que se manifestava pelo aumento na quantidade de demissões e pelo acúmulo de dívidas (salários dos trabalhadores, décimos terceiros, não recolhimento do INSS nem do FGTS).

Diante desta conjuntura, os trabalhadores sem saber muito bem como lidar com a situação, pediram ajuda ao sindicato e sob sua orientação, resolveram formar uma comissão que os representaria na mesa de negociação com os proprietários. Além disso, decidiram acampar na porta da empresa como forma de protesto frente à falta dos pagamentos.

⁹⁰ Os produtos dessa cooperativa não precisam disputar preço e mercado com as demais empresas do setor.

⁹¹ Para mais informação acerca da experiência da Cooperminas ver: Fantin, 1992; Sardá de Faria, 1992; Chaves, 2008.

⁹² Todo o processo siderúrgico consiste em modelagem, aciaria, tratamento térmico, usinagem, controle de qualidade e acabamento das peças. A empresa possui um parque fabril de 62.425,00 m², sendo 6.337,75 m² de área construída. (Chaves, 2008).

Gustavo⁹³, com 40 anos, é atualmente o engenheiro da produção e coordena toda a produção da cooperativa. Ele exemplifica o tipo de trabalhador, que, como tanto outros, trabalhou exclusivamente dentro da mesma empresa. Começou na SIDESA em 1989, com 17 anos, e foi seu primeiro emprego (já tinha trabalhado na roça). Ele passou por vários setores dentro da empresa: no controle de qualidade, na montagem, como supervisor de acabamento e atualmente, como engenheiro. Sobre a situação prévia à recuperação, ele diz:

Em 1999, começamos com o processo de recuperação. A coisa foi que passou por vários problemas, de sai dono, entra outro dono, e vice-versa até o último que pegou começou dar calote e a gente decidiu assumir. Os caras embolsaram o décimo terceiro nosso, sumiu o dinheiro até hoje. Falta de interesse, houve uma situação que não estava boa, tiveram briga entre eles (sic), vários fatores (...). No final daquele ano, deram calote: pararam os pagamentos, eles pagavam cinco e dez dias depois, mas o principal foi o décimo terceiro, que estava garantido e não pagaram. 1998 - 1999 assumiram na cooperativa. Ficamos 40 dias parados. Esperando o que a justiça dizia para nós. Um dos donos sumiu, eram dois irmãos, o outro caiu preso, está no processo. Eles eram empresários de Criciúma, era uma empresa familiar.⁹⁴

No início do processo de recuperação da empresa, participaram apenas a metade dos trabalhadores (80) junto com familiares e dirigentes sindicais, tanto dos metalúrgicos quanto dos bancários, mineiros, ceramistas, vestuaristas, do setor alimentício e químico da região. Até a experiência dos trabalhadores da Cooperminas serviu de muita ajuda e incentivo,

Até começar a produzir, a gente pegou vale de mercado durante um ano para fazer a comida em casa. No começo, só com vale do mercado. Ficamos um ano sofrendo. A gente até achava que

⁹³ Gustavo, Criciúma, 23/07/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

⁹⁴ Idem.

não ia a dar certo, mas depois que as vendas e a produção começou (sic) aumentar a situação melhorou. O sindicato ajudava. Aliás todos os sindicatos da região: metalúrgico, ceramista, mineiro. Eles colocaram a proposta da cooperativa. No começo foi meio complicado, depois com as assembleias, com o pessoal que veio aqui falaram como era (sic), e logo tomaram controle da situação. Até hoje está funcionando.⁹⁵

A partir do exposto acima, percebemos que existia uma boa relação com o Sindicato de Metalúrgicos de Criciúma, mas logo surgiram algumas diferenças e conflitos que acabaram por afastá-lo totalmente.

Gustavo descreve os problemas com o sindicato da seguinte forma,

A cada dois anos tinha eleição, 2008 ia a ter eleição e deu confusão, e gerou uma briga tremenda que o sindicato teve que interferir. Ele ia ficar aqui até resolver a situação, só que eles gostaram tanto do negócio que ficaram um ano e pouco e acabou dando uma crise, que a gente ficou praticamente zero serviço. Aí, na mesma época, final, de 2009, Tonhão assumiu como presidente e está até agora. Ele assumiu, se continuava com o sindicato ia a fechar. Aí ele me procurou conversou comigo se eu aceitava voltar na empresa. Eu aceitei e retomei, e cortamos vínculo com o sindicato. Na verdade é uma briga grande, na verdade, eles vieram aqui e estragaram tudo. Toninho era do sindicato também, ele pegou e assumiu, ele foi eleito pelos cooperados.⁹⁶

Conforme o relatado, Gustavo tinha decidido sair da empresa, no entanto ele voltou com a esperança de melhorar a situação que os dirigentes sindicais tinham piorado durante sua gestão.

Além disso, Gustavo faz questão de relatar sobre os vínculos entre a cooperativa e a ANTEAG e a UNISOL, por sua própria inconformidade frente à falta de apoios para a cooperativa.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

A gente participou no início da ANTEAG também não teve grandes benefícios. Depois a gente saiu da ANTEAG e foi pra UNISOL não teve grandes benefícios. Até a gente pegou dinheiro emprestado pra pagar os juros altíssimos da UNISOL, então não deu certo.⁹⁷

Início de 1999, quando se acabaram as possibilidades de negociação, os proprietários se afastaram da empresa e os trabalhadores começaram o processo de administração e colocaram a empresa a produzir novamente. Não obstante, a tarefa não foi nada fácil, a cooperativa passou praticamente todo o ano de 1999 em batalhas legais para conseguir seu registro junto aos órgãos competentes, demorou para conseguir recuperar a confiança de seus fornecedores e, principalmente, a credibilidade perante os clientes.

Além disso, os trabalhadores limpavam e reorganizaram os diferentes setores da empresa porque tudo estava muito abandonado, até conseguiram resgatar e vender sucata velha com a finalidade de adquirir um pouco de dinheiro para poder comprar a matéria-prima necessária para começar a produzir.

Atualmente a cooperativa produz com 190-195 cooperados.⁹⁸ Na época da recuperação, funcionava com 160 e apenas 130 efetivaram o controle da empresa. Hoje, apenas 33 funcionários continuam daqueles 130 que deram início à cooperativa (como a maioria das ERTs, muitos saíram porque acharam melhores oportunidades de trabalho, outros faleceram e também outros se aposentaram. Embora muitos aposentados ainda continuem trabalhando até hoje).

Como foi constatado no levantamento realizado em todo o Brasil (Henriques et al. 2013), na maioria dos casos de ERTs, quase todo o pessoal de alto nível hierárquico, de diretores a gerentes saiu da empresa logo após a recuperação. A maior parte do pessoal que permaneceu na cooperativa trabalhava no chão de fábrica, ou seja, são eles que têm o conhecimento sobre a produção, o que nos permite entender como os trabalhadores lograram para colocar a produção

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Gustavo, durante a entrevista mencionou que, hoje em dia dentro da cooperativa, não trabalham pessoas contratadas. A pessoa interessada em se incorporar na cooperativa deve realizar um depósito obrigatório de R\$ 150,00 (parcelado em até cinco vezes) referente a um “valor simbólico”. Na cooperativa o controle acionário é privado, ou seja, há uma divisão das cotas iguais entre todos os cooperados.

novamente em funcionamento sem capital e sem capitalistas, resgatando, desta forma, o capital social dos operários.

Em 2011, segundo a pesquisa realizada por Chaves (2008), a Coopermetal funcionava com 80 cooperados, ou seja, percebe-se, que, da mesma maneira que na experiência da Cooperminas, houve um aumento considerável na quantidade de trabalhadores, desde aquela época até hoje. Este panorama revela a renovação da força produtiva na Coopermetal. Gustavo relata:

Nas antigas, quando nós estávamos na fase boa (2003-2004), a gente dava um incentivo, uma cesta básica e mais 50 reais. Naquela fase boa, estávamos faturando bem, a gente estava produzindo bem, hoje não tem condições. Durante dois e quase três anos praticamente fazendo isso. Foi uma maneira de incentivar e deu certo. Chegamos a ter 230 cooperados, naquela época, hoje temos 190. Deu aquela baixa, teve o pessoal que saía, daí, mandar embora, seja muito difícil, ou seja, só se o cara for muito ruim, não tem interesse nenhum. O pessoal sai muito, aquilo que te falei muita dificuldade... ele está aqui mas porque se ele sai, ele não tem seguro de desemprego.⁹⁹

Mesmo com a rotatividade, uma das principais características da cooperativa é a preocupação de não demitir ninguém e contratar preferencialmente amigos e parentes dos trabalhadores. Gustavo descreve a situação da seguinte forma,

A prioridade sempre foi do filho, é tudo parente, primo, irmão, cunhado. É uma empresa família, a prioridade sempre é essa: alguém próximo ou conhecido. Porque quando é um pessoal que é família, não vejo tanto problema, mas quando não é nada do pessoal daqui, o pessoal já pergunta, quais são os direitos, e aqui não temos fundo de garantia, não temos seguro de desemprego, aí o pessoal já não quer, por isso é uma dificuldade. Esse é um problema que não foi resolvido ainda.

⁹⁹ Gustavo, Criciúma, 23/07/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

Tivemos uma época que faltava mão de obra, e não foi fácil achar por causa disso.¹⁰⁰

Note-se que o fato de incluir com preferência os filhos e familiares dos trabalhadores dentro da cooperativa é uma forma de garantir que o processo de luta vivenciado pelos antigos trabalhadores continue presente e vivo, assim como também a possibilidade de criar na cooperativa um ambiente com fortes vínculos de solidariedade, reforçando a imagem de grupo de trabalho como uma grande família.

Cabe mencionar que, na parte comercial, a Coopermetal recuperou e ganhou muito mercado nos últimos anos. Atualmente vende seus produtos para empresas situadas em várias partes do país e também está realizando acordos comerciais com outros países da América Latina. Hoje em dia, eles estão produzindo entre 60% e 70% da capacidade instalada, porque, por enquanto, não conseguem alcançar 100 %.¹⁰¹

No momento da entrevista, Gustavo confirmou que estão produzindo entre 160 e 170 toneladas por mês, e descreveu o porquê dessa situação:

A baixa de pedido é a maior dificuldade hoje. A produção tem capacidade para 200 toneladas, não sei se é uma crise. Aqui temos contato com pessoas do ramo que trabalham em outras metalúrgicas e eles contaram que passam pelas mesmas dificuldades que as nossas. Baixa de produção, aparentemente é uma crise que está pegando todo o mundo. Atualmente estamos produzindo entre 160- 170 toneladas, aproximadamente nessa faixa. Agora o mercado não está muito bom, o mercado está ruim para todo o mundo nessa área aí, está complicado, não está fácil, não. Já tentamos de tudo o que você imagina, atacamos em tudo e qualquer frente, e nada. Politicamente, a gente desistiu. O pessoal só vem aqui, quer usar a gente para fazer campanha política e depois sair fora.¹⁰²

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Depois da recuperação, o melhor período no aspecto econômico foi em 2008, quando conseguiam realizar 100 % da produção.

¹⁰² Gustavo, Criciúma, 23/07/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

A partir da entrevista percebemos que a situação financeira da empresa era crítica, como já foi mencionado anteriormente, os trabalhadores não receberam nenhum tipo de apoio, nem das organizações vinculadas às ERTs nem dos dirigentes políticos. Logo, os trabalhadores precisaram fazer de tudo para poder dar continuidade à cooperativa.

Hoje em dia, a cooperativa está sendo administrada por uma comissão formada por 16 trabalhadores (entre o conselho administrativo, deliberativo e fiscal) eleitos por voto universal durante as assembleias. A eleição do trabalhador associado como membro do conselho advém por eleição, todavia, no processo de composição de chapas, os critérios como a indicação e a experiência são decisivos, deste modo, os trabalhadores com maior tempo de trabalho dentro da cooperativa são os nomeados na maioria das vezes. O Conselho Administrativo possui poder para decidir sobre todas as questões relacionadas à cooperativa, não obstante, no dia 15 de cada mês, se organiza a assembleia geral durante o intervalo entre os dois turnos (14h30min)¹⁰³ programada para durar aproximadamente 30 minutos. Muitos dos cooperados vão embora. De 190, apenas entre 80 e 100 participam, a maioria faz parte do quadro administrativo, são poucos trabalhadores do chão de fábrica que participam.

Durante as assembleias, se debate sobre a produção de cada mês, se informa sobre a situação da cooperativa, tanto em relação à parte financeira quanto sobre o maquinário. Temas recorrentes são, por exemplo: a prestação de contas, a decisão de comprar algum maquinário, as dúvidas dos trabalhadores, os cursos dos funcionários.

Um aspecto interessante que cabe destacar é o incentivo que a cooperativa oferece aos cooperados para estudar, por exemplo: em 2005, com ajuda financeira do coletivo da fábrica, um cooperado se graduou em comércio exterior e, desde então, desenvolve suas atividades em prol da cooperativa; outro cooperado iniciou em 2007 o curso de engenharia de produção, custeado integralmente pela Cooperativa, e hoje em dia responde pela seção de engenharia de materiais; outros cinco cooperados estão matriculados em cursos específicos: Laboratório Industrial, Metalurgia, Controle de Qualidade e Usinagem, sendo que todos têm auxílio financeiro de 50% da mensalidade total e a flexibilidade de horário de trabalho para poder estudar. Também a

¹⁰³ Segundo o relatado durante a entrevista, o funcionamento da cooperativa está dividido em dois turnos: das 5:30 horas até 14:48, e das 14:48 horas à 12:00 (completando 9 horas diárias e aos sábados, não trabalham).

cooperativa oferece a todos os cooperados cursos de formação e desenho, soldagem (SATC), cooperativismo, administração e a oportunidade de aprender dentro de todos os setores da cooperativa.

Dentro da usinagem, qualquer um pode aprender e pegar. Para ser soldador precisa de um curso, e a gente ensina aqui, se o cara for bom de cabeça, ele aprende. Laboratório tem que saber. O resto, o chão de fábrica aprende tudo aí. Se o cara é esforçado, se o cara veste a camisa, ele aprende rápido.

Quando eu era chefe eu dava oportunidade, cheguei a trabalhar com 15 caras. Pode se converter em um baita profissional. Para aprender tem que ter vontade. Se não tiver vontade não adianta, se tem vontade, a cooperativa a chance dá. A principal qualidade da cooperativa é essa: dar a chance.¹⁰⁴

A partir da entrevista, percebemos a importância que adquire a aprendizagem dentro da cooperativa, não apenas no aspecto laboral, mas também por representar a chance de fazer parte da cooperativa. Isto está relacionado ao exposto anteriormente no capítulo 2, sobre os processos de ensino-aprendizagem dentro da cooperativa. Também, a necessidade de ocupar postos vazios fez que os trabalhadores desenvolvessem diferentes práticas no processo produtivo. A principal estratégia foi o rodízio nas funções e a diversificação de atividades, o que levou os trabalhadores a aprenderem uma série de novas tarefas enriquecedoras.

Na época em que Chaves (2008) realizou sua pesquisa na Coopermetal, a margem de distribuição do salário estava definida entre R\$ 532 o valor mínimo, e R\$4.500 o valor máximo. Atualmente, segundo Gustavo,

O salário é de acordo com a função que exerce cada trabalhador. A gente vai pelo mercado, mas segundo os comentários, o melhor salário da região, no momento, é da Coopermetal. Ali fora, o pessoal ganha o piso de R\$ 860 ou R\$ 900, e aqui, a gente está pagando como mínimo R\$ 1000 e

¹⁰⁴ Gustavo. Criciúma. 23/07/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

máximo 6000 valor que corresponde à retirada do presidente e do vice-presidente.¹⁰⁵

Tendo em vista o mencionado, apresenta-se uma melhoria nos salários nos últimos anos, embora eles não estejam produzindo 100%. Desde o início do processo de tomada da produção, houve várias conquistas relacionadas à qualidade do trabalho e também conquistas materiais. Por exemplo, o terreno está em nome dos trabalhadores que iniciaram o processo de recuperação. Eles conseguiram comprar o terreno com o dinheiro das dívidas trabalhistas herdadas dos antigos donos, e atualmente estão conseguindo construir novos galpões. Gustavo relata,

A gente começou a construir em 2007, a gente construiu um pavilhão, depois teve uma mudança da diretoria aqui, aí ficou dois anos sem mexer lá. Mas tudo com recursos próprios, sem financiamento. Já tentamos tudo, BNDES, e nada.¹⁰⁶

Também os cooperados conseguiram comprar um forno novo, com a intervenção da FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e com o financiamento do BADESC (Banco do Desenvolvimento de Santa Catarina).

O forno de fundição é novo, quando foi aberta a cooperativa, foi comprado, então ele tem 10 anos de uso. A gente tinha um forno antigo e compramos outro. Os tornos, o maquinário de usinagem é toda (sic) a gente sempre renova. A gente compra, a gente passou tudo para frequência elétrica, usinagem, o maquinário, tirando um novo que a gente comprou o resto é da antiga SIDESA, tem alguma coisa penhorada.¹⁰⁷

Conforme mencionado na entrevista, como na maioria das ERTs, os trabalhadores mantêm as máquinas penhoradas da antiga empresa e apesar de elas estarem em condições obsoletas, continuam funcionando, graças às reformas realizadas pelos próprios cooperados.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

Gustavo descreve a situação atual da cooperativa da seguinte maneira:

A gente sempre pensou: a SIDESA tem um nome, Coopermetal é muito forte aí fora. Acho que não pode deixar morrer, tem dificuldade, mas ela tem nome e tem mercado e possibilidade de crescer, todo o mundo quer que dê certo. Eu sei que eu posso botar meu filho, o outro sabe que poder colocar o filho dele, é garantido. A relação entre os trabalhadores mudou, estão mais conscientes, sabem o tem que fazer, é um negócio nosso. Tem que fazer as coisas para que dê certo.¹⁰⁸

Novamente, aparece no relato a esperança para um futuro melhor, que se representa pela possibilidade de que seus filhos continuem na cooperativa, fazendo parte de uma história de luta de uns poucos para beneficiar muitos.

Com relação à sua experiência dentro da Cooperativa, Gustavo diz:

Sempre gostei do trabalho, adquiri experiência, é uma coisa que eu gosto. Atualmente minha função é coordenar o painel, a produção, o setor de moldagem e de acabamento. Eu coordeno tudo. Na real, é dor de cabeça. Cada setor tem seus líderes, eu mantenho vínculo com os trabalhadores e líderes. Na relação com meus colegas é tranquila, graças a Deus, sempre foi tranquilo. Até porque eles me ajudam, eu os ajudo. Por trás está a Coopermetal. Se faz errado a culpa, não é dele, o prejudicado é a Coopermetal. Tem alguns que são meio cabeça dura, tem aqueles que são mais “pegar junto”, sabe? Faz a coisa certa pra dar certo, são conscientes da cooperativa como tem que ser. Trabalham certinho.

4.3 Os trabalhadores da Coopermaq

A história da cooperativa Coopermaq se inicia em janeiro de 2005, quando funcionários da antiga Rooster, fundada em 1983 no município

¹⁰⁸ Idem.

de Urussanga, frente à falta de pagamentos (um ano de atraso) iniciaram o processo de reivindicação de seus direitos com apoio do Sindicato Metalúrgico de Criciúma.

A Coopermaq é uma metalúrgica especializada no ramo de avicultura que fabrica: máquinas incubadoras de ovos de aves diversas (principalmente galinhas e perus), nascedouros e carrocerias climatizadas para transporte de pintinhos e ovos.¹⁰⁹

Os trabalhadores conseguiram negociar com os antigos donos, o tomaram o controle da produção. Não obstante, durante o período de 2003 e 2005 foi o sindicato que colocou a diretoria dentro da cooperativa, mais depois os trabalhadores decidiram se afastar dos dirigentes sindicais, principalmente por divergências políticas.¹¹⁰

Durante as negociações com os antigos donos da empresa os trabalhadores conseguiram permanecer com máquinas da antiga empresa, embora algumas delas estão penhoradas até o dia de hoje e outras estão deterioradas.

¹⁰⁹ Quando realizamos a visita, os funcionários da cooperativa estavam realizando os testes e a avaliação do projeto por lançar no mercado uma nova opção de tecnologia na carroceria de transporte de pintinhos. As carrocerias refrigeradas são produzidas sob um chassi reforçado, a partir de um kit de alumínio natural, constituído de paredes laterais, frente, teto e portas traseiras. Recebe revestimento interno em fiberglass e isolamento térmico em poliuretano injetado. São instalados na carroceria todos os componentes eletromecânicos, elétricos e eletrônicos, sob veículo automotor, tipo caminhões de diversas marcas e modelos, adequadas às condições de potência do motor e dimensionamento da carroceria. Também estava em processo de desenvolvimento um novo modelo de máquina incubadora com um design muito moderno. São os próprios trabalhadores que realizam os trabalhos com apoio de uma empresa de engenharia. A linha de produção da Coopermaq é basicamente uma indústria metalúrgica que processa aços planos, tubulares, perfis, efetuando ao longo do processo operações de corte de aços, solda, usinagem, estamparia, pintura e montagem na industrialização de partes e peças, estruturas e equipamentos. Além disso, possui um setor de eletrônica, onde são produzidas placas eletrônicas e sistemas utilizados em diversos produtos da empresa. Os gabinetes das incubadoras e nascedouros são produzidos na empresa utilizando polímeros, resinas e adesivos, com processo de laminação, sistema monobloco, paredes construídas em painéis isotérmicos completamente herméticos, com revestimento em fiberglass e isolamento térmico com poliuretano expandido.

¹¹⁰ Segundo o informado por Amália durante a entrevista, atualmente só os contratados estão sindicalizados. Amália. 31/11/2012. Criciúma. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

O fundo de garantia dos trabalhadores foi recebido como passível trabalhista. Em todo esse processo não houve conflito nem o apoio da comunidade, diferentemente do que aconteceu com as experiências de ERTs mencionadas anteriormente.

Atualmente, a cooperativa ainda possui algumas dívidas trabalhistas, e inclusive, com alguns fornecedores. No entanto, os cooperados ainda continuam pagando pelo terreno das instalações do empreendimento, embora a situação seja complicada, pois eles ainda correm o risco de perder a propriedade.

Hoje em dia, a cooperativa funciona com 30 sócios cooperados e 40 contratados.¹¹¹ Em 1993, a antiga empresa falida produzia com 200 funcionários, uma década depois, em 2003, no momento da falência, só restavam 88. E quando efetivaram o controle, restavam apenas 44 trabalhadores, dos quais 30 continuam trabalhando dentro da cooperativa até hoje.

Como na maioria das experiências de ERTs, dentro da cooperativa, continuam trabalhando 5 pessoas que já estão aposentadas. Isto se deve ao fato de que não houve, por parte dos antigos donos das empresas, o repasse do FGTS ao governo, ainda que este fosse descontado da folha de pagamento dos funcionários. Logo, os trabalhadores destas empresas não tiveram como receber seus direitos.

Já no caso da Copermaq, a diferença que podemos destacar aqui, em comparação com as outras experiências mencionadas anteriormente, é que os diretores e gerentes da empresa falida continuam trabalhando até hoje dentro da cooperativa.

Durante a entrevista, perguntamos à Amália,³⁰ que trabalha no setor de recursos humanos, quais foram as principais mudanças realizadas após a formação da cooperativa,

Na real, a principal mudança que temos feito é que não temos engenheiro para que supervisionam a produção. Estamos realizando, principalmente na área da produção, o rodízio de funções, nos serviços mais desgastantes. Por exemplo, no setor em que tem que carregar muito peso, por isso cada semana se realiza um rodízio. Em outros setores

¹¹¹ Uma vantagem que ganham os contratados que permanecem na cooperativa durante três anos é a possibilidade de se converter em sócio-cooperado.

não dá para fazer isso, porque precisa ter conhecimento para manipular uma maquinaria.¹¹²

Também ela descreveu a situação atual da seguinte forma:

Existe maior liberdade, mais tranquilidade. A remuneração compensa, é boa. Experiência muito boa. O pessoal não percebe várias vezes que tudo isso daqui é deles. Alguns se sentem donos do empreendimento, outros não. Por isso, às vezes, é difícil a relação. Eu creio que vai melhorar, para o futuro, dos filhos, dos netos, a tendência é para dar certo. A empresa é boa para trabalhar, quem sai quer voltar porque tem bons benefícios.¹¹³

A partir da entrevista se percebe uma posição positiva frente à experiência, e da mesma forma que foi relatado nas outras experiências de ERTs, aparece o interesse de que a cooperativa seja um benefício, uma herança para toda a família, vislumbrando um futuro melhor e com maior dignidade.

Na cooperativa, as assembleias se realizam bimestralmente, e só os sócios cooperados participam, deixando de lado os contratados, que não participam, limitando dessa forma, seu poder de decisão e opinião sobre os assuntos da cooperativa. Durante a assembleia, se decide também, conforme a decisão da diretoria, por exemplo, quem se contrata e quem passa a ser cooperado, assim como também os assuntos financeiros e administrativos. Ainda, durante as assembleias são eleitos os líderes, que na maioria das vezes, são os trabalhadores mais antigos dentro da empresa. Os líderes tem como principal função coordenar a produção de cada setor, e todas as segundas-feiras, eles se reúnem para definir as prioridades da produção.

Convém realçar que a Coopermaq consolidou-se rapidamente no mercado, principalmente pela boa qualidade dos seus produtos e serviços e pelos investimentos realizados¹¹⁴ ao longo dos anos em inovações tecnológicas, tendo em vista a exigência do mercado, conseguindo assim se destacar, tanto no mercado nacional quanto no

¹¹² Amália. 31/11/2012. Criciúma. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Desde que a cooperativa iniciou a produção, os cooperados realizaram vários investimentos no valor total aproximado de R\$500.000 com recursos próprios.

internacional.¹¹⁵ A cooperativa tem uma boa estrutura, com alta eficiência econômica. Atualmente, ela está produzindo entre 90 e 100% da capacidade total instalada. Em 2011, alcançou 100%, mas logo caiu para 50% devido à falta de demanda, ou seja, o problema da cooperativa não é falta de capital como se sucede na maioria das outras experiências de ERTs e que produzem com uma média de produção de 70%.¹¹⁶

Um aspecto interessante para destacar da Coopermaq é que ela organiza palestras e cursos de desenho para os cooperados, e além disso, se algum cooperado tiver interesse em realizar curso técnico, de eletrônica ou eletromecânica, a cooperativa disponibiliza seus recursos econômicos para realizar o pagamento da metade do custo do curso, e além disso, outorga gratificações para quem faz algum curso técnico.

A cooperativa não tem vínculo com outras empresas recuperadas, e teve, esporadicamente, um vínculo com a UNISOL e a ANTEAG. A diferença entre as experiências da Cooperminas e da Coopermetal não foi muito pesquisada, pois elas não recebiam muitos pesquisadores. Houve dificuldade e falta de abertura no momento de aplicar o questionário e de realizar a entrevista.

Outro detalhe interessante desta experiência: nos seus sites de internet, não são mencionadas as respectivas histórias acerca do processo de recuperação. Assim, se percebe que estas experiências preferiram seguir por um caminho diferente das outras, optando por um caminho mais afastado e até isolado de todo o movimento das ERTs.

Confirma-se, desta forma, o que analisa Chaves (2008), quando diz que as empresas estão desarticuladas, pensado em seus próprios interesses para continuar suas produções, de maneira a causar o desmantelamento das redes de solidariedade.

A percepção de uma tendência ao isolamento presente nessas experiências: à medida que elas se fortalecem economicamente e conquistam espaço na estrutura produtiva, passam a privilegiar seus negócios e os problemas de gestão, desprezando a apreensão da totalidade do regime social e a manutenção da relação com o conjunto dos trabalhadores. (Chaves, 2008, p.169)

¹¹⁵ Existe apenas uma fábrica concorrente no Brasil e apenas umas poucas na Europa.

¹¹⁶ Segundo o levantamento realizado do total de 67 ERTs no Brasil, obteve-se 44 respostas. Desses 44 casos, 31 casos estão trabalhando com um percentual de capacidade acima de 50%. (Henriques, et al., 2013).

4.4 Os trabalhadores da CDM

A Cooperativa Produção Metalúrgica de Brusque (CDM) é uma das experiências de ERTs mais recentes no Brasil, fundada em 2011 com o apoio do Sindicato de Metalúrgico na cidade de Brusque. Dedicase à produção da linha metal-mecânica de precisão, fabricação de gabaritos, matrizes, dispositivos de precisão, principalmente para o ramo automotivo.

A antiga empresa começou a produzir em 2000 com 35 trabalhadores. No final de dezembro de 2010, a situação econômica da empresa estava no limite: os trabalhadores ficaram três meses sem receber os salários e só restavam apenas seis funcionários produzindo, porque muitos decidiram sair em busca de melhores oportunidades. Sem dúvida, diferentemente das outras experiências, não houve demissões e os donos decidiram fechar a empresa. Lucas¹¹⁷, presidente da cooperativa descreve a situação da seguinte forma,

Chegou um momento em que os donos não podiam pagar mais ninguém, aí o pessoal foi saindo e sobraram 4-5 funcionários aqui dentro. Tinha muito serviço, mas não tinha mão de obra para terminar o serviço. Aí, 4-5 também resolveram parar, porque não tinha mais condição. (...) Sempre a gente recebeu os salários atrasados, o que era para receber o dia 5 recebia o dia 20. O último mês antes de fechar a empresa nem recebemos, na real nem o mês de dezembro nem o salário de novembro. Os donos falavam pra a gente que a situação ia melhorar.

(...) No final, a gente trabalhou para fazer o encargo de um cliente porque os donos fizeram a promessa de que esse dinheiro ia ser destinado para pagar os salários atrasados da gente. A gente trabalhou mais umas duas quase três semanas para levantar o dinheirinho e nada. A gente ficou chateado, fizemos um serviço, os donos entregaram o serviço, mas o dinheiro não voltou, e deu mais um prejuízo.

(...) Quando a gente chegou uma segunda feira às 7 da manhã pra trabalhar normalmente a empresa

¹¹⁷ Lucas tem 29 anos, oriundo de Rio do Sul, começou a trabalhar na antiga empresa em 2006 como metrologista.

estava fechada. Então umas 8h30. chegaram os donos e falaram: “a partir de hoje não tem expediente”. Nesse momento, tínhamos que pedir por nossos direitos, no caso, através do sindicato. Aí começou a surgir uma série de alternativas para nós. Alugar a empresa, alugar o galpão.

Então aí fechou, chamamos o sindicato. (...) De início a gente ficou no caso conversando com o sindicato do que daria para fazer ou não, e depois de três quatro dias do fechamento o sindicato veio com a ideia de abrir uma cooperativa. O sindicato ajudou a achar outro galpão para alugar. Quando achamos o galpão, a gente começou a retirar o maquinário da antiga empresa. Até foi uma coisa bem chata, porque até o dono do galpão não queria deixar a gente retirar o maquinário, dificultou a coisa. Os donos não dificultaram, eles estavam abatidos. Eles perceberam que não tinha outra possibilidade, eles iam fazer o que, né. Então eles falaram com o juiz, eles acompanharam o resgate das máquinas, até ajudaram para anotar durante o resgate das máquinas.

Naquele momento, todo gasto que a gente tinha era por nossa conta, almoço, gastava pra ir trabalhar, comer, era tudo nossa conta, sem ter um reembolso para nós. Se a gente desistia mesmo, aí não ia receber nada. Então pensamos, com um pouco de fé a coisa vai melhorar.¹¹⁸

Em fevereiro de 2011, a CDM começou a produzir e finalmente no mês de abril do mesmo ano, conseguiram formalizar a cooperativa. No momento que a empresa fechou eram 5, mas logo em seguida, os trabalhadores decidiram convocar sete colegas que já tinham saído sem receber seus direitos, inclusive até o antigo gerente. Tendo em vista que, segundo a lei¹¹⁹, para formalizar uma cooperativa é necessário que participem no estatuto, no mínimo 20 pessoas e eram apenas 12 trabalhadores, eles decidiram colocar no estatuto os nomes de familiares

¹¹⁸ Lucas. Brusque. 19/7/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

¹¹⁹ A lei 5764/71 exige para a formalização de uma cooperativa pelo menos 20 associados diferenciando se de países com tradição cooperativista, como Itália ou Espanha, nos quais não exigem mais do que três sócios.

e do presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Brusque. Assim, finalmente, a cooperativa se formalizou com 10 sócios ativos e 8 inativos.

Embora os dirigentes sindicais formassem parte legalmente da cooperativa, em nenhum momento, eles participaram na tomada de decisões nem se envolveram com a organização da produção da cooperativa. Isto se difere em si, das outras experiências de ERTs mencionadas anteriormente. Lucas, durante a entrevista descreveu a relação com o sindicato da seguinte forma:

A relação com o sindicato é boa, sempre tem contato com eles. Eles vêm aqui, a gente vai lá. Eles pagam o aluguel do galpão. O sindicato, também, entre aspas se orgulha, querendo ou não, ele fala que foi iniciativa deles, colocam nossa experiência como exemplo para outras empresas. Até a gente recebeu visitas de trabalhadores de outras empresas, outros sindicatos de outras cidades.¹²⁰

Para definir a concretização da formalização da cooperativa, os trabalhadores receberam, além da ajuda do sindicato, o apoio do prefeito de Brusque, Paulo Eccel. Ele participou da cerimônia de inauguração acompanhado pela chefe de gabinete Ana Baron Ludvig e do vereador líder da bancada do PT, Valmir Ludvig. Lucas relata, “a gente estava dependendo do aval, e não vinha, não vinha, aí o prefeito chegou e, de um dia para o outro saiu. Só no dia da inauguração ele apareceu.”¹²¹

Atualmente, a cooperativa produz com dez trabalhadores e dois contratados, todos eles trabalhavam na antiga empresa. Apesar desta experiência de ERTs ser a mais recente no país, em pouco tempo de funcionamento, conseguiram produzir 70 % de sua capacidade instalada.

As vendas concentram-se principalmente na Região Sul, em Santa Catarina e ela também possui alguns clientes em São Paulo. Hoje, existe a possibilidade de começar a exportar produtos para uma filial da empresa Tigre (Joinville) na Bolívia.

¹²⁰ Lucas. Brusque. 19/7/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

¹²¹ Idem.

As principais dificuldades que a cooperativa atravessa hoje em dia são: a falta de capital de giro, o alto valor dos impostos a pagar¹²² e a necessidade de se adaptar o maquinário, porque ele precisa de manutenção e o custo da arrumação é alto.

O maquinário estava parado e a gente recuperou algumas máquinas. Parte elétrica foi modificada, como o maquinário é antigo, não tem as peças, obrigatoriamente tivemos que readaptar. Algumas modificações fizeram os trabalhadores, e, em outros casos, a gente contratou pessoas especializadas. Estava sucateado, na verdade.¹²³

Como forma de solucionar os problemas do maquinário antigo, aos poucos os trabalhadores foram realizando adaptações simples com o objetivo de ganhar tempo para poder continuar produzindo. Por enquanto, as máquinas continuam em processo judicial e o sindicato tem a guarda. Cabe mencionar que no levantamento realizado, de 67 ERTs, 51 responderam, das quais: 32 conseguiram adquirir o maquinário, enquanto 8 empreendimentos alugam, 6 usam o maquinário por concessão de terceiros, e 5 utilizam o maquinário por autorização judicial. (Henriques, et al., 2013)

A intenção dos cooperados é a de que, uma vez finalizado o processo judicial, coloque-se todo o maquinário em leilão, a fim de poder trocá-lo pelas dívidas trabalhistas acumuladas durante a antiga gestão. Muito embora o valor da venda das máquinas não consiga saldar o total dessa dívida, a possibilidade de adquirir uma porcentagem já é um alento para os cooperados.

¹²² Essa é uma dificuldade que se apresenta na maioria dos casos de ERTs no Brasil, porque ainda os empreendimentos provenientes de massas falidas constituídas em cooperativas não possuem nenhum tipo de lei nem política pública que os beneficie, ou deixe-os isentas dos pagamentos dos impostos ao governo. (Henriques et al, 2013). Atualmente, a cooperativa deve pagar o imposto por antecipação, ou seja, antes da entrega do produto ser realizada, embora a cooperativa receba o total do pagamento apenas quando o produto é entregue. Por enquanto, até o momento da visita, os cooperados não tinham conseguido nenhum tipo de facilidade.

¹²³ Lucas. Brusque. 19/7/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

Eu, com 6 anos e Fabrício com 4, não tem nada de fundo de garantia, nada nunca foi depositado. Na época, a gente não conseguiu negociar com o governo essas dívidas. Tanto é que a gente não conseguiu tirar seguro de desemprego, nada. Nem de acordo com a lei, como não tinha nada de fundo de garantia e na época deu problema com a contabilidade e a contabilidade não queria passar os dados da antiga empresa. Os donos também estavam devendo para a contabilidade fazia tempo. Então tudo aquilo se juntou e a gente ficou sem salário, sem décimo terceiro, sem fundo de garantia, não conseguia retirar o seguro de desemprego. Nada, nada. Aqui na cooperativa, ficamos praticamente entre 6 e 7 meses só gastando sem receber nada e depois começou a tirar um pouquinho da cooperativa, mas os primeiros meses foram às famílias que ajudavam a gente. Pai, esposa, para se manter. Acreditavam, confiavam na gente. Vocês querem continuar com isso, vai dar certo. Então o apoio da família, foi fundamental. Imagina a gente gastando e sem que entre nada de dinheiro.

Detalhe, a gente vendeu, a sucata toda na época deu 2500 reais, por aí, a gente colocou na cooperativa para comprar o básico, material de limpeza, foi no início, foi bem sofrido. Desde o começo, estamos trabalhando todos juntos.¹²⁴

Como já foi ressaltado nas outras entrevistas, percebemos a partir da entrevista, a menção sobre o apoio fundamental que os operários receberam de suas famílias nessa situação de crise. Sem esse apoio e essa confiança, teria sido muito difícil para os trabalhadores continuar com o processo de luta a fim de recuperar seus empregos e também a esperança de um futuro melhor. Como muitas outras ERTs com o mesmo objetivo de comprar o mínimo de matéria-prima para poder iniciar a produção, os trabalhadores da CMD tentaram vender os insumos que ficavam na fábrica junto com materiais descartáveis, por exemplo: papelão, vidro, ferro, sucata velha.

Os 10 trabalhadores, ao iniciarem a produção novamente, organizaram todo o funcionamento da produção. Em muitos momentos,

¹²⁴ Idem.

eles precisaram revezar suas funções ou fazer rodízio, dependendo das necessidades. Desta forma, a rotação das atividades começou por uma questão de necessidade momentânea, de se iniciar a produção. Os trabalhadores, que tinham conhecimentos limitados em matéria de administração, direção, comercialização, foram adquirindo novos conhecimentos e habilidades mediante a aprendizagem e intercâmbio de saberes. Segundo Lucas ¹²⁵,

A gente não fica só numa máquina específica. Tipo, Flávio é projetista, mas também às vezes ele trabalha na produção, no torno, como qualquer o outro vai.

A produção é artesanal e não em série. Isto exige que os cooperados sejam especializados e exerçam suas funções específicas. O que não impede, contudo, que eles aprendam sobre outras funções ou sobre a utilização de diferentes máquinas.

Desde o início eles têm uma jornada de trabalho de nove horas, mas conforme cada setor e, no caso de aumento de carga horária, para a outro, no caso. Se alguém precisa de alguma força realização da entrega de algum pedido, paga-se hora extra.

Agora a gente trabalha das 7 às 17 horas. Além dessas horas, é pago hora extra, e se não tiver o dinheiro fica a dívida da cooperativa com o cooperado. Teve um período que não foi assim: tinha bastante pedido, e a gente não estava com capital de giro, então decidimos em assembleia fazer um mutirão. Trabalhamos durante quase dois meses, 10 horas por dia, para tirar um pouco excedente, aí não foi pago hora extra. ¹²⁶

Ao se tornarem associados, os trabalhadores passam a ser orientados por uma lógica coletiva, encarregada de deliberações em conjunto, em busca de benefícios para todos. Percebemos, portanto, que trabalhar além do horário estabelecido, nessa ocasião, foi uma decisão coletiva em prol do benefício da cooperativa e de todos os cooperados. Com relação a isso, e acerca da importância do trabalho da cooperativa, Fabrício, tesoureiro da cooperativa diz:

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

O nível de desgaste, de carga horária, está sendo maior que na antiga empresa, mas a gente tem um compromisso maior, então não é simplesmente chegar aqui no horário e logo ir embora. A gente fica até mais tarde ou chega mais cedo. A gente tem um compromisso, se tem que entregar tal equipamento naquele dia, a gente faz de tudo para entregar na data marcada. Hoje isso aqui é nosso e por isso, a gente faz o melhor. Sempre tem profissionalismo. A gente vai batalhar, já está dando certo. Vamos batalhar para que continue.¹²⁷

As assembleias são organizadas anualmente depois do horário de trabalho, e se for necessário decidir sob alguma ocorrência urgente, se realiza uma assembleia extraordinária. Durante as assembleias, é nomeado o presidente e os líderes mediante votação. Lucas relata como é a organização da cooperativa:

Tem líder de produção, tipo encarregado, que coordena o giro da mercancia, o que vai sair, os horários do pessoal, se precisa hora extra, se precisa coordenar os funcionários. Ele é eleito por votação em assembleia, e renova contrato por um ano.¹²⁸

Também, durante as assembleias se debatem diferentes questões relacionadas com o encaminhamento da cooperativa, os assuntos mais frequentes são: aquisição de material, necessidades dos trabalhadores, sob a forma de retiradas, controle de gastos, entre outros. Além disso, a proposta da assembleia é criar um espaço para que os cooperados busquem coletivamente soluções frente às dificuldade que se apresentam e, ao mesmo tempo, colocar suas dúvidas sobre qualquer assunto. Lucas relata,

Sempre quase todos participam. Às vezes tem discussões, às vezes são 10 maneiras de pensar,

¹²⁷ Fabrício tem 29 anos e é oriundo de Blumenau. Em 1998, ele começou a trabalhar na antiga empresa como projetista. Hoje em dia, realiza ambas as atividades: projetista e tesoureiro da cooperativa. Brusque. 19/7/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

¹²⁸ Idem.

sempre tem algum que discorda de alguma coisa, sempre é debatido. A maioria decide o que é melhor para a cooperativa e é colocado em prática, e se uma pessoa discorda de alguma coisa e a maioria decide, infelizmente ela vai ter que aceitar.

Além da assembleia, temos o conselho fiscal e conselho administrativo. Conselho fiscal fiscaliza a gente. Todos os meses é debatido tudo. O conselho administrativo sugere, faz alguma sugestão, do que pode ser feito, e o que não pode. Todo o mês é feito isso. A gente muitas vezes leva sugestões e ideias e é feita votação: sim ou não, aprovado ou não, aprovada a medida. Todos têm direito a tomar a palavra.¹²⁹

É importante destacar, deste fragmento da entrevista, a importância do direito de “tomar a palavra”, que representa muito mais que somente falar, é uma forma de construir-se como sujeito referenciar-se à sua própria identidade.

Um aspecto interessante a realçar é a apropriação de novos conhecimentos por parte dos cooperados. Trata-se de uma forma de sociabilização do saber, ou seja, não se guarda nada para si, tudo se compartilha com os companheiros de luta. Lucas diz,

Teve uma palestra na região sobre cooperativismo, tem um cooperado que foi na palestra, se interessou, a gente trocou uma ideia aqui na assembleia, e, através de votação, a gente decidiu que duas pessoas iam fazer isso aí. O que eles aprenderem no curso, a gente pode tentar programar dentro a cooperativa.¹³⁰

Outra característica a se destacar é a de que a CDM é a única experiência de ERTs no Brasil na qual todos os funcionários recebem a mesma retirada, segundo o levantamento (Henrique, et.al, 2013) 50 ERTs relataram ter retiradas diferenciadas. Observa-se, que, no intuito de analisar sobre a diferença entre os valores de retirada mínima e máxima, percebemos que, apesar de estabelecer retiradas diferenciadas

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

para as diferentes categorias de trabalhadores, essa diferença não passa de 5 para 1 na maioria dos casos (66%) e raramente passa de 10 para 1.

Lucas descreve a questão das retiradas da seguinte forma,

A retirada é igual para todos desde o começo. Esse valor a gente decidiu na primeira assembleia que a gente fez e ficou determinado esse valor, até hoje nunca foi questionado. No início, não tinham como retirar tudo, há três meses que a retirada é certinha. A gente tem intenção, claro, de aumentar a retirada, mas por enquanto a gente está mantendo ela.

(...) Nossa cooperativa só tem concorrente em São Paulo. Então para a cidade e para a Região Sul essa é uma oportunidade que a gente não poderia deixar escapar. Por isso, é necessário manter essa oportunidade. Agora tá indo bem, a gente tem bastante coisinha para melhorar, a gente fez o refeitório, a gente fez uma sala pra máquina que não tinha. A gente melhorou bastante o maquinário. A parte de estrutura e galpão, a gente vem mexendo constantemente embora seja alugado a gente está fazendo melhorias.¹³¹

Novamente neste trecho da entrevista, se percebe a importância que a cooperativa tem para ele e para o coletivo, existe uma esperança de que vão alcançar uma situação melhor. Assim, as novas aprendizagens e compromissos assumidos se retroalimentam e se potencializam a partir de um conjunto de práticas sociais que tendem a democratizar os mecanismos de informação e de tomada de decisão na gestão do trabalho, na produção e na divisão dos excedentes de produção.

4.5 Conclusões do capítulo

Entendemos que nas quatro experiências de ERTs, Cooperminas, Coopermetal, Coopermaq e CDM, existem vários aspectos a destacar. Por um lado, distinguimos que, em todos os casos mencionados, os trabalhadores são motivados a recuperar a empresa, pela urgência e pela necessidade de conservar seus postos de trabalho, e o ato de recuperar, portanto, não acontece por uma vontade ou por uma proposta planejada

¹³¹ Idem.

de tomar o controle da produção. Ela ocorre sim, por uma questão de necessidade, e não por uma ideologia que pretende abolir propriedade privada, nem se contrapor ao capital.

Nesse sentido, é diante da ausência, do abandono da atividade ou do descumprimento das obrigações dos empresários, que o direito ao trabalho é adquirido na ação coletiva.

Por outro lado, percebemos que os episódios foram surgindo e, pouco a pouco, na medida em que se desenvolviam, os trabalhadores conseguiram, em meio de sucessos e fracassos, definir, as prioridades e as formas de agir frente aos conflitos: mediante a efetivação de práticas coletivas, igualitárias, solidárias e de confiança.

Nesse processo de auto-organização, os trabalhadores se convertem em sujeitos responsáveis, e ao mesmo tempo, enfrentam diversos desafios: organizar a produção reconhecendo o valor do trabalho; desenvolver condições de trabalho favoráveis, buscando reverter as estratégias empresariais que fomentam a exploração dos trabalhadores, desenvolver as práticas da democracia operária, e, ainda por cima, aprender a produzir sem a presença do patrão. Para uma fábrica funcionar, é necessário muito mais do que saber operar máquinas; é preciso conhecer o mercado, organizar documentos, cumprir exigências legais, estabelecer parcerias comerciais e institucionais.

Assim, ao mudar a situação da empresa, mudam os sujeitos, constroem-se suas subjetividades diante da restituição de seus direitos, processo do qual eles são parte ativa e imprescindível.

De fato, ocorreram inovações de processos produtivos: mudanças no uso dos espaços da fábrica, a maior diversidade de tarefas, os processos de requalificação da força de trabalho, a flexibilização das normas e dos horários e uma nova distribuição do saber.

Na maioria dos casos também, se apresenta uma particularidade: nem todos os trabalhadores que estão trabalhando no momento em que é decretada a falência ou no início do processo de luta para manter os postos de trabalho se mantêm. Ou seja, a alternativa de recuperar, só é efetivada por alguns dos trabalhadores, talvez por não atrever-se, talvez por medo de suas próprias limitações, e até pelas urgências da vida cotidiana que não permitem que alguns trabalhadores esperem a resolução da situação da empresa, já que os processos não são rápidos.

Os trabalhadores que desistem, em geral são os gerentes, o pessoal administrativo que tem mais possibilidades de encontrar outro trabalho. Também sai pessoal do chão de fábrica, que, frente às adversidades e às incertezas, uma vez que não existe nenhum tipo de garantia, preferem buscar outras possibilidades, mesmo sabendo que devem sair sem

nenhum tipo de benefício. Nem os direitos depois de tantos anos de trabalho, porque, na maioria dos casos, os empresários deixam de pagar o INSS e FGTS.

Um dos maiores problemas refere-se às expectativas dos trabalhadores sobre as dívidas trabalhistas. O fato de ficar na empresa e continuar na luta, significa um mínimo de possibilidade de receber alguma coisa, ou ao menos, adquirir as máquinas e o terreno, nesse sentido, isto é construir algo próprio, e conseqüentemente para sua família.

Pois, é interessante resgatar de todo esse processo, a possibilidade que se abre de construir algo coletivamente pensando a longo prazo. Todas as experiências mencionaram a importância do papel da família e a prioridade de colocá-los dentro da cooperativa.

Em termos subjetivos, a mudança que se processa pode ser significativa: não havendo hierarquia, a união consciente e solidária entre os trabalhadores é essencial para o bom funcionamento da organização. De forma geral, o indivíduo passa por uma inversão completa de situação quando deixa de ser assalariado e torna-se associado, pois para o assalariado, as escolhas são limitadas e as resoluções que o afetam são tomadas por superiores em função de razões que ele desconhece.

Podemos observar nas experiências dos movimentos de resistência e luta social, como a capacidade de construção e reconstrução permanente se manifesta: na solidariedade, na liberdade e na confiança. Novos valores sendo colocados em prática cotidianamente, gerando a possibilidade de construir uma “nova ética”.

A partir das vivências compartilhadas, os membros da cooperativa se reconhecem, estabelecendo entre eles, um novo tipo de interação e solidariedade. Daí em diante, se coloca em questão o espaço cultural e social em que se encontravam no passado, que antes os dividia e fragmentava.

CAPITULO 5

Sementes de esperança: o movimento das ERTs em América do Sul

La unidad de nuestros pueblos
no es simple quimera de los hombres
sino inexorable secreto del destino.

Simón Bolívar

O objetivo deste o capítulo é analisar o fenômeno das ERTs na Argentina e no Uruguai. Com o intuito de desvendar a dinâmica sociopolítica do fenômeno como movimento internacional, faremos referência, em primeiro lugar, às estratégias de articulação sociopolítica e econômica entre os países da Região Sul e as políticas públicas adotadas pelos governos diante do fenômeno das ERTs. Para isso, teremos em conta as estratégias adotadas pelos sujeitos locais, as instituições construídas, seus interesses e atitudes coletivas. Em segundo lugar, faremos menção dos dados mais gerais das ERTs na Argentina e no Uruguai, por exemplo: dimensão do setor em términos quantitativos, características do processo de recuperação, as relações e vínculos que se estabelecem.

5.1 As estratégias sócio-políticas da Região Sul de América Latina

A América Latina, ao longo das últimas décadas, vem experimentando diversas alterações através da reconfiguração dos processos sociais e políticos, tais como ciclos de luta desde diversas forças sociais que se trasladaram às forças políticas institucionais, com a finalidade de deter o impulso neoliberal característico da década de 1990.

Em função disso, torna-se uma tendência, nos países da Região Sul, de instaurar e dar continuidade, a regimes democráticos com tendências progressistas, viabilizados por diversos presidentes: Chávez (1999-2013) e Maduro (2014-2018) na Venezuela; Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015) na Argentina; Evo Morales na Bolívia (2006-2014), Rafael Correa no Equador (2007-2014); Luiz Inácio da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2015) no Brasil, Tabaré Ramón Vázquez Rosas (2005-2010) e José Alberto Mujica no Uruguai (2010- 2014), e Fernando Armindo Lugo de Méndez no Paraguai (2008-2012).

Convém lembrar que, entre os anos 1940 e 1980, a maioria desses países sofreu uma sucessão constante de golpes de Estado extremamente violentos com consequências devastadoras na sociedade civil.¹³² Em seguida, foram sucedidos por governos de tendência neoliberal, que seguiram as políticas públicas recomendadas pelo “Consenso de Washington”.

A abertura das economias dos países, em um contexto de globalização econômica, e diante o risco de serem marginalizados frente à formação de grandes blocos econômicos, estimula aos diversos governos a realizar alianças e estabelecer uma colisão de países da região com o objetivo de desenvolver políticas independentes das potências mundiais hegemônicas, apoiados na consolidação das democracias, que adjudicava aos Estados respeito e credibilidade no cenário internacional. (Amorim, 2009)

Nesse sentido, faz-se necessário abordar a relevância da constituição do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e da UNASUR (União de Nações Sul-americanas), no âmbito regional. Por um lado, o MERCOSUL é uma união aduaneira formada em 1991, inicialmente, pelos países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e, desde o dia 31 de julho de 2012, Venezuela se incorporou como membro pleno.¹³³

Embora o MERCOSUL tenha sido criado em 1991, os esboços deste acordo datam da década de 1980, quando Brasil e Argentina assinaram vários acordos comerciais com a intenção de integrar-se economicamente. Observa-se que se tratava de negociações entre dois países recém saídos de regimes autoritários, característica também presentes no Paraguai e no Uruguai quando do momento das suas adesões. (Mellado, 2001).

A integração regional representava, nesse contexto, um apoio externo a suas incipientes democracias, reforçando sua estabilidade por meio de compromissos internacionais, que erigiram o princípio democrático como condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração.¹³⁴

¹³² Entendemos a sociedade civil definida como uma esfera organizada da vida social, na qual os atores coletivos expressam tanto interesses quanto valores, e efetuam demandas ao Estado. (Portantiero, 2000).

¹³³ Como consequência da remoção de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, o país foi temporariamente suspenso do bloco, e esse fato tornou possível a adesão de Venezuela.

¹³⁴ Protocolo de Ushuaia, 1998, artigo 1º. Ver: <http://www.mercosur.int>

Por outro lado, a UNASUR é um organismo internacional de âmbito regional intergovernamental, atualmente formado por doze Estados: Argentina, Peru, Chile, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname, Bolívia, Uruguai, Colômbia, Brasil, Paraguai. O tratado constitutivo se firmou no dia 23 de maio de 2008¹³⁵ na cidade de Brasília, onde se estruturou e se oficializou a organização.

A UNASUR, como projeto de integração regional, apresenta como principal objetivo, construir de forma participativa e com consenso, uma identidade e cidadania sul-americana, um espaço de integração e união em diferentes âmbitos (cultural, social, econômico e político) entre seus integrantes. A proposta é utilizar o diálogo político e as políticas sociais, para abordar diversos assuntos (educação, energia, infra-estrutura, questões financeiras e meio ambiente) com o intuito de eliminar a desigualdade socioeconômica, lograr uma inclusão social, a participação da cidadania e fortalecer os governos democráticos. (Meunier e De Almeida, 2013).

Apesar de ter sido constituída em 2008, a Unasur é resultado de um processo de discussão iniciado com as Reuniões dos Presidentes da América do Sul, sucedidas entre 2000 e 2004. O primeiro encontro de presidentes sul-americanos desenhava os novos contornos de como pensar a região, em período marcado por questionamentos do neoliberalismo e pela eclosão de movimentos sociais reivindicativos de novas agendas políticas. De fato, a Unasur surge das discussões políticas sobre como fomentar a convergência de interesses dentro da região. (Vizentini, 2007).

Também podemos mencionar que nos últimos anos, se fundaram outros organismos de integração regional na América do Sul, como: a Comunidade Andina (CAN) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). Existem também, várias iniciativas de cooperação bilaterais no interior do subcontinente e multilaterais, compreendendo outros países da América, como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Organização de Estados Americanos (OEA) e a recente Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Aliança do Pacífico.¹³⁶

¹³⁵ A primeira em ocupar o cargo da presidência foi à presidenta de Chile, Michelle Bachelet, com um mandato de um ano de duração.

¹³⁶ Em 2012 se formou a aliança como um bloco comercial latino-americano. Os membros-fundadores foram Chile, Colômbia, México e Peru. A Costa Rica incorporou-se ao grupo em 2013.

Nesse contexto político de governos democráticos e acordos regionais surgidos no final da década de 1990, e início do ano 2000, se apresenta um marco de oportunidades políticas (Tarrow, 2002-2009), que leva também ao surgimento, nos diversos países da América Latina, de movimentos sociais de resistência ao conjunto das políticas neoliberais adotadas pelos governos nos anos anteriores. Podemos mencionar como exemplos: o MST no Brasil, o movimento de desocupados, de assembleias nos bairros¹³⁷ e das ERTs em Argentina, e o impulso do movimento cooperativo no Uruguai.

O impacto desses movimentos se percebe tanto no âmbito social quanto no plano político institucional. Segundo o pesquisador A. Melucci (1998), os movimentos sociais não são homogêneos e não devem, necessariamente, adquirir uma qualidade organizativa centralizada. O autor analisa os movimentos sociais como expressões simbólicas de uma nova ordem cultural emergente. Portanto, ele afirma:

(...)el surgimiento de nuevos tipos de movimientos sociales: a. cuestiona el viejo orden político centralizado, b. invocan la solidaridad, c. manifiestan un conflicto social, d. conllevan una ruptura de los límites de compatibilidad del

¹³⁷ As assembleias de bairro são núcleos organizados espontaneamente pelos vizinhos da cidade de Buenos Aires e de outras grandes cidades do país. As assembleias se organizam a fim de reclamar e exigir a mudança do sistema político do país. Essa exigência radicalizada, se expressava no lema “que se vayan todos”. Uma característica central das assembleias é sua apropriação do espaço urbano, por meio de reuniões periódicas nas esquinas, nas praças, junto a monumentos históricos dos bairros. Essa apropriação gerou literalmente um espaço público como foro para os debates, discussões, reclamações e propostas, que contrasta com as tendências prevalentes durante uma década de privatização dos espaços públicos. Durante as assembleias se discutia uma agenda extensa e variada de diversos temas e problemáticas, junto com a elaboração de propostas alternativas de aprofundamento democrático. Por meio dessas discussões, se promoviam os princípios de uma democracia não delegativa e a ação direta, a autonomia com respeito a toda a forma organizada externa, a horizontalidade na tomada de decisões. As assembleias voltaram-se paulatinamente para atividades vinculadas com a organização de serviços sociais e culturais para o bairro de inserção, desde compras comunitárias até a instalação de “merendeiros”, a geração de empreendimentos produtivos, oficinas de capacitação, ciclos de cinema, grupos de estudo, etc. (Fajn, 2004; Rebón, 2005)

sistema capitalista dentro del cual la acción tiene lugar...por lo tanto no todas las formas de acción colectiva son movimientos sociales. El punto crítico es definir el sistema de acción concreto y el momento o el grado en que sus límites se rompen. (Melucci, 1998, p. 109).

Nesse sentido, consideramos que as novas formas de ação coletiva, tais como as ERTS, que surgem em diversos países da América do Sul, constituem em seu conjunto, um movimento social, na medida em que este questiona o velho padrão de ação política e descentraliza o poder, reivindicando, a partir de sua perspectiva, valores tais como: ação coletiva, democracia direta, solidariedade, confiança e reciprocidade.

O novo marco de oportunidades promove, a partir de alguns setores do Estado e dos movimentos sociais, a possibilidade de realizar acordos políticos que precisam de um trabalho de construção de confiança entre as partes (Tilly 2010), com base em necessidades comuns objetivas. Nesse sentido, a construção das políticas públicas¹³⁸ não pode ser já vista exclusivamente como uma função do Estado e seu aparato institucional, senão desde uma perspectiva relacional, centrada na interação entre as organizações do estado e da sociedade civil, que tome em conta as características de cada uma delas e a forma em que estas incidem nessa interação, constituindo uma tríade entre Estado, sociedade e mercado.

Por isso, consideramos que se torna importante aprofundar algumas questões, fundamentalmente das estratégias implementadas pelos governos dos últimos anos da Argentina e do Uruguai em torno do movimento de ERTs. Assim como também, o processo de articulação, que, ao mesmo tempo em que preserva suas identidades, avança na identidade de um movimento internacional, o qual adquire força política

¹³⁸ Entendemos as políticas públicas “como conjunto de acciones y omisiones” (iniciativas e respostas, manifestas ou implícitas) que expresan “una determinada modalidad de intervención del estado en relación con una cuestión que concita la atención, interés o movilización de otros actores en la sociedad civil” (Oszlak e O’Donnell, 1995, p. 112-113). Em conjunto a política estatal indica as “tomas de posición del estado respecto de cierta cuestión, y si este conjunto tiende a variar tanto a través de diversos organismos estatales como a lo largo del tiempo, es evidente que tal política no puede ser entendida ni explicada prescindiendo de las políticas de otros actores” (Oszlak e O’Donnell, 1995, p.115)

e social, construindo laços sólidos a fim de projetar estratégias de integração produtiva.

5.2 As experiências de ERTs na Argentina

5.2.1 O surgimento

Na Argentina, a origem das ERTs se acentua e se torna visível em todo o país depois de dois dias intensos de estouro social, que aconteceram em 19 e 20 de dezembro de 2001.¹³⁹ Nesta data, mulheres, homens e crianças de distintas classes sociais e diferentes faixas etárias decidiram sair de suas casas na cidade de Buenos Aires, com o objetivo de repudiar a declaração de Estado de sítio decretada pelo presidente Fernando De la Rúa (1999-2001). Além disso, a população saiu nas ruas para protestar pela situação econômica, social e política crítica¹⁴⁰ que afetava todo o país, marcando um ponto de ebulição política e dando início, dessa forma, a um processo de forte ampliação da participação em espaços abertos de debate e politização da sociedade.

Convém realçar que, durante a maior parte do século XX, e apesar da recorrente instabilidade política introduzida pelos golpes militares, os partidos políticos argentinos conseguiram subsumir-se à política. No entanto, o cenário em 2001 apresentou graves desajustes, fissuras e brechas. O colapso político, institucional e econômico, pôs em questão o sistema de partidos e as formas delegativas da democracia que prevaleceram desde o ano 1983 com o fim da ditadura. De acordo com Sidney Tarrow (1997) o ciclo de protestos consiste em:

¹³⁹ No entanto, podemos mencionar que as primeiras experiências de ERTs surgem a principio dos anos 90 de forma isolada de outros movimentos sociais, entre elas podemos mencionar: Frigoríficos Yaguaré, IMPA. (Rebón, 2004)

¹⁴⁰ Como no Brasil, a Argentina atravessou durante os anos 90, e principalmente durante o governo do presidente Carlos Saul Menem (1989-1999), uma mundaça de modelo econômico, mas já tinha começado durante o governo de fato (1976-1982). A partir da aplicação das medidas de ajustes econômicos recomendadas pelo “Consenso de Washington”, tais como: abertura comercial, privatizações, desmantelamento do aparato estatal. Como consequência, a taxa de desemprego foi elevada a mais de 20 % da população, sofrendo uma das piores recessões que a Argentina já teve na história. A emergência da pobreza e do desemprego em massa foram aspectos salientes da questão social contemporânea na Argentina. (Basualdo, 2001).

Una fase de intensificación de conflictos y de confrontación dentro del sistema social, que incluye una difusión rápida de la acción colectiva de los sectores mas movilizados a los menos movilizados, un ritmo de innovación acelerada de las formas de confrontación, cuadros nuevos o transformados por la acción colectiva, una combinación de participación organizada y no organizada, y secuencias de interacción intensificada entre los disidentes y las autoridades que pueden terminar en la reforma, la represión y, a veces, en una revolución. (p. 163-165)

Em todo este processo de ciclos de protestos, as ações coletivas adquirem a capacidade de transformar-se em movimento social a partir do momento em que se elabora uma estratégia política que orienta o protesto até o poder governamental. Segundo Tarrow (1997), os fatores estruturais conjunturais (tanto econômicos quanto políticos) são determinantes para o desenvolvimento do movimento.

Daí a importância de destacar que o processo de recuperação de empresas foi acompanhado pela formação de assembleias nos bairros, sociedades de troca¹⁴¹, organização de amplas mobilizações em todo o país e pelo surgimento de um novo grupo de resistência social: os *piqueteros*.¹⁴² Segundo Martinez (2004), as empresas recuperadas se apresentam como uma situação defensiva,

¹⁴¹ As sociedade ou clubes de troca surgiram em 1995. Na época, foram definidos por seus promotores como uma rede de economia alternativa à economia formal. As redes de troca se sustentavam nos valores de cooperação e de intercâmbio recíproco e solidário, porém significavam uma verdadeira contracultura perante o individualismo e a competição valorizada pelo neoliberalismo predominante durante os anos 1990. O crescimento das redes de troca foi muito rápido, e em 2002, chegou a incorporar vários milhões de pessoas. (Magnani, 2003; Rebón, 2004)

¹⁴² O *piquetero* constitui-se na personificação social de homens e mulheres desempregados que resolveram se organizar e se manifestar nas estradas para enfrentar a crise, como forma de protesto diante da falta de emprego. Após os anos 1990, a medida de corte das estradas e dos caminhos converteu-se na forma dominante que os desempregados utilizaram para manifestar-se e assegurar a sua sobrevivência. Os bloqueios de estrada alcançaram um forte e imediato efeito na mídia, a luta se torna pública. Dessa maneira, surgiram movimentos de desempregados e piqueteiros centrados em torno do protesto

Es oportuno inscribir la experiencia de las fábricas recuperadas, como un cambio en la respuesta de la clase trabajadora a la posibilidad de un desempleo seguro en una economía que lleva más de cuatro años de recesión. Los trabajadores han comenzado a creer en sus propias fuerzas y en la posibilidad de dar la lucha para mantener la fuente de trabajo, sin tener otra posibilidad que la ocupación de los espacios productivos. (p.14).

Nessas circunstâncias, muitos trabalhadores que, diante do desespero de perderem seus empregos, decidiram apropriar-se de seu lugar de trabalho e se tornarem os responsáveis pela direção das empresas, com a insígnia de luta: “Fábrica quebrada, fábrica tomada”.

Dessa forma, no final de 2001, as ERTs se multiplicam rapidamente em todo o país. Segundo os dados do último levantamento de ERTs (2011) realizado pelo “Programa de Facultad Abierta”¹⁴³ existem 205 casos, que incorporam um total de 9.362 trabalhadores. Tendo em vista os resultados dos levantamentos anteriores, realizados em 2002 e 2004, se percebe um considerável aumento de casos: em 2002 existiam 128 casos de ERTs e depois em 2004 foram registradas 161 ERTs com um total de 6900 trabalhadores. (Ruggeri, 2011).

A maior porcentagem de ERTs são Pymes (pequena e média empresa), em 75% dos casos funcionam com menos de 50 trabalhadores. São poucas as que têm mais de 50 e somente 2,35 % supera os 200 funcionários. (Ruggeri, 2011).

social e baseados na solidariedade e na busca de soluções para as necessidades individuais e coletivas. (Magnani, 2003; Rebón, 2004).

¹⁴³ Constituído em março de 2002 como um programa de extensão universitário, combina atividades de pesquisa e o apoio à luta dos trabalhadores de empresas recuperadas. O programa realizou três levantamentos gerais sobre as ERTs na Argentina: o primeiro em 2002/2003, o segundo em 2004 e o último em 2010. O objetivo desses levantamentos foi estabelecer um panorama geral das empresas recuperadas, tentando precisar o alcance do fenômeno em termos quantitativos e qualitativos. A equipe de pesquisa estava formada pelos membros do Programa e por estudantes voluntários de vários cursos das Faculdades de Filosofia e Letras e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. A equipe interdisciplinar obteve os dados através de visitas conduzidas e a aplicação de um questionário semi-estruturado aos trabalhadores das ERTs. Ver: www.recuperadasdoc.com.ar

Igual ao Brasil, a maioria das ERTs na Argentina pertence ao ramo metalúrgico (23%), em segundo lugar, coloca-se a indústria alimentícia (12%), e em terceiro lugar, as gráficas (7,8%) e tanto a indústria têxtil quanto a da carne dividem a mesma porcentagem (6,34%). A seguir: construção (5,85%), saúde (4,88%), vidro (3,41%), transporte (2,93%), combustível (2,44%), indústria do couro (2,44%), hotelaria, (2,44%) indústria de plástico (2,43%), meios de comunicação (1,95%), madeireira (1,95%), indústria de calçado (1,95%), educação (1,95%), gastronomia (1,95%), logística e manutenção (1,46%), químicas (1,46%), estaleiros (0,98%), comércio (0,98%), fábrica de papel (0,98%), armas desportivas (0,49%) e borracha (0,49%). (Ruggeri, 2011).

A maior parte das ERTs está concentrada em Grande Buenos Aires (GBA) ¹⁴⁴ (59%), a seguir no interior de Buenos Aires (15%) e na província de Santa Fe (9,8%).

Antes da recuperação, várias das empresas que atravessavam processos falimentares, estavam sob as cobranças de credores, ou haviam sido abandonadas por seus proprietários, inclusive sem realizar os processos formais de fechamento do estabelecimento. Em geral, a crise de cada empresa foi precedida pela ruptura dos contratos de trabalho, traduzida em diminuições de salários, pagamentos em “vales”, falta de contribuições previdenciárias.

Em um contexto de crescente desemprego, os trabalhadores se viram obrigados a aceitar essas condições de precariedade contratual para preservar seus postos de trabalho, mesmo assim, logo depois, tiveram que enfrentar a situação limite do fechamento das empresas. É interessante destacar que, em todos os casos de ERTs, os trabalhadores, decidem recuperar a empresa e vivenciam todo, ou senão grande parte do processo de deterioração industrial e de flexibilização laboral. De acordo com Ruggeri (2011) a recuperação,

Se trataba de un camino impensado e, inclusive, no deseado, porque la perspectiva de la lucha inmediata era la continuidad del trabajo asalariado. La autogestión se da, como ya señalamos, en un contexto claramente defensivo y

¹⁴⁴ Gran Buenos Aires (GBA) é a denominação genérica utilizada para referir-se à Cidade Autônoma de Buenos Aires e cercanias na Província de Buenos Aires. O GBA é um dos polos industriais e econômicos mais importantes da Argentina.

en el cual, para estos trabajadores, cualquier otra opción era peor. (p.65)

Ante a possibilidade de perder os empregos, e com o intuito de manter a empresa funcionando e lutar por seus direitos, saindo da resignação e iniciando um processo de resistência, os trabalhadores utilizaram as seguintes medidas de força: ocupar as instalações para impedir, tanto a entrada da polícia ou do juiz quanto para evitar a retirada do maquinário (73,58%), acampar na frente da empresa ou nas ruas (30%), organizar passeatas e mobilizações chamando a comunidade, partidos políticos e movimentos sociais (15%). (Ruggeri, 2011).

Dessa forma, este caráter social de luta permite articular o repertório de ação coletiva (Tilly, 1978-2002), e o ciclo de protestos (Tarrow, 1997- 2009), com a dimensão cultural e as formas de mobilização, como forma de rupturas culturais que fazem aflorar à superfície as contradições latentes. Nesta condição, o movimento de ERTs envolve a redefinição das relações entre capital-trabalho e põe em discussão a vigência irrestrita do direito de propriedade, proporcionando aos trabalhadores uma nova ferramenta de pressão e negociação frente aos empresários.

Diante das medidas de força utilizadas pelos trabalhadores, 50 % dos casos de ERTs sofreram algum tipo de repressão por parte do aparato estatal. Esse contexto de violência para com trabalhadores em luta, abriu a possibilidade de instalar seus conflitos na esfera pública, muitas vezes facilitada através dos meios de comunicação. O bairro, as numerosas assembleias, movimentos de desocupados, vizinhos, organizações políticas e de direitos humanos, estudantes universitários, trabalhadores de outras recuperadas ajudaram e se solidarizaram com o conflito, tanto nas ocupações, quanto quando as ERTs já estivessem recuperadas.

Isto se apresentou como um elemento chave para conseguir alimentos, e outros recursos, como prestar serviços que estavam bloqueados, como, luz, água e telefone. Dessa forma, se criaram fortes laços de solidariedade entre as recuperadas e a comunidade, como pode ser evidenciado na insígnia: *“Si tocan a uma tocan a todas”*.

5.2.2 A formação legal dos empreendimentos

Depois de recuperada a empresa, a maioria das experiências de ERTs (95%) optaram por formar uma cooperativa de trabalho. Alguns casos mantiveram a forma legal de sociedade comercial estabelecida

anteriormente e, em outros casos, chegaram a acordos com os patrões para se incorporarem como acionistas da empresa.

A adoção da figura de cooperativa respondia, sobretudo, à necessidade de constituir um sujeito juridicamente responsável para realizar as transações econômicas e financeiras da empresa. Diversos autores apontam que a opção de constituir uma cooperativa não se deve a uma questão ideológica, e sim, ao contexto sociopolítico do país: políticas públicas implementadas pelos governos e o apoio dos movimentos sociais nessa direção. (Fajn, 2003; Rebón, 2006; Ruggeri, 2005).

O contexto desfavorável a outras alternativas pode ser exemplificado por duas iniciativas fracassadas de estatização em 2001: a empresa Brukman (na cidade de Buenos Aires) e Zanón (na província de Neuquén) que, ante a negativa do governo, optaram pela formação de uma cooperativa.¹⁴⁵

Note-se então, que o estado institucionaliza certas formas de acionamento para recuperar a empresa, neste caso a alternativa legal que permite recuperar a empresa é a formação de uma cooperativa, junto com a lei de expropriação e doação mediante o pagamento das indenizações aos trabalhadores. As outras opções são pouco conciliáveis com as políticas do governo, por isso se mostram contrárias e, conseqüentemente, por este motivo as empresas sofrem continuas ameaças de desalojamento, denúncias etc.

Podemos afirmar que a eleição do marco legal via cooperativa, implica certas vantagens para os trabalhadores: em primeiro lugar permite obter o controle da fábrica sem assumir as responsabilidades da empresa anterior (as dívidas e os problemas legais), em segundo lugar, operar de forma legal dentro do mercado e serem beneficiários de uma eventual expropriação por parte do Estado.

Com efeito, na Argentina, a aprovação da lei de expropriação¹⁴⁶ permitiu a declaração da utilidade pública das unidades produtivas e autorizou os trabalhadores a utilizarem, temporalmente, os

¹⁴⁵ Ambas as experiências foram casos emblemáticos de ERTs. A “Fábrica Sin Patrón” (FAsinPat –ex Zanón) foi uma das primeiras ERTs em conseguir a expropriação temporária em 2009. Finalmente, em janeiro de 2014, depois de 12 anos de luta, os 450 trabalhadores conseguiram o título da propriedade da fábrica (Jornal: Pagina/12, 17/01/14, Buenos Aires Argentina). Para maior informação sobre a história das empresas Brukman e FasinPat ver: Chaves, 2008; Picchetti, 2002; Aiziczon, 2009; Henriques, 2013.

¹⁴⁶ A lei 238 promulgada em 1999. (Ruggeri et al. 2013)

estabelecimentos mediante a formação de uma cooperativa de trabalho. A combinação desta prática inaugurou um conflito tanto no âmbito econômico-político quanto jurídico. De fato, declarar a utilidade pública das empresas permite aos trabalhadores negociar um contrato de locação com o juiz a cargo da falência. (Ruggeri, 2011).

Tendo em vista esta lei, 63% dos casos de ERTs obtiveram a expropriação a favor da cooperativa, 19% delas foram expropriadas definitivamente, e 81% conseguiram expropriações temporárias (em função disso, os trabalhadores devem mobilizar-se para renovar a expropriação a cada dois anos). Também 5% das ERTs permanece sob a ocupação, ou seja, sem nenhum tipo de resolução legal e 10% não conseguiu realizar um acordo, nem com o juiz da causa nem com os antigos donos. (Ruggeri, 2011).

Nas experiências argentinas, segundo o levantamento realizado em 2010, se observa que 88% das ERTs realizam periodicamente assembleias, entre as quais 44% dos casos acontece semanalmente e em 35% mensalmente. (Ruggeri, 2011). Segundo a Lei Nacional de Cooperativa ¹⁴⁷, ela deve contar com no mínimo uma assembleia anual, que é o órgão superior e soberano da cooperativa. Durante as assembleias, se realiza as eleições dos coordenadores e se debate sobre questões relacionadas à cooperativa; determina-se um conselho administrativo, órgão composto por associados eleitos pela assembleia, cuja função é coordenar as operações administrativas; o controle é exercido pelo INAES (Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social). ¹⁴⁸

A efetivação do modelo de gestão democrático é uma das inovações sociais que se apresentam nas ERTs, pois está estritamente relacionado ao rompimento das relações empregado-empregador na sua essência, deslegitimando, dentro do empreendimento, o controle burocrático e a hierarquização do processo decisório, em suma: a estrutura de poder antigamente legítima.

A possibilidade de quebrar as formas das antigas relações permite aos trabalhadores fazerem e pensarem diferente, se transformarem como sujeitos que descobrem as novas potencialidades dentro de si, tanto individualmente quanto coletivamente, onde o coletivo predomina sobre o individual e se decide coletivamente como construir relações que

¹⁴⁷ Lei N 20337, sancionada em 1973. (Ruggeri, 2011).

¹⁴⁸ O INAES faz parte do âmbito governamental, depende do Ministério de Desenvolvimento Social. É um organismo que agrupa todas as cooperativas do país e regula suas atividades. Ver: www.inaes.gov.ar

devem, dessa forma reconquistar espaços e reconstruir todo o aprendizado.

Cabe destacar que atualmente há, ainda, a inexistência de um marco normativo que reconheça esta forma coletiva de organizar o trabalho. E além do mais, continua a impossibilidade de acesso ao plano de saúde e ao seguro de desemprego. Segundo a legislação vigente, se um trabalhador não é um assalariado, ou seja, não possui uma relação de dependência estabelecida, ele é um trabalhador autônomo. Mas os trabalhadores das ERTs não são trabalhadores independentes que desenvolvem sua atividade de forma individual, pelo contrário, eles são autogestionados, ou seja, trabalham coletivamente e realizam suas atividades através do trabalho associativo.

Diante desta ausência, atualmente as demandas dos trabalhadores excedem o direito ao trabalho, e apontam a definição de uma política pública orientada ao setor das recuperadas. Portanto, o protesto constitui também uma reivindicação de direitos institucionalizados ligados ao trabalho assalariado.

5.2.3 Perfil dos trabalhadores

Podemos afirmar, que da mesma forma que acontece nas experiências brasileiras, na maioria das ERTs Argentinas, os trabalhadores que optaram por sair da empresa pertencem ao setor administrativo, pois são os que possuem maiores probabilidade de se inserir novamente no mercado de trabalho. Os trabalhadores que permanecem com o fim de recuperar a empresa são predominantemente o pessoal da produção e do chão de fábrica, que conhecem o funcionamento das máquinas e o processo produtivo. Ou seja, eles sabem produzir, mas este conhecimento existe de forma fragmentada dentro da fábrica, por isso é necessário a apropriação coletiva desse conhecimento.

Ainda que já com a empresa recuperada muitos trabalhadores tenham decidido sair, devido, principalmente, aos problemas iniciais para começar a produção, pelos baixos ingressos (especialmente no primeiro período da recuperação), e também pelas dificuldades de adaptar-se à forma de gestão autogestionária. Também muitos trabalhadores estão no limite para se aposentar, não obstante alguns aposentados continuam trabalhando (em 85% casos de ERTs há aposentados). O elevado número de trabalhadores nesta situação se deve, muitas vezes, aos antigos empregadores não realizarem os aportes correspondentes. Ou seja, quando o trabalhador alcança a idade para se aposentar, não

consegue cobrir a quantidade de anos de aportes porque os padrões não realizaram os pagamentos correspondentes, da mesma forma que acontece com os trabalhadores do Brasil.

Diante da saída de alguns trabalhadores, e da necessidade de renovar o pessoal, a maioria dos casos de ERTs prefere colocar familiares, que conhecem todo o esforço e a luta que atravessaram os trabalhadores para conseguirem colocar a empresa novamente em funcionamento. Inclusive, preferem incorporar os trabalhadores demitidos antes de recuperação que conhecem o funcionamento da fábrica, o processo produtivo, as funções e os colegas de trabalho. (Gracia, 2012; Rebón, 2006; Ruggeri, 2005).

5.2.4 A produção

Atualmente, as maiores dificuldades que atravessam as ERTs na Argentina são: inserir-se novamente no mercado (52,32%), falta de capital (25,37%) e falta de maquinaria adequada (17%). Também podemos mencionar a dificuldade de acesso a crédito, que ajudaria a: substituir equipamentos parados da antiga empresa, participar de leilões da massa falida. No entanto, 70% dos casos afirmaram que as máquinas estão em boas condições, um pouco mais de 26 % confirmam que estão obsoletas e apenas 14% dos casos consideram que faltam máquinas.

Convém salientar que o bom estado do maquinário deve-se principalmente ao fato de que 60% das empresas incorporaram maquinário com investimento realizado pelos próprios trabalhadores, 20% conseguiram juntando dinheiro da cooperativa e adquirindo subsídios e apenas 10% conseguiram subsídios estatais. (Ruggeri, 2011).

Vale destacar que uma das maiores inovações sociais dentro das experiências de ERTs na Argentina é a equiparação das retiradas. Visto que durante o primeiro período da recuperação, o salário dos trabalhadores era quase nulo, percebe-se que se consolidam laços de solidariedade grupal mediante o estabelecimento de critérios igualitários para repartir o pouco que tinham. Pois bem, depois, quando as ERTs conseguem clientes e começam a sustentar a produção, a retirada de salário igualitário manteve-se em 56% das experiências, se diferenciando assim das experiências do Brasil, exceto pela experiência da CDM, como já foi mencionado anteriormente. (Ruggeri, 2011).

5.2.5 Relação com o governo, os movimentos sociais e os sindicatos

A maioria das ERTs na Argentina (85%) recebeu ajuda estatal: subsídios (85%)¹⁴⁹, assessoria legal (18%), e direito a plano de saúde (14%). No entanto não existe uma política pública unificada que conceda ajuda às ERTs, sendo os próprios trabalhadores que devem mobilizar-se para conseguir algum tipo de apoio. Faz-se necessário mencionar que as políticas públicas destinadas às ERTs na Argentina são implementadas pelo Ministério de Trabalho, distanciando estas experiências do âmbito econômico. Ou seja, em outras palavras, por enquanto não se registra até o governo atual, de Cristina Fernandez de Kirchner, políticas exclusivas para desenvolver o potencial econômico das ERTs, apenas são vistas como empreendimentos com muitas dificuldades econômicas e problemas sociais. (Gracia, 2012; Ruggeri, 2011).

É importante mencionar que 78% das experiências possuem algum tipo de vínculo com as organizações sociais vinculadas as ERTs. Atualmente agrupam-se principalmente em dois movimentos: o MNER¹⁵⁰ (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas), dirigido por Eduardo Murúa fundado em setembro de 2002, e o MNFRT (Movimento de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores), com o advogado Luis Caro como principal representante.

Hoje em dia, participam de MNER aproximadamente 80 ERTs de diversas regiões do país. O MNER centra seu discurso em torno de questões sobre a defesa do trabalho da “Produção Nacional”, o que significa a defesa de um projeto de país que questiona o modelo neoliberal implantado nas décadas anteriores. O lema da organização é: “ocupar, produzir e resistir”.

Em geral, os dirigentes do movimento militam ativamente no Partido Justicialista¹⁵¹ e buscam tecer alianças políticas para consolidar suas

¹⁴⁹ A maioria dos subsídios são outorgados pelo Ministério de Trabalho, administrado pelo Programa Trabalho Autogestionário, pela INAES e pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Argentina. (Ruggeri, 2011).

¹⁵⁰ O Movimento possui uma forte tradição sindical de origem peronista. Cabe lembrar que até 1973 os sindicatos eram os pilares e a base do movimento peronista.

¹⁵¹ Também conhecido como Partido Peronista, é o maior partido político argentino, fundado pelo general Juan Domingo Perón (1946-1955/1973-1974). Perón, durante seu primeiro mandato converteu a Confederação Geral do Trabalho (CGT), em uma organização popular e, sob a qual organizou a política

forças acedendo ao poder governamental. Note-se que muitos tentaram, em alguns casos com êxito, inserir-se no sistema político pela via eleitoral, com a finalidade de ganhar espaços institucionais para consolidar os processos de luta das ERTs, porque vêm nessas experiências a base para alcançar uma transformação política-econômica no país.

Também tecem alianças no nível internacional. Por exemplo, durante o I Primeiro Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas realizado em Caracas-Venezuela em 2005, Eduardo Murúa entrou em contato com o Movimento de Fábricas Ocupadas do Brasil. As afinidades políticas entre ambos os movimentos induziu ao planejamento, em parceria com a Federação de Mineiros da Bolívia, a FRETECO (Frente Revolucionária de Trabalhadores de Empresas em Cogestão e Ocupadas) da Venezuela¹⁵², o MST do Brasil e a CUT de Santa Catarina-Brasil, do Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, nas instalações da recuperada Cipla. O encontro, como foi mencionado anteriormente no capítulo 3, abriu a possibilidade de estabelecer acordos políticos e econômicos entre as ERTs dos distintos países: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

No início de 2005 o MNER sofreu uma divisão interna da qual surgiu o MNFR, constituído recentemente como organização não governamental (ONG). Esta ruptura em dois movimentos originou-se, principalmente, pelas divergências entre ambos: o MNFR avalia que é possível recuperar as empresas pela via pacífica e legal enquanto o MNER considera que a via da ocupação é a resistência. (Di Loreto, 2006; Chaves, 2008).

Em dezembro 2006, após a ruptura do MNER, José Abelli, ex-líder sindical, fundou a Federação Argentina de Cooperativas de Trabalhadores Autogestionados (FACTA), cuja base mais forte

social e as transformações econômicas de seu governo. A CGT é a central sindical histórica de Argentina, fundada em 1930 a partir de um acordo realizado entre socialistas, sindicalistas e independentes com a proposta de formar uma central sindical unitária e plural. O papel da CGT foi fundamental, foi a ferramenta chave para retorno de Perón ao país e ao poder em 1973, e por isso ficou identificada com Partido Justicialista (peronista). (Rapoport, 2008).

¹⁵² Desde sua constituição em 2005, a FRETECO vem lutando pela defesa dos interesses dos trabalhadores das empresas recuperadas, assim como também incentivando e outorgando apoio na tomada e recuperação das empresas. (Hintze, 2010).

encontra-se nas experiências tanto de cooperativas quanto de ERTs situadas no interior do país. O objetivo da FACTA é unir empreendimentos sociais, cooperativas de trabalho, ERTs e formar um movimento amplo de economia social.

Além dessa, fundaram-se outras duas federações: a FECOOTRA (Federação de Empresas Recuperadas e Cooperativas de Trabalho) que reúne muitas das ERTs que se organizaram junto com a UOM Quilmes e a FENCOOTER (Federação Nacional de Cooperativas de Trabalho e Empresas Reconvertidas). (Gracia, 2012).

A FENCCOOTER está vinculada ao INAES e defende os princípios do cooperativismo. Por isso, reúne exclusivamente empresas recuperadas que tenham adotado a figura jurídica de cooperativa de trabalho. Sua principal atividade consiste em assessorar aos trabalhadores das empresas quebradas ou empresas abandonadas sobre o cooperativismo e o marco legal. Também, pelo fato de a federação estar em contato com o governo, ela conta com grande acesso a outros organismos públicos que podem assessorar esses trabalhadores em diversos temas. No entanto, seus métodos de luta e mecanismos de pressão são limitados, pois o vínculo com o Estado obriga à Federação agir dentro dos limites legais estabelecidos que não contemplam, ainda, as novas formas de expressão social características das ERTs.

Tanto o INAES quanto o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI) criaram vários programas de apoio para as cooperativas e ERTs com o objetivo de outorgar assistência aos empreendimentos. Dessa forma, ambos os programas buscam assistir tecnicamente às cooperativas de todo tipo e ordem, bem como apoiar a reabertura de empresas recuperadas colaborando durante o processo de instalação e o crescimento. (Ruggeri, 2011).

Podemos mencionar ainda, que existem outras organizações regionais, tais como: a Mesa de Empresas Recuperadas de Mendoza, que também se constituiu como regional da FACTA, o Foro de Cooperativas de La Matanza, e a União Produtiva de Empresas Autogestionadas (UPEA).¹⁵³

¹⁵³ A UPEA fundou se em 15 de novembro nas instalações da empresa recuperada Mc Body (fábrica de indumentária para crianças e adolescentes). Como outras experiências abriram um centro cultural com diversas atividades, por exemplo: aulas de dança de salão, cursos de desenho e maquiagem, etc. Ver: <http://www.elbarriopueyrredon.com.ar/notas/ano-2011/espacio-cultural-en-mac-body.php>. Acesso: 18/01/14.

Com relação aos sindicatos, podemos mencionar que na Argentina, da mesma forma que no Brasil, eles têm tomado diversas posturas frente às ERTs. Por um lado, houve setores sindicais que apoiaram os trabalhadores desde o início das recuperações, e por outro lado, outros buscaram solucionar os conflitos mediante medidas conciliatórias, surgidas das estratégias de negociação sindical tradicional. Também houve sindicatos que atuaram em cumplicidade com os empresários e optaram por tentar expulsar aos trabalhadores que resistiam ao esvaziamento da empresa. (Ruggeri, 2011).

Vale destacar que a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA)¹⁵⁴ apoiou algumas ERTs da província de Santa Fé, mas em geral, seu papel foi escasso no nível nacional, sem oferecer nenhum apoio. No entanto, algumas seccionais tiveram um papel ativo no processo de recuperação. Por exemplo, podemos mencionar: os gráficos da cidade de Buenos Aires, empregados de comércio na cidade de Rosário, o Sindicato de Operários e Empregados Ceramistas (Neuquén), sindicato ceramista em Neuquén e algumas seccionais da União Metalúrgica Operária (UOM), como de Quilmes, província de Buenos Aires.¹⁵⁵ (Gracia, 2012; Ruggeri, 2011).

¹⁵⁴ Fundada oficialmente em 1997 por um grupo de dirigentes sindicais dissidentes da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Seus dirigentes buscavam desenvolver um novo sindicalismo: autônomo, independente do Estado, dos partidos políticos e das empresas. Convém salientar que o sindicalismo na Argentina, da mesma forma que no Brasil, se caracteriza desde seus inícios por ser anarquista e logo vira corporativista, ou seja, o sindicato não era um representante autônomo da classe trabalhadora, senão que dependia das instâncias estatais para alcançar seus objetivos e reivindicações. A proposta da CTA era ser autônoma ao movimento de qualquer estrutura partidária evitando todo tipo de subordinação à política. Em virtude disso, a organização incorporou organizações sociais não sindicais, desde agrupamentos de aposentados e desempregados até representantes de organizações do terceiro setor, ONGs e organismos de direitos humanos. Também incorporou intelectuais, pesquisadores e profissionais, com o fim de nucleá-los em centros de investigação, corpos docentes para formação profissional e sindical. Essa proposta representou uma ruptura significativa com as tradições hegemônicas dentro do sindicalismo argentino, que antigamente sempre tiveram fortemente vinculados à estratégia política do movimento peronista. (Godio, 2001).

¹⁵⁵ O apoio brindado pela seccional às ações de recuperação responde tanto objetivos de curto prazo, como a preservação das fontes de trabalho através da recuperação do capital produtivo, tanto com outro objetivo a longo prazo, que possui um caráter político, orientado a fortalecer o setor assalariado nas relações de força com o setor empresarial. (Davolos, 2003)

Um avanço no vínculo entre as ERTs e o sindicato foi a fundação, em 2003 da Associação Nacional de Trabalhadores Autogestionados (ANTA/CTA) formada por sindicalistas ligados a CTA. A ANTA constitui-se como uma entidade sindical. Dessa forma, os trabalhadores das cooperativas de trabalho ou de ERTs recebem a possibilidade de filiar-se à CTA, o que permite aos trabalhadores dispor de programas de capacitação e convênios de estudos com diversas universidades públicas argentinas, entre outros benefícios.

Os trabalhadores também buscaram suporte em outras experiências de empresas recuperadas e organizações sociais formando redes solidárias. Um exemplo disso é a Rede Gráfica Cooperativa, fundada em 2007, reunindo, em princípio, 7 gráficas recuperadas. Hoje em dia está formada por 18 gráficas incluindo cooperativas e empresas recuperadas.¹⁵⁶ A partir da rede, as cooperativas se organizam para realizar compras de insumos e matérias-primas em maior quantidade, adquirir diversos serviços, como comercializar e produzir de forma conjunta, obtendo, dessa forma, preços mais baixos e aumentando assim sua capacidade produtiva. Além disso, a rede possui caráter político, em nível setorial, apóia a recuperação de empresas gráficas tanto nas situações de conflito quanto transmitindo sua experiência de gestão às novas empresas recuperadas. (Henriques, 2013).

5.2.6 Relações com a comunidade e a universidade

No que diz respeito aos elementos sociais, segundo o levantamento, 57% das ERTs afirmaram que realizam algum tipo de atividade solidária e cultural, por exemplo: atividades educativas, doações, colaborações em organizações do bairro e escolas, serviços sociais, difusão e recopilação de experiências de ERTs, colaboração técnica, econômica e política com outras ERTs.

Muitas das ERTs abrem centros culturais frente às demandas e necessidades dos vizinhos do bairro que oferecem diversas atividades para a comunidade, tais como: aulas de teatro, dança, aulas de musica,

¹⁵⁶ A Rede Gráfica, esta constituída pelas seguintes cooperativas: Cooperativa El Sol, Cooperativa Artes gráficas Chilavert, Cooperativa Campichuelo, Cooperativa Gogtal, Cooperativa Patricios, Cooperativa Ferrograf, Cooperativa Gráficos Asociados Ltda., Cooperativa Idealgrafif, Cooperativa La Nueva Unión, Cooperativa Punto Gráfico, Cooperativa Envases Flexibles Mataderos, Cooperativa Grafica Loria, Cooperativa Impresiones Barracas, Cooperativa Montes de Oca e a Cooperativa Visión 7. Ver: www.redgraficacoop.com.ar.

assim como também apresentações de peças de teatro e shows de música. Estas estratégias resultam em inovação, pois se desvanecem os limites entre o bairro e a fábrica, entre o privado e público. Se conquista o espaço e se transforma para juntar a cultura e o trabalho, dessa forma a fábrica se converte em um novo espaço social comunitário, um lugar para viver e desfrutar.

Também algumas ERTs cedem parte das instalações da cooperativa para organizar rádios, escolas para jovens e adultos ¹⁵⁷(apoio escolar, creche, escola de nível básico e fundamental) e inclusive permitem que os estudantes realizem os estágios de suas respectivas formações. Dessa forma, a reabertura da fábrica com a formação das cooperativas adquire uma nova função sócio-educativa organizada e com uma visibilidade pública, que transcende aos trabalhadores em particular, envolvendo, também outros sujeitos.

Atualmente existe um vínculo entre as ERTs e a Universidade de Buenos Aires, através do Programa da Faculdade Aberta. O Programa mantém de forma permanente o Centro de Documentação de Empresas Recuperadas, que funciona na Cooperativa Chilavert ¹⁵⁸, situada na cidade de Buenos Aires. O centro ocupa-se do registro e documentação das experiências de ERTs, tanto da Argentina quanto de outros países latinoamericanos e europeus, e permanece aberto diariamente para consulta de trabalhadores, pesquisadores e da comunidade em geral.

Nesse sentido, o Programa além de organizar os levantamentos de todas as ERTs na Argentina realizou, em parceria com a FACTA e a Rede Gráfica Cooperativa, os "Cuadernos para la Autogestión". Os cadernos se realizaram com o objetivo de abrir o debate entre os trabalhadores sobre alguns dos problemas relacionados com o trabalho autogestionado, e como uma forma de aportar para a construção das ERTs, dando alcance aos trabalhadores de elementos para a formação,

¹⁵⁷ A proposta de criação de escolas para jovens e adultos surgem a partir de 2002 da resistência e reação de movimentos sociais pertencentes a campo da sociedade civil vinculados a organizações de desempregados, cooperativas e ERTs. As escolas criticam o sistema educativo atual e propõe a apropriação do conhecimento como ferramenta de transformação política dentro do sistema educativo. As escolas pretendem definir um conjunto de estratégias sócio-educativas válidas para o campo da educação e ao mesmo tempo questionar o caráter regressivo na administração de recursos e tecnologias que o estado promove em detrimento dos setores sociais mais necessitados. Atualmente as escolas populares possuem reconhecimento oficial, por tanto, outorgam as seus alunos diplomas válidos na educação formal. (Fajn e Rebon, 2005).

¹⁵⁸ Para mais informação sob a cooperativa ver: Henriques, 2013.

tanto de questões políticas, conceituais, históricas como da prática administrativa, econômica e jurídica.¹⁵⁹

5.3 As ERTs no Uruguai

O Uruguai vivenciou processos similares à Argentina e o Brasil, em termos das consequências das aplicações e recomendações promovidas pelas agências internacionais baseadas principalmente na abertura das economias, dando por finalizado o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Com a retirada das restrições às importações, se produz no Uruguai, o ingresso massivo dos produtos importados contra os quais as indústrias locais não tinham capacidade de competir, sendo as mais afetadas as pequenas e médias empresas que abasteciam o mercado interno. (Martí, 2013)

Como consequência dessas novas medidas, desde 1998 se registra que, 40% das empresas uruguaias fecharam. Isso, junto com a desindustrialização e a reestruturação das relações laborais, provocou em 2002 uma forte crise socioeconômica em todo o país, caracterizada pelo desemprego massivo.

Como forma de solucionar o conflito do desemprego e resistir frente às novas circunstâncias socioeconômicas, muitos trabalhadores encontraram, como alternativa de trabalho e de vida, iniciar o processo de recuperação das empresas onde trabalhavam, a partir da negociação ou luta. Em virtude disso, a recuperação do empreendimento produtivo pelos trabalhadores emerge como uma ação direta. Embora, o conflito ainda não estivesse institucionalizado, a sociedade precisava legitimar a emergência das diversas ações coletivas e a ruptura cultural instalada com novos debates, que representavam uma renovação política e das ferramentas de luta. (Rieiro, 2011).

Conforme Martí (2013) no Uruguai o processo de recuperação de empresas sob a forma cooperativa não é uma novidade dos anos 1990. Desde mediados do século XX apareceram alguns casos. O primeiro registro que existe de ERTs é a experiência da Cooperativa de

¹⁵⁹Os títulos dos cadernos são: 1) Autogestão e cooperativismo, 2) Problemas do trabalho autogestionado, 3) O movimento obreiro argentino e a toma de fábricas, 4) O movimento obreiro argentino e as empresas recuperadas pelos trabalhadores, 5) Aspectos legais do trabalho autogestionado, 6) Guia de trâmites básicos para o trabalho autogestionado, 7) A seguridade social e o trabalho autogestionado, 8) Gestão econômica e trabalho autogestionado. Disponível em: www.recuperadasdoc.com.ar/cuadernos_autogestion.html

Transportes de Paysandú (COPAY), fundada em dezembro de 1952, a partir da antiga Empresa Renacimiento S.A. (ERSA) que, desde 1948, fazia serviços de transporte de passageiros. Na mesma cidade, Paysandú, também nasceu a Cooperativa de Talleres Mecánicos (COTAME), criada em 1957 por 14 sócios, ante a falência da empresa TAPAYSA (Talleres Mecánicos de Paysandú S.A.). Sem dúvida, foi a partir de crise econômica que atravessava o país em 2002, que o número de iniciativa de ERTs aumentou consideravelmente.

Comparando com a situação da Argentina e do Brasil, no Uruguai a dimensão do fenômeno das ERTs é bem menor. Segundo as últimas pesquisas realizadas, existem aproximadamente 30 ERTs, que abrangem um total de 1500 trabalhadores. Não obstante, o número não represente uma porção significativa do aparato produtivo nacional, se apresenta como um movimento social e político de extrema relevância. Pois, se trata de uma modalidade de luta que busca dar respostas e soluções de forma coletiva à crise e ao problema da desocupação. (Rieiro, 2011).

Em geral, as ERTs compartilham o perfil produtivo da Argentina e do Brasil, ou seja, são um fenômeno industrial, no qual participam trabalhadores operários do chão de fábrica (foram poucos trabalhadores do nível hierárquico-administrativo que ficaram para iniciar o processo de recuperação), em sua maioria de gênero masculino com uma média de idade de 48 anos. Também podemos mencionar que, segundo as pesquisas realizadas por Rieiro (2011), os trabalhadores tinham uma média de 18 anos de experiência laboral na empresa anterior e 60% dos trabalhadores, no momento em que a antiga empresa fechou, estavam associados a seus respectivos sindicatos.

Durante o processo de recuperação, os trabalhadores participaram em instâncias coletivas centrais para tomar as decisões sob as questões relacionadas à cooperativa. Note-se, no entanto, que embora a maioria seja operário do chão de fábrica, as trajetórias individuais não são homogêneas. Ou seja, se percebe entre os trabalhadores diferenças quanto às suas especialidades, níveis de formação, anos de antiguidade e experiências sindicais. Estas diferenças, em seu conjunto, produzem diversos posicionamentos subjetivos diante da apropriação do projeto produtivo e político. Por isso, o processo de recuperação transcorre entre discussões e diferenças, lutas internas por momentos intensos, mas que, ao mesmo tempo, geram uma nova atitude entre os trabalhadores e possibilidade de reconhecer-se como parte de um “nós”.

Segundo os dados do censo cooperativo (Inacoop, 2009) das 30 ERTs, 17 casos declararam ter surgido pela iniciativa dos próprios trabalhadores, 6 encontraram sua origem pelo incentivo do sindicato,

umas 5 nasceram pela iniciativa de empresas não cooperativas, 1 do incentivo estatal e 1 da organização cooperativa. A maioria das experiências tem adotado a forma de cooperativa, mais existem também três casos que formaram sociedades anônimas. (Rieiro, 2010).

Conforme Rieiro (2011) o “silencioso” dos processos de recuperação no Uruguai, em comparação com as experiências argentinas, se explica por causas de natureza conjuntural e também de algumas características próprias da história nacional. Nesse sentido, a autora aponta que os conflitos sociais no Uruguai se caracterizam historicamente por canalizarem-se institucionalmente. Isto se deve, principalmente pela formação política do país, que teve uma implantação colonial débil e tardia onde a institucionalização e a democratização política se fundiram simbolicamente.

Em outras palavras, as tensões sociais no Uruguai, encontraram canais de resolução institucional que amenizam os conflitos extremos. Por exemplo, isto se torna visível nas experiências das ERTs, porque em poucos casos as medidas de ocupação foram necessárias. Inclusive quando todos os caminhos de negociação com os donos estavam esgotados, não existiu confrontação nem desalojamento das instalações dos trabalhadores por parte da polícia, como aconteceu em muitas das experiências argentinas e algumas no Brasil.

Hoje em dia, as unidades recuperadas se encontram em um vazio legal grave, porque o governo ainda não aprovou nenhuma lei de expropriação similar à da Argentina. Não obstante, recentemente, dado que as experiências de ERTs ao longo da última década têm crescido e vem se consolidando, evidenciando assim que são um mecanismo viável para conservar e incrementar as fontes laborais, existem alguns organismos que trabalham a favor das ERTs e do cooperativismo. Os mais importantes e com maior legitimidade são: a Associação Nacional de Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores (ANERT)¹⁶⁰, o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT) e Convenção Nacional

¹⁶⁰ A ANERT foi fundada em outubro de 2007 por 14 ERTs, em 2008 já tinha 20 empreendimentos associados, alcançando 30 até hoje. É constituída como uma associação autônoma aliada ao movimento sindical. No início de 2012, ela participou e formou, em parceria com outras organizações, o Plenário Nacional de empresas autogestionada pelos trabalhadores. Junto com o Departamento de Desenvolvimento Produtivo do PIT-CNT organizaram dois encontros nacionais. (Rieiro, 2013).

Trabalhadores Central sindical (PIT-CNT)¹⁶¹ e a Federação de Cooperativas de Produção do Uruguai (FCPU).¹⁶² (Rieiro, 2006).

Também em 2010, se constituiu uma mesa de análises sobre esta temática: Mesa pela Autogestão e Construção Coletiva (MEPACC). O dito espaço de articulação está formado pelas principais organizações autogestionárias: cooperativas de vivenda por ajuda mútua e representantes de FUCVAM, representantes da FCPU, ERTs, representantes da ANERT o do PIT-CNT, o Laboratório Tecnológico de Uruguai (LATU)¹⁶³ e universitários vinculados a projetos de extensão e formação em projetos autogestionários vinculados com a Unidade de

¹⁶¹ Em de maio de 1984 nasceu o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT) e se uniu à velha Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), sob a bandeira "um solo movimento sindical". A central PIT-CNT se manteve unida ao longo dos anos e tem legitimidade, tanto dos trabalhadores quanto de outros atores sociais, sendo historicamente a principal articuladora e canalizadora das diversas ações coletivas e reivindicações sociais. www.pitcnt.org.uy

¹⁶² Fundada em dezembro de 1962 como uma entidade representativa dos cooperados. Durante a década dos anos 60, as atividades da FCPU foram intensas e frutíferas. Com a proposta de apoiar às cooperativas frente às dificuldades, desenvolveu atividades muito dinâmicas, tais como: assembléias, encontros e jornadas. Dessa forma, o número de cooperativas filiadas passou de 16 a 30 no período dos anos 1960 até 1970. A maioria era do setor industrial: metalúrgica, têxtil, gráfica, vidro, etc. Com o intuito de fomentar e desenvolver o cooperativismo de trabalho desempenhou funções de prestação de serviços técnicos, assistência a cooperativas. As ações e mobilizações importantes se destinaram à luta por obter linhas de crédito. A FCPU possui ligação com a Universidade da República e é membro fundador da Confederação Uruguia de Entidades Cooperativas (CUDECOOP). A CUDECOOP fundada em 1988 é uma organização de representação e defesa do movimento cooperativo uruguiaio. Ao longo dos anos foi consolidando-se como representante das cooperativas uruguaias, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Também desenvolveu outros tipos de ações com o fim de promover o fenômeno cooperativo no país, favorecer as condições para seu desenvolvimento e gerar novas iniciativas articuladoras e de colaboração e intercâmbio entre as entidades do setor. (Rieiro, 2010).

¹⁶³ É uma organização fundada em 1965 por uma parceria do sector oficial e privada. Seu objetivo é incentivar o desenvolvimento sustentável do país e sua inserção internacional, através da inovação e a transferência de soluções de valor em serviços analíticos, metrológicos, tecnológicos, de gestão e avaliação. Ver: www.latu21.latu.org.uy

Estudos Cooperativos e do Espaço Interdisciplinário da Universidade da Republica (UDELAR).¹⁶⁴

Este espaço se converte em um espaço aberto à participação e se conforma como uma plataforma de propostas e reivindicações através das quais suas organizações buscam guiar suas ações coletivas para gerar câmbios de fundo desde a autogestão nas experiências de ERTs e nas cooperativas.

Nesse sentido, a proposta é criar um marco normativo com o intuito de facilitar os processos de recuperação já iniciados, assim como também solucionar as lacunas legais que dificultam os inícios de recuperação, visando prever o amparo para os trabalhadores que no futuro se encontrem nessa mesma situação. Uma das propostas debatidas na mesa é a possibilidade de outorgar o direito da propriedade dos maquinários aos trabalhadores, assim como também, oferecer privilégios para obter créditos laborais logo depois de a empresa ser recuperada. (Rieiro, 2011).

Segundo os participantes da organização, a proposta autogestionária pode se transformar em uma nova forma de gerir a sociedade. A discussão dentro da MEPACC se centra principalmente em: a construção de uma plataforma conjunta de ação, a necessidade de colocar em debate o desenvolvimento de práticas autogestionárias no âmbito público e com representantes do governo, a criação de redes de

¹⁶⁴ A Udelar comparte com o movimento cooperativo através da Unidade de Estudos Cooperativos (UEC), uma unidade acadêmica de Extensão Universitária que tem como objetivo aportar à compreensão dos processos associativos e cooperativos. Também promove e apóia a realização conjunta com o movimento cooperativo de atividades de docência, investigação e extensão, e recepciona as necessidades do médio cooperativo, apoiando uma resposta em base à planificação de atividades com ênfase no processo ensino-aprendizagem desde um enfoque interdisciplinar. Suas principais atividades são: Curso Universitário sob o Cooperativismo e Associativismo, a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Associativos Populares e o projeto de pesquisa “Impacto da integração regional do MERCOSUR sobre setor cooperativo”. (Rieiro, 2010). Cabe destacar que segundo as estimações da Cudecoop, atualmente há aproximadamente um milhão de cooperados distribuídos entre entidades de vivenda, agropecuárias, de poupança e crédito, de consumo e de produção. Nos últimos 20 anos, o número total de cooperativas cresceu 38,1% e aporta entre 2% e um 2,4% do PIB. (Martí, 2013).

solidariedade, e geração de novas relações sociais através de participação direta. (Rieiro, 2010).

É nesse quadro que começa com o governo atual do Presidente da República, José Mujica (2010-2014), um período de formulação e criação de políticas públicas de incentivo econômico para as ERTs. Segundo o presidente, em discurso pronunciado, durante o Plenário Nacional de Empreendimentos Autogestionados pelos Trabalhadores, organizado pelo o PIT-CNT em junho 2012,

Las empresas recuperadas de Uruguay son un modelo que surgió de la necesidad de preservar la fuerza de trabajo en momentos de crisis, pero que nosotros tratamos de inducir como política de gobierno, para que se vaya extendiendo y afirmando un modelo no de solución de crisis eventual laboral, sino un verdadero modelo alternativo de organización de la sociedad productiva. Este modelo implica la necesidad de establecer políticas de Estado, mecanismos, financiación y hasta la necesidad de contar con un sistema de enseñanza con una universidad propia, porque hay que formar inteligencia para esto.¹⁶⁵

Em virtude de elaborar instrumentos para a promoção e financiamento dos empreendimentos autogestionários, existem na esfera do Estado, duas referências em matéria de políticas públicas dirigidas aos empreendimentos autogestionários e às ERTs, algumas com caráter mais específico que outras: o Instituto de Cooperação (INACOOOP) e o Fundo para Desenvolvimento (FONDES).

O INACOOOP¹⁶⁶ criou-se em 2008 para dar financiamento e assistência a pequenas cooperativas. O Instituto está integrado por um diretório de cinco membros, constituído por três delegados do Poder Executivo e dois delegados do setor cooperativo propostos pela Confederação Uruguiaia de Entidades Cooperativas (CUDECOOP)¹⁶⁷ e

¹⁶⁵ Jornal “O Observador”, Uruguai. 04/08/2012.

¹⁶⁶ Criado como figura jurídica do direito público não estatal pelo Art. 186 da Lei Geral de Cooperativas (Lei 18407) com o propósito de promover, assessorar e executar a Política Nacional de Cooperativismo.

¹⁶⁷ Fundada em 1988, como uma associação civil sem fins de lucro, é uma organização de representação e defesa gremial do movimento cooperativo

um conselho consultivo integrado por representantes de todas as cooperativas.

O INACOOOP tem como principais objetivos: assessorar o Estado, promover os princípios e valores do cooperativismo, a formular e avaliar planos de desenvolvimento cooperativo e processos associativos, integradores e participativos entre as cooperativas, assim como também coordenar e realizar pesquisas, criando um sistema nacional de informação de caráter público sobre o setor. Entre suas principais responsabilidades, podemos mencionar: dar impulso à formação dos cooperados sob a gestão sócio-empresarial e fomentar o ensino do cooperativismo em todos os níveis da educação pública e privada.

Recentemente, foi fundado outro instrumento de política pública dirigida às ERTs: o Fundo para o Desenvolvimento (FONDES). O impulso para a criação do FONDES foi dado pelo presidente José Mujica, aprovado mediante o decreto Nº 341/011¹⁶⁸ o dia 27 de setembro de 2011 com o fim de dar assistência e ajuda financeira tanto a empreendimentos cooperativos quanto a empresas recuperadas. Os recursos financeiros do FONDES são extraídos de 30% das utilidades do Banco da República Oriental do Uruguai (BROU) e são destinados, principalmente, para que as ERTs possam renovar o maquinário e realizar avanços tecnológicos.¹⁶⁹

Cabe destacar que, durante a primeira visita que realizou ao Uruguai, o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez (1999-2013) expressou em 2005 sua decisão ao ex-presidente Tabaré Ramón Vázquez (2005-2010) de apoiar os trabalhadores das ERTs e, nessa oportunidade, firmaram um convênio entre os governos. Os aportes econômicos realizados pelo governo venezuelano foram decisivos para lograr a reabertura das empresas: ENVIDRIO, FUNSA e ex- MIDOVER.

uruguaio. Desde sua criação, ela abrange a totalidade de instituições representativas dos setores cooperativos em todo o país.

¹⁶⁸ Conforme o previsto no artículo 40 da Lei Nº 18.716 de 24 de dezembro de 2010. (Rieiro, 2011).

¹⁶⁹ Desde sua criação o FONDES brindou empréstimos a dez ERTs no valor total de US\$ 30.400.000. Em 2010 teve disponíveis 45 milhões de dólares, em 2011, 70 milhões, e em 2012, um total de 115 milhões. Outros projetos estão na lista de espera, aguardando a aprovação para receber o financiamento. Os projetos devem ser avaliados pela oficina de “Planeamiento y Presupuesto” (OPP) e o Ministerio de Indústria, Energía e Minería (MIEM) e se desembolsa mediante a transferência da Corporação Nacional de Desenvolvimento (CND) a partir das utilidades do Banco República. Jornal: El Observador, Uruguai, 16 de outubro 2013.

A Envidrio é considerada um caso emblemático de ERT no Uruguai, constituída legalmente como Sociedade Anônima e declarada de interesse internacional. Em abril de 1999, os donos do Grupo Cristalerías do Uruguai tomaram a decisão de fechar a unidade produtiva. Desde aquele momento, um total de 220 trabalhadores ocupou a planta durante 14 meses, sem exigir ao patrão que restaurasse os postos de trabalho, porque eles tinham interesse de continuar a produção sem o patrão.

Durante os meses de ocupação, os trabalhadores desenharam um projeto para realizar uma nova planta de produção de vidro, que finalmente conseguiram concretizar em dezembro de 2005, com ajuda do governo da Venezuela e do Banco da República de Uruguai. O apoio recebido permitiu a instalação e construção do projeto no Parque Tecnológico Industrial do Cerro (PTIC).¹⁷⁰

O projeto produtivo da ERTs Envidrio adquiriu uma infraestrutura proveniente de França, Itália, China, Bélgica, Estados Unidos, Brasil e Argentina. Não obstante, devido a vários conflitos burocráticos, conseguiram reiniciar as atividades novamente apenas em 2010, com 61 trabalhadores e, hoje em dia, funciona com 125.

A Envidrio é a única empresa no Uruguai que produz garrafas de vidro utilizadas para: vinho, cerveja, refresco e água. Atualmente produz para, aproximadamente, 70% do total do mercado interno através de clientes como: Coca-Cola, Pepsi, Joanicó, Traversa, Bruzzone, Conaprole, Los Nietitos, Fábricas Nacionais de Cervejas e Cava de Ancap, entre outras. Além disso, realiza exportações para Argentina e Paraguai, conseguiu realizar um convênio com a empresa brasileira AmBev, e possui contatos com empresas espanholas.

A antiga empresa FUNSA (Fábrica Uruguiaia de Pneumáticos Pneus Sociedade Anônima), dirigida por capital norte-americano funcionou desde 1936 até 2003. Durante todos esses anos, a empresa manteve uma posição monopólica do setor industrial da borracha no Uruguai, com a produção de pneus e luvas plásticas. Durante a década de 1970 chegou a produzir com um pouco menos de 3.000 trabalhadores.

¹⁷⁰ Em dezembro de 1998, o Parque situado em uma zona estratégica, no sul da cidade de Montevideu, próximo ao porto e conectado com o aeroporto iniciou suas atividades com seis empresas instaladas. A iniciativa foi da Intendência Municipal de Montevideu, para fomentar a indústria de pequenas e médias empresas produtoras de bens e serviços em diversos ramos. Também ao longo dos últimos anos, o parque se converteu em um espaço idôneo para a instalação de cooperativas e ERTs. Ver: www.pti.com.uy.

Em 2002, os donos decidiram fechar a empresa. Diante dessa situação, os 300 trabalhadores que ainda estavam dentro da fábrica se organizaram e lograram atrair um investidor privado e, assim, conseguiram trabalhar em cogestão desde 2003, quando foi formada a cooperativa, até 2012. Nessa oportunidade, muitos trabalhadores, aproximadamente 170, tiveram que sair da fábrica e viver com o seguro desemprego.¹⁷¹

Em 2005, os trabalhadores conseguiram comprar em leilão, a maioria do maquinário que pertencia à antiga empresa com o apoio financeiro do governo venezuelano. Como troca pelo empréstimo, os trabalhadores da FUNSA viajaram para Venezuela, com o objetivo de montar uma fábrica do mesmo tipo.

Em dezembro de 2012, depois da saída do sócio capitalista, os trabalhadores da FUNSA receberam um empréstimo do FONDES de um valor total US\$ 3.500.000 para adquirir novas máquinas.¹⁷² Também realizaram um acordo para o ano de 2014, para vender pneus à empresa estatal venezuelana Suvinca, que se dedica ao transporte público.¹⁷³ Atualmente, a cooperativa produz com 120 trabalhadores na seção de pneus e 20 na fabricação de luvas, e vende sua produção tanto para o mercado local, quanto para o internacional (Venezuela, Brasil e Paraguai).¹⁷⁴

A história da recuperada URUVEN começou quando em setembro de 1997, os empresários da antiga Midover¹⁷⁵ cessaram o pagamento dos salários e o décimo terceiro aos trabalhadores. Diante da falta de

¹⁷¹ O Estado proporcionou aos trabalhadores da maioria das recuperadas o seguro desemprego durante a etapa inicial dos conflitos. O seguro é legalmente outorgado durante seis meses, não obstante, mediante a autorização do Ministério do Trabalho, se logrou uma extensão até dois anos. De fato, essa oportunidade foi de muita ajuda para os trabalhadores atravessarem os períodos sem renda e até conseguirem concretizar a reinicialização da produção nas unidades produtivas. (Rieiro, 2011).

¹⁷² Jornal: “El espectador”, Uruguai, 11/06/2012.

¹⁷³ Funsacoop proverá à empresa venezuelana mais de 144.000 pneus por um valor total de US\$ 27 milhões. Jornal: “El espectador”, Uruguai, 11/06/2012.

¹⁷⁴ Jornal: “O Observador”, Uruguai, 07/01/2014. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/noticia/268987/funsa-concreto-negocio-con-gobierno-venezolano/> Acesso em: Janeiro, 2014.

¹⁷⁵ Midover foi, durante a década dos anos 1970 e 1980, uma empresa líder de curtume que funcionava com 800 trabalhadores. Ao longo dos anos 90, como muitas das empresas uruguaias de porte médio, foi perdendo mercado, tecnologia e produção.

pagamentos e das dificuldades financeiras que a empresa atravessava em 1997, os 230 trabalhadores que continuavam dentro da empresa decidiram iniciar, com ajuda do sindicato, o processo de ocupação e recuperação.

Sem perspectivas de receber os salários atrasados, e sem capital para comprar matéria para reiniciar a produção, os trabalhadores, diante da necessidade, começaram a entrar em contato com os antigos clientes para produzir para outros curtumes sob a forma de facção¹⁷⁶. Desde 1997 até o ano 2001, os trabalhadores conseguiram trabalhar para todas as curtidoras da região. Mas em 2001, a empresa anuncia que vai a leilão devido às dívidas acumuladas com o Banco República. Nessa oportunidade, uma empresa argentina conseguiu comprar parte do terreno, o que permitiu a retomada da produção com 70 trabalhadores, até o ano 2002.

Em 2005, alguns dos trabalhadores da URUVEN conseguiram viajar para Venezuela para participar do I Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas, onde tiveram a possibilidade de expor a difícil situação econômica que atravessavam e as dificuldades para se reiniciar a produção. Assim também, tiveram a oportunidade de buscar apoios e alianças. De modo que o governo venezuelano se solidarizou com as experiências e iniciou uma parceria que consistia em uma troca: os trabalhadores transmitiam o conhecimento para montar uma fábrica do mesmo tipo na Venezuela e o governo concedia um empréstimo de 500.000 dólares. Dessa forma, os trabalhadores obtiveram os fundos necessários para investir e fundar, em 2006, a cooperativa denominada URUVEN (Uruguai-Venezuela).¹⁷⁷

Além de receber o empréstimo da Venezuela, os trabalhadores receberam do FONDES, o valor total de US\$ 600 mil para realizar as reformas necessárias para iniciar a produção. Atualmente, a cooperativa funciona com 60 trabalhadores e está montando um novo galpão nas

¹⁷⁶ A estratégia produtiva denominada facção funciona da seguinte forma: um empresário outorga a matéria-prima aos trabalhadores e eles a processam para ser comercializada pelo empresário. Portanto, com essa situação, se apresenta um limite na autonomia econômica dos trabalhadores, pois, o trabalho depende do empresário-façoneiro, que se beneficia, porque não precisa cumprir com os direitos salariais e sociais que seriam exigidos se contratasse os trabalhadores diretamente. (Rieiro, 2010).

¹⁷⁷ Até 2006, a Uruven estava constituída como Sociedade Anônima.

instalações do Parque Tecnológico “La Teja”, que pertence à intendência municipal de Montevideú.¹⁷⁸

5.4 O contexto favorável para as ERTs na Venezuela

A partir do contexto exposto anteriormente, e tendo em vista as alianças entre Venezuela e Uruguai, é importante fazer menção, brevemente, à posição do governo venezuelano diante da economia solidária e suas políticas públicas referentes às ERTs.

Em função disso, torna-se importante mencionar que Venezuela, assim como o Brasil, a Argentina e o Uruguai, sofreu durante anos 1990, as consequências do modelo neoliberal, com efeitos econômicos e sociais similares ao conjunto da região. O momento mais agudo se expressou em fevereiro de 1989, com uma explosão social como reação popular, denominada de “Caracazo”, diante das medidas de ajuste impostas pelo presidente Carlos Andrés Pérez (1974-1979/1889-1993). (Cormenzana, 2009).

Convém lembrar que a situação de Venezuela, tanto política quanto econômica lidou com profundas oscilações. As de maior envergadura foram em 1994 devido à crise financeira, e logo em 2002-2003, pelos efeitos colaterais do “paro petrolero/patronal”.¹⁷⁹ A partir de uma perspectiva histórica, o desenvolvimento desse processo pode ser analisado da seguinte forma:

El crecimiento económico de Venezuela sufrió un grave derrumbe en las décadas de 1980 y 1990, después del pico de su Producto Interno Bruto (PBI) real en 1977. En ese sentido, su situación, es similar a la de la región en su conjunto, que desde 1980 ha registrado el peor desempeño de largo plazo en materia de crecimiento económico en más de un siglo. Hugo Chávez Frías fue electo en 1998 y asumió la presidencia del país en 1999, y los primeros cuatro años de sus administración

¹⁷⁸ Documento da República, 26/10/2013, Uruguai. Disponível em: <http://www.republica.com.uy/nuestra-produccion>. Acesso em: Janeiro, 2014.

¹⁷⁹ A economia venezuelana está baseada principalmente, e quase exclusivamente, na extração de petróleo, especialmente desde meados do século passado. Porém, ela padece de uma forte dependência das importações, tanto dos produtos para consumo, em particular os alimentícios, quanto dos insumos básicos para a produção. (Hintze, 2010).

estuvieron signados por una gran inestabilidad política que afectó muy adversamente la economía. Esto culminó con un golpe de Estado militar que derrocó transitoriamente al gobierno constitucional en abril de 2002, y fue seguido por una devastadora huelga petrolera que se extendió desde diciembre de 2002 hasta febrero de 2003. La huelga petrolera precipitó al país a una severa recesión económica, en el curso de la actual Venezuela perdió el 24% de su PBI (Weisbrot e Sandoval, 2007, p.3)

O presidente Hugo Rafael Chávez Frías¹⁸⁰ (1999-2013) durante seu mandato marcou uma distinção com os outros governos dos países como Argentina, Brasil e Uruguai, pois, com a Revolução bolivariana de 1999, iniciou um processo de nacionalização e expropriação das empresas quebradas. Em outras palavras, é a partir do próprio governo que se propõe e incentiva a nacionalização das empresas, apoiando-as, tanto economicamente quanto estrategicamente, estimulando o processo autogestionário sobre controle operário. Esta política forma parte, entre outras, das políticas adotadas dentro do denominado “*desenvolvimento endógeno do país*”. (Cormerzana, 2009).

O governo tem incentivado o desenvolvimento e a evolução do trabalho associado da economia social, com instrumentos normativos e de política com a finalidade de construir um setor econômico que adquire um papel relevante na economia mista, disputando e compartilhando espaços com a economia pública e privada.

Com efeito, um aspecto muito significativo a considerar é o fato de que a Economia Solidária esta incluída na Constituição Nacional firmada em 1999, afiançando formalmente a proposta da ES e colocando as cooperativas, junto com as empresas nacionalizadas como pilares fundamentais do governo. Note-se que o artigo N° 308 da Constituição Bolivariana estabelece:

El Estado protegerá y promoverá la pequeña y mediana industria, las cooperativas, las cajas de ahorro, así como también la empresa familiar, la microempresa y cualquier otra forma de asociación comunitaria para el trabajo, el ahorro y

¹⁸⁰ Uma das insígnias favoritas de Chávez, tomada de Simon Bolívar era: “Inventamos ou fracassamos”.

el consumo, bajo régimen de propiedad colectiva, con el fin de fortalecer el desarrollo económico del país, sustentándolo en la iniciativa popular. Se asegurará la capacitación, la asistencia técnica y el financiamiento.¹⁸¹

Com referência a isso, no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007 se indica que:

Uno de los aspectos más novedosos de la Constitución Nacional es la disposición sobre la protección y el fomento de la economía social como una estrategia para la democratización del mercado y del capital (...) Se considera que las diversas formas asociativas constituyen una forma de ejercer los derechos del ciudadano.

Nesse sentido, o governo adota como política pública o incentivo à cogestão, como proposta para vislumbrar a transformação das relações de produção e as relações mercantis, a partir da participação direta dos trabalhadores na administração e direção das empresas, a partir da formação dos conselhos de fábrica¹⁸² e a organização de assembleias.

¹⁸¹ Para mais informação ver: www.constitucion.ve

¹⁸² Antônio Gramsci (1891-1937) teoriza e assinala a importância dos conselhos operários. Nesse sentido, Gramsci apontava que a semente que impulsionaria uma organização operária que servisse de base e suporte para a criação de um estado socialista encontrava-se nas Comissões Internas de Fábrica, que já vinham sendo constituídas na Itália desde 1906, principalmente em Turim. Segundo Gramsci, “(...) são o organismo através do qual o operário pode se levar à condição de produtor, superando sua condição de mercadoria e sua conseqüente subordinação ao capital, na medida em que assume em suas próprias mãos o controle do processo produtivo. E mais: já que a dominação do proletariado tem seu pressuposto básico na fábrica, ou seja, nesse controle do processo produtivo, os conselhos são igualmente a base para a construção do novo Estado Socialista”. (Gramsci, Bordiga, 1981, p.10) Os conselhos de fábrica são instituições de um novo tipo, constituídas pelos próprios trabalhadores, antagônicas às instituições burguesas Gramsci afirma que na prática autogestionária dos conselhos de fábrica existe um grande potencial pedagógico. Dessa forma, a autogestão se apresenta como um processo de aprendizagem constante, a partir do qual, se abre para o trabalhador, um novo horizonte de ação e pensamento, uma nova forma de ser trabalhador. As assembleias e as discussões entre colegas, e a responsabilidade assumida coletivamente, modificam a forma de compreender a realidade histórica.

Em todo este processo, Chávez anunciou durante o I Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas na Venezuela, a intenção de expropriar mais de 1000 fábricas que estavam improdutivas ou trabalhando embaixo de 100% da sua capacidade instalada. De fato, o governo começou a implantar as chamadas “empresas sociais” nas antigas indústrias abandonadas pelo capital, criando propriedade mista entre o Estado e os trabalhadores. Os primeiros relatos de empresas recuperadas surgem em 2005, com as experiências das VENEPAL¹⁸³ e Indústria Venezuelana Endógena de Válvulas (INVEVAL)¹⁸⁴, ambas duas co-geridas pelos trabalhadores e o Estado.

Atualmente a instituição que representa as ERTs na Venezuela é o Frente Revolucionária de Trabalhadores de Empresas em Co-gestão e Ocupadas (FRETECO), fundada o dia 25 de fevereiro nas instalações da recuperada INVEVAL. Na ocasião foram convidados trabalhadores de diversas empresas co-gestionadas e de cooperativas. O objetivo do Frente é debater a situação das empresas e articular políticas conjuntas, em defesa do processo revolucionário, contra o imperialismo, os capitalistas e a burocracia.

Também, a organização administrativa da economia social é o Ministério de Estado para o Desenvolvimento da Economia Social (MEDES), criado em 2002 como órgão assessor da presidência da república em matéria de proteção e fomento da economia social.

Segundo Gramsci, dentro dos conselhos de fábrica se materializa a unidade da classe operária, devido à mobilização espontânea do conjunto da classe trabalhadora contra a exploração, se institucionaliza em função de objetivos comuns e tarefas cotidianas. (Gramsci e Bordiga, 1981; Coutinho, 1981).

¹⁸³ A Indústria de papel foi expropriada em 2005. Para maior informação ver: Cormerzana, 2009.

¹⁸⁴ INVEVAL surgiu diante da falência da empresa Construtora Nacional de Válvulas, por meio da pressão dos trabalhadores durante três anos e a decisão do Estado de recuperá-la, sobre cogestão, por motivos de interesse público. A empresa se tornou estatal em 2005, o Ministério do Trabalho, Economia Popular e Finanças possui 51% do capital e o outro 49% pertence aos trabalhadores. Desde a expropriação, os trabalhadores recuperaram e repararam os equipamentos deteriorados conseguindo reiniciar o processo produtivo. Hoje em dia, funciona com 62 trabalhadores, no entanto cabe ressaltar que durante a gestão anterior chegou a funcionar com 300 funcionários. (Cormerzana, 2009).

5.5 Conclusões do capítulo

A partir do analisado anteriormente percebemos uma continuidade e similaridade (falta de pagamento de salários, decisão de toma da empresa, recuperação sob o controle dos trabalhadores) nos processos de recuperação das fabricas nos dois países analisados. Não obstante, o contexto sócio - econômico e político de cada um deles marca suas características singulares nas relações que se estabelecem entre os distintos atores sociais, com os governos, com os sindicatos, com os movimentos sociais.

O movimento das ERTs faz parte da realidade, que tende a permanecer após a crise dos anos 90 até atualidade, embora as experiências tenham surgido como uma ferramenta para atender a uma situação conjuntural (a crise ocorrida no início da presente década), ele se constituiu, ao longo dos anos, em uma estratégia de luta de longo prazo que ainda está aberta. Portanto, dada a sua inquestionável importância econômica e social, o movimento, começa a estar, ou tentar estar por dentro das tomadas de decisão do Estado, pois, com a democratização dos países, se abrem os espaços de decisão, permitindo que a sociedade civil entre novamente na política.

Assim sendo, as demandas das experiências de ERTs, deixam de estar isoladas, e se inserem na realidade institucional, política e social mais ampla e atravessada por diversas forças sociais, integrando-se nas políticas do Estado. A ação coletiva levada a cabo pelos trabalhadores forjou uma nova relação de forças, permitiu aprofundar o processo de ocupação de suas empresas e obter o direito ao trabalho e ao poder, impulsionando assim a politização da sociedade civil, formulando projetos que enfocam a mudança radical das relações sociais.

O movimento de ERTs busca articular-se entre si, através de redes e organizações informais, mediante a construção de espaços comuns, ou realizando ações solidárias que sustentam seus laços de reciprocidade. Esse movimento converte a sociedade em um espaço político, apaga as fronteiras tradicionais entre política e sociedade e responde de fato à pergunta sobre a possibilidade de fazer política “desde” a sociedade. Conforme o que foi elucidado ao longo do capítulo, consideramos que existe um potencial ¹⁸⁵ de construção político-social-econômica nas experiências de ERTs e seu continuo desenvolvimento, depende,

¹⁸⁵ Por potencialidade entendemos aquilo que é possível, e ainda incipiente, ao mesmo também se refere ao poder e à força que requer para sua construção.

principalmente da articulação entre os empreendimentos e com outros atores sociais.

Não obstante, apesar da existência de certas políticas públicas de incentivo a formação de ERTs implementadas e o surgimento de iniciativas de programas governamentais pelos distintos governos dos diferentes países, ainda existe uma ausência de um marco jurídico adequado, porque são evidentes as contradições e ambiguidades que decorrem do próprio desenvolvimento das políticas implementadas. Levando em conta o que foi observado, se tornam necessárias políticas acordadas às necessidades atuais das experiências das empresas recuperadas provenientes de empresas falidas.

Em outras palavras, é preciso que políticas de incentivo e fomento das ERTs possam sair da “lógica assistencial” na qual, necessariamente, tiveram origem (dado o contexto de crise em que emergiu grande parte das experiências de autogestão) e comece a formar parte de uma agenda de políticas pelo desenvolvimento produtivo e de inclusão do trabalho.

Embora o horizonte que se apresenta aos trabalhadores seja incerto, observa-se que eles, ao longo de todo o processo de luta, conseguiram recuperar seus trabalhos, a unidade produtiva e, sobretudo, manter a união em organizações maiores, encontrando novas alianças e redes dinâmicas. Os próprios trabalhadores iniciam a organização em movimentos e organismos sociais, o que aumenta o poder para fortalecer os movimentos. A ideia de novo sujeito político se coloca em cada movimento. A politização supõe um sujeito ativo responsável pela redefinição de seu lugar na sociedade e de seu próprio dever, que pugna por ampliar o âmbito político institucionalizado, questionando as fronteiras instituídas da política, do social e do econômico.

Dessa forma, a autogestão em redes permite repensar o processo produtivo e construir cadeias de produção e de intercâmbio de informações e conhecimentos diferentes âmbitos, tanto regional, nacional quanto internacional que potencializem essa outra forma alternativa de organização social e econômica.

Nas redes sociais, os vínculos exigem uma dimensão de compromisso coletivo, a dimensão econômica é relevante, mas está subordinada a outras dimensões, por exemplo: ético- solidárias. A articulação produtiva resulta positiva para outorgar-lhes maior peso próprio às ERTs, para negociar condições financeiras, comerciais, entre outros aspectos, frente à ausência de políticas públicas que as amparem.

Entre outros fatores, é importante destacar que a capacidade de inovação aparece como um dos fatores chave para a sobrevivência das empresas num cenário de acirramento da concorrência. Nesse sentido,

um aspecto interessante que podemos distinguir e ressaltar das experiências argentinas, é o notório apoio da comunidade e vizinhança para com os trabalhadores das empresas. Percebe-se que a maioria cria escolas, centros culturais, centros esportivos, postos de saúde e vivendas como forma de retribuição pelo apoio, e de capitalização da solidariedade em favor da continuidade do projeto produtivo.

Ruggeri (2011) considera que o vínculo com a comunidade, é parte das ações de reciprocidade, e também, o fato de a comunidade dar sustentabilidade no sentido social da recuperação das empresas, contribui com a construção de outro conceito de viabilidade produtiva. O fortalecimento desses vínculos com a comunidade também alcança esferas que permitem vislumbrar uma imbricação com processos culturais que, baseados em relações não capitalistas, dão como resultado espaços reconfigurados nos quais se podem rediscutir relações internas de poder, assim como a relação com a comunidade.

Os motivos organizativos remetem à necessidade da política em geral de formar um espaço unificado, que assuma e processe internamente as diferenças e heterogeneidades de um movimento complexo, mas com interesses comuns. Por isso, a necessidade de consolidar o movimento de ERTs, assim como também seus apoios e alianças, aspectos fundamentais para que se imprima legitimidade hoje e amanhã.

CONCLUSÕES FINAIS

Para concluir, é importante analisar as diversas inovações implementadas pelos distintos atores sociais envolvidos no desafio de levar adiante a consolidação das ERTs, que se apresentam atualmente dentro da realidade de vários países do mundo, como experiências muito enriquecedoras e, ao mesmo tempo, muito complexas.

As ERTs não são homogêneas, existe uma ampla variedade e diferem em variáveis de tipo: na atividade produtiva, no tamanho dos estabelecimentos, nas relações que estabelecem com os sindicatos e com os movimentos sociais. No entanto, apesar das diferenças existentes entre as ERTs, a maior parte delas, surgiu, como já foi mencionado, com uma forma particular dos trabalhadores reivindicar e defender a fonte de trabalho, frente à ameaça incipiente de ficarem desempregados e serem expulsos do mercado de trabalho. Logo, deve se considerar então, que seu surgimento estava inserido em um período no qual o mercado e o Estado deixaram de garantir a reprodução social e abandonaram certos âmbitos de reprodução.

A abertura democrática dos governos nos países da América Latina durante a década dos 90 produziu a proliferação de organizações e movimentos sociais de resistência contra-hegemônicos, que resgatam e reinventam matrizes teórico-políticas socialistas, desenvolvidas ao longo da história de luta e resistência da classe trabalhadora.

No entanto, conforme analisado ao longo dos capítulos, as ações de recuperação empreendidas pelos trabalhadores não surgem como uma forma de luta para abolir a propriedade privada, ou como uma ação direta contra o patrão, enquanto representante do capital. O que motivou aos trabalhadores não foi a utopia de construir uma nova ordem social ou um novo modo de produção, e sim, um novo modo de agir. Pois, a recuperação insinua uma nova forma de viabilizar sua própria dignidade diante a violação do acordo social com o empresário, que causou graves injustiças e, inclusive, a sensação de traição.

Dessa forma, com a finalidade de recuperar e preservar a fonte de trabalho, os trabalhadores deixaram de agir passivamente ante a flexibilização e precarização, e se transformaram em sujeitos ativos e criativos, construtores de sua própria vida. Foi assim como, no dia a dia, os trabalhadores, sem quase conhecimento, colocaram em prática um novo projeto autogestionário improvisado. Consequentemente, se produziram várias mudanças muito significativas, tanto nas relações de produção no interior do empreendimento quanto nas relações sociais em

seu microcontexto familiar e no macrocontexto social, ou seja, com os colegas, dirigentes sindicais e políticos, inclusive com a comunidade.

Finalizando nossa pesquisa podemos afirmar, e comprovar em base ao analisado, nossa primeira suspeita: as estratégias adotadas nas ERTs não podem ser olhadas de uma maneira rígida e lineal, como se fossem processos inalteráveis, pois uma de suas peculiaridades é o dinamismo. Em outras palavras, elas estão permanentemente em construção e se apresentam com muitas oscilações.

Nota-se que as ERTs alcançam, tanto avanços quanto retrocessos, e se transformam ao ritmo dos processos pessoais e dos processos coletivos. Além disso, estão condicionadas pelos avatares do contexto no qual estão inseridas e pelo diferentes laços sociais e políticos desenvolvidos com os atores envolvidos no processo de recuperação.

As estratégias de luta adotadas pelas ERTs podem ser consideradas como uma forma incipiente para o desenvolvimento de “outro tipo de economia”, suprimindo espaços dentro da sociedade e do mercado. Isso apontaria para a reconstrução de um novo projeto de sociedade, pois as ERTs se apresentam com uma lógica que restabelece valores de solidariedade, cidadania, igualdade de oportunidades, cooperação, trabalho coletivo e reciprocidade. A nosso ver, valores que se contrapõem aos já existentes e instaurados em nossas sociedades, que fazem parte do modelo capitalista, tais como: individualismo, competência, injustiça social e opressão.

Nesse sentido, nos deparamos diante um atrito entre duas lógicas opostas: por um lado, a lógica do mercado que persegue o lucro, baseado na divisão e submissão do proletariado; por outro lado, a lógica autogestionária, baseada na unidade da classe trabalhadora reivindicando seu direito ao trabalho mediante formas democráticas.

Dito de outra maneira, entendemos que o que mobiliza as ERTs e as diferencia das empresas capitalistas, não é a acumulação do excedente por uma classe social, e sim, a reprodução do trabalho coletivo, como forma de viabilizar a dignidade da existência do trabalhador, agindo principalmente sob a lógica do desenvolvimento humano através da solidariedade e reciprocidade.

Daí a importância de viabilizar e analisar os aspectos centrais da organização do processo de trabalho nas ERTs e o autoreconhecimento do próprio saber operário. De acordo com o analisado ao longo dos capítulos, percebemos que após recuperada a empresa, os trabalhadores questionam as hierarquias ocupacionais e fomentam relações de poder mais democráticas no interior dos empreendimentos, assim como

também criaram laços de solidariedade e de apoio com a comunidade, sindicatos e os movimentos sociais.

Diante as novas circunstâncias trabalhador vivencia mudanças em diversos aspectos (pessoais, grupais, familiares e sociais), o “saber operário” reaparece perante a quebra das relações empregado-empregador, deslegitimando e questionando, dentro do empreendimento, o controle burocrático e a hierarquização do processo decisório, em suma: a antiga estrutura de poder.

Em virtude disso, afirmamos que as práticas autogestionárias, além de construir um modo alternativo de gerir as unidades produtivas, induzem ao surgimento de um novo sujeito social e político. Note-se que o trabalhador, ao restabelecer seu próprio poder, percebe sua capacidade de luta para alcançar novos espaços liberados, porém, mediante um processo de recuperação, se produz uma passagem de “trabalhador assalariado” a “trabalhador cooperado-associado”.

Tendo em vista este processo de mudança, o trabalhador enfrenta um grande desafio. Em primeiro lugar, se reconhecer a si mesmo, e em segundo lugar, diante da sociedade como novo sujeito de direito, o que implica, por sua vez, a construção de uma nova institucionalidade, através da criação de normas acordes às necessidades dos trabalhadores cooperados. Os trabalhadores ao iniciarem o processo de recuperação, tiveram em muitos casos, que renunciar aos direitos adquiridos ao longo da história, tais como: salário mínimo, décimo terceiro, férias, organização sindical livre e democrática, condições dignas e equitativas de labor, seguro por acidente de trabalho e outros benefícios de seguridade social, como a aposentadoria. Porém, as novas práticas autogestionárias trazem, muitas vezes “o medo da liberdade” ou “medo do desconhecido”, pois, o sujeito oprimido, teme se afrontar com a responsabilidade de decidir por ele mesmo.

A seguir, torna-se importante aprofundar algumas questões. Nas experiências de ERTs no Brasil, na Argentina e no Uruguai, os trabalhadores funcionavam como uma peça fundamental dentro do modelo de produção baseado em moldes rígidos de produção, executando, muitas vezes, apenas um determinado tipo de função (modelo fordista/taylorista), tendo também, a responsabilidade de responder exclusivamente por uma área específica.

No entanto, diante o novo cenário, este “sujeito de direitos”, deve explorar toda sua criatividade a fim de enfrentar os novos desafios e novas tarefas que se apresentam no dia a dia. Ele precisa aprender a realizar outras funções no interior da unidade produtiva, e ao mesmo

tempo, deve continuar produzindo para colocar os produtos no mercado e subordinar-se ao jogo das oscilações do mercado.

Nesse sentido, convém lembrar que uma das principais dificuldades que se apresenta na maioria das ERTs para reiniciar a produção é o estado deteriorado do maquinário. Porém, tendo em conta, que os trabalhadores careciam de capital de giro, foi graças aos esforços coletivos, que eles conseguiram resolver as dificuldades e as carências utilizando os poucos recursos disponíveis e, sobretudo, a criatividade para reativar a produção. Deste modo, em muitas ERTs os trabalhadores conseguiram prolongar a vida útil das máquinas, e inclusive, com o decorrer dos anos, renová-las.

Podemos afirmar que diante dos novos desafios que se apresentam, os trabalhadores ganham, além de uma nova subjetividade, um novo olhar que amplia seus horizontes, tendo como pilar os novos saberes e poderes adquiridos. Surgem assim interesses e projetos inéditos, os quais vão muito além da mera subsistência, por exemplo, a abertura da fábrica à comunidade, como um espaço de visita e de troca de experiência. Isto faz possíveis intercâmbios que eram impensáveis na conjuntura prévia à recuperação, pois as empresas eram âmbitos fechados e privados.

Esta inovação traz, porém, além de uma aprendizagem, a visibilidade dos trabalhadores, uma quebra do isolamento. Pois, na época em que era apenas um trabalhador assalariado, sua preocupação central era realizar sua função, e garantir sua própria existência e de sua família. Todavia, com a iniciativa de recuperar a empresa, este trabalhador precisa encarar e assumir novas responsabilidades. Além de organizar a produção, ele deve ser capaz de resistir às pressões, tanto do poder judicial quanto do policial, que buscaram sufocar, em várias ocasiões, os trabalhadores, através de ameaças, pressões e repressão.

Nesse sentido, observamos nas ERTs, tanto no interior das unidades entre os trabalhadores quanto nos vínculos sociais estabelecidos com o mundo exterior, a presença e a adoção sistemática de condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade. Assim os trabalhadores são indutores de ambientes e jogos de confiança, através de estratégias de cooperação, solidariedade e ação coletiva.

Em todo este processo, cabe ressaltar a extrema importância que adquire a parceria e o vínculo entre as ERTs e as Universidades, e que faz possível a presença de um novo ator social dentro das empresas: o pesquisador. Este, com sua bagagem teórica e intelectual, incorporam-se ao campo da produtividade das ERTs, e dessa forma se compromete com o desenvolvimento dos processos, apoiando, tanto nos aspectos

teóricos quanto práticos, que possibilitam um intercâmbio, não apenas de ideias, senão também de estratégias de luta conjunta.

Nesse sentido, podemos destacar no Brasil, a importância da criação das incubadoras populares solidárias. No caso da Argentina, o laço se estabelece mediante do Programa Faculdade Aberta, através da organização dos encontros “Economia dos trabalhadores”, (não por acaso são denominados dessa forma). Faz com que a reflexão coletiva crítica contribua com a consolidação das experiências de ERTs e a possibilidade de articular diversos atores sociais envolvidos.

Visando o exposto, o fenômeno das ERTs se constitui como um movimento, e como tal, em sua dimensão política, não pode estar afastado das alianças com outros movimentos sociais. Nesse sentido, deve adquirir a capacidade de pressão necessária para incidir nos governos a fim de que se implementem políticas públicas que impulsionem a autogestão e a cooperação nos diversos espaços da vida social.

Cabe primeiramente, apontar que no Brasil, a pesquisa indica que as políticas de incentivo e fomento à economia solidária são realizadas mediante a formação das cooperativas, que emergem enquanto políticas públicas para geração de trabalho e renda, como única vertente, colocando-se contra a proposta de estatização que formaram parte do Movimento de Fábricas Ocupadas.

A proposta da Economia Solidária desde o governo brasileiro, não discute a hegemonia capitalista, pois, a nosso ver, se fundamenta em políticas que se construíram e se apoiam em um discurso que postula a economia solidária apenas como um instrumento para enfrentar a lógica capitalista. De fato, foi a partir das demandas do próprio segmento da economia solidária que o governo federal assumiu o desafio de implementar políticas em prol de seu desenvolvimento.

No entanto, no caso da Venezuela, no que tange a Economia Solidária, o processo de nacionalização e expropriação das empresas sob o controle obreiro é dirigido pelo próprio governo, ou seja, se propõe e se propulsa a nacionalização das empresas apoiando-as economicamente. Da mesma forma que acontece no Uruguai, onde o governo em vigência fundou o FONDES, programa com a finalidade de dar apoio financeiro às cooperativas e às ERTs.

Entretanto, no caso da Argentina, são ainda muito baixos os recursos destinados a políticas em geral para a economia solidária e em particular para as ERTs. No entanto, podemos mencionar alguns avanços relevantes realizados em termos legais, através da lei de expropriação temporária, assim com também com a lei de falências, mas, ainda ambas

precisam de alguns ajustes. Convém salientar, que os entraves das ERTs, na Argentina, têm sido abordadas, basicamente, pelo Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social, ou seja, não se concebe as ERTs como um fenômeno de caráter econômico, pois o Ministério da Economia se mantém completamente afastado destas temáticas.

Conforme o analisado, ainda, as próprias instituições estatais e os governos têm dificuldades em desenvolver políticas públicas que atendam as necessidades das ERTs e dos novos trabalhadores cooperados. Ainda existem várias lacunas, por isso hoje em dia um dos maiores desafios é articular o Estado com as demandas das ERTs e da sociedade civil com o fim de desenhar e implementar políticas afins à necessidade das ERTs. Pois, a nosso ver, as intervenções estatais hoje em dia resultam imprescindíveis para a sustentabilidade das ERTs.

Entretanto, nesse quadro de falta de resoluções, os trabalhadores convivem com a incerteza sob o que acontecerá no futuro, não obstante, se percebe nas falas indícios de esperança e fé de construir algo para seus filhos e familiares, preservando a longo prazo tudo o que já, de alguma forma, foi ganho e não estão dispostos a perder.

Um dos fatores, que a nosso entender contribui para afirmar e reforçar o modelo de desenvolvimento das ERTs é a possibilidade de construir redes, como estratégia que busca ampliar a reciprocidade entre empreendimentos e a formação de cadeias produtivas e comerciais. Pois consideramos que as redes permitem a construção de cadeias, nas quais se desempenham funções de produção, comercialização e/ou consumo, de maneira integrada o complementar, como uma alternativa para sair do círculo vicioso da economia capitalista. Nesse sentido, consideramos necessário ainda trabalhar na proposta de construir um círculo virtuoso da economia solidária, que exija a prática dos princípios da autogestão e trabalho coletivo e assim, aumentar as relações e articulação entre as ERTs e os movimentos sociais com o intuito de ampliar o alcance do movimento das ERTs, em direção a formas solidárias de trabalho e de vida, nos âmbitos regionais, nacionais e internacionais.

Ao longo de toda a pesquisa, buscamos contribuir para uma análise global do movimento das ERTs de alguns países e elucidar, que mesmo com suas limitações, debilidades e lacunas legais, se converteram em um movimento social que chegou para instalar-se, e com o passar dos últimos anos, foi se consolidando e adquirindo novas formas e estratégias de luta.

Uma pergunta que permanece após finalizar a pesquisa, é resgatando a palavra dos próprios trabalhadores, é se é possível considerar a Economia Solidária como um modelo viável de economia alternativa ao

sistema capitalista. Pergunta difícil e complexa para ser respondida. Pois ainda continua sendo um grande desafio, tanto para os trabalhadores quanto para os dirigentes políticos e pesquisadores, colocar as necessidades das ERTs dentro da agenda pública. Então, resulta, por enquanto difícil vislumbrar atualmente que desde os organismos de poder se considere a Economia Solidária e as ERTs como alternativas transformadoras no âmbito econômico, social, político, cultural e subjetivo.

Por tanto, não consideramos possível hoje em dia, que mediante as ERTs se quebre completamente com o modelo capitalista, mas que no mínimo, com estas experiências, se enfrente e se questione este sistema que cada dia nos leva a viver e a conviver com formas desumanizadas de opressão, pobreza, precarização, e injustiça. Por isso, acreditamos que o esforço de se continuar arriscando no futuro e no desenvolvimento das ERTs é merecido.

REFERENCIAS

- ABRAMOVICH, Ana Luz, Cassano Daniel, y Alberto Sabaté, Federico. **Empresas sociales y economía social. Una aproximación a sus rasgos fundamentales.** Buenos Aires: UNGS, 2003.
- ABRAMOVICH, Ana Luz y VÁZQUEZ, Gonzalo (2007). **Experiencias de Economía Social y Solidaria en la Argentina.** In: BASUALDO, Victoria y FORCINITO, Karina (org.). *Transformaciones recientes de la economía argentina: pasado reciente y perspectivas.* Buenos Aires: Coed. Prometeo-UNGS, 2007
- ABRAMOVICH, Ana Luz. **Emprendimientos productivos de la economía social en Argentina: funcionamiento y potencialidades.** In: La economía política de la pobreza / Alberto Cimadamore (org.) Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- ACOSTA, María y RASPALL, Tomás. **La articulación de las cooperativas de vivienda con el Estado y otros actores sociales.** Documento de Trabajo 61.2008. I. Disponible em: <http://www.econ.uba.ar/cesot/docs/documento%2061.pdf>. Acceso em: 15 de sep, 2010.
- AIZICZON, Fernando. **Zanón, una experiencia de lucha obrera.** 1era.ed. Buenos Aires: Herramienta, 2009.
- ALEXANDER, Robert J. **A Organização do Trabalho na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ÁLVAREZ, María Inês Fernández; ROSA, Marcelo Carvalho. **Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos en Argentina y Brasil.** Buenos Aires: Antropogafia, 2009.
- AMORIM, Celso. **A Integração Sul-Americana.** Diplomacia, Estratégia & Política, Brasília, N°10, pp 5-26, 2009.
- ANTA. Documento Fundacional y Programa. Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados (ANTA) en el marco de la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), 2005. Disponible em: <http://www.cta.org.ar/base/article1935.html>. Acceso em: 10 Nov, 2013.
- ANTEAG. **Autogestão, construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** São Paulo: MTE/SPPE/DEQ, 2000.
- ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia.** Brasília: MTE/SPPE/DEQ, Vol. 2, 2005.
- ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia.** Brasília, MTE/SPPE/DEQ, Vol. 3, 2006.

- Atlas da Economia Solidaria no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. **Que são comissões de fábrica**. São Paulo: Editora Brasilense, 1981.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 5ª Edição. São Paulo: Editorial Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 14 ed. São Paulo: Cortez Editora UNICAMP, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ARIAS, Cora. *Representación sindical y fábricas recuperadas: un mapa de la cuestión*. Buenos Aires: Kairos. Revista de Temas Sociales 12, N°. 22: pg 2-20,2008.
- ARRUDA, Marcos. **Trabalho emancipado**. In: A outra economia. CATTANI, Antonio David (org.) Porto Alegre, Veraz, 2003.
- AZEVEDO, A; GITAHY, L. **Cooperativismo e competitividade? O caso da Corporación Cooperativa Mondragón – MCC**. Revista Inovação UNIEMP ANO: 02, N°04, p.40-41, set 2006.
- AZEVEDO, A. **Autogestão e competitividade: estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas**. Tese doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2007
- AZPIAZU, Daniel; NOCHTEFF, Hugo. **El desarrollo ausente. Restricciones al desarrollo, neoconservadurismo y elite económica en la Argentina. Ensayos de Economía Política**. Buenos Aires: Flacso, 1995.
- AZPIAZU, D; BASUALDO, E; SCHORR, M. **La reestructuración y redimensionamiento de la producción industrial argentina durante las últimas décadas**. Buenos Aires: SUTNA, FETIA e CTI, 2000.
- AZPIAZU, Daniel et al. **IMPARGABLES: Resistencia y lucha en una empresa recuperada por sus trabajadores**. Buenos Aires: La Autora, 2009.
- AZZA, Walter F. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis: UFSC / Lunardelli, 1985.
- AZZELLINI, Darío. **Economía Solidaria en Venezuela: del apoyo al cooperativismo tradicional a la construcción de ciclos comunales**. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio (Org.). A Economia Solidária

na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, 2012.

BADENES, Daniel. **Empresas recuperadas en América Latina: cooperativismo, autogestión de la producción y dignidad del trabajo**. Revista del Instituto de la Cooperación. Idelcoop, Año 34, N° 176, mar-abr, 2007.

BARBIERI, Estela Maria; SÍGOLO, Vanessa Moreira. **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. Vol.2, pg 29-46. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária Como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BATTISTINI, Osvaldo. **Las interacciones complejas entre el trabajo, la identidad y la acción colectiva**. In: Battistini, O (org.). El trabajo frente al espejo. Continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitária de los trabajadores. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Confronto Operário: A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves nas comissões de fábrica de São Paulo (1978 -1980)**. São Paulo: AIIEP, oposição metalúrgica, projeto memória, 2010.

BAKUNIN, Mikhail. **A liberdade**. Texto extraído do livro Socialismo e anarquia. Enrico Malatesta Espanha: Ayuso, 1977.

BAKUNIN, Mikhail. **O socialismo Libertario**. São Paulo: Globo, 1979.

BASUALDO, Eduardo. **Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2001.

BECCARIA, Luis Alberto; FELMAN, Silvio, López, Nestor. (orgs.) **Sin Trabajo. Las características del desempleo y sus efectos en la sociedad Argentina**. Buenos Aires: UNICEF, UNICER, Losada, 1997.

BENINI, Edi. **A economia solidária, estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?** In. Revista organizações e democracia. N°4 Marília, 2003.

BENINI, Edi. **As políticas públicas e relações de trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “economia solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos**. Dissertação de mestrado apresentada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas – eaesp-fgv. 2004.

BENINI, Edi A. **Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de Política Pública ou uma Agenda de Políticas Públicas?** In: VEIETEZ, C. G. e RI, Neusa Maria Dal. (Org.). Revista Org & Demo. Marília: Unesp, N°4,2003.

BENINI, Edi A; SARDA DE FARIA, Mauricio; NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. **Gestão pública e Sociedade. Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária.** Vol.1 São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

BENINI, Edi A; SARDA DE FARIA, Mauricio; NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. **Gestão pública e Sociedade. Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária.** Vol.2 São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e Anarquismo.** São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

BEVERLY J SILVER. **Forças do trabalho movimentos dos trabalhadores e globalização desde 1970. Coleção Mundo do Trabalho,** São Paulo: Boitempo, 2005.

BLANC, Louis. **Organização do trabalho.** In Bravo, Gian Mario: Lês Socialistes avant - Marx. Paris: François Maspero, 1970. Vol.II, pp.134-166. Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel.

LANC, Louis. **Organização do Trabalho (1839).** In: TEIXEIRA, Aloísio. Utópicos, heréticos e malditos. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2002.

BONIN, John et al. **Estudios teóricos y empíricos sobre cooperativas de producción.** In: Análisis económico de la empresa autogestionada,eds. Alfonso Morales, José Luis Monzón y Rafael Chávez, Valencia, Ciriec, 47-100, 2004.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na America Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **É possível um ato desinteressado?** In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico.** In: Política e sociedade, Florianópolis, N°6, 2005.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense: das Origens à Integração no Desenvolvimento Brasileiro.** 2ed. Florianópolis: CNI / FIESC, 1988.

BOSSLE, Ondina Pereira. **O desenvolvimento sul catarinense.** Florianópolis, SC, 1979. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 1979

BRINER, Agustina; CUSMANO, Adriana. *Las empresas recuperadas en la ciudad de Buenos Aires. Una aproximación a partir del estudio de siete experiencias*. In: Empresas recuperadas. Ciudad de Buenos Aires: Edic. Buenos Aires, 2003.

BUBER, Martin. **O Socialismo Utópico**. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CAILLÉ, Alain. **Dádiva, cidadania e democracia**. In MEDEIROS, Alzira e MARTINS, Paulo Henrique. Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos. Recife: Bagaço, 2002.

CAILLÉ, Alain ^a. CATTANI, A.; CORAGGIO, J.L.; LAVILLE, J.L. (org). **Diccionario de la otra economía**. Colección lecturas sobre Economía Social, UNGS-Altamira-Clacso, Buenos Aires, 2009.

CAILLÉ, Alain ^b. **Sobre los conceptos de economía en general y de economía solidaria en particular**. In: Qué es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Coraggio, J. L. (org.), CICCUS, Buenos Aires, 2009.

CAMPERO, Guillermo. **La cuestión laboral en el Mercosur: procesos, opciones y posibilidades**. Santiago de Chile: Friedrich Ebert Stiftung, 1999

CARAMELO, João Carlos Pereira. **Educação e desenvolvimento comunitário num processo de transição autogestionário**. Porto/PT, Universidade do Porto, Tese de Doutorado-Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2009.

CARPINTERO, Enrique; HERNANDEZ, Mario (orgs.) **Produciendo realidad. Las empresas comunitarias**. Buenos Aires: Topia, 2002.

CARRETERO, José Luis. **Las empresas recuperadas. Hacia una comprensión de la autogestión obrera real**. Nómadas, Madrid, N 25, Universidad Computense de Madrid, 2010.

CARVALHO, Junior Luiz Carlos. **Polos industriais do sul do Brasil: experiências de competitividade e empreendedorismo**: (s.n), 2007.

CASTEL, R. **La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del asalariado**. Buenos Aires: Paidós, 1995.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHAVES, Luis Carlos. **Laboratórios sociais de autogestão no Brasil e na Argentina. Cooperativas na produção e reprodução da vida em cooperação**. Florianópolis, SC, 2008 (Teses Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CHOINACKI, Luci. **Mineiros de Santa Catarina: sua luta e sua história**. Brasília - DF: Ed: Câmara dos Deputados, 1993.

CHULMAN, Valeria. **Los trabajadores autogestionados: una perspectiva desde la Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados -CTA**. Buenos Aires: Mimeo, 2009.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Social como vía para otro desarrollo social**. Actividad Central del debate distintas propostas de Economía Social lanzado en Urbared. Disponível em: www.umbared.ungs.edu.ar. Acesso em: Nov, 2012

CORAGGIO, José Luis. **Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária**. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (Org.). *Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.

CORAGGIO, José Luis (org.). **La Economía Social desde la Periferia: Contribuciones Latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

CORAGGIO, José Luis. **Economía social, acción pública y política: hay vida después del neoliberalismo**. Buenos Aires: Ciccu, 2007.

CORMENZANA, Pablo. **La Batalla de Inveval, la lucha por el control obrero en Venezuela**. Madrid: Fundación Federico Engels, 2009.

COTERA, Alfonso; ORTIZ, Humberto. **Comercio Justo**. In: CATTANI, A.D. et al. (org.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 60-67.

CORTINA, Ruben. **Balance y perspectiva de la acción sindical en el MERCOSUR**. Instituto del Mundo del Trabajo. Revista Pistas, Nº 5, Buenos Ares, Octubre, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

CRUZ, Antônio. **Uma Contribuição Crítica às Políticas Públicas de Apoio à Economia Solidária**. Campinas. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc4.doc. Acesso em: 11 de março, 2004.

CRUZ, A. **A diferença da igualdade: A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DAGNINO, Renato. **Em direção a uma teoria crítica da tecnologia** In: DAGNINO, Renato. *Tecnologia Social: uma ferramenta para construir uma outra sociedade*. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique. **Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social**. In: LASSANCE Jr. et al. *Tecnologia Social: uma estratégia para o*

desenvolvimento p. 15-64. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAL RI, Neusa; VIEITEZ, Candido. **Trabajo Asociado: Gestión democrática y cambio social**. In: Observatorio Social de Empresas Recuperadas y Autogestión N°1, Buenos Aires, 2009. Ver en: <http://www.iigg.fsoc.uba.ar/empresasrecuperadas/>

DAL RI, Neusa Maria (org). **Trabalho Associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideú. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideú: Editorial PROCOAS, 2010

DÁVOLOS, Patricia; PERELMAN, Laura. **Empresas recuperadas y trayectoria sindical: la experiencia de la UOM de Quilmes**. In: Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad, ed. Gabriel Fajn, Buenos Aires, Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

DEFOURNY, Jacques. **Economia Social**. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (org.). Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009.

DEJOURS, Cristophe. **O trabalho como enigma**. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (Org.) Christophe Dejourns: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Editora Paralelo 15- Editora Fiocruz, 2004.

DELMONDES, Camila; CLAUDINO, Luciano. **Flaskô: fábrica ocupada**. Campinas: PUC Campinas: Editora CEMOP, 2009.

De SOUZA Gomez, Silvio. **Um Trabalhador na Revolução Latino Americana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

ECHAIDE, Javier. **Sobre lo político y lo jurídico: la batalla legal de las empresas recuperadas**. In: Revista del Instituto de la Cooperación. Idelcoop. Año 34, N° 176, p. 82-102, Mar-Abr.2007.

ESTEVEVES, Egeu. **Sócio, Trabalhador, Pessoa: negociações de entendimento na construção cotidiana de uma autogestão industrial**. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2004.

ESTEVEVES, Egeu. **Autogestão e identidade: a experiência dos trabalhadores da Metal-Coop**. Tese de doutorado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FAJN, Gabriel (org.). **Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad**. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos (IMTC), 2004.

FAJN, Gabriel; REBON, Julián. **El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas.** Revista Herramienta.Nº28, 2005
Ver: www.herramienta.com.ar.

FANTIN, Marcia. **Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1992.

FARIA, José Henrique. **Economia Política do Poder.** Fundamentos Vol 1. 5ª reimpressão, Curitiba: Editora Juará, 2009.

FARIA, José Henrique. **Gestão Participativa: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 2009c.

FERNANDEZ, Ana María. **Política y subjetividad. Asambleas barriales y fábricas recuperadas.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

FERNANDÉZ, Ana María; LÓPEZ, Mercedes; IMAZ, Xabier, CALLOWAY, Cecília. **Bruckman: de la estrategia de supervivencia a la autogestión.** In: FERNANDÉZ, Ana María (Org.). Política y Subjetividad: asambleas barriales y fábricas recuperadas. Buenos Aires: Biblos, 2008

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M.Inés. **Sentidos asociados al trabajo y procesos de construcción identitaria en torno a las ocupaciones y recuperaciones de fábricas de la Ciudad de Buenos Aires: un análisis a partir de un caso en particular.** In: Battistini, O. (org.). El trabajo frente al espejo. Continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores. Buenos Aires, Prometeo, 2004.

FERNANDEZ, M. Inés. **De la recuperación como acción a la recuperación como proceso: prácticas de movilización social y acciones estatales en torno a las fábricas recuperadas.** Cuadernos de Antropología Social Nº 25, Buenos Aires, 2007.

FESTI, Ricardo Colturato. **Zanón, fábrica sem patrão: um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2010.

FERRAZ, Ana Lúcia Marques Camargo. **Dramaturgias da autonomia: a pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

FIGARI, Claudia; JABBAZ, Marcela; LOZANO, Rubén. **Estrategias empresariales de los 90' frente a la crisis y su impacto sobre el**

trabajo. In: Martínez, Oscar y Ximénez, Daniel Reconversión y movimiento obrero. Buenos Aires: CIPES, 1994.

FILHO, Genauto Carvalho & LAVILLE, Jean Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FILHO G, FRANÇA; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre/Salvador: Edufrgs-Edufba, 2006.

FONTENLA, Eduardo H. **Cooperativas que Recuperan Empresas y Fábricas en Crisis.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Lanús (UNLA), Departamento de Planificación Políticas Públicas, 2007.

FOUCAULT. Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

GAIGER, Luiz Inácio (Org.) **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional.** In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidaria e o valor das relações sócias vinculantes.** Revista Katálysis, Florianópolis, Vol.11 N°1. p.11-19.jan/jun,2008.

GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo:Almedina, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **As emancipações no presente e no futuro.** In: GAIGER, Luiz Inácio (org). Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil, pg.371-402. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GARTEIZ- AURRECOA, Javier. **Filosofia de la cooperación.** Deusto Estudios Cooperativos 42 ISSN: En tramitación, Núm. 1 (2012), Bilbao, pp. 33-53.

GERMER, Claus. **A economia solidária: uma crítica marxista.** In: Revista Outubro N°14. p. 193-2142006. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_10.pdf. Acesso em: 13 de Janeiro, 2013.

GHIBAUDI, Javier Walter. **Um lugar para eles: fábricas recuperadas na região metropolitana de Buenos Aires (2001-2003).**Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIRALDEZ VIEITEZ, Candido; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho Associado, Cooperativas e Empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GODIO, Julio; ROBLES, Alberto José, **Observatório del movimiento sindical Argentino**. Instituto del Mundo del Trabajo, Revista Pistas N° 3, Febrero, 2001.

GODOY, Raúl. **Crisis del neoliberalismo, movimientos sociales y alternativas en América Latina**, Panel realizado en la Facultad de Ciencias Sociales UBA, Buenos Aires, 2002.

GONÇALVES, Adelaide. **Comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil**. E-topia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia, N°2. 2004. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10561.pdf>. Acesso em: Novembro, 2013.

GONÇALVES, Adelaide. **A nova lei de falência e as empresas recuperadas sob o sistema da autogestão**. Nota técnica, IPEA, Mercado de trabalho: conjuntura e análise, Brasília: MTE, 2005.

GORZ, André. **Historia y Enajenación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

GOULARTI, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

GRACIA, María Amalia. **Fábricas de Resistencia y Recuperación Social, Experiencias de autogestión del trabajo y la producción en Argentina**. D.F, México: El Colegio de México, 2011.

GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo Bordiga. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **La Alternativa Pedagógica**. México: Fontamara, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos 1917-1933. Apuntes sobre la historia de las clases subalternas. Criterios de método**. México: Siglo XXI Editores, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno N°22: Americanismo e Fordismo (1934)**. In: Gramsci, Antônio. **Cadernos do Cárcere: Vol. 4 – 2ª edição**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, Pablo. **Crisis y empresas alternativas en Uruguay. El caso de las Cooperativas de Producción como emergentes de un Sector Solidario**. De la Serie Documentos de Trabajo N°1, Setiembre, 2013.

GUERRA, Pablo; Amorín, Carlos; Martí; Juan Pablo. **Empresas recuperadas- entre la reflexión y la práctica** Montevideo: Instituto Goethe,2004.

GUIA 2005. **Empresas y Fábricas recuperadas, autogestionada por sus trabajadores**, Ministério de Trabajo, Empleo y Seguridad Social.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GUIMARÃES, A; COMIN, Á; LEITE, M.. **Por um jogo de soma Positiva: conciliando competitividade e proteção ao emprego em experiências inovadoras de negociação no Brasil**. In: GUIMARÃES, N.A; MARTIN, S. (Org.).Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.

GUIMARÃES, Gonçalo; Ângela Schwengber (Orgs.). **Diretrizes para políticas públicas de economia solidária: a contribuição dos gestores públicos**. Promoção: Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas**. In: VIEITEZ, Cândido Giraldez. A empresa sem patrão. Marília: UNESP, 1997.

GÜTTLER, Antonio Carlos. **A Colonização do Saí (1842-1844): esperança de falansterianos, expectativa de um governo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

HABERMAS, Jurgen. **La Lógica de las ciencias sociales**. Madrid: Tecno,1998.

HALPERIN Dongui, Tulio. **La democracia de masas**. Buenos Aires: Paidós,1983.

HENRIQUE MARTINS, Paulho. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº73, p.45-66, Portugal, Dezembro, 2005.

HENRIQUES, Flávio. **Assessoria a Empreendimentos de Autogestão**. Dissertação, Mestrado em Engenharia de Produção - Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HENRIQUES, Flavio. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina**. Teses de doutorado del Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano y Regional de lá Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

HENRIQUES, Flavio. et al. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. Rio de janeiro: Editora MultiFoco, 2013

HERRERA, Paloma; ANTIVERI, Javier; RUGGERI, A. **El movimiento obrero argentino y la toma de fábricas**: Cuadernillo N°3. Centro de Documentación de Empresas Recuperadas, Programa Facultad Abierta, Fac. de filosofía y Letras de Buenos Aires: Buenos Aires, Edic. de la Cooperativa de Chilavert, 2012.

HINTZE, Susana. **La Política es un arma cargada de futuro**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad CICCUC, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CIACSO, 2010.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os vinte oito tecelões de Rochdale**. Porto Alegre: WS Editor, 2000.

HOLZMANN, Lorena. **Operários Sem Patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

HOLZZMAN, Lorena. **Operários sem Patrões**. Tese de Doutorado - FFLCH-USP. USP, São Paulo: 1990.

HOPSTEIN, Graciela. **A rebelião argentina: Assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

INACOOOP (2009) Base de microdatos del Censo Cooperativo. <http://www.inacoop.org.uy>.

IANINI, Octavio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANINI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e terrorismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

IBASE/ANTEAG. **Autogestão em avaliação**. São Paulo: ANTEAG Edições, 2003

JOYEUX, Maurice. **Autogestão, Gestão Direta, Gestão Operária**. Brasília: Editora Novos Tempos, 1972.

KLEIMAN, Fernando. **Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco**. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag, 2008.

KOROL, Claudia (org.). **Obrero Sin Patrón: sistematización de la experiencia de los obreros y obreras de Zanón**. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, América Libre, 2005.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Kairós, 1980.

LAVACA. **Sin patrón: Fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía**. Buenos Aires: La vaca, 2004.

LAVACA (Org.). **Sin Patrón: Fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores**. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis. **El marco conceptual de la Economía Solidaria**. In: Laville, J.L. (org.) *Economía Social y Solidaria*. Una

visión europea. Colección lecturas sobre Economía Social, UNGS-Altamira, Buenos Aires, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto C. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis. **Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia**. Revista Katálysis, Vol.11,Nº1,p.20-42.Florianopolis, Jan/jun,2008.

LAVILLE, Jean-Louis. **Definiciones e instituciones de la economía**. In: Coraggio, J. L. (org.) ¿Qué es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. CICCUS, Buenos Aires, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economía Plural**. In: Cattani, A., Coraggio, J.L. y Laville, J.L. (org.) Diccionario de la otra economía, Colección lecturas sobre Economía Social, Buenos Aires, UNGS-Altamira-Clasco,2009.

LAVILLE, Jean-Louis: **El marco conceptual de la Economía Solidaria**. In: Laville, J.L. (org.) Economía Social y Solidaria. Una visión europea. Colección lecturas sobre Economía Social, UNGS-Altamira, Buenos Aires, 2009.

LEITE, Márcia. **Trabalho e sociedade em transformação. Mudanças produtivas e atores sociais**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, Márcia. **Tecendo a precarização: Trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecções em São Paulo**. Revista Trabalho. Educação e Saúde. Vol.2, Ano. 1, 2004.

LEITE, Márcia; SOUZA, Silvana Custos. **Do trabalho feminino: Imagens e realidades no ABC Paulista**. In: ABRAMO, Lais (Ed.). Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres, Brasília: OIT, 2005.

LEITE, Márcia. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.24. Nº69, São Paulo, 2009.

LESER de MELLO, Silvia; BARBIERI, Estela Maria, MOREIRA, Vanessa (org.). **Economia Solidaria e Autogestão, encontros internacionais**. Vol.2. São Paulo: Nesol-Usp,Itcp-Usp, 2007.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José. **Trabalho flexível e o novo informal**. Caderno CRH, Nº37, Salvador, 2002.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 19 (56), São Paulo, outubro, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. **Paradoxos do trabalho associado**. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade do Estado de São Paulo, Vol. 21, Nº1 pag.113-132. São Paulo, 2007.

Líneas Generales del Plan Nacional de Desarrollo Económico e Social de la Nación 2001-2007. República Bolivariana de Venezuela. Disponível em: www.mdp.gob.ve./pdeysn/pdesn.pdf. Acesso em: Dez, 2013

Líneas Generales del Plan Nacional de Desarrollo Económico e Social de la Nación.2007-2013 República Bolivariana de Venezuela. Disponível em: www.cenditel.gob.ve/carpetas/archivos/fuente/290. Acess em : Dez, 2013

LOBO Valeria Marques. **Fronteiras da cidadania: sindicatos e (dês) mercantilização do trabalho no Brasil**. Belo Horizonte: MG: Argumentvm, 2010.

LUCENA, Héctor. **Lo laboral en tiempos de Transición**. Valencia: Universidad de Carabobo, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular Ltda. 1999.

MC, Adam.; TARROW, S.; TILLY, C. **Para mapear o confronto político**. *Lua Nova*, São Paulo, 2009.

MACDONALD, José Brendan. **A autogestão enquanto modo de produção e algo mais**. In: CANDEIAS, Cezar Nonato; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco (Org.). *Economia Solidária e Autogestão: Ponderações Teóricas e Achadas Empíricas*. Maceió: EDUFAL, 2005.

MACIEL, Vera de Fátima; SOUTO, Luiz. **Visão sintética dos resultados da pesquisa exploratória nas empresas pioneiras**. In: Valle, R., *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MAGNANI, Esteban. **El cambio silencioso. Empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

MALVAZZI AUED, Idaletto. **Alienação, maquinaria e grande indústria moderna**. In: Karl MAMIGONIAM, A. (Org). Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social, Série Livros Geográficos IV, GCN/CFH/UFSC. Florianópolis, 2011.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- MARCUSE, Herbert. **Razón y Revolución**. Buenos Aires: Altaya, 1998.
- MARINHO, Pedro. **A Pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- MARQUES, Ivan da Costa. **Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos**. In: Lianza, S. Addor, F. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário, Porto Alegre: Editora UFRGS. p 13-25, 2005.
- MARQUEZ, Paulo Lisandro Amaral. **Trabalho Emancipado. Empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária dos metalúrgicos gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2006.
- MARTI, Juan Pablo. **Las empresas recuperadas**. Montevideo. La Diaria. Año 7. N°137, p 8. España: Editorial Alianza Universidad, 1992.
- MARTÍ, Juan Pablo. **Transformaciones en el mundo del trabajo y recuperación de empresas**. In: CAMOU, María M.; R. PORRINI (org.). Trabajo e historia en el Uruguay. Investigaciones recientes. Montevideo: UdelaR – FHyCE / FCS / CSIC, 2006.
- MARTI, Juan Pablo. **Desafíos en la relación entre empresas recuperadas y movimiento sindical en Argentina y Uruguay**. 2006. Disponível em: www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/10.Marti.pdf. Acesso em: Nov, 2013
- MARTINEZ, Carlos. **Procesos de autogestión en empresas recuperadas**. Ponencia al II Congreso Nacional de Sociología, 2004.
- MARTINEZ, Oscar; VOCOS, Federico. **Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero**. Disponível em: www.iisg/labouragain/publications.htm. Acesso em: Julho, 2013.
- MARTINS, Aderaldo Alves. **Socioeconômica do carvão em Santa Catarina uma contribuição a o estudo de sua trajetória**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado) Universidade de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico Programa de Pós-Graduação em Economia, 2005.
- MARX, Karl. **Do Socialismo utópico ao socialismo científico**. In: Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Civilização, 1965.
- MARX, Karl. **O capital**. Vol. III, Cap. XXVII. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Trabajo cooperativo. Instrucción sobre diversos problemas a los delegados del Consejo Central Provisional**. In: Obras escogidas, Tom II, Moscú. Ed. Progreso, 1974.
- MARX, Karl. **O capital**: livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: 1978.
- MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edição comemorativa dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista. 1998.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Editora Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_guerracivil.pdf. Acesso em: junho, 2013.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MATTINI, Luis. **Sujeto y trabajo**. In: Contrapoder. Ediciones De mano en mano. Argentina, 2001.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MELUCCI, Alberto. **La experiencia individual y los temas globales en una sociedad planetaria**. In: Ibarra, Pedro & Tejerina, Benjamin (ed) Los movimientos sociales- transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta, 1998.
- MELLADO, Noemí B. **Canales y formas de participación en el Mercosur**, VI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, 5-9 Nov. 2001.
- MEUNIER, Isabel; DE ALMEIDA, Marcelo. **Construindo a América do Sul: Identidades e Interesses na Formação Discursiva da Unasul**. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Vol.56, N°3, p. 673 a 712, Rio de Janeiro, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MICHEL, Maria Helen. **Metodologia e pesquisa científicas em ciências sociais. Uma guia prática para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2005.
- MINTZ, Frank. **Ensinos da Autogestão Espanhola**. In: Bertehier, René; Leval, Gaston Mintz Autogestão e anarquismo. São Paulo: Editora Imaginario, 2002.

MONZÓN, José Luis. **Las cooperativas de trabajo asociado en literatura económica y en los hechos.** Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.

MONZÓN, José Luis; DEFOURNY, Jacques. **La economía social, entre economía capitalista y economía pública.** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2000.

MORBELLI, María Teresa; PAROLIN, Claudia Isabel; RODRIGUEZ, Marisa Andrea; RODRÍGUEZ GARAY, Rubén Enrique. **La importancia de la cultura en el marco de la Autogestión productiva de empresas recuperadas.** Instituto de Investigaciones y Asistencia Tecnológica en Administración (IIATA), Facultad de Ciencias Económicas y Estadística, Universidad Nacional de Rosario. Otra Economía. Volumen N°2 -1º semestre, 2008. Disponível em: www.riless.org/otraeconomia. Acesso em: Maio, 2013.

MORO, Tomas. **A Utopia.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural. 1997.

MOTA LOPES, Arildo. **Os efeitos da crise mundial sobre os empreendimentos autogestionários da economia solidaria filiados a UNISOL Brasil, e o papel anticíclico das políticas públicas.** Mercado de Trabalho N°41, Nov. 2009.

MOTHÉ, Daniel. **Balanço crítico do conceito de autogestão na França.** In: Mello, Silvia Lese de (org). Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais. NESOL-USP, ITCP-USP, PW, p.102-118. São Paulo, 2005.

MOTHÉ, Daniel. **Autogestão.** In: CATTANI, Antônio. et al. Dicionário Internacional da outra economia, São Paulo, 2009.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **Trajetórias e Transformações no Mundo da Economia Solidária.** 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MURILLO, M. Victoria. **La del sindicalismo argentino a las reformas de Mercado en la primera presidencia de Menem.** Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Vol.37, N°147, Fondo de Cultura Económica, 1997.

MURILLO, M. Victoria. **Del populismo al neoliberalismo: sindicatos y reformas de mercado en América Latina.** In: Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Vol. 40 N° 158, Fondo de Cultura Económica, 2000.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária.** In: Democracia e autogestão. Revista Temporais. Departamento de Historia, FFLCH -USP, São Paulo: Humanitas, 1999.

NASCIMENTO, Claudio. **Socialismo autogestionário**. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

NASCIMENTO, Claudio. **A Autogestão e o Novo Cooperativismo**. Texto para discussão da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, Maio, 2004.

NASCIMENTO, Claudio. **Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende: Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias**. Brasília, Senaes, 2005. Disponível em: www.mte.senaes.gov.br.

NASCIMENTO, Janaína. **Fábrica Quebrada é Fábrica Ocupada. Fábrica Ocupada é Fábrica Estatizada: A luta dos trabalhadores da CIPLA e Interfibra para salvar 1000 empregos**. Joinville, 2004.

NEFFA, Julio César. **Los paradigmas productivos tayloristas y fonditas y su crisis**. Buenos Aires: Lúmen, 1998.

NEFFA, Julio Cesar. **Las principales reformas de la relación salarial operadas durante el período 1989-2001 con impactos directos e indirectos sobre el empleo**. 2002. Disponível em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/argentina/cei/neffa1.pdf.
Acessado em: Abril, 2013

NEUFELD, M. R.; Grimberg, M.; Tiscornia, S. y Wallace, S. (org.), **Antropología social y política. Hegemonía y Poder: el mundo en movimiento**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

NEUHAUS, Susana et al. **Hegemonía y emancipación. Fábricas recuperadas, movimientos sociales y poder bolivariano**. Caracas Venezuela: Milenio libre, 2006.

NEUSA, Maria Dal Ri et al (org). **Las empresas recuperadas como cooperativas de trabajo en Uruguay. Entre la crisis y la oportunidad**. 2013 Documento en elaboración. Disponível em: www.fcs.edu.uy/archivos/Marti_Thul_Cancela%20Historia%20de%20las%20empresas%20recuperadas%20en%20Uruguay%2028052013.pdf.
Acessado em: dez, 2013.

NOVAES, H.T. **Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnico em Fábricas Recuperadas**. Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, 2005.

NOVAES, H.T. **Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias**. Revista de Ciências Sociais da Unisinos, São Leopoldo, Vol. 42, N°. 166, p, 2005c.

NOVAES, H.T. **Notas sobre Fábricas Recuperadas na Argentina e Uruguai**. Relatório de pesquisa (CAPES). 2005e. Disponível em: www.ecosol.org.br: Acesso em: Sep, 2012.

NOVAES, H.T. **O Fetiche da Tecnologia: A experiência das fábricas recuperadas.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NOVAES, H.T.; DE LIMA, Paulo. **A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares.** Revista Espaço Acadêmico: Nº 64, Set/2006. Disponível em: www.espaçoademico.com.br. Acesso em: Abril, 2013.

NOVAES, H. T. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas.** Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NOVAES, H. T. **As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário e a contribuição de István Mészáros.** In: NOVAES, Henrique Tahan (Org.). O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associação de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, H. T. (org.) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, Renato. **A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias.** In: Novaes, Henrique Tahan (Org.). O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associação de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, H.T. **Reatando um Fio Interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ODA, N. T. **Sindicato e cooperativismo: os Metalúrgicos do ABC e a Unisol cooperativas.** In: SINGER, Paul I., SOUZA, André R. (Org.). Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

ODA, N. T. **Gestão e trabalho em cooperativas de produção: Dilemas e Alternativas à participação.** Dissertação de mestrado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo abril, 2001.

OFFE, Claus. **La sociedad del trabajo, problemas estructurales y perspectivas de futuro. Mercado laboral. Un análisis a medio plazo de las respuestas disponibles.** In: Claus Offe et al. Qué crisis? Retos y transformaciones de la sociedad del trabajo. Donosita, Tercera Prensa-Hirugarren Prensa, 1997.

OSZLAK, O; O'Donnell, G. **Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación**. In: Redes, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, Vol. Nº2, Nº 4, Buenos Aires, 1995.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia**. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia, 2002.

PARRA, Henrique Zoqui. **Sindicalismo e Cooperativismo: Entre a criação e a destituição**. In: SOUZA, André Ricardo. et al. Uma Outra economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

PAULUCCI, M. Alejandra. **O Internacionalismo e as Fábricas Recuperadas**. Dissertação do Mestrado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

PEDREIRA FILHO, Valdemar S. **Comissões de Fábrica: um claro enigma**. São Paulo: Entrelinas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

PEREIRA da SILVA, Rafael. **Autonomia Aparente: educação popular, sindicalismo e política na década de 1980, Criciúma (SC)**. In: Tempo e argumento, Revista do Programa de Pós-graduação em História., Florianópolis V. 2. Nº2. p.223. Jul/dex, 2010.

PETRAS, J. et al. **Produciendo realidad. Las empresas comunitarias**. Buenos Aires: Topia Editorial. Colección Fichas, 2002.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis: UFSC / Lunardelli, 1983.

PICCINI, Valmiria Carolina. et al (org). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PICCHETTI, Valentina. **Fábricas tomadas, fábricas de esperanzas. Las experiencias de Zanón y Brukman**. In: CARPINTERO, Enrique e HERNANDEZ, Mario (org.) Produciendo realidad. Las Empresas Comunitarias. Buenos Aires: Topia, 2002.

PEIXOTO de ALBUQUERQUE, Paulo. **Autogestão**. In: CATTANI, Antonio David. A outra Economia. São Paulo: Veraz, 2003.

POCHMANN, Márcio. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil**. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). Economia e Trabalho: textos básicos. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.

POCHMANN, Márcio. **Posibilidades y límites de la economía solidaria latinoamericana**. In: Coraggio, J. L. (org.), La economía

social desde la periferia. Contribuciones latino-americanas. Buenos Aires:UNGS-Altamira, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTANTIERO, Juan Carlos. **El tiempo de la política (1983-2000)**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2000.

POSADAS, J. **Os ensinamentos da Polônia, para o progresso socialista da humanidade, Coletânea de textos 1970-1981**. São Paulo: Ciência Cultura e Política. s/d.

PRAXEDES, S. **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias**. In: IPEA. Boletim Mercado de Trabalho, Nº39, Maio, Brasília, 2009.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e Economia no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

QUIJANO, Anibal. **La economía popular y sus caminos em América Latina**. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.

QUIJANO, Anibal. **Sistemas Alternativos de Produção?** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

QUINTERO do NASCIMENTO, Janaina. *Fábrica Quebrada e fabrica ocupada, fabrica ocupada e fábrica estatizada. A Luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos*. Livro reportagem s/e, 2004.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social en la Argentina: 1880-2003**. Buenos Aires: Emecé, 2008.

RASLAN, Filipe. **Resistindo como classe: o caso da ocupação da Flaskô**. Dissertação Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

RAZETO, Luis. **Economía de Solidaridad y Organización Popular**. In: Organizaciones Económicas Populares. Más allá de la informalidad, Servicio Cristiano de Cooperación, Buenos Aires, 1990.

RAMALHO, J. R. **Associativismo sindical e experiências regionais de flexibilização do trabalho em cadeias produtivas globais**. In: Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização, edited by Ana Gomes; Maria Cristina Maneschky; Sônia Magalhães; José Ferreira. ed 1. Vol. 1. Belém: NUMA-UFPA, 2010.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Editorial Lumen Humanitas, 1997.

RAZETO, Luis. **La Economía de Solidaridad: Concepto, Realidad y Proyecto**. In: CORAGGIO (Org.). *La Economía Social desde la Periferia: Contribuciones Latinoamericanas*, p.317-338. Buenos Aires: Altamira, 2007.

RAZETO, Luis. **Lecciones de economía solidaria. Realidad, teoría y proyecto**. Santiago de Chile: Ediciones Uvirtual.net, 2007.

REBON, Julián. **Desobedeciendo al desempleo. La experiencia de las empresas recuperadas**. Buenos Aires: Ediciones Picaso – La Rosa Blindada, 2004.

REBÓN, Julián. **Trabajando sin patrón. Las empresas recuperadas y la producción**. Buenos Aires: Instituto de Investigación Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2005.

REBON, Julián e SAAVEDRA, Ignacio. **Empresas recuperadas. La autogestión de los trabajadores**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

REBÓN, Julián. **Trabajadores: estrategias laborales y personificaciones sociales: el proceso de recuperación de empresas**. In: *Ciencias Sociales Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales*, N° 63, p.44-48, Jul, 2006.

REBÓN, Julián. **La empresa de la autonomía: apuntes acerca de la recuperación de empresas por sus trabajadores en Argentina**. In: *Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)*, Año 7, N°21.p.263-275, Set-dic.2006.

REBÓN, Julián. **La Empresa de la Autonomía: Trabajadores recuperando la producción**. Buenos Aires: Colectivo Ediciones/Picaso, 2007.

REBON, Julián e Rodrigo Salgado. **Empresas recuperadas y procesos emancipatorios**. In: *Resistencias laborales: experiencias de re-politización del trabajo en Argentina*, eds, 2009.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIEIRO, Anabel. **Cooperativismo y sindicalismo en Uruguay: el difícil camino a la emancipación Retomando los aportes de Marx y Gramsci para el caso de las empresas recuperadas por sus trabajadores**. *Revistas de Estudios Cooperativos*, Año13, N°1, p. 123-144. Montevideo: Unidad de Estudios Cooperativos de la UdelaR, 2008.

RIEIRO, Anabel. **Gestión obrera y acciones colectivas en el mundo del trabajo: empresas recuperadas por sus trabajadores en**

Uruguay. 2008. (Mestrado en Sociología). Departamento de Sociología, Universidad de la República, Montevideo, 2009.

RIEIRO, Anabel. **Sujetos colectivos y la recuperación del trabajo en un contexto de reificación.** In: en AA.VV. Gestión Obrera: del fragmento a la acción colectiva, pg.161-188, Montevideo, Editorial Nordan - Extensión Libros, UdelaR, 2010.

RIEIRO, Anabel. **Gestión obrera y acciones colectivas en el mundo del trabajo- empresas recuperadas por sus trabajadores en Uruguay.** Alemania: EAE, 2011.

RIELA, Alberto (org) .**El Uruguay desde la sociología IX. Trabajo y negociación colectiva. Política y procesos sociales emergentes, Jóvenes y juventud. Educación y formación docente. Estratificación y movilidad social.**– Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Sociología.- Montevideo: UR.FCS-DS, 2011.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos.** São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUEZ da SILVA. **Controle operário e formação de trabalhadores no chão da fábrica.** Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação, Niterói, Abril/2012

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória.** Alea, dez 2005, Vol7, No. 2, p.305-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/jpdf/alea>. Acesso em: agosto 2013.

RUFINO, Sandra. **(Re)Fazer, (Re)Modelar, (RE)Criar: A autogestão no processo produtivo.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). 2005. Escola Politécnica da Universidade do Estado de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

RUGGERI, Andrés. **La política en las Empresas recuperadas.** Trabajo presentado II Congreso Nacional de Sociología, Buenos Aires, 2004.

RUGGERI, Andrés. **Los trabajadores toman el control: implicancias políticas de las empresas recuperadas en la Argentina. Pensar a Contracorriente 2,** La Habana: Editorial Ciencias Sociales, Instituto Cubano del Libro, 2005.

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas en La Argentina:** informe del segundo relevamiento del Programa. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2005.

RUGGERI, Andrés; MARTINEZ, Carlos; TRINCHERO, Hugo. **Las empresas recuperadas en la Argentina**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2005.

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas en La Argentina. Informe del Segundo Relevamiento**. Facultades de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2007.

RUGGERI, Andrés (org.). **Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.

RUGGERI, Andrés (org.). **Las Empresas Recuperadas en La Argentina: Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores**. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2011.

RUGGERI, Andrés; ANTIVERO, Javier. **La crisis del modelo sindical argentino**. In: RODRIGUES, Fabiana C., NOVAES; Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo L. (Org.). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RUGGIERI, Andres et al. **Ley de Quiebras y Concursos. Argentina 1995-2011. Recorrido histórico de la normativa y papel de las empresas recuperadas por sus trabajadores**. Anais do IV Encontro Economia dos Trabalhadores. 2013. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/002525558d4fbae350aea>. Acesso: Dez, 2013

SALLES, Vania. **El trabajo, el no trabajo: Un ejercicio teórico-analítico preliminar desde la sociología de la cultura**. In: De la Garza Toledo, Enrique (org.) *Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 1999.

SANTOS, Boaventura. **Os processos da globalização**. In: Santos, Boaventura (Org.) *A globalização e as ciências sociais*, São Paulo, Cortez Editora, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. **Para ampliar o canône da produção**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**, 6ª edição, Lisboa: Afrontamento, 1993

SARDA de FARIA, Mauricio. **Massa falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária**. Monografia de conclusão de curso de graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1992.

SARDA de FARIA, Mauricio. **“... Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” Um estudo da experiência autogestionária dos trabalhadores da Makerli Calçados**. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SARDA de FARIA, Mauricio. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese de doctorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2005.

SARDA de FARIA, Mauricio. S.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. **Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas**. Santa Catarina, Revista Katalysis, UFSC, mayo-junio 2008.

SCHARZER, Jorge. **Agentes económicos y relaciones sociales hacia el 2000**. In: Implantación de un modelo económico, La experiencia Argentina entre 1975 y 2000. Buenos Aires: Ed. A-Z, 1998.

SECRETARIA DE DESARROLLO SOCIAL DEL GOBIERNO DE LA CIUDAD. **Empresas recuperadas: ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires Artes Gráficas Chilavert, 2003.

SENEN GONZALEZ, Santiago. **El movimiento sindical en Argentina: entre el justo reclamo y la política partidista**. Instituto del Mundo del Trabajo, Revista “Pistas” Nº4 Abril, 2001.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SÍGOLO, Vanessa M. **Trabalho em movimentação: a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da USP, 2007.

SINDICATO DOS METALURGICOS DO ABC. **Caderno de resoluções finais [do 3º congressos Metalúrgicos do ABC]** São Bernardo do campo: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1999.

SINGER, Paul. **Desemprego: uma solução não-capitalista**. In: Teoria e Debate, revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores. Nº 32. jul/ago/set, 1996.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

- SINGER, Paul. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: Singer, Paul e Souza, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.
- SINGER, Paul. **Introdução a economia solidaria.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- SINGER, Paul. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- SILVA, Fernando. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras.** Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- S THIAGO, Raquel. **Fourier, utopia e esperança na península do saí.** Editora da FURB-Editora da UFSC, Blumenau- Florianópolis, 1995.
- SILVA, C.D. e Oda, N.T. **Unisol Brasil e as ações de apoio às empresas recuperadas: cooperativas autogestionárias, trabalho, renda e desenvolvimento social.** In Revista de economia solidária, Ano 1, N°0, dez de 2005.
- SILVA, Jaqueline. **Controle operário e formação de trabalhadores no chão da fábrica.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- SCHORR, M. **El proceso de privatización en Argentina.** Buenos Aires: Página/12 e Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- SCHWENGBER, Ângela Maria. **O Programa Oportunidade Solidária,** In: Pochmann, Marcio (Org.). Outra Cidade é Possível - Alternativas de Inclusão Social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOUL, María Julia et al. **El mundo del trabajo en América Latina: Tendencias y resistencias /** 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- SOUZA, Giane Maria; NUNES, Teresinha de Fátima. **O processo de ocupação/recuperação de fábricas ocupadas na América Latina.** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, 2009, pg. 285-292.
- STANCANELLI, Pablo. Apropriarse de la fuente de trabajo. In: Le Monde Diplomatique., año IV, N° 38. Buenos Aires. 2002
- TARROW, Sydney. **El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política.** Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- TARROW, S. **O poder em movimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TARROW, Sydney. **Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. En Movimientos sociales: perspectivas comparadas,** eds. Doug McAdam, 1999.

TARROW, Sydney. **Ciclos de acción colectiva: entre los momentos de locura y el repertorio de contestación.** En Protesta social. Repertorios y ciclos de acción colectiva, ed. Mark Traugott, p. 70-110. Barcelona: Hacer Editorial, 2002.

TAUILE, J. R.; DEBACO E. S. **Autogestão no Brasil: A viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores.** Disponível em://www.ecosol.org.br/Textos. Acesso em: Maio, 2013.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

TAUILE, José Ricardo et al. **Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massa Falida.** Brasília: MTE/IPEA/ANPEC/SENAES, 2005.

TEDESCO, João Carlos. **Economia Solidaria e Reestruturação Produtiva.** Passo Fundo: UPF. 2001.

TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos.** São Paulo: Record, 2002

THIOLLENT, Michel. **Problemas de Metodologia.** In: FLEURY, A.; VARGAS, N. (Org.) Organização do Trabalho: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 1983.

THIOLLENT, Michel (Org.). **Pesquisa-Ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche.** São Carlos: EdUFSCar, 2006.

TILLY, Charles. **Repertorios de acción contestataria en Gran Bretaña.** En Protesta social. Repertorios y ciclos de acción colectiva, ed. Mark Traugott, pg. 15-69. Barcelona: Hacer Editorial, 2002.

TILLY, Charles. **Confianza y gobierno.** Buenos Aires: Amorrortu, 2010.

TIRIBA, Lia. **Autogestão e chão de fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington.** Relatório final de pesquisa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. trabalho como principio educativo,2000. Disponível em: http://www.riless.org/investigadores_desarrollo.shtml?x=24601.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da produção associada,** Rio Grande do Sul: Editora Ijuí: Unijui,2001.

TIRIBA, Lia. **A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura de trabalho.** In: Economia Solidária como resposta ao desemprego. SINGER, Paul; DE SOUZA, André. São Paulo: Contexto 2001.

TIRIBA, Líá. **Pedagogia (s) de la producción asociada: ¿hacia dónde camina la economía popular?** In: Coraggio, José Luis (org.) La

economía social desde la periferia. Contribuciones Latinoamericanas. Buenos Aires, UNGS/Editorial Altamira, 2007:

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa.** In: Revista PERSPECTIVA, Florianópolis, Vol.26, Nº1, p. 69-94, jan./jun.2008.

TIRIBA, Lia. **Economía popular y movimientos populares y una vez más, el trabajo como principio educativo.** Disponível em http://www.riless.org/investigadores_desarrollo.shtml?x=24601.

TOCQUEVILLE, A. **As lembranças da revolução.** São Paulo: USP, 1977.

TRAGTENBERG, Maurício. Sobre educação, política e sindicalismo. 3 edição. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **A revolução russa.** 2 ed. rev. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre o socialismo.** 8ª ed.rev. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TRINCHERO, Hugo (ed.). **Producción doméstica y capital.** Estudios desde la Antropología Económica. Buenos Aires: Ed. Biblos, 1995.

TRINCHERO, Hugo. **Exclusión, economía social e innovación popular. Las empresas recuperadas por sus trabajadores.** Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2008.

TRINCHERO, Héctor Hugo. **De la exclusión a la autogestión: Innovación social desde la experiência de las empresas recuperadas por sus Trabajadores (ERT).** In: RUGGERI, Andrés (Coord.). La Economía de los Trabajadores: Autogestión y Distinción de la Riqueza. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2009.

TRINCHERO, Héctor; BOWMAN, Betsy et al (org). **La Economía de los trabajadores: autogestión y distribución de la riqueza.** Selección de trabajos presentados al primer Encuentro Internacional. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, Artes gráficas, 2009.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente.** São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

UCHOA FERNANDEZ Aragon, Raquel. **Entre o chão e a gestão da fábrica: as trajetórias dos trabalhadores da FACIT.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

ALLE, Rogério. (org.). Autogestão: **O que fazer quando as fábricas fecham?.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Fábricas Ocupadas e Controle Operário: Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanón.** Sumaré: Edições CEMOP, 2011.

VIZENTINI, Paulo G. **O Brasil, o Mercosul e a Integração da América do Sul.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 1, N°1, p. 82-94, Brasília, Brasil, 2007.

VIETEZ, Candido G. e Dal Ri, Neusa **Trabalho Associado. Cooperativas e empresas de autogestão.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

VIETEZ, Candido Giraldez e NAKANO, Marilena. **A economia solidária no Estado de São Paulo e os diferentes tipos de empreendimentos.** In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.) Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VUOTTO, Mirta. **Economía social. Precisiones conceptuales y algunas experiencias históricas.** Buenos Aires: Altamira-UNGS, 2003.

WARREN, Ilse Scherer; CHAVES, Iara Maria (org). **Associativismo Civil e Santa Catarina Trajetórias e Tendências.** Florianópolis S/C: Editora Insular, 2004

WELLEN, Henrique André Ramos. **Contribuição à crítica da economia solidária.** In: Revista Katálysis, Vol.11, N°1, 2008, p.105-115, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=17961396801>
Acesso em: Janeiro, 2013.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Para a crítica da “economia solidária”.** 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 20 10.

WESISBROT, Mark; SANDOVAL, Luis. **La economía Venezolana en tiempo de Chavez.** Washington: Center for Economy and Policy Researc). 2007. Disponível em: www.cepr.net

WOODCOCK, G. **História das idéias e movimentos anarquistas: a idéia.** v.1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

WYCZYKIER, Gabriela. **Sobre procesos de autogestión y recolectivización laboral en la Argentina actual.** Polis, Revista de la Universidad Bolivariana 8, N° 24: p.197-220,2009.

ZANÓN y BRUKMAN. In: CARPINTERO, Enrique y HERNANDEZ, Mario (org.) Produciendo Realidad. Las Empresas Comunitarias. Buenos Aires: Topia, 2002.

ZAPATA, Francisco. **Autonomía y subordinación en el sindicalismo latinoamericano**, México: Fondo de Cultura económica, 1993.